A VIDA DA PRIMEIRA MULHER VICE-PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS

DAN MORAIN

PREFÁCIO DE FLÁVIA OLIVEIRA

AGIR

KAMALA
HARRIS

DAN MORAIN
PREFÁCIO DE FLÁVIA OLIVEIRA

KAMALA HARRIS

A vida da primeira mulher vice-presidente dos Estados Unidos

Tradução
Adalgisa Campos da Silva e
Maria Luiza X. de A. Borges

Copyright da tradução para a língua portuguesa © 2021 by Editora Nova Fronteira Participações S/A.
Título original: *Kamala's Way: An American Life*
Copyright © 2021 by Dan Morain
Todos os direitos reservados.
Publicado mediante acordo com a editora original, Simon & Schuster, Inc.

Direitos de edição da obra em língua portuguesa no Brasil adquiridos pela Agir, selo da **Editora Nova Fronteira Participações** S.A. Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser apropriada e estocada em sistema de banco de dados ou processo similar, em qualquer forma ou meio, seja eletrônico, de fotocópia, gravação etc., sem a permissão do detentor do copirraite.

Editora Nova Fronteira Participações S.A.
Rua Candelária, 60 — 7º andar — Centro — 20091-020
Rio de Janeiro — RJ — Brasil
Tel.: (21) 3882-8200

Créditos das imagens de capa: San Francisco Chronicle/ Hearst Newspapers via Getty Images (capa); Christian Witkin/Trunk Archive (quarta capa).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Morain, Dan
Kamala Harris : a vida da primeira mulher vice-presidente dos Estados Unidos / Dan Morain ; tradução Adalgisa Campos da Silva , Maria Luiza X. de A. Borges; prefácio Flávia Oliveira. -- 1. ed. -- Rio de Janeiro : Agir, 2021.

Título original: Kamala's Way
ISBN 978-65-58370-45-1

1. Biografia 2. Harris, Kamala, 1964- 3. Negros - Biografia 4. Políticos - Biografia I. Título.

20-52849

CDD-923.2

Índices para catálogo sistemático:

1. Políticos : Estados Unidos : Autobiografia 923.2

Aline Graziele Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Para Claudia, meu tudo

SUMÁRIO

PREFÁCIO

A certa altura de *Kamala Harris: a vida da primeira mulher vice-presidente dos Estados Unidos*, o autor informa que, por 74 mil votos de diferença, Kamala se tornaria a primeira mulher, primeira negra e primeira descendente de indianos eleita procuradora-geral da Califórnia. É o mesmo pioneirismo que, uma década depois, a filha mais velha de uma emigrante da Índia com um jamaicano levaria à Casa Branca.

Num país que jamais içara uma candidatura feminina à Presidência — que o diga a ex-senadora Hillary Clinton, derrotada por Barack Obama nas prévias democratas de 2008 e pelo republicano Donald Trump na eleição presidencial de 2016 —, Kamala Harris pavimentou cuidadosamente a carreira política na direção de Washington. Catapultada pela oposição a Donald Trump no Senado, ela queria ser presidente, mas sua campanha naufragou. Porém, acabou convidada para integrar a chapa de Joe Biden como sua vice-presidente, na esteira das manifestações antirracistas após o assassinato de George Floyd. Ela estava no lugar certo, na hora certa; como de hábito, não desperdiçou oportunidade.

Dan Morain é um jornalista que se dedicou por quase três décadas à política da Califórnia. Sua experiência profissional transborda nas páginas deste livro-reportagem, que perpassa pela origem, formação e trajetória de Kamala até sua escolha como candidata a vice na chapa democrata. Dá a impressão de ser o volume inaugural de uma série de livros sobre a mulher que será a mais observada do planeta a partir deste 2021 — ela é vice do mais velho presidente empossado nos Estados Unidos e desponta como sua sucessora. O autor dedicou-se ao livro principalmente nos meses de setembro e outubro de 2020, auge da corrida eleitoral, o que não permitiu acesso à biografada e a seus familiares. Morain teceu a obra a partir das próprias memórias, do trabalho de colegas e da

colaboração de pessoas que acompanharam a protagonista na intimidade e na carreira.

Kamala Harris traz os bastidores detalhados sobre situações e pessoas determinantes na vida de Kamala e esquadrinha o percurso da atual vice-presidente dos Estados Unidos a partir de ambientes e instituições pelos quais passou, estratégias que traçou, figuras de quem se aproximou e outras que descartou, causas que abraçou e as agendas que abandonou, brigas que comprou. É um livro sobre uma mulher negra escrito por um homem branco que enxergou as transformações sociais, econômicas e políticas na Califórnia e no país, reconheceu o talento e a potência da biografada, mas não deixou de apontar as contradições dela.

A biografia de Kamala Harris apresenta uma mulher negra forjada no ativismo, na educação formal, na empatia. Não há relatos de dificuldades financeiras, fome, abuso, superação, o rosário de estereótipos relacionados a pessoas negras de sucesso. Ela cursou o ensino fundamental numa escola de língua francesa em Quebec (Canadá), onde viveu com a mãe e também concluiu o ensino médio. Voltou aos Estados Unidos para estudar em Howard, universidade historicamente negra em Washington, DC. Lá viu o Bispo Desmond Tutu discursar contra o *apartheid* e acusar o governo Ronald Reagan de colaborar com a perpetuação do racismo na África do Sul.

O autor atesta que a admiração pela mãe não é conversa de palanque. Shyamala Gopalan, doutora em nutrição e endocrinologia, pesquisadora reconhecida sobre câncer de mama, falecida em 2009, é a grande referência de Kamala, sempre exaltada pela filha, em detrimento do pai, Donald Harris, também acadêmico, a quem ela pouco se refere. Kamala costuma dizer que foi a mãe que ensinou a ela e à irmã, Maya — a quem é profundamente ligada e tem como conselheira política — o que era trabalho duro e idealismo. Ainda menina, era levada no carrinho pelos pais a manifestações por direitos civis nos efervescentes anos 1960. Desde cedo, Shyamala entendeu que características étnico-raciais afetariam a vida das filhas. Por isso, apresentou a ambas a herança indiana ao mesmo tempo em que as aproximou de referências da política e da cultura afro-americanas, entre as quais a cantora Nina Simone e a poeta Maya Angelou.

Kamala jamais militou indiscriminadamente, porém, nunca se mostrou indiferente ao sofrimento alheio, fosse individual ou coletivo. A morte de Tyrone Gayle, seu primeiro secretário de imprensa no Senado, é um exemplo: ela secundarizou a agenda política para prestar solidariedade a pessoas queridas. Divertida, informal, acessível, é mulher que gargalha e cozinha e dança e anda de tênis. Estratégica até a raiz dos cabelos, escolhe suas brigas e não se mete com o que não planeja. Objetividade, determinação, perspicácia e pragmatismo são

características marcantes — para o bem e para o mal.

Ambiciosa, arquitetou cuidadosamente a ascensão como promotora de justiça e procuradora-geral. Alinhou-se à defesa dos desvalidos, aproximou-se de prestigiados doadores de campanha, tornou-se conhecida, fez inimigos. Visionária, em 2007, no alvorecer da campanha que daria a Obama o primeiro mandato na Casa Branca, apoiou o então senador quando democratas da Califórnia apostavam todas as fichas em Hillary Clinton e fez do ex-presidente um aliado. Em 2016, eleita senadora, recompôs-se após a vitória de Trump em um discurso histórico, no qual repetiu 26 vezes a palavra "luta" para se posicionar como opositora ao futuro governo. A experiência como procuradora a tornou protagonista de interrogatórios intensos com membros da gestão republicana em Washington, o que lhe deu relevância nas redes sociais e alimentou o sonho de encabeçar a candidatura democrata.

Ao longo da carreira como procuradora, foi uma incansável defensora do casamento entre pessoas do mesmo sexo e conseguiu assegurá-lo na Califórnia em 2013, dois anos antes de a Suprema Corte declará-lo direito constitucional igualitário no país. Na crise das hipotecas, enfrentou agentes financeiros e viabilizou acordo para ajudar famílias que perderiam as casas. Copatrocinou a lei que garantiu acesso de mulheres a serviços de assistência médica reprodutiva, incluindo o aborto legal. Viabilizou o cumprimento da legislação que confiscava armas de indivíduos impedidos de tê-las, entre tantos outros feitos.

As críticas mais ferozes a Kamala Harris vêm da atuação cautelosa, um tanto omissa, na reforma do sistema carcerário e no combate ao encarceramento em massa, agendas caras ao movimento negro progressista. Contrária à pena de morte, ela prometeu, como procuradora de São Francisco, nunca pedir a sentença capital, por mais hediondo que fosse o crime. Não cedeu nem quando um policial foi executado, o que a fez perder apoio entre a categoria. Por outro lado, não atuou para abolir a pena de morte nem em um caso emblemático da condenação à prisão perpétua por acusação indevida de homicídio. Ativa no enfrentamento à evasão escolar, idealizou um projeto em que pais fossem criminalmente responsabilizados pela ausência dos filhos nas escolas. São passivos da Kamala procuradora que rondam a vice-presidente. Assuntos para novos capítulos de uma biografia que apenas começou.

Flávia Oliveira
Jornalista

1
A FILHA DE SHYAMALA

Se Kamala Harris deve seu lugar na história a alguém, é à imigrante indiana de 26 anos que deu à luz a filha no Hospital Kaiser em Oakland, Califórnia, no outono de 1964. Talvez não fosse coincidência seu nascimento ter ocorrido apenas duas semanas antes do dia das eleições, e na Califórnia. Foi um ano e um estado que provaram ser a incubadora perfeita para uma garota que cresceu demonstrando que progresso social e política implacável andam de mãos dadas.

Aquela garotinha virou uma mulher forte, perspicaz, exigente, esforçada, inteligente, multifacetada e multicultural. Kamala Harris erra pouco e esquece menos ainda. Tem apoiadores fiéis que participaram de sua organização política desde o início e afastou pessoas que já haviam sido tão próximas como se fossem da família. Quando as câmeras estão desligadas, ela demonstra empatia e bondade por gente que não poderia ajudá-la, e uns poucos que a conhecem bem a veem como fria e calculista. Embora viva em um palco nacional, Harris compartilha poucos detalhes pessoais. É uma apaixonada por gastronomia que adora cozinhar e comer em bons restaurantes e em biroscas afastadas. Na única vez que almoçamos juntos, ela escolheu um restaurante caribenho pequeno e familiar em frente ao capitólio em Sacramento, falou sobre a variedade dos temperos e comeu lentamente, ao contrário de mim, como ela observou. No geral, saiu à mãe. Quem trabalha próximo a Harris diz que ela não passa uma semana sem citar alguma pérola de sabedoria transmitida por Shyamala Gopalan Harris, falecida em 2009. A que ela mais repete em público: "Você pode ser a primeira a fazer muitas coisas, mas jamais deixe para ser a última." Às vezes, em momentos importantes de sua vida, ela fica com os olhos marejados ao se lembrar da mãe, visivelmente desejando tê-la ao seu lado.

"Minha mãe, Shyamala Gopalan Harris[01], era uma força da natureza e

minha maior fonte de inspiração", disse Harris em uma publicação no Instagram homenageando a mãe durante o Mês de História da Mulher em 2020. "Ela ensinou à minha irmã Maya e a mim a importância do trabalho duro e a acreditar em nossa capacidade de endireitar o que estiver errado."

Shyamala Gopalan tinha pouco mais de um metro e meio de altura. Era a filha mais velha de um alto funcionário público em uma família de pessoas de grande sucesso, em uma nação que conquistou a independência da Grã-Bretanha em 1947, nove anos após seu nascimento. Em 1958, aos 19 anos, formou-se em economia doméstica na Lady Irwin College em Nova Déli, Índia, e com a bênção do pai viajou para Berkeley em busca de uma educação mais significativa. Doutorou-se em nutrição e endocrinologia e nas décadas seguintes ganhou reconhecimento por sua pesquisa sobre câncer de mama. Seu trabalho foi citado mais de cem vezes em artigos acadêmicos, e ela arrecadou não menos de 4,76 milhões de dólares em verbas para seu trabalho.

"Minha mãe foi criada[02] em uma casa onde ativismo político e liderança cívica vinham naturalmente", diz Kamala Harris em sua autobiografia de 2019, *The Truths We Hold* [As verdades em que acreditamos]. Ela depois explica: "Com meus avós, minha mãe desenvolveu uma forte consciência política. Tinha consciência da história, das lutas, das desigualdades. Nasceu com um senso de justiça imprimido na alma."

No outono de 1962, Shyamala Gopalan participou de uma reunião de estudantes negros em que o orador era um jovem jamaicano aluno da pós-graduação, Donald Jasper Harris, que estudava economia. Ele havia emigrado da Jamaica em 1961 e também fora para Berkeley para estudar. Ele era meio radical, ou, como dizem os economistas, "heterodoxo". Não aceitava as teorias econômicas tradicionais apoiadas pelas universidades americanas na época. Donald Harris contou ao *New York Times* que Gopalan, usando um sári tradicional, aproximou-se dele após sua palestra, "uma figura cuja aparência se destacava[03] de todos no grupo, homens e mulheres". Ela o encantou, os dois se encontraram e se falaram algumas outras vezes e, como ele disse, "o resto agora é história".

Gopalan e Harris casaram-se em 1963, ano em que a Jamaica conquistou sua própria independência do Reino Unido. O anúncio do noivado no *Kingston Gleaner* em 1º de novembro de 1963 relatava que ambos faziam ph.D. Kamala Devi nasceu em 1964, e sua irmã, Maya Lakshmi, dois anos depois. Devi é a deusa mãe hindu. Lakshmi é a deusa lótus da prosperidade, da beleza e da sorte. Shyamala contou a um repórter do *Los Angeles Times* em 2004 que deu às filhas nomes tirados da mitologia hindu para ajudar a preservar a identidade cultural delas e disse: "Uma cultura que venera[04] deusas produz mulheres fortes."

De meados para o fim dos anos 1960, seu pai e sua mãe participavam

ativamente do movimento pelos direitos civis. Harris revela que era levada de carrinho para as manifestações. E conta que, segundo uma história da família, certo dia estava agitada no carrinho e sua mãe perguntou o que ela queria.

"Libedade!", dizem que foi sua resposta.

Como muitos acadêmicos, nos primeiros anos Donald Harris era itinerante, passando de Berkeley para a Universidade de Illinois em Urbana-Champaign, a Universidade Northwestern, a Universidade de Wisconsin e voltando à área da Baía, para a Universidade Stanford, em 1972. O jornal dos estudantes, o *Stanford Daily*, descrevia sua filosofia econômica como marxista. Marxista ou não, com certeza não era clássica. Isso ameaçou bastante a estabilidade de seu emprego. Em 1974, quando chegava ao fim seu período como professor visitante, alguns dos catedráticos de Stanford relutavam em recomendá-lo para um cargo em tempo integral. A Union for Radical Political Economics envolveu-se a favor de Harris, e a questão tornou-se um assunto para o *Stanford Daily*. Estudantes fizeram um abaixo-assinado com mais de 250 assinaturas exigindo que o departamento de economia assumisse um "compromisso formal" com a economia marxiana e mantivesse uma equipe de três docentes trabalhando no campo e que os docentes recomendassem Harris para uma posição em tempo integral com plano de carreira. Donald Harris disse "não estar muito ansioso ou desejoso[05] de permanecer" em Stanford. Mas acabou sendo contratado e tornou-se o primeiro negro a conquistar estabilidade no Departamento de Economia de Stanford. Ele permaneceu na universidade até 1998, quando se aposentou. Harris ainda conserva o título de professor emérito.

Shyamala e Donald separaram-se em 1969, quando ele lecionava na Universidade de Wisconsin e Kamala e Maya tinham cinco e três anos, respectivamente. O casal deu entrada no pedido de divórcio em janeiro de 1972. Harris diz em sua autobiografia que, "se fossem um pouco mais velhos[06], um pouco mais maduros emocionalmente, talvez o casamento pudesse ter sobrevivido. Mas eles eram muito jovens. Meu pai foi o primeiro namorado da minha mãe".

Em um artigo de 2018[07], Donald Harris lamentou que a convivência com Kamala e Maya "tivesse terminado bruscamente" após uma batalha pela custódia. Ele atribuiu a culpa pelo acordo de custódia "à falsa suposição do Estado da Califórnia de que um pai não é capaz de cuidar dos filhos — especialmente no caso desse pai, 'um negro das ilha'", um "estereótipo ianque" que sugeria que um pai assim "pudesse terminar comendo as crianças no café da manhã!". Diz ele: "Mesmo assim, persisti e nunca desisti do amor por minhas filhas."

O julgamento final do divórcio, em 23 de julho de 1973, mostra que Shyamala obteve a custódia física, mas que Donald tinha direito de pegar as meninas em fins de semanas alternados e por sessenta dias no verão. Ele escreve

sobre levar as filhas para conhecer parentes na Jamaica e lhes mostrar o mundo que conhecia na infância: "Tentei passar essa mensagem em termos bem concretos, através de visitas frequentes à Jamaica e participando da vida lá em toda a sua riqueza e complexidade."

"Naturalmente", diz Donald Harris, "mais tarde, quando elas tinham mais maturidade para entender, eu também tentava lhes explicar as contradições da vida econômica e social em um país 'pobre', como a justaposição impressionante de extrema pobreza e extrema riqueza, enquanto eu mesmo trabalhava duro com o governo da Jamaica para projetar um plano e políticas apropriadas para fazer alguma coisa em relação àquelas condições."

Por mais que o pai tenha tentado, as lições ensinadas pela mãe parecem ter sido mais importantes na vida da filha. Kamala tece referências à mãe ao longo de sua autobiografia. E menciona o pai em menos de 12 páginas. "Meu pai é um bom sujeito[08], mas não somos muito próximos", disse ela em uma entrevista em 2003.

Em sua biografia oficial[09] no site da Procuradoria-Geral da Califórnia, Harris se descreve como "a filha da dra. Shyamala Gopalan, uma tâmil especialista em câncer de mama que viajou de Chennai, Índia, para os Estados Unidos para estudar na Universidade da Califórnia em Berkeley". Essa biografia não menciona seu pai.

***

Em um ensaio sobre seus ancestrais jamaicanos, Donald Harris escreve sobre um Hamilton no passado de sua família, embora o Hamilton da família Harris, Hamilton Brown, pouco tivesse em comum com Alexander Hamilton, abolicionista e um dos pais fundadores dos Estados Unidos. "Minhas raízes remontam[10], dentro do meu tempo de vida, à minha avó paterna, Srta. Chrishy (nascida Christiana Brown, descendente de Hamilton Brown, que está registrado como fazendeiro, proprietário de escravos e fundador de Brown's Town)." Hamilton Brown nasceu por volta de 1775 no Condado de Antrim, na Irlanda, e foi jovem para a ilha caribenha da Jamaica. Seu primeiro ato registrado na nova terra aconteceu em 1803, quando vendeu negros a outro homem. Nas três décadas seguintes, Hamilton Brown participou ativamente do sistema brutal da escravidão jamaicana, sendo um de seus defensores declarados contra o movimento abolicionista comandado por batistas e metodistas.

Para os brancos de sua época e procedência, esse trabalho era uma via comum para a prosperidade. "Administrar escravos era um meio[11] de emprego, e, para os brancos, possuir escravos era um caminho para o progresso material, a independência e uma maior liberdade", diz Christer Petley, professor de história

da Universidade de Southhampton, em seu livro, *Slaveholders in Jamaica* [Proprietários de escravos na Jamaica].

De fato, Hamilton Brown subiu na sociedade jamaicana, conquistando uma cadeira na Casa da Assembleia, o corpo legislativo da ilha. Advogado, foi listado como o agente, representante, executor, guardião, administrador, receptor ou mandatário de mais de cinquenta estados. Petley diz que as propriedades na Jamaica chegavam a ter duzentas pessoas escravizadas.

Os brancos possuíam vastas fazendas de açúcar, pimenta e café, enquanto os negros escravizados serviam de mão de obra. O açúcar jamaicano produzido por escravos foi fundamental para o comércio transatlântico, e "mais de um terço[12] de todos os navios de escravos que faziam negócios com a América Britânica ancoravam ali", diz Petley. No auge da economia escravagista da Jamaica, de oito a dez mil brancos mantinham escravizados 354 mil negros.

"Na Jamaica, eram comuns as relações[13] sexuais entre homens brancos e mulheres escravizadas, e, uma vez que a situação legal passava de uma geração a outra pela linha feminina, os filhos de mães escravizadas nasciam escravos, independentemente da situação do pai", explica Petley.

Sejam quais forem os atos de violência específicos cometidos por Hamilton Brown contra as pessoas que ele escravizou há 220 anos, eles se perderam na história. O que permanece vivo de seu DNA não se pode saber sem testes genéticos. Mas Petley afirma que "o oportunismo sexual dos homens brancos[14] foi um indício importante de seu poder coercitivo e sua elevada posição social".

Entre suas muitas funções, Brown tornou-se membro graduado da milícia. Nos primeiros anos de 1830, quando o povo escravizado se rebelou, ele e sua milícia foram destacados para ajudar a acabar com o levante. Em uma parada, ele e seus soldados localizaram insurgentes. Dez foram enforcados e 13 receberam trezentas chibatadas.

"Brown empenhou-se para reprimir[15] o levante e orgulhava-se do que fez", diz Peteley.

Em 1833, após a revolta dos escravos, o governo britânico curvou-se ao movimento abolicionista e promulgou uma lei libertando os escravos jamaicanos. Nos anos que se seguiram, Hamilton Brown tentou suplementar a falta de mão de obra nas fazendas importando trabalhadores da Irlanda. Em 1842, desculpou-se por não ter mais riquezas para legar à próxima geração e lamentou o golpe financeiro que levou "por causa da grande deterioração[16] da propriedade na Jamaica". Brown morreu em 1843.

***

Shyamala e Donald Harris viviam em Berkeley e Oakland quando as cidades do

leste da Baía estavam no centro do movimento pela liberdade de expressão e de muitos tipos de políticas transformadoras para a nação. O movimento contra a guerra do Vietnã, a ascensão do ambientalismo, as reivindicações por justiça racial, o nascente movimento pelos direitos dos prisioneiros, entre outros, eram parte das mudanças de seu tempo.

"Eles se apaixonaram[17] daquele jeito mais americano, enquanto marchavam por justiça no movimento pelos direitos civis dos anos 1960. Nas ruas de Oakland e Berkeley, do carrinho de bebê eu tinha uma visão das pessoas entrando no que o grande John Lewis denominou 'boa encrenca'", disse Harris na Convenção Nacional do Partido Democrata de 2020 quando aceitou a indicação para ser vice de Joe Biden.

Foram dias inebriantes e seríssimos. A Guarda Nacional era chamada regularmente ao campus de Berkeley da Universidade da Califórnia. Tubos de gás lacrimogêneo eram lançados do chão e de helicópteros. A polícia matou a tiros[18] um manifestante desarmado em uma manifestação em 1969 por causa de um terreno desocupado que passou a ser conhecido como Parque do Povo. O Partido dos Panteras Negras pela Autodefesa nasceu em 1966, cofundado por Huey Newton e Bobby Seale. Os Panteras andavam abertamente armados enquanto observavam detenções de pessoas negras em Oakland. A ideia de que jovens negros pudessem exibir armas legalmente alarmou as autoridades. Em maio de 1967, pouco depois que Ronald Reagan tornou-se governador, Newton e Seale comandaram duas dúzias de Panteras, usando boinas, óculos escuros, jaquetas de couro e portando armas descarregadas, até dentro do capitólio da Califórnia em Sacramento. A manchete do *Sacramento Bee* registrou: "Panteras Negras armados invadem capitólio." Os Panteras estavam lá para protestar contra a lei que visava proibir o porte em público de armas de fogo carregadas. De autoria de um deputado republicano do afluente bairro de Oakland Hills, a lei incluía um dispositivo que proibia a entrada de pessoas portando armas de fogo no capitólio. A lei obteve aprovação maciça com respaldo republicano e democrata.

Com o apoio da Associação Nacional do Rifle (NRA, sigla em inglês para National Rifle Association of America), o governador Reagan sancionou a lei um dia depois de sua aprovação pela Assembleia. "Hoje em dia não há por que[19] um cidadão andar na rua portando armas carregadas", disse. Foi uma das primeiras medidas da Califórnia em prol do controle de armas. Muitas outras viriam, embora mais tarde a NRA tentasse barrar tais medidas, sem muito sucesso.

Essa lei nova não impediu que as ruas de Oakland fossem bastante conflituosas e perigosas. Em outubro de 1967, a polícia deteve Newton na cidade. Irrompeu um tiroteio e o policial John Frey foi morto. Newton, alvejado na barriga, foi acusado de assassinato. "Huey livre" tornou-se um grito de guerra.

Newton foi condenado por homicídio culposo e preso, embora um tribunal estadual de apelação tenha revertido a condenação. Após três julgamentos anulados, o Ministério Público do Condado de Alameda decidiu contra um novo julgamento e ele foi solto, ainda que não por muito tempo. Foi acusado de matar uma prostituta e dar coronhadas em um homem que tinha sido seu alfaiate.

Newton fora um líder carismático[20] nos anos 1960 e tornou-se quase um líder de culto quando estava preso. Thomas Orloff, promotor de justiça adjunto do Condado de Alameda, tinha uma visão diferente. Orloff comandou a ação penal contra Newton pela morte da prostituta e pelas coronhadas "com sucesso limitado". Orloff, que se tornou promotor de justiça do Condado de Alameda, disse: "O Huey Newton que eu vi[21] era basicamente um gângster."

Newton tornou-se ph.D. pela Universidade da Califórnia em Santa Cruz, mas teve um fim prematuro quando foi baleado e morto[22] no meio da rua em West Oakland em 1989 ao comprar de drogas.

Enquanto assistia ao nascimento de uma nova cultura política nos Estados Unidos, Shyamala Gopalan também garantiu que suas filhas conhecessem suas origens indianas e levou-as para visitar os avós do outro lado do mundo. Mas os Estados Unidos e suas perspectivas raciais e de gênero estavam sendo assimilados. Ela também compreendeu que "estava criando duas filhas negras"[23] e que nesse país as pessoas as viam como negras, diz Harris em sua autobiografia.

Algumas das lições que Shyamala ensinou às filhas aconteceram durante as reuniões de quinta-feira no Rainbow Sign, um centro cultural negro em Berkeley. Entre os convidados que passaram por lá estavam Shirley Chisholm, congressista de Nova York e primeira candidata negra à presidência dos Estados Unidos; a cantora de jazz, musicista e líder do movimento pelos direitos civis Nina Simone; e a poeta Maya Angelou.

"Neste #MesdaHistoriaNegra[24], quero lembrar minha mãe e a comunidade do Rainbow Sign que nos ensinaram que tudo era possível, sem nos sobrecarregarmos com o que já passou", postou Harris nas redes sociais em 2020.

Mas essa lição nem sempre foi verdade para Shyamala. Ela trabalhou na Universidade da Califórnia em Berkeley com uma amiga, a dra. Mina Bissell, que recorda terem prometido a Shyamala uma promoção que acabou indo para um homem. A mãe divorciada de Kamala, com 12 anos, e de Maya, com dez, reagiu conseguindo um emprego para lecionar na Universidade McGill, em Montreal, em 1976 e realizar pesquisas sobre câncer de mama no Jewish General Hospital, na mesma cidade.

Shyamala viajara muito quando criança. Seu pai era um alto funcionário público na Índia que, ao longo da infância de Shyamala, assumiu postos em

Chennai, Nova Déli, Mumbai e Calcutá. Dessa forma, ela acharia natural mudar-se da Califórnia para Quebec em busca de uma nova oportunidade. Para a filha mais velha, porém, a mudança foi intimidadora. Kamala recorda em suas memórias que "a ideia de deixar[25] a ensolarada Califórnia em fevereiro, no meio do ano letivo, para ir morar em uma cidade estrangeira de língua francesa coberta por três metros de neve foi angustiante". Shyamala a matriculou na Notre-Dame-des-Neiges, uma escola do ensino fundamental de língua francesa, e depois na Westmount High School, uma das escolas de língua inglesa mais antigas de Quebec.

Na Westmount, Kamala Harris[26] participou de encontros de torcida, iniciou um grupo de dança chamado "Midnight Magic" e, com cinco amigas a seu lado, dançou ao som de músicas pop do início dos anos 1980 vestindo cintilantes fantasias caseiras. Também aprendeu uma realidade dura.

Wanda Kagan e Kamala Harris foram melhores amigas no ensino médio em Montreal, mas, como acontece com amizades de adolescência, perderam contato depois de formadas. Reconectaram-se em 2005. Kagan estava assistindo quando a amiga apareceu no *The Oprah Winfrey Show* para falar de sua experiência como a primeira negra da Califórnia a ser eleita promotora de justiça.

Kagan ligou para Harris e as duas tiveram uma longa conversa, inteirando-se das respectivas novidades e relembrando as experiências compartilhadas, entre elas a época em que Kagan morou com Kamala, Maya e Shyamala Harris. Estava fugindo dos abusos que ocorriam em sua casa.

Nessa conversa, disse Kagan, Harris revelou-lhe ter se inspirado para se tornar promotora em grande parte "pelo que ela passou comigo"[27]. A amiga contou a Harris que morar com sua família foi uma das poucas boas lembranças que tinha dessa época. Kagan, que relatou sua história publicamente pela primeira vez para o *New York Times*, recordou que as Harris preparavam a refeição e jantavam juntas. Normalmente, eram pratos indianos. Kagan nunca comeu uma comida tão boa quanto aquela. Foi uma época especial para ela. No lar Harris, Kagan não era simplesmente "uma pessoa que está hospedada em nossa casa agora". Ela foi acolhida como um membro da família. Shyamala insistiu para que ela fizesse terapia. A experiência de Kagan foi tão profunda que ela deu o nome de Maya à filha. A história dessa ligação entre duas adolescentes décadas antes em Montreal tornou-se parte da campanha presidencial de 2020.

Os registros no anuário de Harris no ensino médio mostram que ela desejava voltar para os Estados Unidos. Nele, Harris descreve felicidade como "fazer ligações interurbanas", e no campo reservado às lembranças preciosas diz: "Califórnia, Angelo: verão de 80." Ela está sorrindo na foto do anuário e logo estaria entrando no primeiro ano na Universidade Howard, uma instituição historicamente negra em Washington, D.C. No anuário, Harris também encoraja a

irmã: “Fica fria, MA YA!” Maya se tornaria a maior confidente de Kamala Harris em sua ascensão política. E a filha de Shyamala ainda homenageia a força da natureza que foi sua maior fonte de inspiração na vida: “Agradecimento especial a: Minha mãe.”

2
AQUELA GAROTINHA

É impossível entender Harris sem compreender as contradições singulares da política da Califórnia. Há muitas Califórnias. Algumas partes do estado são tão conservadoras quanto as partes mais republicanas do país. Outras estão entre as mais progressistas da nação. Para deixar uma marca na história do estado, como Harris deixou, um político deve saber como navegar entre todas elas. Sua ascensão, como o leitor verá, deve-se em grande parte ao seu talento de fazer exatamente isso.

Mas, acima de tudo, o leitor tem que entender o histórico particularmente contraditório da Califórnia sobre raça — um histórico que Harris conheceria de perto desde o dia em que nasceu.

As eleições de 1964 foram realizadas no dia 3 de novembro, duas semanas depois do dia 20 de outubro, em que Shyamala Gopalan Harris deu à luz sua primeira filha. Considerando que o jovem casal devia estar prestando atenção no resultado das eleições, e não na filhinha recém-nascida, Shyamala e Donald Harris assistiram a uma reviravolta significativa nessa noite. O presidente Lyndon Johnson obteve uma vitória esmagadora sobre o senador Barry Goldwater, um republicano do Arizona, e consquistou um mandato que, por algum tempo, ia ajudá-lo a expandir sua política doméstica da Grande Sociedade e dos direitos civis. Ele obteve quase 60% dos votos da Califórnia, a primeira vez em 16 anos que um democrata vencia no estado.

Do outro lado da Baía de São Francisco, Willie Lewis Brown Jr., um homem negro de trinta anos, fazendo campanha como um “progressista responsável”, venceu uma corrida para a Assembleia Legislativa contra um político irlandês-americano que ocupava a cadeira desde 1940. Phillip Burton conquistara uma

vaga no Congresso em uma eleição especial alguns meses antes. Com o irmão mais novo de Burton, John, também tendo conquistado uma cadeira na Assembleia, Brown tornou-se um membro fundador da máquina política mais tarde denominada "máquina Burton-Brown" e depois simplesmente "máquina Willie Brown". Seja qual for o seu nome, a organização dominou a política de São Francisco por décadas.

Brown, filho de uma empregada doméstica e um garçom, cresceu em Mineola, Texas, uma cidade independente e desigual de 3.600 habitantes, 135 quilômetros a leste de Dallas. Ele tinha 17 anos em 1951, quando fugiu do sul e de suas leis de Jim Crow e chegou a São Fransisco calçando sapatos surrados e carregando os pertences em uma mala de papelão. Seu único contato em São Francisco era seu tio, Rembert "Itsie" Collins, um jogador que vivia à grande, usava ternos de seda e anéis de brilhante e ensinou a Brown as primeiras lições sobre a cidade que ele viria a dominar.

Como Shyamala Gopalan e Donald Harris e tantos outros, Brown fora para o oeste em busca de oportunidade. Isso significava conseguir estudar. Brown trabalhou como zelador para se formar na San Francisco State College e graduou-se em direito pela Hastings College of the Law da Universidade da Califórnia, que fica no bairro de Tenderloin, no centro da cidade. Naquela época, como ainda é hoje, Tenderloin era o lar de novos americanos e de pessoas com vidas arruinadas, marginalizadas e viciadas. Sem conseguir encontrar um emprego nos escritórios de advocacia do centro, Brown representava clientes que eram acusados de crimes contra a moral e os bons costumes. Isso mudaria mais tarde[28], quando ele se tornaria um dos políticos mais poderosos das décadas finais do século XX. Kamala Harris veria isso de perto depois. E ela mesma aprenderia como administrar as traiçoeiras dicotomias políticas do estado adotado por seus pais.

Nesse dia da votação, os eleitores da Califórnia decidiram o destino de um referendo, a Proposta 14, que dava ao dono de uma propriedade "discricionariedade absoluta" para vendê-la ou não a quem bem entendesse e procurava proibir o governo do estado de ditar de alguma maneira a quem o dono poderia vendê-la. Patrocinada por interesses imobiliários e proprietários de apartamentos, a medida tinha apenas 270 palavras. Seu objetivo era simples, embora não explicitado: os proprietários brancos deveriam ter o direito de manter os negros fora dos subúrbios, uma sirene que soaria muitas décadas mais tarde pelo presidente Trump na campanha presidencial de 2020.

No guia oficial do eleitor enviado para todos os eleitores registrados da Califórnia, os apoiadores da Proposta 14 alegavam o seguinte: se o governo puder exigir que os donos aluguem ou vendam a qualquer um que possa pagar o preço,

"o que vai evitar que a Legislatura[29] aprove leis que proíbam o dono de um imóvel de se recusar a alugar ou vender por motivos de sexo, idade, estado civil ou falta de responsabilidade financeira?".

O procurador-geral da Califórnia, Stanley Mosk, um progressista, adotou a visão oposta: "Isso seria a legalização e o estímulo do preconceito[30]. Em uma época em que nossa nação está progredindo na questão dos direitos civis, propõe-se transformar a Califórnia em outro Mississippi ou Alabama e criar um clima de violência e ódio."

Como muitas cidades, Berkeley fora há muito dividida em duas, um legado de práticas discriminatórias. Pessoas negras geralmente não podiam alugar nem comprar casas a leste da Grove Street, hoje rua Martin Luther King Jr. As colinas a leste, Berkeley Hills, com seus eucaliptos e carvalhos, eram onde os brancos moravam. A família Harris morava de aluguel na parte baixa, Berkeley Flats.

A Proposta 14 foi uma reação ao Rumford Fair Housing Act. Assinado pelo governador Edmund G. "Pat" Brown em 1963, o Rumford Fair Housing Act garantia às pessoas o direito de alugar onde quisessem e proibia a discriminação na habitação pública. A lei foi aprovada na última noite da sessão legislativa, depois que os senadores a atenuaram isentando residências unifamiliares.

Seu autor, o deputado William Byron Rumford, representava o distrito que abrangia Berkeley Flats e West Oakland, onde a família Harris morava. Rumford, um farmacêutico que estudou na Universidade da Califórnia, campus de São Francisco, outra universidade pública, conquistou sua cadeira em 1948, o primeiro legislador negro[31] eleito na área da Baía.

Os corretores de imóveis viram a Califórnia como o campo de batalha para um confronto nacional sobre uma política habitacional sem discriminações e "acharam que, se pudessem derrotar[32] essa lei na Califórnia, supostamente 'progressista', sua chance de derrotá-la em outras regiões era muito boa", relatou Rumford.

O desfecho não estava próximo.

No dia em que deram uma vitória avassaladora a Lyndon Johnson e mandaram Willie Brown para Sacramento, os californianos aprovaram a proposta por 65% a 35%. Os eleitores de 57 dos 58 condados, incluindo a progressista São Francisco, votaram a favor dela. No Condado de Alameda, onde morava a família Harris, 60% dos eleitores a aprovaram.

A Proposta 14 não duraria. A Suprema Corte da Califórnia a derrubou em 1966, considerando que violava a exigência constitucional dos Estados Unidos de que todos os cidadãos recebessem proteção igual. Em 29 de maio de 1967[33], a Suprema Corte Federal concordou que a proposta violava a 14ª Emenda, por uma margem ínfima de cinco a quatro.

O juiz da Suprema Corte Federal William O. Douglas redigiu o acórdão: "Este

não é um caso simples como o de um homem com uma bicicleta ou um carro ou um certificado de ações ou mesmo uma cabana de madeira que afirma ter o direito de vender seu bem a quem lhe aprouver, excluindo todos os outros caso sejam negros, chineses, japoneses, russos, católicos, batistas ou tenham olhos azuis." Antes, a questão envolvia "uma forma de discriminação sofisticada", com a intenção de manter certos bairros brancos.

Citando James Madison, Douglas disse no acórdão: "E, para aqueles que dizem que a Proposta 14 representa a vontade do povo da Califórnia, pode-se apenas responder: 'Onde quer que esteja o verdadeiro poder em um governo, aí está o perigo de opressão.'"

Tradução: A Constituição protege as minorias contra o domínio desenfreado da maioria por uma boa razão.

Os dissidentes citaram a vontade do povo, afirmando que tribunais não deveriam adivinhar a intenção dos legisladores ou, por extensão, do povo por meio de votação nesses assuntos.

Décadas mais tarde, a procuradora-geral da Califórnia Kamala Harris usaria uma variação desse argumento ao defender o casamento igualitário. Mas, antes e de forma mais direta, ela sofreria as consequências de um importante confronto sobre raça.

***

O superintendente escolar de Berkeley Neil V. Sullivan era formado em Harvard e filho de uma mãe que sabia que a educação era a forma de sair de seu gueto irlandês em Manchester, New Hampshire. Ele era também um importante defensor do fim da segregação escolar.

Em nome da administração Kennedy, Sullivan passou o ano de 1963 trabalhando para reabrir escolas no Condado de Prince Edward, Virgínia, depois que segregacionistas procuraram burlar ordens de integração fechando todas as escolas públicas. Os pais brancos colocaram os filhos em escolas particulares elitizadas. Crianças negras não tinham escola. O trabalho de Sullivan foi duro. Frequentemente os cidadãos despejavam lixo nos degraus e na varanda da casa alugada por ele. Houve ameaças de bomba. Chegaram a dar um tiro em sua janela. Mas ele conseguiu reabrir as escolas, e o procurador-geral Robert Kennedy visitou Sullivan no Condado de Prince Edwards em 1964, após o assassinato do irmão, o presidente John Kennedy.

"As crianças se apaixonaram por ele[34], e foi evidente que lhe deram o estímulo de que ele tanto necessitava", escreveu Sullivan mais tarde.

Sullivan chegou a Berkeley em setembro de 1964, após ter sido recrutado pelo conselho de educação. Foi arriscado, inicialmente. Os membros do conselho de

educação corriam o risco de ser removidos por causa de seus esforços para integrar as escolas, mas eles resistiram. Isso garantiu que Sullivan pudesse levar seu mandato adiante. Em maio de 1967, Sullivan disse ao Conselho de Educação de Berkeley: “Essas escolas estarão totalmente dessegregadas em setembro de 1968, e talvez façamos história nesse dia.”

Ele contou suas experiências em um livro, *Now is the Time* [Agora é a hora], uma referência ao discurso de Martin Luther King Jr. na Marcha de Washington em 1963: “Agora é a hora de tornar real a promessa de democracia.”

King, que se tornara seu amigo, escreveu no prefácio do livro de Sullivan, com data de 1º de setembro de 1967: “Acredito que nossas escolas[35] devem e podem assumir a liderança nesse esforço hercúleo.” No entanto, King não viveu para ver o resultado.

Em 1968, aquele ano de assassinatos e levantes civis, Sullivan cumpriu sua promessa. Os ônibus escolares transportavam crianças negras de Berkeley Flats para escolas nas colinas, e crianças brancas eram levadas nos ônibus na parte baixa. Berkeley tornou-se a maior cidade nos Estados Unidos a integrar suas escolas.

“Pode ter sucesso uma cidade[36] de porte médio com um exército já habitual de brancos intolerantes capazes de inundar os correios com mensagens de ódio, uma cidade rodeada de cidades cheias de racismo – de brancos e negros?

“A resposta nesta cidade de Berkeley é um sonoro ‘SIM’”, escreveu Sullivan.

Kamala Harris não estava naqueles ônibus escolares em 1968. Era muito criança. Nem andava de ônibus em 1969, o ano em que entrou no jardim de infância. Nesse ano, seus pais a matricularam em uma escola montessoriana em Berkeley.

Mas no outono de 1970[37] aquela garotinha usou, sim, o ônibus escolar rumo ao primeiro ano na Thousand Oaks Elementary a pouco menos de quatro quilômetros de seu apartamento. Antes da extinção da segregação, 11% dos alunos da Thousand Oaks eram negros. Em 1970, eram mais de 40%.

“Podemos ou não mudar os adultos, mas podemos mudar as crianças. Nossas crianças crescerão em uma comunidade onde a justiça é um modo de vida, e esperamos que elas espalhem justiça”, disse Sullivan. Sua intenção era nobre e ambiciosa, embora nitidamente não fosse simples.

Meio século depois, no auge de uma corrida para a presidência, Harris estava determinada a trazer os americanos de volta àquele momento da história. No grande palco do Adrienne Arsht Center for the Performing Arts em Miami, Flórida, a senadora Kamala Harris, a procuradora que se tornara política, filha de mãe indiana e pai jamaicano, não estava prestes a ser calada.

“Eu gostaria de falar[38] sobre a questão racial”, disse a senadora de primeiro

mandato pelo estado da Califórnia ao interromper a discussão entre os candidatos após uma hora, no primeiro debate das primárias presidenciais do Partido Democrata na corrida para derrubar o presidente Donald J. Trump.

Um dos moderadores, Rachel Maddow, da MSNBC, pediu que ela não usasse mais que trinta segundos. Harris sorriu e se recompôs. O que tinha em mente no dia 27 de junho de 2019 ultrapassaria um pouco o meio minuto.

Ela virou-se para Joe Biden, o antigo vice-presidente e o favorito, um homem 22 anos mais velho que ela, de outra geração. Harris começou com delicadeza. Não achava que ele fosse racista, disse, deixando pairar no ar a sugestão de que talvez ele pudesse ser. Então deu um giro. No passado, Biden soara quase romântico sobre os seus dias no Senado, quando a política era civilizada e ele, um liberal de Delaware, trabalhava com os senadores James O. Eastland do Mississippi e Herman E. Talmadge da Geórgia, velhos democratas, que eram segregacionistas. A lei na qual trabalhavam buscava impedir que o transporte escolar dessegregasse as escolas públicas. Harris chamou isso de "doloroso".

"Sabe, havia uma garotinha na Califórnia que fazia parte da segunda classe a integrar suas escolas públicas e ela usava o transporte escolar diariamente para ir à escola, e aquela garotinha era eu", disse Harris na fala que se tornou a marca do debate.

Nos dias que se seguiram, os apoiadores e os detratores de Harris discutiriam se o ataque orquestrado foi politicamente sensato ou um golpe baixo, grosseiro ou um momento de destaque muito necessário para uma candidata que procurava ascender à elite do Partido Democrata na corrida pela indicação para a presidência dos Estados Unidos. No mínimo, Kamala Harris se afirmou como sendo a encarnação de uma América multicultural e beneficiária direta de políticas duramente conquistadas que os segregacionistas lutaram para evitar. Lamentações à parte, o drama do episódio político imediato obscureceu o contexto da era em que ela nasceu.

A intenção naquele momento era catapultar Harris à posição de favorita, firmar o seu lugar na base democrata, particularmente a dos eleitores negros, e atrapalhar Biden, o favorito. Funcionou por um minuto. A campanha de Harris aproveitou[39] o momento, tuitando uma foto de Harris na infância, de maria-chiquinha com laços de fita amarrados no cabelo e um ar sério de determinação no rosto. A equipe de Biden estava na defensiva. A equipe de Harris procurou monetizar o momento vendendo camisetas estampadas com a imagem da garotinha de maria-chiquinha e as palavras: **aquela garotinha era eu**. Preço de venda: de 29,99 a 32,99 dólares.

Harris entrou na corrida presidencial totalmente focada em vencer. Para fazer isso, precisava derrotar o favorito. O fato de ter falhado pode ser atribuído a deslizes seus e a fatores fora de seu controle. Mas, embora sua campanha tenha

rateado antes que os primeiros votos fossem dados, Harris deixou uma forte impressão. Algo nela sempre se entranha.

Esse é o jeito de Kamala Harris.

3

UMA EDUCAÇÃO, O APARTHEID E UM MASSACRE

Em 13 de maio de 2017, 150 anos após a fundação da Universidade Howard e 31 anos depois de sua formatura, a senadora Harris voltou à sua *alma mater* para discursar na cerimônia de formatura. Harris, como muitos ex-alunos de Howard, é fiel à sua *alma mater* e se refere a ela com grande afeição. Ela fala das pessoas proeminentes formadas por Howard que a precederam — a escritora Toni Morrison, o juiz da Suprema Corte Federal Thurgood Marshall e muitas outras. Em seu discurso, ela se deteve no lema da Universidade Howard, *Veritas et utilitas* — verdade e serviço. Sem mencionar Donald Trump, não deixou dúvidas quanto a quem se referia.

"Em uma época em que há americanos, pretos e pardos sobretudo, presos em um sistema falido de encarceramento em massa, falem a verdade e sirvam. Em uma época em que homens, mulheres e crianças são detidos em aeroportos do nosso país simplesmente por causa do deus que adoram, falem a verdade e sirvam. Em uma época em que imigrantes foram tirados de suas famílias em frente a escolas e do lado de fora de tribunais, falem a verdade e sirvam."

A Universidade Howard ocupa um lugar único na história americana, ainda mais agora com a ascensão de Harris. Seu nome é uma homenagem a Oliver O. Howard, o general de divisão da Guerra Civil que chefiou a Agência de Refugiados, Libertos e Terras Abandonadas e lutou para garantir que as quatro milhões de pessoas libertadas pela Proclamação da Emancipação e pela Guerra Civil tivessem o direito de se casar, possuir terras, ganhar a vida, votar e estudar. Howard teria um papel importante na educação de professores, entre outros, que ajudaram as pessoas antes escravizadas a conquistar seu lugar na sociedade.

O presidente Andrew Johnson — que era antinegros, bebia muito e era dado a teorias da conspiração — sancionou a lei criando a Universidade Howard em 2 de março de 1867. Foi nesse mesmo dia que o Congresso derrubou o veto de Johnson ao primeiro Reconstruction Act, um ano antes de ele sofrer o impeachment votado pela Câmara dos Deputados. Em uma história da Universidade Howard, Rayford W. Logan, professor catedrático de história por quase trinta anos na Howard, afirma que dadas as visões racistas de Johnson a decisão de sancionar a lei foi “provavelmente não altruística”. Talvez, diz ele, Johnson não tenha se dado conta do significado da lei que estava sancionando.

Em 7 de novembro de 2020, o dia em que Joe Biden declarou a vitória em sua longa disputa pela presidência, a vice-presidente eleita Kamala Harris subiu ao palco vestida de branco, em comemoração aos cem anos do sufrágio feminino, e usando brincos de pérola em homenagem à Alpha Kappa Alpha, a primeira irmandade criada por e para mulheres negras. Harris homenageou as mulheres que a precederam — Shirley Chisholm, Hillary Clinton e muitas outras — e tornou-se o exemplo vivo da promessa de que qualquer menina pode se tornar o que aspirar ser desde que tenha talento e garra, e uma dose de sorte. Sua ascensão é especialmente significativa para sua irmandade, Alpha Kappa Alpha, que foi fundada em 1908: membros dessa irmandade e outras que compõem as irmandades “Divine Nine”, fundadas por mulheres negras, sem dúvida ajudaram a impulsionar a chapa Biden-Harris.

“Esta noite eu penso na luta, na determinação delas e na força de sua visão para enxergar quais fatos do passado podem deixar de ser um peso sobre os nossos ombros”, declarou Harris à multidão reunida em Wilmington, Delaware, e a todos que estavam assistindo no país e no mundo inteiros. Muitos que assistiam eram parte da família Howard.

Karen Gibbs acompanhava de sua casa em um subúrbio de Washington, D. C. Ela e Harris foram vizinhas em Howard e se tornaram grandes amigas.

“Pura exuberância, uma abundância de orgulho e gratidão”, disse Gibbs, resumindo o que lhe passava pela cabeça enquanto assistia à madrinha de suas filhas. “Senti uma emoção avassaladora.”

A universidade fica a pouco mais de três quilômetros a pé da Casa Branca. Lá já se formaram prefeitos, senadores, um ministro do Supremo Tribunal, ganhadores do prêmio Nobel e agora alguém que ocupará seu lugar na Casa Branca. Harris, como outros que escolheram estudar na Howard, poderia ter ido para alguma outra das melhores universidades. Mas buscou uma faculdade historicamente negra, pois lá seria respeitada por quem e o que ela era, estaria entre pessoas com a mesma aparência que ela e, como alguém que não nasceu em berço de ouro, não teria que brigar por um lugar à mesa.

“Finalmente foi Kamala que nos fez chegar lá. Não tem como a gente não

sentir muita alegria e muita esperança", disse Ron Wood, promotor e ex-aluno proeminente da Howard, que acompanhou o discurso dela de sua casa em Los Angeles.

Tendo crescido em Berkeley e Oakland e participado de protestos desde bem pequena, Kamala Harris se encaixou perfeitamente na Universidade Howard em meados da década de 1980.

"Dançávamos[40] nas sextas-feiras à noite e protestávamos nos sábados de manhã", contou Harris ao falar de seus dias em Howard, em um vídeo da campanha presidencial dirigido a mulheres formadas em universidades e faculdades historicamente negras, em especial às suas irmãs da Alpha Kappa Alpha, uma rede de mulheres com educação superior e bem-sucedidas. Diz Harris em *The Truths We Hold*:

> Em qualquer dia[41] que parássemos no meio do pátio podíamos ver, à direita, jovens dançarinos praticando seus passos ou músicos tocando instrumentos. Olhava-se para um lado e lá estavam estudantes com pastas saindo da escola de administração e alunos de medicina vestidos com jalecos brancos, voltando para o laboratório. Grupos de estudantes podiam estar em uma rodinha às gargalhadas ou envolvidos em uma discussão profunda. (...) Essa era a beleza de Howard. Tudo à nossa volta dizia aos alunos que podíamos ser qualquer coisa — que éramos jovens, talentosos e negros, e não devíamos deixar nada atrapalhar o nosso sucesso.

Harris se formou em ciências políticas e economia em 1986. Naquele ano, o anuário da Universidade Howard mostra que Shirley Chisholm foi homenageada por sua carreira. Wynton Marsalis e o grupo Run-DMC se apresentaram. Os estudantes mais jovens estavam aborrecidos com o fato de a idade mínima para consumir bebidas alcoólicas ter subido de 18 para 21 anos em 1984, e os alunos de Howard começavam a usar computadores pessoais, que custavam mais de três mil dólares. Os estudantes organizaram um boicote à Coca-Cola por fazer negócios na África do Sul dominada por brancos. Em 20 de janeiro de 1986, a nação celebrou pela primeira vez o Dia de Martin Luther King. O reverendo Jesse Jackson falou sobre King naquele dia em Howard.

Harris e Karen Gibbs faziam compras juntas, compartilhavam qualquer agrado que suas famílias enviassem, iam sempre juntas rezar em diferentes igrejas de Washington aos domingos e cozinhavam juntas.

"Ela costumava rir do que eu preparava[42]. Era comida sem graça", disse Gibbs.

Harris visitou a casa de Gibbs em Delaware, e Gibbs visitou a de Harris em

Oakland. Gibbs demonstrou seu alto apreço por Harris convidando-a para ser madrinha de suas filhas. Harris se sentiu honrada. Até hoje, Gibbs pensa em Shyamala Harris quando prepara uma receita que aprendeu com ela: maçãs verdes fritas na manteiga com canela. Em Howard, Harris e Gibbs estavam intensamente focadas em alcançar seus objetivos de se tornarem advogadas e promotoras. As duas conseguiram. "Foi quando chegamos à maioridade, quando descobrimos quem éramos. Era uma enxurrada de empolgação. Havia tantas pessoas jovens, talentosas e negras", disse Gibbs. A senadora Harris convidou Gibbs para assistir, na Comissão de Justiça do Senado, à audiência de confirmação de Brett Kavanaugh, indicado à Suprema Corte. A opinião de Gibbs sobre a atuação de Harris era importante para a velha amiga, como alguém que muitas vezes interrogara testemunhas hostis. Gibbs achou o interrogatório de Harris magistral.

Enquanto estudava em Howard, Harris conseguiu um estágio no gabinete do senador federal Alan Cranston. Ela viria a assumir a cadeira que foi de Cranston. Também marchou contra o apartheid. Em um discurso em Howard pouco depois da reeleição do presidente Ronald Reagan em 1984, o líder sul-africano bispo Desmond M. Tutu acusou[43] a administração Reagan de colaborar para perpetuar o racismo em sua terra natal, relatou a Associated Press em 7 de novembro de 1984. Tutu disse que a política americana do governo Reagan provou ser "um desastre total para os negros" em sua terra natal e que a política de Reagan encorajava o regime a "aumentar a repressão e ser mais intransigente".

Já na Califórnia de Harris, as pessoas em posição de poder agiam para derrubar o regime sul-africano. Um influente republicano teve um papel gigantesco nesse esforço.

***

Durante anos, a congressista Maxine Waters, então deputada por Los Angeles, andara em vão defendendo leis para forçar os administradores do fundo de pensão dos funcionários públicos da Califórnia a se desfazerem de ativos em empresas com negócios na África do Sul. Willie Brown, presidente da Assembleia Legislativa da Califórnia, vinha ajudando como podia. Em junho de 1985, Brown exortou o Conselho de Regentes da Universidade da Califórnia a vender os ativos do fundo de pensão da universidade na África do Sul. Embora Brown estivesse no auge do seu poder e pudesse exercer controle sobre os fundos da universidade, o conselho rejeitou seu pedido. A princípio, o governador George Deukmejian, um republicano, concordou com essa decisão.

Como os estudantes continuavam protestando contra o apartheid, Brown foi tentar persuadir o governador, fazendo questão de topar com Deukmejian onde ele almoçava, a lanchonete no subsolo do capitólio. Brown nunca teria almoçado sozinho no subsolo. Preferia refeições mais finas. Deukmejian satisfazia-se com sanduíches de atum no pão de forma branco. Atum era um dos alimentos de que Brown menos gostava. O presidente sacrificou o paladar por uma causa importante, conforme relata em sua autobiografia *Basic Brown*: "Falamos de muitas coisas[44] durante aqueles almoços, incluindo o genocídio do povo armênio pelos turcos em 1915 — um horror presente na vida de Deukmejian, uma vez que membros de sua família haviam sofrido terrivelmente na época. Apontei os paralelos entre a condição do povo armênio na época e a dos cidadãos negros da África do Sul agora."

A posição de Deukmejian evoluiu. Em meados de 1986, o chefe de gabinete de Deukmejian, Steven Merksamer, ligou para o chanceler da Universidade da Califórnia para dizer que o governador estava repensando sua oposição à venda de ativos.

Deukmejian então apelou a um amigo, o presidente Reagan. Nenhum legislador fora mais próximo de Reagan durante seu mandato de governador do que Deukmejian. Em uma carta ao presidente Reagan[45], Deukmejian instou-o a "aumentar a pressão contra o apartheid na África do Sul". Assinou a carta como "Duke".

Em 16 de julho de 1986, Deukmejian escreveu aos regentes: "Não podemos voltar as costas[46] para os sul-africanos negros neste momento de grande crise. Na qualidade de sétima maior economia do mundo, a Califórnia pode fazer a diferença. Precisamos defender a liberdade e nos levantar contra violações de direitos humanos onde quer que elas ocorram."

Dois dias depois, com Deukmejian presente, os regentes reverteram sua posição e votaram pela venda de bilhões em ativos de fundos de pensão de companhias com negócios na África do Sul.

Em Sacramento, a deputada Waters reapresentou um projeto de lei em 1986 para forçar os fundos de pensão do estado a vender seus ativos de companhias que operassem na África do Sul. Empresas importantes, a principal fonte do apoio político de Deukmejian, fizeram um lobby pesado contra a lei. Mas a legislatura aprovou-a, com votos republicanos. No dia em que sancionou a lei de Waters, Deukmejian levantou a pergunta que andava fazendo a si mesmo: "Como nos sentiríamos[47] se nossos direitos e nossas liberdades individuais fossem negados e o resto do mundo nos voltasse as costas?"

Se estivesse prestando atenção aos acontecimentos em casa, Harris teria visto que as ações tomadas em Sacramento importam. A Califórnia estava provando de novo que podia liderar um movimento, para não dizer uma nação. Nelson

Mandela, particularmente, notou isso.

Em 1990, o ano em que Harris começou a trabalhar como promotora do Condado de Alameda, as autoridades sul-africanas libertaram Mandela após 27 anos de prisão. Em junho, Mandela fez uma aparição triunfal diante de sessenta mil pessoas entoando "liberdade, liberdade" no estádio Oakland Coliseum. Naquela parada em Oakland, Mandela elogiou os líderes políticos[48] da Califórnia que haviam pressionado a África do Sul por meio da luta pela venda de ativos.

"Acho que nada do que fizemos[49] teve mais impacto mundial", disse Brown anos depois. "Levamos a chave da prisão para Nelson Mandela."

***

Shyamala regressara a Oakland com a filha Maya após conquistar uma vaga de pesquisadora em Berkeley. Harris decidiu ir para casa também. Sua próxima parada foi a Hastings College of the Law da Universidade da Califórnia, no centro de São Francisco.

Ela entrou na faculdade de direito em 1987. Foi um ano depois que os eleitores da Califórnia destituíram três ministros progressistas da Suprema Corte da Califórnia em uma campanha liderada por Deukmejian. O governador substituiu os três indicados pelos democratas por ministros conservadores, dando aos nomeados republicanos uma maioria na corte que duraria pelas três décadas seguintes.

A turma de direito de Harris produziu vários advogados que alcançaram grande sucesso. Um, McGregor Scott, tornou-se procurador da República em Sacramento durante os governos dos presidentes George W. Bush e Donald Trump. Outro, J. Christopher Stevens, ingressou no serviço diplomático e foi nomeado embaixador americano na Líbia pelo presidente Obama em 2012. Stevens morreu em um ataque terrorista ao consulado em Bengasi em 11 de setembro de 2012. Harris tornou-se presidente da Associação dos Estudantes de Direito Negros da Hastings. Mas quem a conheceu lá diz que ela não era especialmente notável. Não se graduou *summa cum laude*, *magna cum laude* nem *cum laude*.

"Nada nela sugeriria[50] que um dia se tornaria promotora de justiça, procuradora-geral, senadora ou vice-presidente", disse o advogado de São Francisco Matthew D. Davis, colega de classe, amigo e apoiador da campanha de Harris.

Kamala Harris estava terminando seu curso na Hastings quando, em 17 de janeiro de 1989, a Califórnia e o resto do país conheceram um novo tipo de inferno.

Patrick Purdy, um jovem cheio de ódio vestindo uniforme de combate e empunhando um fuzil de assalto AK-47, usado em guerras, mirou em crianças no parquinho da Cleveland Elementary School, em Stockton. Quando ele terminou de disparar 106 rajadas, cinco crianças estavam mortas, e outras 25, feridas, assim como uma professora. Os pais de quase todas as vítimas haviam deixado o conflito do sudeste asiático em busca da liberdade prometida na América. Purdy, que se matou com um tiro na cabeça, não foi o primeiro atirador a levar a cabo um assassinato em massa nos Estados Unidos. Mas sua crueldade especial de usar crianças como alvo seria repetida em muitas outras escolas nas décadas seguintes.

Em Sacramento, cerca de oitenta quilômetros ao norte, legisladores democratas reagiram reacendendo a discussão sobre o projeto de lei para proibir armas de assalto, que se arrastava havia muito tempo. O então procurador-geral John Van de Kamp, defensor do controle de armas, já havia criado uma força-tarefa para ajudar a dar forma à lei. Um dos defensores era Richard Iglehart, o assistente-chefe do promotor de justiça do Condado de Alameda. Iglehart contribuiu com sua experiência para dar forma à lei e, juntamente com outras autoridades, angariou apoio para políticos preocupados com uma reação negativa por apoiarem a lei. "Conseguimos começar[51] preparados", disse Iglehart na época.

O governador Deukmejian foi eleito em 1982 em grande parte porque seu oponente democrata, o antigo prefeito de Los Angeles Tom Bradley[52], apoiou uma iniciativa quanto ao referendo naquele ano que teria instituído um controle rígido das armas de fogo. Então, Deukmejian não era o tipo que sancionaria prontamente uma lei de controle de armas. Mas, quando seu mandato se aproximou do fim, o massacre de Stockton mexeu com ele.

"Não choramos sozinhos"[53], disse Deukmejian, dirigindo-se a duas mil pessoas no funeral das crianças, que foi realizado em quatro idiomas. Willie Brown estava presente e viu o governador ir às lágrimas. "A tristeza de vocês é a nossa tristeza. A dor de vocês é a nossa dor. Essa tragédia terrível chocou e entristeceu profundamente o povo deste estado."

Deukmejian decidiu que armas de assalto tinham que ser restringidas. Apesar do intenso lobby da NRA e dos Proprietários de Armas da Califórnia, a legislatura respondeu com o que seria a primeira medida na nação para proibir armas de assalto. Quatro meses após o massacre na Cleveland Elementary School, Deukmejian sancionou a lei:

"Essas leis não trarão[54] de volta a vida das cinco lindas crianças que morreram de forma tão trágica no pátio da escola em Stockton, mas esperamos e rezamos para que tais medidas, juntamente com as outras que estamos buscando, ajudem nossa brava e corajosa comunidade dos que se dedicam à aplicação da lei."

A nova lei estava longe de ser perfeita. Como ela proibia modelos específicos, os fabricantes de armas fizeram pequenas modificações e continuaram vendendo seus artefatos mortais. Mas na Califórnia a proibição de 1989 de armas de assalto marcou o início do declínio dos defensores de armas. Em 2000, o fundo de ação política da Associação Nacional do Rifle gastou 373 mil dólares em campanhas na Califórnia. Em 2010, ano em que Harris foi eleita procuradora-geral da Califórnia, a NRA relatou nada ter gastado em campanhas na Califórnia. Teria sido um desperdício de dinheiro. A grande maioria dos eleitores da Califórnia passou a apoiar um controle de armas rígido.

Nos anos seguintes, a legislatura apertou a lei tornando ilegais na Califórnia as armas de assalto de tiro rápido com mais de dez balas. Outras leis exigem verificação de antecedentes para todas as compras de armas, restringem a venda de pistolas baratas, negam armas a pessoas com histórico de abuso de bebidas alcoólicas ou de violência doméstica, proíbem armas em campi de universidades, limitam o número de armas que uma pessoa pode comprar em um mês e só permitem a venda de munição para quem a lei dá o direito de possuir armas. Há muitas outras restrições.

Kamala Harris estava aprendendo, no início de sua carreira, sobre a realidade brutal das armas que vão parar nas mãos erradas. Como procuradora, ela seria agressiva na aplicação das leis da Califórnia que buscam manter as armas longe de quem não deveria tê-las.

4

O GOSTO DA POLÍTICA

Os promotores sabem que não cabe a eles ver o lado bom da vida. Mesmo assim, o mundo criminal do Condado de Alameda se destacava. Em 1990, quando Kamala Harris, promotora novata, adentrou o gabinete da Ministério Público do Condado de Alameda, o número de assassinatos[55] em Oakland, a sede do condado, atingiu um recorde de 146, ultrapassando o estabelecido no ano anterior. E alcançou um novo pico em 1992, quando houve 165. Alguns anos antes, a procissão fúnebre puxada por carruagem[56] para um chefão das drogas assassinado na prisão percorreu Oakland de um extremo ao outro e atraiu mil pessoas de luto.

Em algumas manhãs, as pessoas que aguardavam para resolver suas infrações de trânsito formavam uma fila que dava voltas no Tribunal Wiley W. Manuel, um prédio funcional assim chamado em homenagem a um filho de Oakland que se tornou o primeiro juiz negro da Suprema Corte da Califórnia. Uma ponte liga o tribunal à sede do departamento de polícia de Oakland e à cadeia do Condado de Alameda. O complexo de justiça criminal fica muito perto da autoestrada que beira a costa leste da Baía de São Francisco, não longe de onde o viaduto de dois andares Cypress desmoronou no terremoto de Loma Prieta, em 17 de outubro de 1989, matando 42 das 63 pessoas que morreram no desastre.

Foi lá que a promotora de justiça adjunta Kamala Harris, com 25 anos e filha de intelectuais de Berkeley, iniciou sua carreira, após passar no notoriamente difícil exame da Ordem do Estado da Califórnia na segunda tentativa.

No discurso de lançamento de sua campanha presidencial, trinta anos depois, Harris explicou a decisão de se tornar promotora: “Eu sabia que[57], em nossa sociedade, os alvos dos predadores são quase sempre as pessoas vulneráveis e sem voz.”

Harris adentrava o tribunal e subia a escadaria para o segundo andar, onde se localizava o labirinto de gabinetes da promotoria de justiça, ou, se estivesse inclinada a isso, ia de elevador com jurados, réus, testemunhas e advogados de defesa. Policiais cochilavam uns minutinhos antes de precisarem depor. Chegavam a acontecer cinco julgamentos ao mesmo tempo. A Alpha Kappa Alpha estava a um mundo de distância.

Quando era estudante de direito em 1988, Harris trabalhara como estagiária no Ministério Público do Condado de Alameda, um cargo cobiçado porque os estagiários ganhavam experiência de tribunal e eram remunerados. A longa história do Ministério Público é um chamariz para jovens advogados ambiciosos. Earl Warren, ex-governador da Califórnia e juiz-chefe da Suprema Corte Federal, foi promotor de justiça do Condado de Alameda. O procurador-geral do presidente Reagan, Edwin Meese III, veio do Ministério Público de Alameda, assim como os ministros da Suprema Corte Ming Chin e Carol A. Corrigan. Ao meio-dia, Harris e outros jovens advogados levavam o almoço para a biblioteca de direito, onde promotores graduados descreviam casos e ofereciam informações úteis sobre estratégias de julgamento.

“Ela se destacava um pouco[58] dos demais. Tinha uma confiança diferente”, disse a promotora de justiça do Condado de Alameda Nancy O’Malley, então uma das supervisoras de Harris. Harris era ativa, disposta a pegar casos difíceis, hiperfocada, determinada a ter sucesso. Logo ela soube onde obter o aprendizado de que precisava. “Ela prestava muita atenção quando os veteranos falavam.”

Como outros novatos, Harris lidava com infrações, muitas delas casos de direção sob a influência de substâncias, e com as fases processuais muito iniciais de casos de crime qualificado. Ela passou por sistema de rodízio a cada seis meses pelos tribunais de Fremont, de Hayward e, em dezembro de 1991, voltou ao Tribunal Wiley Manuel, o tempo todo aprendendo as habilidades de interrogatório que lhe seriam úteis quando se tornou senadora dos Estados Unidos.

Nenhum jovem advogado poderia ter ignorado o que acontecia em Washington em outubro de 1991. O senador americano Joseph Biden estava presidindo o Comissão de Justiça durante a audiência de confirmação do juiz da Suprema Corte Clarence Thomas. A professora de direito Anita Hill[59] apareceu perante a comissão composta exclusivamente de homens brancos e testemunhou que Thomas a pressionara para se relacionar com ele e falara com ela sobre filmes pornográficos quando foi seu supervisor no Departamento de Educação e na Comissão de Igualdade de Oportunidades de Emprego. Os homens na comissão insultaram e diminuíram Hill. Thomas denunciou as audiências como um “linchamento *high-tech*”.

A Comissão de Justiça enviou a indicação de Thomas para votação no Senado

sem uma recomendação, e os senadores o confirmaram por 52 a 48. Biden votou contra, mas sua atuação irritou as muitas mulheres que acreditavam em Anita Hill.

Um ano depois, em outubro de 1992, Harris assumiu a tarefa de trabalhar em um tribunal de menores. Foi um serviço duro. As escolas de Oakland estavam com tantos problemas[60] que metade dos 53 mil alunos do distrito obtinha nota abaixo da média cinco nos testes padronizados. A evasão escolar era galopante. A Legislatura do Estado da Califórnia designara[61] um administrador para supervisionar as finanças escolares de Oakland em 1990, quando o distrito estava à beira da insolvência. Tudo que acontece em um tribunal de menores é confidencial. Os processos em que Harris trabalhou estão lacrados. Mas ela sempre fala de ouvir histórias de crianças sofrendo abusos e sendo exploradas sexualmente. Harris usaria essa experiência anos mais tarde quando ocupou cargos que poderiam afetar políticas e moldar leis — e quando pensava em concorrer a um cargo eletivo.

Na noite da eleição em 7 de novembro de 1992, Harris atravessou a ponte da Baía de São Francisco em seu Corolla para ir ao Hotel Fairmont em Nob Hill, onde os democratas estavam comemorando. Era uma noite boa para ser democrata. Bill Clinton fora eleito presidente, e Barbara Boxer e Dianne Feinstein[62] celebravam suas respectivas vitórias na corrida para o Senado Federal. Boxer, a mais progressista das duas, fora uma das sete congressistas democratas[63] que marcharam até o Senado em 1991 exigindo discutir a confirmação de Thomas com os democratas do Senado e acabaram sendo barradas na convenção regular das terças-feiras, um evento fechado. Boxer usou o tratamento brutal dado a Anita Hill e a confirmação de Thomas para motivar os eleitores na eleição de 1992, o “Ano da Mulher”.

Ninguém poderia ter imaginado que a Kamala Harris de 27 anos naquele salão de baile lotado do Hotel Fairmont um dia substituiria Boxer como senadora em 2016 e depois ganharia uma cadeira na Comissão de Justiça do Senado. Mas lá estava ela, 27 anos depois, quando Christine Blasey Ford, uma psicóloga do subúrbio de Menlo Park, em São Francisco, deu o corajoso passo de se apresentar para afirmar em depoimento que o segundo nomeado de Trump para a Suprema Corte, Brett Kavanaugh, atacou-a sexualmente quando ambos eram adolescentes. O paralelo com a audiência de confirmação de Thomas era inequívoco, e o resultado foi o mesmo.

Os democratas tentaram em vão trazer à tona a visão de Kavanaugh do processo *Roe x Wade* de 1973, um marco na legislação pelo direito ao aborto. Harris usou seu tempo e as habilidades que aprendeu no Ministério Público do Condado de Alameda para se aprofundar nos detalhes:

— O senhor consegue pensar em quaisquer leis[64] que deem ao governo o poder de tomar decisões sobre o corpo masculino?

Kavanaugh tropeçou nas palavras:

— Não estou ciente... não consigo... pensar em nenhuma nesse momento, senadora.

O caminho de Harris para essa audiência passou por Sacramento.

A vida de Harris sofreu uma reviravolta em 1994. Ela se envolvera com um dos políticos mais talentosos da nação, o presidente da Assembleia Legislativa da Califórnia, Willie Brown. A relação era desigual: ele era trinta anos mais velho que ela. Mas ambos tinham em comum a garra e a inteligência, e ambos começaram com pouco e conquistaram muito, embora o caminho de Brown tenha sido especialmente intimidante, levando em conta que ele vinha do Texas da época de Jim Crow.

Para ascender a uma posição de autoridade, Brown teve que se fazer conhecer, então começou uma amizade crucial com Herb Caen, colunista do *San Francisco Chronicle*. Caen contou-me um dos segredos de seu sucesso. Como São Francisco não era uma cidade com celebridades, ele precisava criá-las. Foi uma forma de sua coluna marcada por reticências ter se tornado uma leitura imperdível para os moradores de São Francismo durante cinquenta anos. Ele definiu a cidade, foi seu defensor, seu resmungão, seu árbitro em matéria de classe e dos sem classe. E ninguém teve um papel maior no mundo que ele retratava nas crônicas do que seu grande amigo Willie Brown. Os dois almoçavam juntos às sextas-feiras[65] no bistrô Le Central e viajavam para Paris. Perspicaz, sempre fazendo algum comentário[66] espirituoso, cheio de estilo em seus ternos Wilkes Bashford e seus chapéus fedora ou andando em sua Ferrari nova, Brown era um ingrediente regular das colunas mordazes, irreverentes, melancólicas, engraçadas, nunca monótonas que apareciam ao lado dos anúncios da Macy's.

Em 22 de março de 1994, Brown forneceu a Caen um material especialmente rico. Ele celebrou seu aniversário de sessenta anos na mansão do bilionário Ron Burkle, conhecida como Greenacres, um casarão de 11 mil metros quadrados originalmente construído pelo astro do cinema mudo Harold Lloyd em uma área verdejante de 61 mil metros quadrados no Benedict Canyon. Burkle e Brown eram amigos, e durante um tempo Burkle manteve Brown como um de seus advogados. Durante a década de 1990, Burkle organizou em Greenacres eventos para levantar fundos para o presidente Clinton e outros democratas importantes. O *Los Angeles Times* chamou a mansão de a Versailles dos eventos em prol dos fundos de campanha. Caen relatou que Barbra Streisand estava presente nos sessenta anos de Brown e que Clint Eastwood "derramou champanhe na nova

namorada do presidente da Assembleia Legislativa, Kamala Harris". Foi uma apresentação bastante pública da relação de Brown e Harris.

Ao longo do relacionamento, Brown deu a Harris uma BMW, e ela viajou com ele a Paris, acompanhou-o à entrega do Oscar e fez parte da comitiva que voou com ele para Boston em 1994. Enquanto estava em Boston, Brown recebeu uma ligação do bilionário nova-iorquino Donald Trump. Trump queria discutir um projeto de hotel que tinha em mente para Los Angeles e enviou seu jato a Boston para transportar Brown e seus amigos, incluindo Harris, para Nova York. O jato era dourado, tinha quadros valiosos nas paredes da cabine e bilhetes que a esposa da época, Marla Maples, deixara para Trump. Brown e Trump almoçaram no Hotel Plaza. O negócio de Los Angeles nunca se concretizou. Trump e Harris provavelmente não se conheceram na época, mas ela estava bem longe do Tribunal Wiley Manuel.

Em 1994, Willie Brown enfrentava o término do que, compulsoriamente, era seu último mandato na Assembleia. O início desse fim data de 1986, quando empresários da Geórgia convenceram um legislador a apresentar um projeto de lei para permitir a construção de uma fábrica de processamento de camarão e facilitaram o caminho da lei distribuindo dinheiro. A lei foi aprovada nas duas casas da legislatura. Mas não havia fábrica de processamento de camarão nem empresários. Era tudo uma miragem, parte de uma operação do FBI para conseguir um flagrante. O escândalo tornou-se público[67] em 1988, quando os agentes do FBI fizeram buscas nos gabinetes de vários legisladores. Como outros repórteres que cobriram o escândalo, presumi, assim como Brown, que ele fosse o alvo. Doze legisladores, lobistas e outros envolvidos foram condenados ou se declararam culpados. Mas Brown conhecia as regras e a lei e não tinha passado de quaisquer limites. Houve, porém, outro preço a pagar, esse mais duradouro. Tirando proveito do escândalo, os conservadores promoveram uma iniciativa em 1990 para impor limites aos legisladores. Destituir Brown, que notoriamente se intitulara o "Aiatolá da Assembleia", era o objetivo imediato. Malas diretas de campanha usando imagens nada lisonjeiras de Brown foram enviadas a eleitores das partes mais conservadoras do estado. Os eleitores de São Francisco se opuseram maciçamente à medida do limite do mandato, mas ela foi aprovada em todo o estado por 52% a 48%. Isso significou que a eleição de 1994 seria a última de Brown para a Assembleia. Seu fim seria mais abrupto do que ele esperara.

Em 1994, o governador Pete Wilson venceu a reeleição, disputada com a tesoureira da Califórnia Kathleen Brown, filha de Pat Brown e irmã de Jerry Brown, com uma plataforma que incluía apoio à pena de morte, à iniciativa anti-imigração ilegal conhecida como Proposta 187 e uma versão especialmente severa da lei das *three strikes*,[68] a Proposta 184. Financiada pela California

Correctional Peace Officers Association e pela Associação Nacional do Rifle, a lei das *three strikes* da Califórnia[69] fez com que muitas pessoas acusadas de furto fossem condenadas à prisão perpétua. Analistas previram que a Califórnia precisaria de 25 presídios novos para abrigar a enxurrada iminente de até cem mil presos.

Nacionalmente, os republicanos comandados por Newt Gingrich assumiram o controle da Câmara dos Deputados dos Estados Unidos. Na Califórnia, os republicanos sacudiram a Assembleia pela primeira vez em 25 anos, ganhando uma vantagem de 41 a 39. Isso significou que Willie Brown perderia sua presidência quando a legislatura se reunisse em dezembro, ou assim se pensou. Primeiro, porém, Brown tinha umas benesses a distribuir.

Em 1994 Harris licenciou-se do seu trabalho de promotora de justiça adjunta do Condado de Alameda quando Brown a colocou no conselho estadual responsável por ouvir os recursos de pessoas a quem se negavam benefícios voltados para desempregados. O mandato para esse cargo terminaria em 1º de janeiro de 1995, para além do ponto em que ele ainda teria poder. Assim, no fim de novembro[70], ele a colocou em outro conselho em meio expediente, que supervisonava contratos do programa de assistência médica Medi-Cal, da Califórnia, na época um cargo que rendia 72 mil dólares por ano, o salário pago a legisladores. Ela ficaria nesse posto até 1998, três anos depois do fim da relação dos dois. A primeira vez que escrevi sobre Harris foi quando ela conseguiu aquela nomeação. Ela se recusou a conceder entrevista na época, e o gabinete de Brown esquivou-se das minhas ligações. Os republicanos protestaram, mas não conseguiram impedir a nomeação.

"É seguro dizer[71] que essas não são nomeações que necessariamente faríamos", disse na época Phil Perry, porta-voz do líder republicano da Assembleia, Jim Brulte, o próximo na fila para suceder Brown como presidente.

Brown não deixou a presidência em silêncio. Eu estava na sala de audiências da Assembleia em 5 de dezembro de 1994, o dia da votação para a presidência, registrada por lista de chamada. Quando chegou a vez[72] de o assistente chamar o deputado Paul Horcher, republicano de uma cidade a leste de Los Angeles, Horcher deu um soco na mesa e rugiu: "Brown", criando uma divisão de 40 a 40 e causando um caos na casa. Durante um ano, Brown conseguiu manter o controle nomeando republicanos aliados como presidentes da casa. O inevitável ocorreu em 1996, quando republicanos conseguiram nomear seu próprio presidente, embora o partido tenha perdido a maioria na Assembleia na eleição de 1996 e desde então não tenha chegado perto de recuperá-la.

Mas a essa altura Brown se fora.

Em 1995, após representar São Francisco na Assembleia por 31 anos, Brown

decidiu desafiar o então prefeito Frank Jordan, um afável ex-chefe de polícia de São Francisco que tentava o segundo mandato. Harris frequentemente estava ao lado de Brown enquanto ele fazia campanha para prefeito, indo a eventos de arrecadação de fundos, envolvendo-se em sessões de estratégia e aprendendo os detalhes de como fazer uma campanha. Jordan poderia ter conseguido uma vitória apertada, só que, inexplicavelmente, prestou-se a entrar na brincadeira de dois DJs de Los Angeles, despindo-se com eles e entrando nu em um chuveiro. A foto constrangedora do prefeito com os DJs, todos os três nus, saiu na primeira página do *San Francisco Examiner* por cinco dias na semana da eleição. Jordan tentou levar na brincadeira dizendo que era limpíssimo e exortando Brown a provar não ter nada a esconder. Não funcionou.

Brown deu sua festa na noite da vitória em um salão próximo ao Fisherman's Wharf. Quando chegaram os resultados, Harris foi até Brown e presenteou-o com um boné de beisebol com as palavras **da mayor** [o prefeito] estampadas em letras douradas. Ele riu de orelha a orelha, como ela. Isso foi em 12 de dezembro de 1995. Em 14 de dezembro, Caen redigiu um artigo em que descrevia Harris como a "nova próxima primeira-dama"[73]. Não era para ser.

Anos antes, Brown começara a viver separado da esposa e mãe de seus filhos, Blanche. Ele não fazia segredo de que saía com outras mulheres. Mas Brown e Blanche nunca se divorciaram nem nunca se divorciarão. Quando isso ficou patente, Harris e Brown se separaram.

O fim, como o começo, saiu na coluna de Herb Caen no dia seguinte do Natal de 1995, com um último artigo de reticências.

"Está tudo acabado"[74], escreveu Caen no *San Francisco Chronicle*. "Com essas palavras, o prefeito eleito Brown deixou nesse fim de semana se espalhar a notícia de que seu longo caso com Kamala Harris, uma promotora de justiça adjunta do Condado de Alameda, chegou ao fim."

Para Harris, que é profundamente discreta, a ideia de que sua vida pessoal tenha saído na coluna de Caen deve tê-la incomodado. Mas a relação era desigual desde o começo. Brown tinha todo o poder. Usou essa influência para abrir algumas portas para Harris no início da carreira dela, parte de uma longa tradição na política de mentoria e proteção. Ninguém sobe sozinho: Phil Burton ajudara o jovem Willie Brown. Mas, uma vez que aquelas primeiras portas se abriram, Harris teve que abrir o próprio caminho. Ela seguiu em frente, casou-se em 2014 e há muito tempo parou de falar sobre Brown em público, não o mencionando em sua autobiografia. Em 2019, Brown, já octogenário[75], ainda falava nela, contando a um entrevistador de rádio que não estava tão comprometido com a relação quanto ela. Também deixou claro que era tudo em torno dele: "Foi um verdadeiro caso de amor. Eu me amava e ela me amava."

Em 8 de janeiro de 1996[76], 7.500 pessoas se aglomeraram em uma praça do centro, em frente ao principal memorial de São Francisco em homenagem a Martin Luther King Jr., para a posse de Brown. Um telefone, instalado no pódio especialmente para o acontecimento, tocou. A telefonista pediu a Brown que aguardasse na linha. Brown se fez de ofendido e voltou ao seu lugar, e o reverendo Cecil Williams, icônico pastor de São Francisco e líder dos direitos civis, prosseguiu com a cerimônia, rapidamente.

Então o autor da chamada veio à linha.

— Willie?

— Não, aqui é Cecil Williams, sr. presidente.

Brown pulou de sua cadeira para o palanque e passou a mão no telefone.

— Você devia estar aqui conosco. É incrível. Não tem neve nem republicanos — disse Brown ao seu velho amigo, o presidente Bill Clinton, então no meio de uma batalha épica com o presidente da Câmara dos Deputados Newt Gingrich por causa da paralisação do governo comandada pelos republicanos.

— As pessoas podem me ouvir aí? — perguntou Clinton.

Em alto e bom som.

Clinton chegou aonde queria, elogiando Brown por sua “tenacidade, determinação, pela atitude de nunca se render e pela visão de mundo que você tem que eu considero a maior questão que estamos enfrentando hoje: que nosso futuro tem que incluir todo mundo em nossa comunidade.

“Sabe, a prefeitura de São Francisco tem um compromisso com a comunidade, com a ideia de que a diversidade é a nossa força, que eu quero que a América abrace...

“A grande batalha que estamos travando aqui em Washington hoje não é uma batalha sobre o equilíbrio do orçamento. É sobre se vamos ser um país em que o vencedor leva tudo ou um país em que todo mundo tem uma chance de vencer.”

A ligação do presidente espelhava a posição de Brown na política americana na época. Clinton foi caloroso e amável. Suas palavras refletiam a autoimagem de muitos cidadãos de São Francisco. Isso foi anos antes de Twitter, Google, Uber, Facebook, Juul e centenas de outras empresas da nova economia aumentarem amplamente a riqueza de São Francisco e aprofundarem o abismo entre ricos e pobres. Os preços das moradias, por décadas elevados em São Francisco, chegariam a níveis estratosféricos nos anos 2000. A cidade que Herb Caen conheceu passaria a ser proibitivamente cara para policiais, professores, funcionários que serviam boa comida em restaurantes elegantes e motoristas da Uber e da Lyft que levavam para seus destinos os titãs da tecnologia de São Francisco. O prefeito Brown e seus sucessores governariam durante um boom de construção de arranha-céus, enquanto a população de sem-teto da cidade atingiria proporções críticas.

Tudo isso estava por vir. Naquele dia, Brown reuniu um seleto grupo no palco: seus três filhos adultos e um neto. Ergueu uma das mãos para prestar o juramento do cargo e pôs a outra sobre a bíblia que pertencera à sua mãe tantos anos antes em Mineola, Texas. Segurando a bíblia, estava sua esposa, Blanche.

Em 1995, Harris decidiu voltar ao Ministério Público do Condado de Alameda. Tom Orloff, que fora advogado de acusação de Huey Newton vinte anos antes, tornara-se promotor de justiça do Condado de Alameda e acolheu Harris de volta.

"Ela era muito inteligente[77] e encantadora", disse Orloff. "Os jurados gostavam dela. Tínhamos 150 promotores na época. Ela era um dos muito bons."

Harris se ocupava fazendo a acusação em ações penais contra pessoas processadas por crimes. Em um de seus julgamentos, conseguiu a condenação de um homem que usou uma espingarda para matar outro. Ele cumpre pena de prisão perpétua. Em outro, fez a acusação de três pessoas que cometeram 12 assaltos à mão armada. Às vezes, usava a nova lei das *three strikes* da Califórnia para pedir sentenças longas para reincidentes. Seus processos raramente atraíam a atenção da imprensa, mas houve uma exceção. Um homem sob o efeito de drogas e álcool usou uma faca Ginsu para arrancar dez centímetros quadrados do couro cabeludo da namorada. Ele já tentara antes, mas se frustrara porque a lâmina estava cega. A moça sobreviveu. Ele cumpre pena de prisão perpétua.

"A pena é adequada para o que ele fez"[78], disse Harris depois de dada a sentença, segundo citação do *San Francisco Chronicle* em 1996. "A forma como esse crime foi cometido foi de um sadismo incrível."

Nancy O'Malley, a atual promotora de justiça, podia ver que Harris tinha um jeito especial para lidar com jovens vítimas de ataque sexual. Ela era capaz de acalmá-las e tranquilizá-las. Algumas entravam em contato com ela muito depois de encerrados os seus processos, acreditando que Harris entendia o que passavam.

Harris e O'Malley também começaram a conversar sobre as opções de carreira da jovem procuradora. Ela era ambiciosa. Richard Iglehart, um antigo chefe no Condado de Alameda, que fizera lobby pela proibição de armas de assalto na Califórnia, estava trabalhando para o promotor de justiça de São Francisco, Terence Hallinan, e eles tinham uma vaga para Harris. Isso era 1998. O avanço fazia sentido.

Depois de provar o gosto da política, ela queria mais.

5

ESCOLHENDO SEUS OBJETIVOS

Kamala Harris deixou o célebre Ministério Público do Condado de Alameda no início de 1998, pegou o carro, atravessou a ponte da Baía de São Francisco e 21 quilômetros depois chegou para trabalhar na agitada política da justiça criminal de São Francisco. O Ministério Público estadual, o departamento de polícia, os tribunais, o instituto médico legal, a delegacia e outras agências dividiam o mesmo prédio denominado o "Palácio". Nos fundos, do outro lado do estacionamento, ficava a cadeia.

Se procuravam levar vantagem em tudo e uns sobre os outros, os inspetores de polícia, promotores e advogados de defesa também compartilhavam o martírio de trabalhar em um prédio caindo aos pedaços. Famoso como cenário dos filmes de Dirty Harry e de outros mais memoráveis ou nem tanto, o Palácio da Justiça era tristemente famoso pelos vasos sanitários que refluíam e pelos apagões. As luzes piscavam e os elevadores enguiçavam, e tanto os criminosos quanto os policiais temiam o próximo Big One.[79]

Do centro da cidade até South Beach, enormes torres residenciais, novos condomínios, arranha-céus ocupados por advogados e financistas e talvez o parque de beisebol mais pitoresco dos Estados Unidos ocupavam quarteirão após quarteirão. Mas não a Bryant Street e a paisagem em volta do Palácio. Até hoje, a rua é uma coleção de oficinas mecânicas, escritórios especializados em fianças e muros pichados, embora um espaço de trabalho compartilhado e um dispensário de maconha estrategicamente localizado tenham se enfiado no meio de tudo.

Richard Iglehart recrutou Harris para ser supervisora e ajudar a endireitar toda a operação judicial. Era uma ordem difícil de cumprir. O homem no comando, o promotor de justiça Terence Hallinan, estava cortando um dobrado, mesmo tendo passado a vida provando ser capaz de vencer uma luta.

Em 1995, ano em que Willie Brown foi eleito prefeito de São Francisco, Hallinan, um supervisor de São Francisco com mandato vencido, desbancou o promotor de justiça que estava em exercício havia três mandatos, Arlo Smith, e derrotou um antigo promotor, Bill Fazio, que passara vinte anos no Ministério Público. Para vencer, Hallinan precisou superar a oposição do conselho editorial do *San Francisco Chronicle*, que sugeriu que ele era um "político corrupto"[80], e uma revelação tardia de que uma ação judicial de paternidade[81] fora aberta contra ele por uma aeromoça que havia sido cliente de seu escritório de advocacia. Quando ficou provado que o filho era seu, ele assumiu a criança.

Hallinan era o filho radical de Vincent Hallinan, uma figura icônica da esquerda na área da Baía que concorreu à presidência dos Estados Unidos na chapa do Partido Progressista em 1952. Sua vice era uma mulher negra e editora-chefe de jornal, Charlotta Bass. O pai achava que, se seus filhos fossem ter opiniões radicais, precisavam ser capazes de lutar. Terence aprendeu desde pequeno com o pai e ganhou o apelido de "Kayo" [uma gíria em inglês para "nocaute"], em homenagem à sua habilidade e à sua disposição de lutar. Hallinan também herdou o senso de justiça do pai. Em 1963, um ano antes de Harris nascer, Hallinan foi preso por vadiagem e por jogar lixo no chão enquanto registrava eleitores negros no Mississippi. As acusações não colaram. Ele seria preso muitas outras vezes protestando contra a injustiça racial.

Hallinan formou-se pela Hastings College of the Law da Universidade da Califórnia e passou no exame da ordem. Mas a Ordem do Estado da Califórnia, citando seus antecedentes criminais e suas tendências pugilísticas, recusou-se a lhe conceder a licença para exercer a prática do direito em 1966, embora dois jovens deputados, Willie Brown e John Burton, tenham atestado seu bom caráter. A Suprema Corte da Califórnia rejeitou[82] a decisão da Ordem, e Hallinan construiu uma carreira representando pessoas detidas por posse de drogas (o negócio ia muito bem em São Francisco nos anos 1960 e 1970), esquerdistas e um assassino em série, Juan Corona.

O *Washington Post*, detalhando a transição atribulada de Hallinan de advogado de defesa para promotor de justiça, relatou que Hallinan "nega veementemente ter quase morrido[83] de uma overdose de heroína ministrada por Janis Joplin, como se afirma na biografia dela, *Pearl*". Uma hábil negação que não nega nada.

Embora fosse o principal procurador da cidade, Hallinan permaneceu fiel ao seu passado. Recusava-se a pedir pena de morte em casos de assassinato; tentou barrar a execução de um homem acusado por seu antecessor; apoiou o uso medicinal da maconha antes de sua legalização; e recusava-se a pedir pena de morte usando a lei penal das *three strikes* da Califórnia. Nada disso era problema

em São Francisco. Os eleitores sabiam quem ele era quando o elegeram. Mas o tumulto que ele causou[84] em seu próprio gabinete tornou-se, sim, um problema.

Primeiro, houve a história de dois promotores pegos em flagrante no gabinete. Ele demitiu o homem, não a mulher, e mais tarde foi processado por rescisão injusta.

Pouco depois de assumir o cargo, Hallinan deu bilhetes lacônicos a 14 promotores agradecendo-lhes por seus serviços e demitindo-os. Um desses era uma advogada iniciante de 26 anos chamada Kimberly Guilfoyle. Vários outros que receberam bilhetes azuis tinham feito doações para Fazio, seu oponente, embora Hallinan afirmasse que isso nada tinha a ver com sua decisão. Ele apenas queria nomear sua nova equipe.

Irrompeu uma briga entre Hallinan e o amigo de um dos advogados demitidos em uma festa de aniversário de Jack Davis, consultor político de Willie Brown. Os colunistas de política do *San Francisco Chronicle* Phil Matier e Andy Ross citaram a explicação de Halliman de por que não lhe restou outra escolha senão usar os punhos: "Não escolhi isso[85], mas não posso voltar atrás. Sou o promotor de justiça." Matier e Ross acrescentaram uma comparação marota ao relato, listando a idade, a altura, o peso e o alcance dos homens. De Hallinan, escreveram: "Conduz com a esquerda, mas também pode usar a direita se isso significar alguns votos a mais."

Percebendo que precisava de ajuda, Hallinan recorreu ao Ministério Público do Condado de Alameda e contratou Richard Iglehart para ser seu terceiro chefe de gabinete. Iglehart era um promotor de primeira que forneceu a prova pericial que ajudou a aprovar a proibição de armas de assalto na Califórnia e um especialista amplamente respeitado na lei penal das *three strikes*. Iglehart, por sua vez, contratou Harris.

"Ela é uma promotora incrível[86] e tem ótima reputação", disse Hallinan ao *Chronicle*.

Desde o primeiro dia em São Francisco, Harris mostrou que ninguém trabalhava mais que ela. Fazio, que deixou o Ministério Público Estadual depois de perder para Hallinan em 1995 e estava trabalhando como advogado de defesa, conhecia Harris da época dela em Oakland, tendo jantado com ela e outros amigos que trabalhavam na justiça criminal. Um amigo da equipe que fazia a acusação em processos de assassinato em São Francisco contou-lhe nos primeiros dias sobre a nova assistente que acabara de chegar, vinda do outro lado da baía:

"Um amigo meu[87] estava trabalhando em um caso grande de assassinato e, em um fim de semana, entrou no gabinete para estudar o processo antes que fosse a julgamento", disse Fazio. "Ele entra no gabinete e lá está ela, também, trabalhando em um processo de algum crime qualificado. Como nunca a tinha

visto, apresentou-se, e ela disse que havia acabado de ser contratada e tinha ido lá para trabalhar em algumas petições sobre questões preliminares.”

Harris não estava havia muito tempo em seu cargo em São Francisco quando Hallinan promoveu-a ao posto de assistente chefe encarregada da divisão de criminosos profissinais. Fazio representava uma pessoa que cumpria uma longa pena por assalto e achou que seu cliente, um usuário de drogas, era um candidato a ser enviado para a Fundação Delancey Street, conceituada comunidade terapêutica para ex-infratores em São Francisco.

“Então marquei uma reunião com os dois, Kamala e Hallinan. Ela era promotora de justiça. Não era supervisora de condicional. Não era assistente social. Era uma promotora que fazia a acusação das pessoas e as botava na cadeia.”

Hallinan virou-se para Harris e perguntou o que ela achava, e ela disse: “Acho que esse cara não deve ir para a Delancey Street. Ele cometeu um assalto violento, e o lugar dele é na prisão estadual.” O cliente de Fazio aceitou a oferta de seis anos de cadeia.

Harris apoiou a reeleição de Hallinan em 1999. Mas em janeiro de 2000 o governador Gray Davis indicou o chefe de Harris, Iglehart, para um tribunal superior. Em vez de promover Harris para ser sua imediata, Hallinan escolheu um advogado sem experiência em acusação, Darrell Salomon. Harris protestou contra a escolha, sem sucesso.

Em um de seus primeiros atos, Salomon recontratou Kimberly Guilfoyle. Natural de São Francisco e filha de uma figura influente na política democrata da cidade, Guilfoyle estava namorando Gavin Newsom, então membro da Câmera de Supervisores de São Francisco. Mais tarde tornou-se esposa do prefeito Newsom, depois virou comentarista da Fox News e mais tarde ex-exposa de Newsom. Em uma estranha reviravolta do destino político anos mais tarde, Guilfoyle namoraria Donald Trump Jr. e seria uma das principais figuras da campanha do presidente Trump. Com Salomon entrincheirado, Harris decidiu que estava na hora de avançar.

Em São Francisco, a Procuradoria Municipal supervisiona questões de família, como abuso infantil e acolhimento familiar. Agentes da procuradoria ridicularizam-na chamando-a de “seção do direito das criancinhas”. A procuradora municipal Louise Renne queria melhorar a seção de Serviços da Família e da Infância e contratou Harris para comandá-la.

Não há área no direito mais pessoal ou comovente. É preciso um tipo especial de advogado para lidar com processos de família, um profissional que seja parte terapeuta, parte assistente social, e que entenda a lei. Renne disse ter visto isso em Harris, “uma advogada inteligente, que tinha coração[88] e compaixão”. Um

dia, Harris entrou de supetão no gabinete de Renne com ursinhos de pelúcia e pediu à chefe que fosse com ela ao tribunal onde crianças estavam prestes a ser adotadas. Lá, as duas distribuíram ursinhos de pelúcia como lembrança do dia importantíssimo das crianças.

Matthew D. Davis, um amigo da época da Hastings, mantivera contato esporádico com Harris. Mas eles se reaproximaram quando ela foi trabalhar na Procuradoria Municipal de São Francisco em 2000. A postura de Harris surpreendeu Davis.

“De repente, ela tinha virado uma[89] pessoa glamourosa”, disse Davis, que está entre seus apoiadores políticos. “Ela continuou a crescer em um ritmo extraordinário depois da faculdade de direito. Tornara-se mais cosmopolita e muito focada.”

Harris não ficaria muito tempo na Procuradoria Municipal. Tinha escolhido como objetivo candidatar-se a um cargo eletivo.

6

VIRANDO DESTAQUE

No final dos anos 1990 e início de 2000, o nome de Kamala Harris aparecia muito mais nas colunas sociais do que em matérias sobre seu trabalho na acusação de criminosos.

A promotora de justiça adjunta do Condado de Alameda tornara-se curadora do Museu de Arte Moderna de São Francisco em 1996, parte de um plano mais amplo. Em sua autobiografia *Basic Brown*, Willie Brown dá conselhos a políticos aspirantes: "Ser capaz de entrar[90] na comunidade branca é essencial para qualquer negro, mulher ou homem ter sucesso como uma figura política." Ele tinha um conselho específico para as mulheres negras: elas deviam "preparar o terreno procurando se tornar ativas nos conselhos de instituições sociais, culturais e beneficentes, como orquestras sinfônicas, museus e hospitais".

Harris sem dúvida usou sua posição de curadora para fazer contatos com pessoas influentes. Mas também usou a oportunidade para fazer o bem. Visitou Libby Schaaf, agora prefeita de Oakland, que na época chefiava o Marcus Foster Education Institute a partir de um pequeno escritório em uma casa vitoriana em West Oakland. O instituto recebeu esse nome em homenagem ao superintendente escolar de Oakland que foi estupidamente assassinado por membros do Exército Simbionês de Libertação em 6 de novembro de 1973. Sua missão era melhorar a educação das crianças das escolas públicas de Oakland. Harris pediu a Schaaf para ajudá-la a criar um programa de mentoria para alunos do ensino médio de Oakland no Museu de Arte Moderna.

"Ela estava muito determinada[91] a fazer com que essa instituição de elite não apenas recebesse excursões de alunos, mas que se tornasse uma parte mais profunda de Oakland", disse Schaaf.

Com esse objetivo, Harris também visitou Jackie Phillips, que era diretora da

Cole School, um programa atraente de artes performáticas e visuais em Oakland. Phillips conhecera Harris quando ela era uma colegial de olhos vivos que viajava entre Montreal e Oakland e parava em frente à casa da diretora em um conversível Chrysler branco para pegar a filha de Phillips, Terry. As duas estavam sempre prontas para se divertir. Mas Phillips também via que Harris tinha um forte desejo de se destacar. Como curadora do museu, Harris pediu a Phillips que a ajudasse a recrutar crianças. Phillips ajudou. Em uma ocasião, as crianças conheceram o ator Danny Glover. Em outra, o diretor e ator Robert Redford.

"E eram tratadas[92] como reis e rainhas", contou Phillips. Vários alunos da Cole School foram estudar arte na faculdade. O programa de mentoria continua, apresentando o mundo das artes a crianças que, de outro modo, talvez não tivessem acesso a ele.

Harris chegou em São Francisco em 1998 sem dinheiro nem berço, mas vinha se tornando um nome de destaque. Lá estava ela fotografada[93] em um vestido elegante, copo na mão, no casamento de Vanessa Jarman com o herdeiro do Petróleo Billy Getty, em Napa Valley, em 1999. A noiva chegou montada à amazona em um cavalo, e William Newsom, o juiz aposentado do tribunal de recursos e pai do atual governador da Califórnia, Gavin Newsom, celebrou a cerimônia.

Um artigo na *Harper's Bazaar*[94] sobre o estilo de São Francisco mostrou Harris em 2001, junto com outras mulheres, como Kimberly Guilfoyle. Uma colunista social notou[95] sua presença em uma apresentação de fevereiro de 2002 de *Os monólogos da vagina*, estrelada por Rita Moreno. A ocasião era o Dia V, para arrecadar dinheiro para programas de combate à violência contra as mulheres. Ela também apareceu em um jantar do Comitê Judaico Americano em setembro em homenagem a Walter e Douglas Shorenstein, grandes proprietários de imóveis do centro de São Francisco e patronos políticos. Compareceu em outubro de 2002 a um baile[96] em que Elton John estava arrecadando dinheiro para o combate à aids; entre os convidados estavam o produtor George Lucas, a atriz Sharon Stone e outras celebridades da área da Baía. Harris também participou de uma festa de despedida para um tenente de polícia em um restaurante italiano em North Beach onde estavam policiais e muitos membros da elite política e social da cidade. Sua amizade da polícia vinha em uma hora crucial e passava uma importante mensagem.

A festa de despedida em North Beach aconteceu quando as relações de Hallinan com a polícia de São Francisco, que nunca tinham sido tão boas, haviam se desmantelado por causa de um episódio que a imprensa de São Francisco chamou de "Fajita-Gate". Alguns policiais de folga tinham exigido que um homem lhes desse a sua fajita. O homem se recusou, e seguiu-se uma briga.

Hallinan fez a acusação dos policiais e das altas patentes do departamento de polícia, alegando acobertamento. O processo desmoronou, assim como o apoio político de Hallinan.

Nenhum dos artigos de fofocas mencionava Harris com um namorado. Ela se tornara discreta em relação à sua vida pessoal, embora a revista *Jet* tenha publicado[97] uma foto dela em um evento de Hollywood com o apresentador de televisão Montel Williams. Harris, calando o disse me disse sobre sua vida privada, contou ao *Chronicle*: “Eu estava naquele evento[98]. E os braços dele estavam em volta da minha cintura.” Nada mais foi escrito ou declarado publicamente sobre qualquer relacionamento, embora Williams já tenha contribuído esporadicamente para as campanhas de Harris.

***

Em 2000, especulou-se que Harris ia se candidatar a um mandato, talvez de procuradora municipal, quando a titular, Louise Renne, se afastasse, ou, mais provavelmente, de promotora de justiça. Hallinan estava cada vez mais vulnerável. Primeiro, porque o prefeito Brown vinha brigando com ele publicamente, acusando-o de deixar de acusar traficantes de rua. A página editorial do *Chronicle* descreveu Hallinan em agosto de 2000 como “não sendo uma figura respeitável”[99], que “continua a compilar um recorde de julgamentos desconcertantes e ultrajantes”. O mesmo editorial citava o tumulto causado quando Hallinan escolheu Darrell Salomon como seu imediato, observando que isso causou a partida de “veteranos respeitados” e “das mentes mais brilhantes do direito”, aí incluída Kamala Harris. Então não surpreendia que Harris visse uma abertura para disputar pela primeira vez um cargo eletivo.

A alta sociedade e os políticos democratas se combinam em São Francisco, e Harris estava se aproximando de pessoas que deram à área da Baía sua merecida reputação de ser uma máquina de dinheiro para candidatos do Partido Democrata. Ela entrara para o conselho da WomenCount em 2000. Na época uma organização nova e inexperiente baseada em São Francisco dedicada a aumentar a votação entre as mulheres, a WomenCount transformou-se em uma força nacional de arrecadação de fundos para candidatas a todos os cargos, desde conselhos de educação e câmaras municipais a governos estaduais e à presidência dos Estados Unidos. Em 2002, Harris envolveu-se em outra organização, a Emerge California, uma espécie de campo de treino para mulheres que querem aprender a concorrer a cargos eletivos. Andrea Dew Steele, uma organizadora política que ajudou a criar a WomenCount e a Emerge California, recebeu uma ligação de Harris no outono de 2002.

"OK. Estou pronta para concorrer. O que faço?"

Steele convidou Harris para ir até seu apartamento na rua Ashbury, quase esquina com a rua Haight, no quarto andar de um prédio sem elevador. Em meio a queijos e vinhos, elas digitaram a biografia de Harris, e Steele pediu seus contatos, as pessoas que formariam sua base de voluntários e doadores. Ela os guardou em um planner Filofax, que em 2002 era basicamente um caderno. Com o passar do tempo, o caderno teve que ser substituído por um PalmPilot.

Para mostrar que era uma candidata séria, Harris precisava arrecadar dinheiro. Steele conhecia pessoas que poderiam ajudar nisso. Ela trabalhava como consultora política para Susie Tompkins Buell, uma mulher que é o protótipo da história de sucesso da Califórnia. Tinha 21 anos e trabalhava em um cassino de Lake Tahoe quando deu carona a uma pessoa que fazia sinal, Doug Tompkins. Eles se casaram em 1964, criaram as icônicas linhas de vestuário North Face e Esprit e se separaram em 1989. Susie Tompkins não se interessava muito por política, mas ouvira falar de um jovem candidato a presidente chamado Bill Clinton. Na viagem de Tahoe a São Francisco, ela resolveu parar no meio do caminho, em Sacramento, e compareceu a um evento de arrecadação de fundos para o governador do Arkansas organizado pelo incorporador imobiliário Angelo Tsakopoulos. Como contou o *Los Angeles Times*[100], ela ficou tão comovida pela descrição de Clinton da dura pobreza que ele viu ao longo da campanha e pela visão dele de como talvez, após 12 anos com Ronald Reagan e George H. W. Bush na Casa Branca, uma administração democrata esclarecida pudesse ajudar que fez um cheque de cem mil dólares no dia seguinte. Através de Bill Clinton, Susie Tompkins conheceu Hillary Clinton, e as duas se tornaram muito amigas. Susie Tompkins e Mark Buell, que tinham sido amigos de ensino médio, se reconectaram e se casaram em 1996. Susie Tompkins Buell fundou a WomenCount e doou os primeiros dez mil dólares para a Emerge California.

A primeira tarefa de Steele como captadora de fundos foi organizar um encontro de Harris com Mark Buell, um executivo do ramo imobiliário que andara havia muito tempo envolvido na política de São Francisco e não era fã de Hallinan. Buell considerava Harris uma "socialite com um diploma de direito"[101], contou ele certa vez a um repórter. Mas enquanto comiam hambúrguer no Balboa Cafe, um dos restaurantes de Gavin Newsom, Harris convenceu-o de que era uma promotora séria com um ideal.

"Uma vez convencido de que[102] Kamala era real, eu lhe disse: 'Não vou só participar do seu comitê financeiro, vou presidi-lo'", contou ele.

Mark Buell convocou uma reunião no apartamento dele e da esposa em Pacific Heights em fevereiro de 2003. Harris, Steele e alguns outros estavam presentes, incluindo sua irmã, Maya Harris, e o marido de Maya, Tony West. O cenário era espetacular mesmo para os padrões de São Francisco. De uma *bay*

window, os convidados podiam ver a ponte Golden Gate, o Marin Headlands e o oceano Pacífico. De outras janelas avistavam a silhueta de São Francisco, a ponte da Baía de São Francisco, o Campanário da Torre Sather no campus de Berkeley da Universidade da Califórnia e o Aeroporto Internacional de São Francisco mais a sul. Os Buells e seu apartamento ocupam um espaço singular na política do Partido Democrata. Senadores, governadores e outras figuras – entre eles a presidente da Câmara dos Deputados Nancy Pelosi, os Clintons e Barack Obama antes de ser eleito senador —, todos já fizeram a peregrinação à cobertura dos Buells no 12º andar.

Como aquele cortejo de políticos, Harris pôde apreciar a vista. Mas ela não estava lá para contemplar as luzes da cidade nem para ver os veleiros na baía.

7

CORTANDO CABEÇAS... EM SENTIDO FIGURADO

Os californianos não estavam prestando muita atenção à corrida pelo Ministério Público de São Francisco no outono de 2003. Como a maioria dos eleitores no estado, estavam focados em uma história dessas que só podiam se passar na Califórnia, a campanha para destituir o governador democrata da Califórnia, Gray Davis. Não que Davis fosse o atrativo. Quem atraía toda a atenção era seu principal oponente para o cargo, Arnold Schwarzenegger, o ex-Mister Universo e astro de cinema internacional que anunciou sua candidatura durante um episódio do *The Tonight Show with Jay Leno*.

Pedidos de afastamento são feitos contra governadores o tempo todo. Trata-se de direito da cidadania garantido por uma lei em vigor desde 1911 permitindo afastamentos e iniciativas, um conceito da Era Progressista com o intuito de dar às pessoas a última palavra em relação à sua governança e servir como um controle sobre o poder dos interesses financeiros. Gray Davis não cometeu nenhum malfeito. Mas o estado estava em meio a uma crise orçamentária e passara por frequentes apagões enfurecedores de 2000 a 2001. Justa ou, o mais provável, injustamente, Davis levou grande parte da culpa.

Os custos de medidas preparatórias para uma votação estadual atingem os sete dígitos. Darrell Issa, um congressista republicano do Condado de San Diego que fez fortuna no negócio de alarme de veículos, queria muito ser governador. Mas, depois de gastar 1,87 milhão de dólares para reunir as centenas de milhares de assinaturas de eleitores para viabilizar o afastamento, ele acabou se dando conta de que não tinha chance contra Schwarzenegger. Reprimindo as lágrimas, Issa anunciou que não concorreria.

Mas outros 135 concorreram, entre eles muitos candidatos perenes, um astro pornô, o pouco conhecido vice-governador democrata da Califórnia, o político republicano oportunista Tom McClintock, o minúsculo astro infantil Gary Coleman (já passado do seu auge) e Arianna Huffington, que mais tarde fundou o *Huffington Post*.

Schwarzenegger, o candidato a ser derrotado[103], superou uma exposição na primeira página do *Los Angeles Times* em que mulheres o acusavam de tê-las bolinado e em 7 de outubro de 2003 tornou-se o centro do mundo político ao desbancar Davis.

Kamala Harris convidara sua chefe, a procuradora municipal Louise Renne, para almoçar em 2002. Como recordou Renne, Harris disse:

— Estou pensando em me candidatar[104] a promotora de justiça.

— Vá em frente — respondeu Renne.

Renne prometeu ajudar de qualquer maneira ao seu alcance. Também avisou que titulares são difíceis de desbancar, especialmente o que ela buscava vencer, seu antigo chefe Terence Hallinan, com o lendário sobrenome Hallinan. Harris tinha 38 anos no final de 2002, quando anunciou sua primeira disputa por um cargo público.

“A VOZ DE HOJE PELA JUSTIÇA”, dizia seu website.

Ela listava as razões pelas quais era a pessoa ideal para substituir Hallinan. Seria uma gestora competente. Melhoraria os índices de condenação, que estavam bem abaixo da média do estado. Onde Hallinan “se recusava a processar ações contra traficantes de crack e heroína”, ela indiciaria e processaria ações envolvendo drogas como parte de um esforço para limpar as ruas.

“Talvez o mais alarmante de tudo seja a animosidade agora irreparável entre o departamento de polícia e o Ministério Público Estadual, que deveriam estar trabalhando em conjunto para combater o crime em vez de se combater mutuamente.”

Como Harris descobriria, cumprir essas promessas todas seria difícil, sobretudo a que dizia respeito a acabar com a animosidade entre o Ministério Público Estadual e a polícia.

Mas primeiro ela precisava ganhar.

Mark Buell, o presidente de sua campanha de arrecadação de fundos, estava ali para ajudar — recordando que não era difícil. Harris era uma candidata atraente, cheia de energia, rápida, nitidamente parte de uma nova geração de líderes para uma cidade que precisava de transformação política. Quando falava com alguém, fazia contato visual, sem ficar olhando em volta da sala à procura da figura mais importante. Ela fazia todos com quem falava se sentirem a pessoa mais importante no local.

“Ela é uma boa política. Sabe como se encaixar na maioria das situações”, disse Buell.

Em um bombardeio de reuniões, eventos para angariar fundos e telefonemas nas últimas seis semanas de 2002, Harris levantou 100.560 dólares. Em conformidade com as restrições de financiamento de campanha, o teto das doações individuais era quinhentos dólares. A arrecadação foi impressionante para uma candidata de primeira viagem e claramente suficiente para provar que ela era uma séria desafiante. Foi um assunto de família: a irmã Maya Harris, o cunhado Tony West e, claro, a mãe, Shyamala, doaram cada um quinhentos dólares. Entre os primeiros doadores estavam muitos dos bacanas que ela teria encontrado em reuniões sociais: membros da família Pritzker, cujo dinheiro vinha da cadeia de hotéis Hyatt; membros da família Getty; Charles Schwab, da corretora de investimentos de mesmo nome; e a família Fisher, da Gap. Promotores desencantados com Hallinan também doaram em peso.

“Eu estava cansado de ver velhos[105] governando São Francisco. Ela era uma das caras novas”, disse John Keker, um dos advogados de defesa mais bem-sucedidos de São Francisco. Em 1989, Keker comandara[106] a acusação do colega fuzileiro Oliver North por seu papel no escândalo Irã-Contras, em que a administração Reagan vendeu armas ao Irã para levantar dinheiro para financiar os direitistas contras que combatiam um regime esquerdista na Nicarágua. “Kamala projetava decência e compaixão. Você lhe dava uma sala, e ela se conectava com as pessoas.”

Atenta para não aparecer como uma criação de Pacific Heights nem dos advogados chiques do centro da cidade, Harris quis mostrar que cuidaria das pessoas que mais necessitassem da aplicação honesta da lei. Situou a sede de sua campanha no meio do turbulento distrito de Bayview, um mundo distante das vistas das coberturas de dez milhões de dólares e do cintilante Distrito Financeiro. Voluntários pintaram slogans em uma parede da sede: **uma nova voz por justiça. é a nossa vez. hora de mudança.** Harris prometeu aumentar o número de ações penais por violência doméstica e proteger crianças que eram traficadas.

“Estamos tentando reimaginar[107] o que o cargo poderia ser”, disse Debbie Mesloh, velha amiga de Harris e uma das colaboradoras da primeira campanha, além de porta-voz de sua campanha.

Harris quase sempre chegava à sede antes de o dia raiar. Shyamala era uma presença constante, contribuindo onde necessário. Maya Harris e Tony West também compareciam. Dando um toque de obras de Norman Rockwell a esse negócio de família, Harris e seus voluntários levavam tábuas de passar para pontos de ônibus e calçadas em frente a mercados, onde as abriam para usá-las como mesas onde empilhavam panfletos que diziam “Harris para promotora de

justiça”. Ela tinha o entusiasmo, o charme e o carisma que atraíam voluntários e os faziam querer dar o melhor de si.

Em sua primeira entrevista televisiva como candidata, Harris falou de sua admiração pela deusa hindu Kali, uma guerreira mitológica que protege os inocentes arrasando o mal. Na representação clássica, Kali segura a cabeça decapitada de um demônio, tem um colar de cabeças cortadas e usa uma saia de braços ensanguentados. Harris também notou que Kali é uma figura materna.

Laura Talmus, captadora de fundos profissional de Harris, presenciou esse lado maternal de Harris. Em muitas manhãs de sábado, Talmus chegava para trabalhar como voluntária com a filha, Lili. Lili tinha nove anos e se destacava em qualquer grupo. Era inteligente, perspicaz, precoce, lia vorazmente e ria à toa. Também tinha síndrome de Apert, uma rara doença genética que causara a defornação de seu rosto e sua cabeça. Quando via Lili, Harris fazia contato visual, perguntava como fora o dia ou a semana na escola e agradecia por sua ajuda.

Lili e a mãe saíam com suas tábuas de passar e os panfletos e se instalavam na calçada do supermercado em Nob Hill, em frente à linha do bonde de Hyde Street. Em dias em que não estava muito motivada para distribuir panfletos, Lili ficava na sede, aos cuidados de Shyamala, enchendo envelopes ou fazendo quaisquer outras tarefas que Shyamala lhe passasse.

“Ela reluzia na presença de Kamala”[108], recorda Talmus.

Em fevereiro de 2003, Harris falou para o primeiro grupo de mulheres que estavam passando pelo treinamento para candidatas[109] que ela e Andrea Dew Steele ajudaram a criar, e que Susie Tompkins Buell ajudou a financiar, através da Emerge. O treinamento era para um leque de cargos eletivos menores, mas também, como notou o *Chronicle*, “para as que têm a fantasia de um dia concorrer à presidência”. Essa matéria destacava que São Francisco nunca elegera uma mulher como promotora de justiça.

“Vocês precisam ter consciência de um ponto para o qual há dois pesos e duas medidas”, teria dito Harris às mulheres. “Ser uma mulher que alguns consideram atraente tem um peso. O povo presume que você não tem consistência. Por isso é tão importante falar com o maior número de pessoas possível e continuar transmitindo aquilo que vocês defendem.”

E isto: “Se deu um passo na vida, você vai ter inimigos. Isso não é o fim do mundo — e às vezes é até bom. As mulheres devem se achar no direito de ter cargos públicos; nosso lugar é na posição de tomadoras de decisão.”

Durante a maior parte da campanha, Harris ficou atrás dos homens, o titular Hallinan e Fazio, o candidato mais conservador. Ambos trouxeram à tona as ligações de Harris com o prefeito Brown.

Harris compreendia a própria vulnerabilidade: alguns eleitores estavam

cansados da máquina de Willie Brown. Ele dera muitos empregos a amigos, entre eles Paul Horcher, o deputado republicano que irritou seu partido em 1994 votando em Brown para presidente da Assembleia Legislativa. Sob sua liderança, a cidade também concedeu demasiados contratos a firmas que contratavam os amigos dele como lobistas. O *Chronicle* relatou que o FBI estava investigando a prefeitura durante a maior parte do mandato dele. Embora o esforço tenha resultado em poucos indiciamentos, Harris, uma candidata que prometia reformas e uma unidade que focaria na corrupção pública, fez questão de se distanciar[110] de Brown, contando ao *SF Weekly* que sua relação com ele, já encerrada havia oito anos, era seu "fardo".

Se havia alguma dúvida de que eles tinham terminado, Kamala disse incisivamente ao *SF Weekly*: "Eu me recuso a planejar minha campanha em torno de críticas a Willie Brown para parecer ser independente quando não tenho a menor dúvida de que sou independente dele — e que *agora* ele provavelmente expressaria algum *receio* pelo *fato* de não poder me controlar.

"A carreira dele terminou; eu estarei viva e ativa pelos próximos quarenta anos. Não devo nada a ele."

Fazio, percebendo que Harris estava reduzindo a diferença, continuou a usar o recurso de Willie Brown, dessa vez em uma mala direta enviada a mulheres. Era o fim de semana do Halloween, dias antes da primeira terça-feira após a primeira segunda-feira de novembro.

"Não me interessa se Willie Brown é ex-namorado de Kamala", dizia a mensagem, citando uma mulher. "O que me incomoda é que Kamala aceitou duas indicações de Willie Brown para conselhos estaduais em tempo parcial muito bem remunerados — entre eles um para o qual ela não tinha formação. (...)"

Harris rapidamente respondeu gravando uma ligação automatizada que avisava os eleitores de uma "brincadeira" que eles estariam recebendo e explicando que usou suas posições nos conselhos para fornecer benefícios a casais gays e ajudar a manter um hospital aberto. Harris estava se mostrando habilidosa na arte da guerra política. Tirou o segundo lugar de Fazio e enfrentaria Hallinan na disputa em dezembro.

Para o mundo exterior, São Francisco provavelmente é mais conhecido por sua movimentada Chinatown, pelos cafés de North Beach, pela ponte Golden Gate e pelos bondinhos, ou talvez pelas pessoas que não têm onde dormir a não ser em calçadas, passagens subterrâneas de autoestradas e terrenos baldios. É tudo isso. Mas os bem informados também sabem que em São Francisco se faz uma política muito agressiva. Os políticos que se dão bem em São Francisco sabem vencer. Não é coincidência que alguns dos atores atuais e antigos mais duros da nação, entre eles a presidente da Câmara Nancy Pelosi, Willie Brown, a senadora Dianne

Feinstein, o governador Gavin Newsom, John e Phillip Burton, a antiga senadora Barbara Boxer e Kamala Harris, todos tenham raízes em São Francisco.

Nenhuma corrida em São Francisco seria completa sem fortes cotoveladas. Enquanto Harris e Hallinan faziam campanha, Kimberly Guilfoyle, então casada com o candidato a prefeito Gavin Newsom e de licença do Ministério Público Estadual, deu uma na direção de Harris, contando para o *Chronicle* que Harris tentara barrar sua volta ao cargo em 2000.

"O mais importante é que[111] ela não me queria lá", disse Guilfoyle. Sua manobra foi sugerir que Harris tentara impedir o avanço de uma bem-sucedida promotora da lei e da ordem. De fato, em 2001, depois que Harris deixara o cargo, Guilfoyle ganhou notoriedade[112] como um dos dois promotores em um caso especialmente horrível contra um casal de advogados que havia tomado conta de dois cães da raça presa canário, de mais de cinquenta quilos, chamados Bane e Hera, enquanto o dono dos animais, um membro da Irmandade Ariana apelidado de "Cornfed" que era cliente e filho adotivo deles, cumpria pena na prisão. Cornfed criara os cães para guardar laboratórios de metanfentamina, e eles eram ferozes. Um dos advogados levava os cães presos nas coleiras quando eles se soltaram e mataram uma treinadora de lacrosse da universidade no corredor do prédio dela. Guilfoyle e seu parceiro no caso conseguiram condenações, e Guilfoyle chamou a atenção de produtores do noticiário a cabo. Isso acabou por levá-la para o mundo conservador da Fox News, para o divórcio de Newsom e, mais tarde, para um relacionamento com Donald Trump Jr.

Nesse meio-tempo, Harris conseguiu descartar a denúncia de Guilfoyle. Pelo contrário, afirmou, ela queria ajudar Guilfoyle. No final, Guilfoyle não conseguiu afetá-la e Harris encontrou um jeito inteligente de cruzar a linha de chegada.

Em São Francisco, canditatos que estão vencendo não viram à direita. Não é uma estratégia vencedora. Mas alguns encontram formas sutis de parecer menos à esquerda que seus adversários. Esse foi o caminho de Harris. Na disputa contra Hallinan, ela prometeu reformas, mas também apelou a eleitores de Fazio, muitos dos quais eram, se não conservadores, no mínimo menos progressistas do que os apoiadores de Hallinan. O *Chronicle* endossou Harris em 7 de dezembro de 2003 com a manchete: "Harris, pela Lei e a Ordem."

Harris não usou o endosso de Willie Brown em nenhum material de campanha. Mas Brown, fiel a velhos amigos e disposto a ajudar candidatos negros talentosos, ajudava nos bastidores, usando sua influência para abrir portas para Harris. Isso incluiu acesso aos doadores dele. Mas competia a Harris fechar o negócio. Muitos dos doadores dela haviam apoiado Hallinan anteriormente, mas a política virara a favor de Harris. Com sua arrecadação de fundos prejudicada pela candidata emergente, Hallinan usou cinquenta mil dólares do próprio bolso

para manter sua campanha viável. No dia da eleição, ela arrecadara quase o triplo de Hallinan, um milhão de dólares para aquela primeira eleição, praticamente tudo em doações de quinhentos dólares. Muitos que fizeram doações para aquela campanha continuam contribuindo até hoje.

Brown fez uma breve aparição na festa da vitória de Harris: "Obviamente é uma vitória de gênero[113]. Obviamente é uma vitória étnica. Mas foi a competência dela que derrotou Terence Hallinan", disse ele.

Harris venceu por uma margem de 56% a 44% e recebeu mais votos que qualquer outro candidato em São Francisco até hoje, incluindo o prefeito recém-eleito Gavin Newsom.

No início de 2004, depois de contados os votos e empossada a nova guarda, o *San Francisco Chronicle* relatou que um dos protegidos de Willie Brown, Mohammed Nuru, alto funcionário no departamento de obras públicas, mandou dizer que uma equipe de limpeza urbana patrocinada pela prefeitura, conhecida como San Francisco League of Urban Gardeners [Liga dos Jardineiros Urbanos de São Francisco] ou SLUG, devia votar em Newsom. Nuru contou aos repórteres que fizera campanha tanto para Newsom quanto para Harris no seu mandato e negou ter pressionado quem quer que fosse. Relatos de tais irregularidades não eram novidade em São Francisco. O novo prefeito e a nova promotora de justiça prometeram limpar a cidade. O procurador municipal de São Francisco, o secretário de estado da Califórnia e a recém-eleita promotora de justiça todos disseram que examinariam as alegações. Não deu em nada.

Harris emergiu da pantanosa e traiçoeira política de São Francisco com algumas cicatrizes. Também aprendeu, como Kali, a cortar em sentido figurado uma ou duas cabeças. Sua habilidade e seu carisma, sua inteligência e sua garra e sua disposição para lutar para valer a destacavam. Com o tempo, os californianos veriam mais dessas características.

8

POLICIAL ABATIDO

Em sua campanha de 2003 para o Ministério Público de São Francisco, Kamala Harris prometeu aos eleitores nunca pedir a pena de morte, por mais hediondo que fosse o crime. Ela enfrentou o primeiro teste dessa promessa três meses depois de prestar o juramento do cargo. A decisão afetou sua carreira por muitos anos.

Por volta das 21h30[114] do dia 10 de abril de 2004, o policial de São Francisco Barry Parker parou um Crown Victoria cinza descaracterizado perto de uma loja de bebidas que vendia cerveja e vinho com desconto na esquina da Third Street com a Newcomb Avenue no distrito de Bayview. Seu parceiro, Isaac Espinoza, estava no banco do carona.

“Woo, woo”, gritou um olheiro, sinalizando a outras pessoas envolvidas em transações ilícitas que a polícia chegara.

Os bondinhos não iam à região de Bayview-Hunters Point. Aquela era uma cidade diferente da que os turistas e as pessoas elegantes de Pacific Heights veem. Em Bayview-Hunters Point, as gangues mandavam em muitas ruas, a ponto de partes dos bairros serem chamadas de zona de guerra.

Dois jovens pareceram assustados quando o Crown Victoria se aproximou. Um dos homens usava um casaco, embora a noite estivesse mais quente que o normal. Espinoza iluminou o rosto do homem com uma lanterna. O sujeito continuou andando. Os policiais, vestidos à paisana, pararam e saltaram do carro.

— Ei, deixa eu falar com você — chamou Espinoza.

— Pare. Polícia — disse ele duas vezes, a uns dois metros e meio do homem.

O rapaz se virou, sacou um fuzil de assalto que tinha escondido sob o casaco e, em cinco segundos, disparou não menos que 11 vezes. Espinoza, ferido na barriga e na coxa, não teve tempo de sacar a arma do coldre.

— Policial abatido — comunicou Parker por rádio, mesmo ferido no tornozelo.

Espinoza, 29 anos, pai de uma menina de três, estava na polícia havia oito anos e era voluntário no destacamento antigangues. Às dez da noite, dois dias antes de seu aniversário de casamento com Renata Espinoza, o policial Isaac Espinoza morreu de hemorragia.

A polícia, trabalhando noite adentro, encontrou o AK-47 a duas quadras dali. Um quarteirão adiante, encontrou um casaco jogado fora com maconha em um bolso e um cartão de identificação onde se lia David Lee Hill, 21 anos.

Na noite do crime, Hill atravessara a Baía de carona com um amigo até Oakland, seguindo depois para o subúrbio de San Ramon do leste da Baía até o apartamento de um homem que fornecera a arma. Esse homem encorajou Hill a dar entrada na emergência de um hospital e claramente deu a dica à polícia. Hill estava fisicamente ileso, mas começou a agir de forma estranha, falando sem coerência, batendo com a testa em uma porta e urinando nas calças. A polícia, tendo recebido a dica[115], chegou ao hospital com as armas em riste. Eles o algemaram, amarraram seus tornozelos, examinaram-no para ver se havia resíduos de pólvora e levaram-no para a cadeia de São Francisco.

A polícia achou que Hill era membro da gangue Westmob e que provavelmente planejava matar um rival da gangue Big Block, talvez em retaliação a um assassinato acontecido em fevereiro. O advogado de Hill, Martín Antonio Sabelli, mais tarde diria que seu cliente estava na rua querendo comprar maconha, que a arma de assalto era para proteção e que ele não sabia que Espinoza e Parker eram policiais.

“Hesitar é morrer[116]. O membro de gangue que hesita morre. O membro de gangue que hesita em território rival no Bayview à noite vai morrer”, diria Sabelli aos jurados no julgamento em 2007.

No domingo de Páscoa de 2004, policiais deixaram flores perto do local em que Espinoza foi alvejado. Crianças da vizinhança fizeram um desenho[117] de um carro de polícia na calçada, com a inscrição “Os melhores votos para o nosso Departamento de Polícia de São Francisco/nossos melhores policiais/com amor, Victor, Richard, Matthew, Lucy, Sam”, relatou o *San Francisco Chronicle*. Dos bastidores, a promotora de justiça Harris ajudou a supervisionar a investigação. O prefeito Gavin Newsom, que assumiu o cargo no mesmo dia de janeiro que Harris, vinha chamando atenção principalmente para a expedição de licenças de casamento para casais do mesmo sexo, mas também estava atento ao número crescente de crimes violentos na cidade.

Houve 88 homicídios em São Francisco em 2004, 19 a mais que no ano anterior, e o Condado de São Francisco ganharia a distinção de ter a maior taxa

de homicídios na Califórnia naquele ano.

"Isso é absolutamente desnecessário[118]. Meu coração está com a família", foram as palavras do novo prefeito citadas pelo *Chronicle* em sua visita à cena do crime em 10 de abril, na Páscoa.

Pela lei da Califónia, assassinos de policiais podem estar sujeitos à pena de morte. Mas, três dias depois que Espinoza morreu e antes de seu funeral, a nova promotora de justiça de São Francisco, que se opunha à pena de morte, manteve a mesma posição da época da campanha, anunciando que não pediria a pena de morte para Hill[119]. Harris não investigou a questão da possibilidade de ter sido feita uma acusação de crime capital. Nem assumiu uma postura mais conveniente de esperar até depois do funeral. Em vez disso, deixou claro desde o início que manteria sua palavra. Ela pagaria um preço por sua atitude.

Os policiais de São Francisco e da área da Baía ficaram indignados. A chefe de polícia Heather Fong atacou a decisão de Harris: "Nós, a equipe de comando[120] deste departamento, instamos com a maior veemência possível que essa ação penal de crime capital seja examinada em todos os aspectos e que seja pedida a pena de morte na condenação, como faculta a lei."

O *San Francisco Chronicle* não conseguiu achar nenhum exemplo em que promotores[121] tivessem deixado de pedir a pena de morte para um assassino de policial. Na capital, Sacramento, 43 dos oitenta membros[122] da Assembleia, entre eles vários democratas, assinaram uma resolução instando o procurador-geral da Califórnia, Bill Lockyer, e o procurador da República a investigarem a questão e intervirem se necessário, embora a resolução não tenha chegado a ser apresentada para votação. Morreu sem uma audiência na Comissão de Segurança Pública da Assembleia, presidida pelo deputado Mark Leno, amigo de Harris e colega democrata de São Francisco. Isso poupou algum constrangimento a Harris. Mas Lockyer, que apoiava a pena de morte na época e era um potencial candidato a governador em 2006, informou a Harris estar pensando em exercer sua autoridade e assumir o controle do caso. Ele acabou não fazendo isso.

Policiais do estado inteiro foram em suas motocicletas até São Francisco para o funeral do policial Espinoza na sexta-feira após seu assassinato. Milhares de pessoas lotaram a Catedral de Saint Mary, no meio da cidade.

Harris e a senadora Feinstein, cujas campanhas haviam recebido apoio de sindicatos de policiais ao longo dos anos, cumprimentaram-se amigavelmente momentos antes do início da cerimônia. Harris sentou-se no primeiro banco. Outros dignitários sentaram-se por perto, assim como a viúva de Espinoza, Renata.

A Associação dos Policiais de São Francisco endossara a candidatura de Harris, ciente de que ela se opunha à pena de morte. Mas Gary Delagnes,

presidente da organização, falou no funeral: "Isaac Espinoza pagou o preço derradeiro[123]. (...) E falo em nome de todos os meus colegas policiais quando exijo que esse assassino pague o preço derradeiro." Isso deve ter magoado Harris, mas piorou quando Feinstein levantou-se para falar.

Na adolescência e na juventude, Feinstein pensava em ser atriz. Embora tenha desistido da carreira dramática pela política, conservou um dom para o teatro. Na Catedral de Saint Mary, a experiente senadora federal pela Califórnia deixou de lado a fala previamente preparada.

"Esta não é apenas a definição[124] de uma tragédia, mas a circunstância especial evocada pela lei da pena de morte", foram as palavras de Feinstein aos ouvintes, citadas pelo *Chronicle*. Uma democrata voltou-se contra outra em seu momento de vulnerabilidade, em uma igreja católica. Foi uma reviravolta extremamente brutal até para os padrões de São Francisco.

"Dava para sentir o choque[125]. Essa é a palavra que mais se aproxima", recordou Lockyer, que se encontrava presente.

Muitos ali, especialmente os policias, levantaram-se e aplaudiram Feinstein; Harris permaneceu sentada. Após a cerimônia, Feinstein disse a jornalistas que provavelmente não teria apoiado Harris em sua campanha para promotora de justiça se tivesse sabido da oposição dela à pena capital, não que Harris tivesse escondido sua posição.

Feinstein tinha a própria história[126] com a pena de morte e atuara nela de forma muito diferente. Como candidata a governadora em 1990, Feinstein apareceu diante de partidários na Convenção do Partido Democrata da Califórnia, um grupo decididamente progressista, e proclamou seu apoio à pena capital. Era, disse ela então, "um problema que não pode ser tratado de forma evasiva". Ativistas do partido vaiaram-na. Mas, sabendo que a grande maioria dos californianos apoiava a pena de morte na época, Feinstein e os responsáveis por sua campanha usaram o episódio de 1990 em anúncios de campanha retratando-a como valente e forte e mostrando que seu rival democrata, o procurador-geral John Van de Kamp, era contra a pena de morte. Os anúncios, como as vaias que ela recebeu, serviram ao objetivo de Feinstein. Ela ganhou a primária do Partido Democrata para governador, embora o republicano da lei e da ordem Pete Wilson a tenha derrotado em novembro. Feinstein conquistou sua cadeira no Senado em 1992 e foi eleita cinco vezes desde então, inclusive em 2018. Nessa campanha, Feinstein, desafiada pela esquerda em um estado que se tornara cada vez mais progressista, declarou que já não apoiava mais a pena de morte.

Os ataques a Harris naquele dia e no futuro não seriam os últimos que ela sofreria por causa de sua decisão. Durante meses, policiais a evitavam e viravam-lhe as costas quando a viam no Palácio da Justiça. Harris deixou claro que não ia fugir da questão, explicando sua decisão na página de opinião do *Chronicle* duas

semanas depois do assassinato do policial Espinoza:

> Para aqueles que querem que esse réu[127] seja condenado à morte, deixe-me dizer simplesmentte que não se abrem exceções a questões de princípios. Dei minha palavra ao povo de São Francisco e honrarei esse compromisso apesar das fortes emoções evocadas pelo caso. Já ouvi e considerei esses apelos com muito cuidado e entendo e compartilho a dor que os move, mas minha decisão está tomada e é definitiva.

Quando foi eleita promotora de justiça, Harris escolheu um velho conhecido seu, Harry Dorfman, para tratar de alguns dos assassinatos de maior visibilidade da cidade. Dorfman, que é agora juiz de um tribunal superior, ganhou a condenação do famoso membro da gangue MS-13 Edwin Ramos, que foi condenado a três penas de prisão perpétua por matar um homem de 48 anos e seus dois filhos no bairro de Excelsior. Harris recusou-se a pedir a pena de morte nesse caso também. Dorfman obteve uma condenação de homicídio qualificado para Clifton Terrell Jr. pelo assalto seguido de morte de Hunter McPherson, filho de Bruce McPherson, ex-editor do *Santa Cruz Sentinel* e senador estadual da Califórnia, que mais tarde seria nomeado secretário de estado pelo governador Arnold Schwarzenegger.

O maior caso de Dorfman, porém, foi a ação penal de David Hill. Dorfman recusou-se a discutir as decisões acusatórias da procuradoria no caso, e não há como saber se um júri de São Francisco teria imposto a pena de morte a Hill se ele tivesse sido acusado de assassinato de uma forma que o qualificasse para a pena de morte. Mas parece improvável. Hill era jovem e nunca fora acusado de crime violento. O povo de São Francisco há muito tempo se opõe à pena de morte, e os júris são um reflexo dessa oposição.

De qualquer maneira, em 2007 o júri de São Francisco considerou Hill culpado de homicídio doloso, um crime que não subentende pena de morte. Os jurados concluíram, sim, que Hill conscientemente atirara em um policial. Por isso, foi condenado à prisão perpétua sem direito a liberdade condicional. Um tribunal estadual de recursos manteve sua setença em 2011. Hill está cumprindo pena na prisão estadual de New Folsom a leste de Sacramento, e hoje tem 37 anos, oito a mais do que Isaac Espinoza tinha quando foi morto por ele.

9

FICANDO “ESPERTA” COM O CRIME

Presidir um escritório urbano do Ministério Público Estadual não é fácil, e era especialmente difícil na São Francisco dos anos 1990. Os jurados eram selecionados entre um grupo de pessoas descrentes das autoridades, e o próprio sistema de justiça não seguia as regras básicas. Na gestão de Harris, promotores tiveram que suspender centenas de processos depois que se descobriu um técnico do laboratório criminal cheirando cocaína que fora apreendida com suspeitos. Os advogados de defesa acharam que a procuradoria deixara de respeitar a lei que exigia que os promotores passassem à defesa provas que poderiam inocentar os réus.

Mas, por mais que a procuradoria fosse mal, Harris continuou fazendo questão de focar nas pessoas que eram quase sempre ignoradas pela lei até as balas começarem a voar. O conjunto habitacional Sunnydale, longe das vistas de tirar o fôlego e dos bairros charmosos de São Francisco, é o lugar aonde se deve ir para entender melhor como ela fez isso. Durante décadas, o conjunto habitacional era classificado como a área mais perigosa da cidade, e isso nunca foi mais notório que nos anos em que Kamala Harris era a promotora de justiça.

“Sunnydale, também chamado ‘Dale’[128], ou ‘O Pântano’, é coberto de garrafas e lixo”, disse Leslie Fulbright em uma reportagem especial de 2008 para o *Chronicle*. “Não há jardins, só grama alta e moitas de mato. Há fraldas sujas penduradas nas árvores. Baratas e ratos correm dentro dos prédios. Algumas pias são pretas de tanto mofo.”

Pichações cobriam as paredes de suas 785 unidades, dezenas das quais tinham sido fechadas com tapumes, embora isso não tenha impedido os invasores de se instalarem ali para morar.

Sunnydale era governado por gangues de rua. A Procuradoria Municipal

reagiu com medidas cautelares antigangues, e os federais atingiam os chefões do complexo com ações da lei de combate ao crime organizado.

Como promotora de justiça, Harris tentou sua própria abordagem. Dizia reiteradamente rejeitar os conceitos de ser dura com o crime ou mole com o crime. Declarava ser "esperta com o crime". Além de fazer a acusação em ações penais que a polícia trazia para seus assistentes, ela tentava se envolver e em mais de uma ocasião foi a Sunnydale à noite, acompanhada de seus promotores mais importantes que atuavam em processos contra gangues, médicos da emergência do Hospital Geral de São Francisco e, sabiamente, uma escolta policial.

Era uma espécie de abordagem "para assustar".

As sessões eram frequentadas por até 15 jovens "em situação de risco" no salão comunitário do conjunto habitacional. Harris fazia um pequeno discurso introdutório, seguido por uma apresentação feita pelos médicos, que mostravam aos membros da plateia o que provavelmente acontecia quando vítimas de tiroteio chegavam à sala de emergência com a barriga aberta por ferimentos à bala. Então os promotores tomavam a palavra para explicar a todos o que as pessoas podiam esperar da experiência de passar anos atrás das grades se fossem pegas e condenadas pela carnificina captada nas fotografias. O que interessa é não se meter em encrenca, para começo de conversa, dizia Harris.

Harris também instituiu um programa com o objetivo de desviar criminosos primários não violentos de uma vida de crime retirando acusações se eles se inscrevessem para receber capacitação profissional no que ela chamava de programa de Volta ao Bom Caminho. Tais esforços não deixavam de ter riscos políticos, como ela descobriria quando começou a concorrer para a Procuradoria-Geral da Califórnia.

O *Los Angeles Times* detalhou o processo de 2008[129] de um participante do Volta ao Bom Caminho que usou um SUV para atropelar uma mulher cuja bolsa ele arrancara. O homem era um imigrante sem documentos. Harris teve que voltar atrás, prometendo excluir do programa quem não estivesse apto a trabalhar legalmente nos Estados Unidos. A mulher sobreviveu, e o homem foi expulso do programa e julgado por ataque com arma mortal.

E houve momentos verdadeiramente privados que o público nunca veria. Matthew D. Davis conta a história de sua vizinha, Naomi Gray, uma idosa negra há muito envolvida na política da cidade e que ficou "na maior felicidade" quando Harris foi eleita promotora de justiça em 2003. Naomi teve um AVC e foi hospitalizada na casa de repouso Laguna Honda, administrada pela prefeitura. Davis se recorda de, em uma noite chuvosa, ter pensado que ela devia estar se sentindo muito sozinha. No calor do momento, ele ligou para Harris, que atendeu

o telefone. Ele perguntou se ela conhecia Naomi.

— Claro que conheço — respondeu Harris.

Davis disse que significaria muito para Naomi se ela enviasse um cartão.

— O que você está fazendo agora? — perguntou Harris, surpreendendo Davis.

Os dois rapidamente combinaram de se encontrar em meia hora na Laguna Honda. Davis conduziu Harris ao quarto de Naomi. Harris sentou-se à sua cabeceira e segurou sua mão. Davis retirou-se, dando privacidade à jovem promotora de justiça e à idosa. Harris saiu cerca de vinte minutos depois.

"Não havia multidões[130] nem eleitores em potencial. Só eu em um corredor silencioso", disse Davis. "Demos boa-noite e eu observei Kamala partir apressada para alguma reunião ou algum evento. Naomi faleceu poucos dias depois."

Depois que Joe Biden escolheu Harris como sua vice e Donald Trump chamou-a de "má" e "desagradável", Davis sentiu-se impelido a revelar a história em um texto no Facebook. Era um exemplo do comportamento de Harris quando não havia plateia.

Harris usou sua posição como promotora de justiça para moldar as políticas do estado, apoiando leis em seu primeiro ano, 2004, para aumentar penas por exploração sexual de crianças. O projeto de lei, apresentado pelo então senador Leland Yee, um democrata de São Francisco, redefinia prostituição[131]. As crianças que eram compradas e vendidas não mais se denominariam prostitutas. Deveriam ser chamadas pelo que eram: exploradas e vítimas. Cafetões e clientes enfrentariam penas mais longas por tráfico de crianças. A lei foi aprovada por unanimidade, e o governador Arnold Schwarzenegger sancionou-a.

"Está finalmente preto no branco[132], definido por lei, que adultos não podem comprar crianças para sexo", disse Harris na época.

A carreira de Yee teve um fim ignominioso em 2015 quando ele se declarou culpado de acusações federais de corrupção que incluíam tráfico de armas e a troca de atos legislativos por doações de campanha, em um caso envolvendo o gângster de Chinatown Robert "Shrimp Boy" Chow, que era a "cabeça de dragão" de uma tríade internacional. Ele cumpriu uma pena de cinco anos de cadeia. Embora não houvesse indícios de seus negócios escusos na lei que Harris buscava, as acusações contra Yee mostravam que a política da cidade muitas vezes podia virar para os lados mais sórdidos. A promotora de justiça Harris prometera combater a corrupção pública, mas não houve processos inportantes durante seu mandato.

Como parte de sua abordagem "esperta com o crime", Harris recorreu à questão nada promissora do absenteísmo escolar no ensino fundamental. Citou estatísticas mostrando que a grande maioria das vítimas de homicídio de 25 anos ou mais jovens havia abandonado os estudos no ensino médio. Quase todos os

presidiários também tinham abandonado os estudos no ensino médio. O problema, concluiu ela, tinha suas raízes no ensino fundamental. Algumas crianças faltavam à escola setenta ou oitenta dias por ano. Para mudar essa realidade, ela e um juiz criaram um tribunal de absenteísmo escolar em São Francisco. Harris, que padronizou sua iniciativa de acordo com uma criada pelo Ministério Público do Condado de Alameda, raramente usava o martelo. Mas, quando os pais apareciam no Palácio da Justiça, havia um promotor à mão para esclarecer que a ameaça das sanções era real. Entre 2005 e 2009, segundo ela e autoridades escolares de São Francisco, o absenteísmo entre alunos do ensino fundamental caiu pela metade.

Em 2010, quando se candidatou a procuradora-geral da Califórnia, Harris levou a questão para o âmbito estadual, pedindo a seu velho amigo e aliado, o senador Mark Leno de São Francisco, que apresentasse um projeto de lei estabelecendo que os pais pudessem ser acusados de crime por cronicamente não se certificarem de que os filhos matriculados nos ensinos fundamental e médio comparecessem às aulas. A pena podia ser uma multa de dois mil dólares ou um ano de cadeia.

"Há uma relação muito direta[133] entre segurança pública e educação pública", disse Harris a um repórter. "É muito mais barato focar em exigir o comparecimento dos alunos do ensino fundamental às aulas do que desenvolver ações penais de homicídio."

O conceito não foi bem aceito pela esquerda. Defensores do libertarismo civil e advogados de defesa foram contra. O argumento deles tinha certa lógica: um pai que estivesse na cadeia teria muita dificuldade de obrigar o filho a ir à escola. E será que a lei contemplava realmente a causa do absenteísmo escolar? Entretanto, a lei foi aprovada e sancionada. "Eu só queria que essas crianças[134] fossem à escola, e estou preparada para ser a vilã", declarou Harris na época.

Como procuradora-geral, Harris produziu relatórios anuais detalhando o problema. O primeiro relatório mostrou que 29% dos alunos do ensino fundamental matavam aula regularmente. Essa taxa caiu para 25% quando ela publicou seu último relatório. Alguns condados de fato mandaram pais para a cadeia. Na campanha presidencial de 2019, Harris recebeu críticas da esquerda pela lei que defendeu e afirmou que lamentava que quaisquer pais tivessem ido para a cadeia. O sucessor de Harris, o procurador-geral Xavier Becerra, discretamente parou de publicar os relatórios sobre o absenteísmo escolar quando assumiu o cargo. Mas a lei da Califórnia ainda dá direito aos promotores de acusarem criminalmente pais de cabuladores de aula contumazes do ensino fundamental.

10

HARRIS E OBAMA

Em setembro de 2004, seu primeiro ano como promotora de justiça de São Francisco, Kamala Harris, sempre de olho no cenário político, foi a coanfitriã de um evento no Hotel Four Seasons para captar fundos para um colega viajante, um senador estadual por Illinois oriundo do sul de Chicago que trabalhava em um pequeno escritório de advocacia e lecionava direito constitucional na Universidade de Chicago. Seu nome era Barack Obama.

Obama já sabia que devia ir a São Francisco, uma parada importante para qualquer político democrata em ascensão. No ano anterior, Susie e Mark Buell haviam sido os anfitriões de um evento para Obama, e o assessor do casal fizera com que Harris e Obama se conhecessem. O evento de 2004 foi a primeira de muitas vezes que os dois astros em ascensão se ajudaram mutuamente. Obama estava prestes a ganhar uma cadeira no Senado Federal por Illinois e se tornara um nome de peso depois que mexeu com a nação na Convenção Nacional do Partido Democrata com o discurso em que disse: “Não existem uma América progressista e uma América conservadora. Existem os Estados Unidos da América. Não existem uma América negra e uma América branca e uma América latina e uma América asiática. Existem os Estados Unidos da América.”

No mês de março seguinte ao evento de Harris para captar fundos para Obama, o senador recém-eleito retribuiu o favor, sendo a atração principal de um evento de arrecadação de fundos para Harris na boate Bimbo’s 365, em North Beach. A multidão se espremia no local.

As comparações entre Harris e Obama são inequívocas, se bem que superficiais: ambos são de duas etnias diferentes, são inteligentes e atraentes, ambos são procuradores bem-sucedidos e ambos são o reflexo da cara nova do Partido Democrata, se não da própria nação. A edição de 2006 da revista *Ebony*

citou os dois como estando entre os cem americanos negros mais influentes. A foto dela era a quinta; a dele, a sexagésima sétima.

Em fevereiro de 2007, a promotora de justiça Harris, olhando para além de São Francisco, foi à gelada Springfield, Illinois, para o lançamento da campanha presidencial de Obama. Em março, ela se tornara a autoridade eleita mais proeminente da Califórnia a apoiar Obama.

“Esse provavelmente não[135] foi o cálculo político certo na época”, disse Buffy Wicks, que era o principal organizador de campanha de Obama na Califórnia em 2007 e mais tarde entrou para sua equipe da Casa Branca. Wicks, agora membro da Assembleia Legislativa da Califórnia, notou que a Califórnia em 2007 e 2008 era território de Hillary Clinton. A antiga primeira-dama e senadora já tinha garantido muitos apoios importantes, como o do prefeito de São Francisco Gavin Newsom, o do prefeito de Los Angeles Antonio Villaraigosa e o da senadora Dianne Feinstein.

Obama fez sua primeira parada de campanha na Califórnia em março, atraindo uma multidão de 12 mil pessoas em frente à Prefeitura de Oakland, o mesmo local onde, como senadora dos Estados Unidos, Harris anunciaria o início de sua candidatura à presidência em 2019. “Estou muito elétrica”[136], a promotora de justiça Harris, sentada na primeira fila, disse à repórter política Carla Marinucci, então do *San Francisco Chronicle*. “A energia, a diversidade... as pessoas estão empolgadas, e não é só com o Barack. É com elas.”

Naquela noite, Harris estava entre os muitos patrocinadores de um evento para arrecadação de fundos no Hotel Mark Hopkins, no centro de São Francisco, que levantaria um milhão de dólares. Em sua busca frenética por apoio financeiro[137], Obama arrecadou espantosos 25,7 milhões de dólares no primeiro trimestre de 2007, quase igualando a arrecadação de Clinton e deixando claro que sua candidatura era tudo menos quixotesca. Obama provavelmente não derrotaria Clinton na Califórnia. Mas a tarefa de Harris era servir de substituta de Obama. Então lá estava ela falando em seu nome, percorrendo o estado de norte a sul, passando um fim de semana no início de dezembro em Salinas, dizendo a democratas locais que faziam uma pesquisa que Obama estava montando “uma das campanhas presidenciais mais extraordinárias[138] de nossa vida”. Obama ganhou naquela pesquisa.

Em São Francisco, os eleitores da esquerda não consideraram a polêmica sobre o processo do policial Isaac Espinoza e as questões no laboratório criminal contra Harris, e ela disputou a reeleição em novembro de 2007 sem oposição. Afastado aquele obstáculo, a recém-reeleita promotora de justiça foi a Des Moines bater de porta em porta em busca de apoio para Obama nos dias gélidos de dezembro

antes dos *caucuses*[139] de Iowa, onde passou a véspera de Ano-Novo. Em 3 de janeiro de 2008, na noite do *caucus* de Iowa, estive perto dela no Hy-Vee Hall em Des Moines enquanto ela ouvia Obama prometer "uma nação menos dividida e mais unida".

Nas primárias da Califórnia um mês depois, Obama levou São Francisco, mas Clinton venceu no estado sem dificuldade, por 51,5% a 43,2%, garantindo que a disputa continuaria por meses. O gerente de campanha de Clinton na Califórnia era Ace Smith, que logo viria a ser o principal estrategista de Harris.

Quando Harris concorreu à presidência, um repórter da *Politico* perguntou-lhe sobre continuar o legado de Obama.

"Tenho o meu próprio legado"[140], disse ela ao repórter.

11
A DISPARADA LOUCA

Na noite de 4 de novembro de 2008, Kamala Harris uniu-se a milhares de pessoas delirantes de felicidade que se apinhavam no Grant Park de Chicago para a celebração da eleição histórica de seu amigo.

“A mudança chegou à América”, disse Barack Obama às multidões em Chicago e às milhões de pessoas que assistiam pela televisão e pela internet.

Especulava-se que Obama encontraria um lugar para Harris em Washington, e ela pensava em transformar isso em seu próximo passo. No dia 12 de novembro de 2008, oito dias após a eleição de Obama, e com apenas 11 meses no segundo mandato como procuradora-geral de São Francisco, Harris tomou sua decisão. Tirando proveito da euforia democrata em relação a Obama, ela declarou sua intenção de concorrer à Procuradoria-Geral da Califórnia em 2010. Escrevi naquele dia que ela “há muito focara em concorrer[141] ao cargo de procuradora-geral, a principal autoridade responsável pela aplicação da lei, e um posto que pode servir de trampolim para o cargo de governador”.

A promotora de justiça Harris, acompanhada por seu principal estrategista, Ace Smith, passou o dia de seu anúncio dando entrevistas a repórteres televisivos de Los Angeles explicando por que estava concorrendo. No fim do dia, os dois pararam para visitar o prefeito Antonio Villaraigosa na Getty House, a residência do prefeito no bairro do Parque Hancock, não longe do centro de Los Angeles. Demoraram-se um pouco demais[142] ali. Smith consultou o relógio de pulso e verificou que não tinham tempo para chegar ao aeroporto Bob Hope, em Burbank. O motorista pisou fundo no acelerador, ziguezagueando entre as faixas de tráfego. Quando chegaram ao aeroporto, Harris tirou os sapatos de salto alto, e os dois saíram em disparada, passaram pela segurança e correram para o portão de embarque quando a porta estava quase fechando. Uma vez em seus assentos,

Smith virou-se para Harris, sorriu e disse: “É assim que a campanha vai ser.” Eles tinham corrido feito loucos e, quando parecia que não iam chegar, apertaram um pouco mais o passo e passaram por um triz. Ela entendeu o recado. Seria uma grande aventura.

Felizmente para ela, Smith tinha um entendimento especial do que era a Procuradoria-Geral, tendo administrado a campanha de Jerry Brown para o cargo em 2006. Mas seu entendimento ia além disso. Ele era criança quando seu pai, o vice-procurador-geral Arlo Smith, foi designado para ajudar a pôr fim à saga de Caryl Chessman, o Bandido da Luz Vermelha, que foi executado em 1960 após ter sido condenado pelo sequestro e estupro de mulheres em um local de encontro de namorados em Los Angeles. Chessman escrevera um livro de memórias enquanto aguardava no corredor da morte de San Quentin e tornara-se o foco do movimento pela abolição da pena de morte. Arlo Smith teve três mandatos como procurador-geral de São Francisco até sua derrota em 1995 para Terence Hallinan. Em 1990, o jovem Ace ajudou a dirigir a campanha do pai para a Procuradoria-Geral da Califórnia. Arlo perdeu para o republicano Dan Lungren por uma diferença de 28.906 votos em um total de mais de sete milhões.

O anúncio de Harris dois anos antes da eleição tornara-se uma de suas formas de fazer campanha: sair primeiro, chamando atenção, no intuito de reduzir o campo de prováveis adversários nas primárias do Partido Democrata. Antes de completar um mês do anúncio de Harris em 2008, os líderes republicanos da Califórnia estavam trabalhando para elaborar um plano de ataque contra ela, tendo criado o que chamaram de “Equipe de Resposta Rápida da Procuradoria-Geral”. Mensagens eletrônicas internas mostravam que eles esperavam recrutar vítimas de crimes, promotores de justiça republicanos, um democrata plausível para desafiar Harris e a polícia. Os sindicatos de policiais geralmente apoiavam os democratas. Mas Harris continuava a pagar o preço pela decisão de não pedir a pena de morte para o assassino do policial Isaac Espinoza. No início de 2009, líderes da Associação dos Policiais de São Francisco informaram a Harris que não a apoiariam em hipótese alguma. Em solidariedade aos policiais de São Francisco e em memória do policial Espinoza, outras organizações da polícia também se alinhavam em oposição.

Com a aproximação da eleição de 2010, os republicanos acharam que podiam ganhar o cargo de procurador-geral. A equipe reunida para elaborar a estratégia incluía dois republicanos eficazes, o ex-presidente do Partido Republicano na Califórnia, George “Duf” Sundheim, e Sean Walsh, que foi um dos principais assessores do governador Pete Wilson e mais tarde sócio de Wilson.

Wilson fez sua estreia na política com 33 anos ao obter uma cadeira para a Assembleia de San Diego em 1966, ano em que Ronald Reagan foi eleito governador da Califórnia. San Diego, cidade da base naval e dos fuzileiros navais,

tinha uma grande indústria de defesa e era confiavelmente republicana na época. Wilson era um ex-fuzileiro naval e advogado que foi prefeito de San Diego por três mandatos, de 1971 a 1983, e senador federal em 1983, quando Reagan era presidente. Em 1990, Wilson derrotou a ex-prefeita de São Francisco Dianne Feinstein, tornando-se governador e sucessor de outro republicano, George Deukmejian. Isso foi quando a Califórnia era um estado pêndulo. Agora não é, e em grande parte por causa da política de Wilson.

O governador Arnold Schwarzenegger, um republicano, começou sua administração em 2003 virando à direita. Mas, na campanha à reeleição em 2006, ele havia passado para o centro e tornou-se um guerreiro na luta pela energia alternativa e contra as mudanças climáticas. Schwarzenegger explicou a verdade brutal em uma Convenção do Partido Republicano da Califórnia de 2007, na cidade de Indian Wells no deserto: "Usando termos de cinema[143], estamos morrendo na bilheteria. Não estamos preenchendo os lugares."

Repórteres que faziam a cobertura do evento descreveram uma reação quase silenciosa. O partido que produzira Richard Nixon, Ronald Reagan, George Deukmejian e Pete Wilson estava em descompasso com os eleitores da Califórnia nas questões do controle de armas, do meio ambiente, do aborto, do casamento entre pessoas do mesmo sexo e, especialmente, da imigração. Os latinos, o segmento da população da Califórnia que crescia mais depressa, virou-se contra o Partido Republicno depois que Wilson venceu a reeleição de 1994 defendendo a bandeira da Proposta 187, uma iniciativa que prometia acabar com todos os serviços financiados pelo governo para imigrantes sem documentação, incluindo educação pública e *home care*. A proposta era, em seu cerne, um ataque aos novos americanos e às suas famílias. O Partido Republicano da Califórnia está em queda desde então. Em 2010, tornara-se um casco enferrujado; meros 31% dos eleitores se registravam como republicanos. Agora que é o partido de Donald J. Trump, o registro no Partido Republicano é inferior a 25% na Califórnia.

Imaginando ressuscitar o partido, Wilson recrutou candidatos de todo o estado para a eleição de 2010: um jovem negro para secretário de estado, um latino para vice-governador. A milionária do Vale do Silício Meg Whitman foi escolhida para disputar o governo do estado e substituir Schwarzenegger. Ela gastaria 159 milhões de dólares, a maior parte do próprio bolso. Para procurador-geral, Wilson recrutou Steve Cooley, o promotor de justiça no terceiro mandato pelo Condado de Los Angeles.

Na abordagem, na atitude e na aparência, Kamala Harris e Steve Cooley não podiam ser mais diferentes. A promotora de justiça de São Francisco Harris prometeu trazer inovação e reforma para o sistema da justiça criminal se fosse eleita procuradora-geral em 2010. Defenderia o meio ambiente, os consumidores e o casamento igualitário. Harris, então com 46 anos, claramente tencionava

subir o mais alto possível. O promotor de justiça do Condado de Los Angeles Cooley prometia defender a pena de morte e o casamento tradicional. Tinha 63 anos e concorria a seu último mandato, mas primeiro precisava passar pelas primárias.

Kamala Harris vivia um momento difícil quando a corrida começou, embora nada fosse público na época. Ela e Maya andavam ocupadas em fazer com que a mãe fosse às suas sessões de quimioterapia. Em um artigo de opinião do *New York Times* em 2018, Harris recordou um incidente de quando a mãe estava hospitalizada, perto do fim:

> Desde que consigo me lembrar[144], minha mãe adorava assistir aos noticiários e ler o jornal. Quando Maya e eu éramos garotas, ela insistia que nos sentássemos em frente ao âncora Walter Cronkite toda noite antes do jantar. Mas de repente ela se desinteressou de tudo. Seu cérebro poderoso decidiu que estava farto.
>
> Ela ainda tinha espaço para nós. Lembro que eu acabara de entrar na disputa para a Procuradoria-Geral da Califórnia e ela me perguntou como estava indo a corrida.
>
> "Mamãe, esses caras estão dizendo que vão me dar um pé na bunda", respondi para ela.
>
> Ela se virou na cama, me olhou e abriu o maior sorriso. Ela conhecia sua cria. Sabia que seu espírito de luta ia bem e estava vivo dentro de mim.

Em 11 de fevereiro de 2009, a fortaleza da família, a cientista que estudou o câncer e buscou sua cura, a mulher que mais que qualquer outra pessoa criara e moldara duas mulheres fortes e realizadas, morreu de câncer em Oakland. Nos meses e anos que vieram depois disso, os amigos notariam os olhos de Harris marejando em momentos marcantes de sua vida quando alguém mencionava sua mãe.

***

A promotora de justiça Harris usara sua experiência como promotora a seu favor na campanha. Mas seu histórico em São Francisco era complicado. Quando a apoiou na corrida para a Procuradoria-Geral em 2010, o prefeito de Los Angeles Villaraigosa declarou: "Kamala passou[145] a vida inteira nas trincheiras como uma promotora de tribunal e em 15 anos elevou ao máximo os índices de condenação em sua comunidade."

O jornalista Peter Jamison, na época escrevendo no *SF Weekly*, escavou as estatísticas do Ministério Público de São Francisco e descobriu que Harris

baseava seu parecer[146] em acordos sobre pena celebrados com réus. Acordos sobre pena são, claro, uma parte importante do sistema de justiça criminal. Mas, quando os assistentes de Harris levavam crimes sérios a julgamento, os índices de condenação ficavam significativamente abaixo da média do estado.

Os promotores no Palácio da Justiça de São Francisco tiveram um dia especialmente difícil em 9 de fevereiro de 2010. Um júri condenou erroneamente um homem, e outro júri, após deliberar por apenas um dia, absolveu três membros de gangue pelo assassinato de dois rivais em um julgamento que durou cinco meses. Harris não se envolveu diretamente em nenhum dos dois casos. Mas ambos aconteceram durante seu mandato.

No julgamento que levou à absolvição, os advogados de defesa acharam que a prova de DNA não fora tratada adequadamente para um homicídio e o depoimento da principal testemunha era inconsistente. Um dos réus tinha a mão direita engessada e, mesmo assim, supostamente conseguiu pular uma cerca na fuga. E, embora fosse destro, foi acusado de ter dado os tiros. Os rápidos veredítos de inocência levantaram questionamentos sobre a decisão do promotor de fazer as acusações.

“Eles só deviam interpor ações[147] que eticamente acreditem poder provar com certeza”, disse a advogada Kate Chatfield, que representava um dos três homens.

No mesmo dia, outro júri[148] devolveu um veredito em que Jamal Trulove era declarado culpado pela morte a tiros do amigo Seu Kuka, em 2007, no conjunto habitacional de Sunnydale, no extremo sul da cidade. Trulove chorou durante a leitura do veredito, com razão, como mais tarde ficou provado.

Trulove era um aspirante a rapper[149] que aparecera em um reality show na televisão, a série do VH1 *I Love New York 2*. Uma testemunha afirmou estar absolutamente convicta de que Trulove cometera o crime. O promotor chefe argumentou que a testemunha estava depondo apesar do risco de sofrer retaliação e da possibilidade morrer, e ela fora realocada e recebera dinheiro para cobrir suas despesas. A promotora de justiça Harris não fez a acusação da ação penal, mas fez dela as palavras de seu assistente, elogiando a “corajosa testemunha ocular que se ofereceu[150] para depor”. Um juiz condenou Trulove a cinquenta anos de prisão. A condenação de Trulove contaria como uma estatística que sustentaria a alegação de Harris de ter aumentado o número de condenações por crime. Mas anos depois a verdade veio à tona.

O advogado que recorreu da sentença de Trulove convencera-se de sua inocência. Em janeiro de 2014, com Harris como procuradora-geral, um tribunal de recursos estadual reverteu a condenação de Trulove[151], concluindo que o “promotor de São Francisco cometera uma falta grave altamente prejudicial” e que a história de que a testemunha depunha apesar de temer pela própria vida

"era inteiramente fictícia". Em março de 2015, dois meses depois que a procuradora-geral Harris anunciou sua candidatura ao Senado Federal, um novo júri em São Francisco absolveu Trulove[152] de todas as acusações. A questão não estava encerrada. Trulove, que passara oito anos atrás das grades, processou a polícia e a municipalidade, mas não Harris, alegando ter sido vítima de armação dos policiais, e um júri federal concedeu-lhe uma indenização[153] de 14,5 milhões de dólares em 2018. Em março de 2019, quando a senadora Harris concorria à presidência, a Câmara de Supervisores de São Francisco[154] encerrou o processo concedendo-lhe uma indenização de 13,1 milhões de dólares.

"Kamala Harris tentou ser progressista[155]. E sou muito grato por isso", disse Marc Zilversmit, o advogado de Trulove no julgamento do recurso. "Em uma época em que ser progressista em crime era polêmico, ela colocou em prática algumas dessas boas ideias. Ela poderia ter feito muito mais."

Em sua ascensão a postos mais elevados, Harris invocaria a própria experiência como procuradora e o próprio sucesso. Era o seu cartão de visita. Mas o cargo foi uma faca de dois gumes, e a condenação injusta de Jamal Trulove assombra sua época como promotora de justiça de São Francisco.

Harris acabou enfrentando cinco oponentes democratas nas primárias, todos homens. Quanto mais homens, maior a probabilidade de um resultado feliz para a única mulher na disputa. Os cinco sujeitos iriam corroer as fontes de apoio uns dos outros, e Harris se destacaria. Uma canditada potencial foi Jackie Speier, uma congressista democrata de Hillsborough, sul de São Francisco, que comunicou no início de 2010 estar pensando em concorrer. Como jovem assessora parlamentar, Speier acompanhou seu chefe, o congressista Leon Ryan, à Guiana em 1978, quando ele investigou Jim Jones e sua seita do Templo do Povo. Ryan foi assassinado naquela viagem, e Speier foi ferida em uma série de acontecimentos medonhos que levaram ao suicídio em massa e ao assassinato de mais de novecentas pessoas. Speier ainda conserva no corpo chumbo desse ataque. Na Legislatura do Estado da Califórnia e no Congresso, Speier construiu uma reputação como uma dissidente que enfrentava os bancos em questões como taxas de juros e privacidade do consumidor. Essas posições ecoaram na esteira do colapso de Wall Street de 2008, da Grande Recessão e da crise das hipotecas, que atingiu a Califórnia de modo especialmente duro. Mas, logo depois de o nome de Speier ser aventado, a campanha de Harris revelou ter arrecadado 2,2 milhões de dólares para a disputa pela Procuradoria-Geral, uma soma impressionante que seria difícil de igualar para uma candidata que estava apenas começando. Speier optou por permanecer no Congresso.

Dinheiro é fundamental em qualquer campanha, especialmente em disputas para cargos eleitorais menos importantes, que atraem muito menos atenção da

mídia e interesse dos eleitores do que as disputas a governos estaduais ou ao Senado Federal. Harris não tinha fonte de riqueza independente e certamente não herdou uma fortuna do modesto patrimônio da mãe. Seu oponente mais preocupante nas primárias foi o autofinanciado antigo advogado do Facebook Chris Kelly. Kelly, candidato de primeira viagem, acabou gastando 12 milhões de dólares nas primárias de junho, o dobro do que Harris gastou na disputa inteira.

Harris trazia vantagens com ela: tinha concorrido duas vezes no moedor de carne que é a política de São Francisco, seu nome era identificado na área da Baía porque ela estava sempre no noticiário da noite e no *Chronicle*, e era a única promotora pública entre os seis candidatos das primárias do Partido Democrata.

Significativamente, a votação interna de Harris refletiu uma mudança nas atitudes do público. Eleitores que haviam aprovado a dura lei das *three strikes* em 1994 se afastavam da filosofia de encarceramento de Pete Wilson e estavam abertos a uma alternativa. Tendo exposto sua filosofia de desvio, educação, tratamento e reabilitação de drogados em seu livro *Smart on Crime* [Esperta com o crime], Harris se retratava como uma procuradora que apoiava a reforma da justiça criminal.

"Via-se o sistema prisional[156] como uma porta giratória, e as pessoas não estavam sendo corrigidas", disse Ace Smith. "Foi talvez a primeira eleição presidencial em que alguém disputava com base nessa ideia de reforma da justiça criminal."

Harris teve um impulso em outubro de 2009, quando recebeu o apoio do chefe de polícia de Los Angeles de mentalidade reformista William Bratton, a pessoa mais popular na polícia no condado natal de Cooley. Foi o apoio mais significativo que receberia dessa categoria e ajudou a validar suas credenciais de autoridade responsável pela aplicação da lei.

A boa notícia foi temperada por tragédia.

Lili Smith, a garota precoce com síndrome de Apert que ajudava a encher envelopes e distribuir panfletos na primeira disputa de Harris para o cargo de promotora de justiça, fizera 15 anos, uma idade em que a aparência e se enturmar tornam-se importantíssimos. Nas escolas do Condado de Marin que ela frequentou, as outras crianças não faziam bullying nem implicavam com ela. Mas a ignoravam, e ela estava ficando socialmente isolada. Ela e seus pais, Ace Smith e Laura Talmus, decidiram tentar um internato, a Scattergood Friends School, na rural West Branch, Iowa. Lá, ela estava encontrando comunhão e aceitação e se destacando.

Lili andara lendo a autobiografia de Cherie Blair, a esposa do ex-primeiro-ministro britânico Tony Blair, depois de ter terminado a biografia da cofundadora do United Farm Workers, Dolores Huerta. Em 9 de outubro, Lili ligou para a mãe e deixou o recado de que se falariam de manhã.

Nessa noite, ela teve uma convulsão e morreu.

Harris estava tirando uma folga da campanha quando recebeu uma ligação de um dos sócios de Smith, Dan Newman, contando do falecimento de Lili. Ace Smith e Laura Talmus eram peças importantes da operação política de Harris. Mas também faziam parte de seu estreito círculo de amigos. Harris rapidamente embarcou em um voo para São Francisco para sentar shivá com os pais de Lili em sua casa no Condado de Marin.

Nada é pior que a perda de um filho. Mas Talmus e Smith transformaram a dor em bondade ao criar a Beyond Differences, organização beneficente que desenvolve um programa de estudos usado em escolas por todo o país para ajudar a combater o isolamento social. Eles também aprenderam alguma coisa a respeito do jeito de Harris de demonstrar carinho. Desde a morte de Lili, Harris não deixou de ligar nos aniversários e nos dias das mães e dispõe-se a ajudar a arrecadar dinheiro para a causa da Beyond Differences em nome de Lili.

***

Na noite das primárias, 8 de junho de 2010, Harris acumulou amplas margens nos condados de São Francisco e de Alameda e venceu no Condado de Los Angeles. No estado todo, ela venceu o oponente por mais de dois para um; Chris Kelly ficou em terceiro lugar.

A luta de Cooley na primária foi mais dura. Seu principal adversário era John C. Eastman, reitor da Dale E. Fowler School of Law da Universidade de Chapman, no Condado de Orange, e ex-assistente do juiz Clarence Thomas. O estrategista chefe de Eastman, Frank Schubert, supervisionara a campanha do “Sim à Proposta 8” visando proibir o casamento entre pessoas do mesmo sexo em 2008. Eastman apoiava a proposta. Mais tarde, ele seria um dos advogados a entrar com petições perante a Suprema Corte instando para que a iniciativa pelo chamado casamento tradicional fosse considerada constitucional e se tornaria o presidente do conselho da Organização Nacional pelo Casamento, a principal organização dedicada a pôr fim ao casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Eastman, o favorito do Tea Party na Califórnia, atacou Cooley por causa de sua pensão do governo, citando um cálculo de que Cooley, que tinha 36 anos de serviço no Condado de Los Angeles, podia receber uma pensão anual de 292 mil dólares. Com o salário de procurador-geral, Cooley poderia receber 425 mil dólares se vencesse. As pensões eram uma questão tempestuosa na época, especialmente no sul da Califórna. As autoridades estavam investigando Bell[157], uma cidade pobre no Condado de Los Angeles, com 37 mil habitantes e povoada por imigrantes, onde os líderes municipais vinham saqueando o tesouro. O administrador da cidade recebia um salário anual de 787.637 dólares e tinha

probabilidade de receber uma pensão polpuda. O escândalo de Bell foi manchete. Cooley não estava fazendo nada de errado. Na verdade, seu gabinete estava supervisionando a investigação de corrupção de Bell. Eastman acabou chegando bem atrás em segundo lugar. Mas a questão da pensão de Cooley não passou despercebida.

12
A MUDANÇA CHEGA À CALIFÓRNIA

As iniciais dos procuradores-gerais [*attorneys general*] são AG. Quem busca o cargo sabe a verdade: AG quer dizer "aspirante a governador". A promotora de justiça de São Francisco Kamala Harris sem dúvida tinha interesse em disputar um cargo acima do de procuradora-geral, talvez governadora ou senadora dos Estados Unidos. O promotor de justiça do Condado de Los Angeles Stephen Cooley, por sua vez, não demonstrava interesse em concorrer a qualquer cargo acima de procurador-geral.

Filho de um agente do FBI, Cooley era um homem grisalho de olhos tristes que parecia já ter visto de tudo, e tinha. Ou ao menos sabia as coisas horríveis que as pessoas eram capazes de fazer umas com as outras, uma realidade brutal refletida em certas estatísticas. Entre o momento em que assumiu o cargo de promotor de justiça de Los Angeles, em 2000, e 2010, quando concorreu à Procuradoria-Geral da Califórnia, seus assistentes obtiveram sentenças de morte contra 59 homens e três mulheres, mais da metade de todos os assassinatos a serem punidos com a sentença de morte durante aquele período na Califórnia. Em São Francisco, havia mais de vinte anos que ninguém era condenado à morte.

Para o público e para os repórteres que faziam a cobertura a seu respeito, Cooley aparecia como autêntico, um promotor até a medula. Assumiu uma posição progressista instando pelo abrandamento da lei penal extrema das *three strikes* da Califónia e parecia ser tão apartidário quanto um político pode ser. Também era notícia porque trazia à luz casos de corrupção contra políticos desonestos do sul da Califórnia, um problema que funciona bem com as redações de jornais. Muitos jornais apoiaram Cooley contra Harris, inclusive o meu, o *Sacramento Bee.*

"Contra quase qualquer outro oponente[158], ela facilmente ganharia o nosso

apoio”, disse o *Bee* em um editorial que tomei a iniciativa de redigir. “Mas, por causa da posição dele na comunidade policial, Cooley tem mais potencial para produzir a reforma imprescindível do sistema penal da Califórnia e agir com coragem contra autoridades públicas que abusam da confiança pública.”

Cooley, citando a recusa de Harris em pedir a pena de morte contra o assassino de Isaac Espinoza, frisou o próprio apoio à pena capital e a oposição de Harris. Os pais e a viúva do policial Espinoza apoiaram Cooley, e os sindicatos de policiais acabaram gastando 1,5 milhão de dólares para eleger Cooley.

O apoio de Cooley e a oposição de Harris à pena de morte sem dúvida ecoaram em algumas partes do estado, mas não na área da Baía, onde Harris era especialmente forte. Harris enfraqueceu o ataque dizendo que aplicaria a lei, não obstante sua opinião pessoal. Essa afirmação coincidia com uma longa tradição de promotores na Califórnia que eram pessoalmente contra a pena de morte, mas mesmo assim a aplicavam. Por exemplo, John Van de Kamp, ex-defensor público, foi procurador-geral nos anos 1980 e, apesar de ser um adversário moral da pena capital, seus assistentes repetidamente defenderam sentenças de morte e a própria pena capital perante a Suprema Corte do estado.

Cooley era o favorito, e comentaristas apostaram em sua vitória. Garry South, um dos melhores estrategistas de seu tempo, previu que Harris perderia e enumerou[159] as razões de seu raciocínio em um fórum no campus de Irvine da Universidade da Califórnia: “Quando se tem uma mulher que é minoria, que é contra a pena de morte, que é promotora de justiça de uma cidade louca como São Francisco.”

Eram quatro *strikes*, e era a sabedoria popular.

Os acontecimentos favoreciam Cooley. Em setembro, assistentes da autoridade policial do Condado de Los Angeles prenderam oito autoridades da cidade de Bell. Cooley foi quem anunciou as acusações, dizendo ao *Los Angeles Times*: “Isso, é escusado dizer, é corrupção nas veias.[160]” Até o antigo procurador-geral Bill Lockyer, um democrata, previu que Harris perderia, embora a tivesse apoiado e feito uma doação para sua campanha. Cooley arrecadou quinhentos mil dólares a mais que Harris entre as primárias de junho e a eleição geral de novembro e estava recebendo muito mais dinheiro que ela de doadores de fora da Califórnia. Isso era uma pista de que a corrida assumia um significado mais amplo.

Cooley lembrou que o estrategista de sua campanha explicou a política da disputa: “A questão não é Kamala[161] concorrer à Procuradoria-Geral. É ela ser vice-presidente.” Cooley não levou a sério a ideia.

Cooley podia estar subestimando Harris. Mas os experientes estrategistas republicanos não. Em outubro, o Comitê de Liderança do Estado Republicano,

com base na Virgínia, interveio, e de repente a corrida pela Procuradoria-Geral da Califórnia ganhou projeção nacional. Seu presidente, Ed Gillespie, fora um alto estrategista do presidente George W. Bush e era ex-presidente do Comitê Nacional Republicano. O comitê gastou mais de um milhão de dólares em um anúncio de televisão com alvo certo, no qual Renata Espinoza criticava Harris por não pedir a pena de morte para o assassino de seu marido.

O conteúdo do anúncio pouco tinha a ver com o motivo de colocá-lo no ar. Estrategistas republicanos estavam dizendo que o Partido Republicano via Harris como uma possível candidata nacional e queria pôr um fim em sua carreira antes de ela poder subir ao palco nacional. Eles também achavam que um procurador-geral republicano na Califórnia serviria de baluarte contra a administração Obama.

O próximo procurador-geral certamente teria que tomar uma posição em relação ao Affordable Care Act, a marca registrada de Obama na política doméstica, fosse promovendo uma ação judicial para desmantelá-lo ou defendendo-o no tribunal. O Comitê de Liderança do Partido Republicano arrecadou mais de trinta milhões de dólares naquele ano, a maior parte doada pela indústria de seguros de saúde e por outros grupos afetados pela lei de acesso à saúde. Harris prometeu fazer tudo que pudesse para defender o Affordable Care Act, também conhecido como "Obamacare". Cooley foi evasivo.

Nos anos que se seguiram, procuradores-gerais republicanos do Texas e de outros estados republicanos seriam os primeiros a abrir processos para invalidar a lei de acesso à saúde, que cobre aproximadamente quarenta milhões de americanos. Sob a gestão de Harris e de seu sucessor, Xavier Becerra, a Califórnia liderou os estados democratas na defesa da lei. Respondendo ao esforço do Comitê de Liderança do Partido Republicano, Obama foi à Califórnia para ajudar Harris, elevando mais o perfil da corrida. Ele disse a uma plateia de Los Angeles que ela era sua "amiga do peito"[162] e foi a atração de uma campanha de arrecadação de fundos para ela no rico enclave de Atherton, no sul de São Francisco. Ela foi a única candidata estadual para quem ele angariou fundos na eleição de 2010.

Conforme o dia da eleição se aproximava, Meg Whitman e outros republicanos perderam força. Isso deixou Cooley como o único republicano com uma chance razoável de vencer. Para amarrar essa vitória, o gerente de campanha de Cooley em San Diego, Kevin Spillane, recorreu a um dos marqueteiros republicanos, Joe Shumate, um estrategista que fora consultor de Pete Wilson, John McCain, Arnold Schwarzenegger e do presidente russo Boris Yeltsin em uma campanha retratada no filme *Spinning Boris* (o esguio ator Liev Schreiber fez o papel de Shumate, um homem que era tamanho XGG). Shumate, pioneiro no uso da análise computacional para mirar milimetricamente em

eleitores, planejou lançar anúncios destinados a eleitores em mercados de mídias específicas. Em 1º de outubro, o tempo ia ficando curto, e Shumate não estava atendendo o telefone, o que não era do seu feitio. Spillane ficou preocupado e pediu a um amigo que fosse ver como ele estava. Shumate foi encontrado morto em seu apartamento em Sacramento, vítima de um ataque cardíaco. Os anúncios que ele imaginara nunca foram ao ar.

É um fato da política da Califórnia que, embora a maioria dos californianos viva no sul do estado, os californianos do norte são mais sintonizados com a política e comparecem mais às urnas. Isso beneficiou Harris. Ela e sua equipe de campanha sabiam desferir um murro, como muitas vezes tinham demonstrado. Sob a manchete[163] "Combatente da corrupção aceitou muitos presentes", o *Chronicle* detalhou presentes como uísques escoceses, vinhos, charutos e ingressos dos Lakers que Cooley havia aceitado. Os presentes viraram um anúncio atacando Cooley. Mas o grande ataque ainda estava por vir.

Cooley concordou em comparecer a um único debate, realizado em 5 de outubro de 2010, na Davis School of Law da Universidade da Califórnia. Os dois candidatos se mostraram inteligentes, rápidos e hábeis, e muito diferentes um do outro.

Harris deixou claro que se recusaria a defender a Proposta 8, iniciativa aprovada em novembro de 2008 que proibia o casamento entre pessoas do mesmo sexo e levou a ações judiciais que foram para as Supremas Cortes da Califórnia e dos Estados Unidos. Como procurador-geral, Jerry Brown recusou-se a defender a proposta, assim como o governador Arnold Schwarzenegger. Desse modo, os proponentes da iniciativa tiveram que contratar seus próprios advogados para defendê-la. Em 4 de agosto de 2010, o juiz federal Vaughn Walker derrubou a Proposta 8, sentenciando que "isso não consegue resistir a qualquer nível[164] de escrutínio sob a Cláusula de Igual Proteção". Se eleita fosse, disse Harris, se recusaria a defender a proposta.

"Agora que a Proposta 8 foi considerada[165] inconstitucional por um juiz federal, não devemos usar os preciosos recursos do estado da Califórnia para defender uma lei que é inconstitucional. Concordo com essa decisão e a apoio", afirmou Harris no debate de 5 de outubro.

Cooley retrucou que os eleitores haviam falado, e sua vontade "devia ser defendida pelo procurador-geral da Califórnia se o procurador-geral acreditasse nela ou não". Schwarzenegger e o procurador-geral Jerry Brown estavam "se eximindo de suas responsabilidades" ao se recusarem a defender o estado, disse Cooley.

Eles também entraram em choque por causa do meio ambiente. Em 2006, Schwarzenegger assinou uma lei famosa pensada para combater as mudanças

climáticas com a exigência de que os californianos reduzissem drasticamente as emissões de gases do efeito estufa. Nenhum outro estado dera um passo desses. Com o tempo, a lei imporia custos adicionais a refinarias de petróleo, empresas de processamento de alimentos, fábricas de todo tipo e à gasolina, com o objetivo de persuadir as pessoas a encontrarem alternativas. Em 2010, as companhias de petróleo e os produtores de carvão foram os maiores financiadores de uma campanha de dez milhões de dólares para uma iniciativa endossada pelo Partido Republicano da Califórnia que teria matado a medida atrasando sua execução. Cooley não se posicionou em relação à iniciativa. Harris foi uma opositora declarada. Mais que isso, atacou Cooley por deixar de declarar sua posição.

"Acho que não podemos ser seletivos na escolha de questões sobre as quais optamos por opinar ou não com base talvez no que isso possa nos custar em termos de risco político", disse Harris no debate. Virando-se para Cooley, ela foi um pouco mais fundo. "Arrisque-se um pouco. Você pode."

Mais tarde, Harris não seguiria o próprio conselho. Uma vez no cargo, recusou-se a posicionar-se em relação a propostas submetidas a votação popular. Mas em 2010 ela estava do outro lado do eleitorado. A medida respaldada pela indústria do petróleo e do carvão não passou, tendo recebido menos de 39% dos votos.

Deixando de lado suas diferenças nas questões do casamento entre pessoas do mesmo sexo, das mudanças climáticas e da pena de morte, o momento mais revelador do debate foi quando um dos jornalistas, Jack Leonard, do *Los Angeles Times*, perguntou a Cooley se ele receberia o salário de procurador-geral e, ao mesmo tempo, a pensão por serviços prestados ao Condado de Los Angeles se vencesse em 2 de novembro de 2010. A questão era arriscada em termos políticos. Cooley deveria ter presumido que a pergunta surgiria, depois de Eastman tê-la levantado nas primárias e já que a própria procuradoria de Cooley fazia a acusação no processo contra as autoridades de Bell. Ele foi direto, talvez brusco:

— Eu conquistei a pensão depois de 38 anos de serviço público. Eu definitivamente mereci quaisquer direitos à pensão que tenho e certamente contarei com isso para completar o baixíssimo salário de procurador-geral do estado.

Harris, vendo a mancada que foi a resposta, reagiu:

— Vai em frente, Steve. — Com uma risada de "te peguei", acrescentou: — Você conquistou a pensão, não se discute.

Harris andara passando seu tempo em Los Angeles, tentando atrapalhar a base de Cooley, fazendo campanha pela cidade com London Breed, uma jovem assessora afro-americana, hoje prefeita de São Francisco. A menos de um mês da eleição, Harris pôs todo o seu dinheiro em um anúncio para o mercado de

televisão de Los Angeles. O foco do anúncio: a resposta de Cooley à pergunta sobre a questão da pensão. O ataque foi intimidante e surtiu o efeito desejado.

Em 2010, o ano do Tea Party, a onda republicana inundou a nação. Os republicanos tiveram vitórias históricas nas assembleias legislativas e na Câmara dos Deputados dos Estados Unidos. Mas a onda parou na encosta leste da Sierra Nevada. Jerry Brown derrotou sem dificuldade a bilionária Meg Whitman. Só a corrida Harris-Cooley estava incerta. Na noite da eleição, Cooley declarou-se vencedor. O *San Francisco Chronicle* teve um momento “Dewey derrota Truman”[166] ao publicar uma manchete online declarando que Cooley tinha vencido. Cooley chegou a distribuir broches que diziam **procurador-geral cooley**. Mas a secretaria de estado da Califórnia leva semanas para contar os votos pelo correio e os que aguardavam confirmação. Nos seis condados mais populosos da área da Baía, Harris venceu Cooley de quase dois para um, por uma diferença de 533.500 votos. No Condado de Los Angeles, que deveria ser o bastião de Cooley, ele perdeu por 315 mil votos.

Quando todos os mais de 9,6 milhões de votos foram computados no fim de novembro, Harris tinha vencido por 74.157 votos. Ela se tornou a primeira mulher, a primeira pessoa negra e a primeira pessoa de ascendência indiana a se tornar a principal autoridade policial da Califórnia. A mudança chegara à Califórnia.

13
A PROCURADORA-GERAL HARRIS

Em um de seus primeiros dias no cargo, a procuradora-geral Kamala Harris deu uma recepção no salão do décimo sétimo andar da sede do Departamento de Justiça da Califórnia em Sacramento. Nada de câmeras, nada de imprensa, só ela, uns comes e bebes e a equipe. Promotores veteranos, agentes do Departamento de Justiça, guardas e funcionários da lanchonete compareceram. Foi a primeira vez que muitos dos empregados estiveram no salão ou trocaram um aperto de mão com um procurador-geral. Foi um momento esperançoso, agradável e profissional. Pela primeira vez em trinta anos, o departamento seria comandado por uma advogada com uma significativa experiência de tribunal. Ela lhes ensinou a pronunciar seu nome, "câmla", e lhes disse quanto se sentia honrada de ter um cargo já ocupado por Earl Warren. Harris repetiu as recepções nos escritórios de San Diego, Los Angeles e São Francisco.

Harris entrou em um Departamento de Justiça da Califórnia que tinha uma equipe de 4.996 pessoas e um orçamento de 732 milhões de dólares. O departamento era muito maior do que qualquer escritório de advocacia no estado, maior do que qualquer outro departamento de justiça estadual, ficando abaixo apenas do Departamento de Justiça dos Estados Unidos. O Departamento de Justiça do estado tem uma das maiores forças policiais do país, e seus cientistas forenses operam um dos laboratórios criminais mais sofisticados da nação.

Vice-procuradores-gerais — DAG na sigla em inglês — da velha guarda são uma turma cética. Já viram procuradores-gerais chegarem e irem embora, quase todos para concorrer ao governo do estado. Cada procurador-geral que chegava parecia ligar menos para o cargo que tinha do que para o que mais tarde pleitearia; estava ciente de que o cargo era um tranpolim. Certamente, Harris

tinha ambição. Isso podia ser bom. Mas talvez ela estivesse comprometida.

Ela estava e não estava.

Como procuradora-geral, Harris mostrou ser inovadora e cautelosa. Dependendo da questão, era ousada ou se continha. Tomava posições firmes ou ficava muda sobre as questões criminais importantes do dia. Em momentos em que poderia ter comandado, permaneceu na retaguarda. Em outros momentos, foi uma pioneira. Quanto ao seu estilo de gestão, os veteranos recordam receber dela pouca orientação pessoal. Harris raramente era vista na sede do departamento em Sacramento, preferindo permanecer nos escritórios perto de sua casa em São Francisco e mais tarde em Los Angeles, as cidades onde se encontrava a maioria dos eleitores e dos doadores.

No fim, ela faria o seu nome na Califórnia e aumentaria sua visibilidade nacionalmente posicionando-se contra bancos e instituições de ensino superior com fins lucrativos que extorquiam os alunos, e em defesa de crianças vítimas de traficantes de pessoas. Usava seu discernimento de promotora para mover ações penais difíceis de ganhar e rejeitava as que poderiam atrair muita atenção. Não processou, por exemplo, o OneWest Bank, cujo dono na época era Steve Mnuchin, que veio a ser o secretário do Tesouro do governo Trump, por supostas violações à lei de execuções hipotecárias. Como detalhado pelo *Intercept* em 2017, seus assistentes recomendaram a ação penal em 2013. Mas Harris concluiu que não havia provas suficientes para garantir os recursos necessários para abrir o processo. Ela deixou para o sucessor importantes processos inacabados.

Como ocorre tantas vezes com políticos, acontecimentos além de seu controle obrigavam-na a fazer o que não queria.

Seu antecessor, Jerry Brown, o governador recém-eleito, fora governador por dois mandatos trinta anos antes e entendia as complicações do estado melhor que qualquer político vivo. No melhor dos tempos, Brown era pão-duro. Esse não era o melhor dos tempos. Mais de um milhão de californianos[167] perderam o emprego na Grande Recessão, e muitos outros perderam suas casas e suas poupanças na crise das hipotecas. A taxa de desemprego no estado chegou a 12,6%, mas era muito pior em partes do Central Valley e em áreas rurais. Pela primeira vez desde 1938, a renda coletiva dos californianos de fato caiu. O pagamento de tributos a Sacramento caiu 24%. Ao contrário do governo federal, que pode imprimir dinheiro, a Califórnia, como outros estados, todo ano precisa equilibrar seu orçamento. O estado enfrentava um déficit orçamentário de 27 bilhões de dólares em 2011. Brown e os legisladores não tiveram escolha a não ser cortar gastos e fazer mudanças estruturais no governo estadual para equilibrar o que era um orçamento de 127 bilhões de dólares. Tendo vindo do cargo no qual Harris acabara de entrar, Brown sabia o que era necessário e o que era dispensável. Ele cortou 37 milhões de dólares do orçamento da Procuradoria-

Geral naquele primeiro ano e 75 milhões no ano seguinte. Os cortes seriam mais duros em um sindicato de funcionários públicos que apoiara o oponente de Brown na eleição de 2010. Harris, pega desprevenida, teve que se virar para preservar empregos e gerir os cortes; não haveria dinheiro para expansão. Grandes ideias teriam que aguardar, embora um dia elas viessem.

O Departamento de Justiça da Califórnia inclui a Divisão de Aplicação da Lei, com agentes que combatem crimes mais sérios, crime organizado, quadrilhas internacionais e grandes redes de tráfico de drogas. Os advogados do departamento são responsáveis pela defesa dos direitos do consumidor, pela proteção do meio ambiente e pela aplicação de leis antitruste. Grande parte do trabalho do departamento é rotineira. Os assistentes defendem o estado contra processos e dão orientação a uma série de conselhos e comissões. Assistentes da divisão criminal defendem condenações asseguradas por promotores de justiça do condado em tribunais estaduais e federais. Um grupo de veteranos de primeira defendia julgamentos de pena de morte.

Dane Gillette trabalhara lá por quase quatro décadas, passando de assistente a coordenador dos processos envolvendo pena de morte para toda a procuradoria, e depois a chefe da divisão criminal. Criado primeiramente nas cidades de Fresno e Madera, no Central Valley, Gillette era o filho republicano de pais e avós republicanos, embora tenha mudado seu registro, declarando-se sem preferência por um partido após desencantar-se com o Partido Republicano durante a presidência de Trump. Como coordenador de pena de morte, Gillette supervisionou cada uma das 13 execuções realizadas entre 1992 e 2006 na Califórnia. A opinião de Harris a respeito da pena capital era conhecida. Mas Gillette nunca sentiu que ela tenha tentado interferir em um processo de pena de morte.

"Ela entendia as questões"[168], disse ele. "Às vezes, se não entendesse bem, fazia perguntas. A gente podia falar com confiança com ela."

Harris podia ser dura com sua equipe, ríspida e brusca. Também podia custar a tomar decisões políticas. Em dezembro de 2013, Gillette buscava sua aprovação para entrar com uma petição pleiteando a revisão pela Suprema Corte Federal de um caso questionando se o interrogatório feito pela polícia a um suspeito de assassinato era impróprio, depois que este começara invocando seu direito de não se autoincriminar. O tribunal de recursos descartara a confissão. O prazo da apelação se aproximava. Imaginando que Harris concordaria com ele e não tendo tido notícias dela, ele entrou com a petição. Ela ligou para sua casa pouco antes do Natal, enquanto preparava um jantar de fim de ano, e lhe disse que discordava da petição dele e não teria recorrido da decisão. Repreendido, ele pôs o cargo à disposição. Ela não aceitou, mas pediu que isso não voltasse a acontecer. Com votos de boas festas, despediu-se. No cara a cara, ela arrasava, achava ele.

Quando Gillette se aposentou no ano seguinte, Harris supreendeu-o ao comparecer ao jantar de despedida dele, demorando-se em sua mesa e conversando com sua esposa e seus filhos. Foi um ato de cortesia que tão cedo não seria esquecido.

Uma das unidades mais movimentadas do Departamento de Justiça da Califórnia é a que defende o enorme sistema prisional de 34 instituições do estado. Os advogados dos presos processavam o estado pelas condições nas 34 prisões havia décadas. Os tribunais federais consistentemente tomavam o partido dos prisioneiros contra o estado. Como procurador-geral, Jerry Brown se opusera aos processos. Mas as perdas do tribunal, aliadas à crise financeira e a um sistema prisional que custava ao estado a soma de dez bilhões de dólares por ano e que só aumentava, estavam exigindo providências. Em maio de 2011, cinco meses depois que Harris e Brown assumiram seus novos cargos, a Suprema Corte Federal, em uma decisão[169] por cinco a quatro, concluiu que as prisões da Califórnia violavam as proteções constitucionais contra a punição cruel e inusitada. As prisões chegaram a abrigar 173 mil prisioneiros, o dobro do número de detentos que foram designadas para comportar.

O acórdão foi redigido pelo juiz Anthony Kennedy, o único californiano no tribunal e um juiz nomeado pelo presidente Reagan. Em uma prisão, disse Kennedy, 54 homens dividiam um único vaso sanitário. Em outra, um prisioneiro ficou 17 meses queixando-se de dor sem receber tratamento e acabou sucumbindo a um câncer nos testículos. Um especialista em psiquiatria relatou observar um prisioneiro que fora mantido por aproximadamente 24 horas em uma gaiola, em pé sobre uma poça da própria urina, quase catatônico. As autoridades carcerárias não tinham outro lugar para colocá-lo.

“Como consequência de seus próprios atos, os presos podem ser privados de direitos que são fundamentais para a liberdade”, disse Kennedy. “No entanto, a lei e a Constituição exigem o reconhecimento de certos outros direitos. Os presos conservam a essência da dignidade humana inerente a todas as pessoas. O respeito a essa dignidade encoraja a proibição constante na Oitava Emenda contra punição cruel e inusitada.”

A decisão estava entre as mais importantes já dadas sobre os temas de punição e encarceramento e teve implicações profundas para a Califórnia. O estado era o primeiro da nação em população carcerária. Construiu vinte prisões em vinte anos, e o número de presos quintuplicou para 173 mil nesse período. Agora que o estado perdera em seu mais alto tribunal, a Califórnia precisaria se metamorfosear. Brown estava pressionando os legisladores a realinhar o sistema de justiça criminal para que diminuísse bastante o número de pessoas que fossem encarceradas e a instituir um leque de mudanças que reduziria a população

carcerária a 120 mil. Era uma pressão de Brown, não de Harris. A nova procuradora-geral deixou com o governador a decisão sobre a questão fundamental do encarceramento.

Brown estava recebendo algumas ajudas externas muito necessárias. David W. Mills, um investidor rico, libertário civil e professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade Stanford, e o bilionário de Nova York George Soros, um sobrevivente do Holocausto natural da Hungria que defendera um leque de medidas para reduzir a população carcerária, juntos gastaram um milhão de dólares para colocar uma proposta na votação de 2012 que atenuaria as partes mais duras da lei penal das *three strikes* da Califórnia, que condenava reincidentes. Seus estrategistas de campanha, Ace Smith, Sean Clegg e Dan Newman, eram os mesmos que cuidaram da disputa bem-sucedida de Harris para a Procuradoria-Geral

Com a iniciativa, a Proposta 36, reincidentes não mais seriam sentenciados a prisão perpétua por crimes envolvendo drogas ou crimes contra a propriedade, como furto. O crime teria que ser violento ou sério. Cerca de três mil pessoas que cumpriam pena de prisão perpétua pela lei da reincidência ganhariam o direito a recorrer aos tribunais para serem soltas.

Eram pessoas como Shane Taylor, um usuário de drogas e às vezes sem-teto do Condado de Tulare, uma parte republicana do Central Valley representada pelo congressista Devin Nunes. Os crimes pregressos de Taylor incluíam condenações por três assaltos quando ele era adolescente, e o roubo de um talão de cheques para comprar uma pizza. Um dia em 1996, o ex-ladrão de pizza estava tomando cerveja com amigos em um lago, o Lake Success, perto da cidadezinha de Porterville, quando a polícia parou, revistou-o e encontrou 0,14 gramas de metanfetamina, uma quantidade equivalente em tamanho a um décimo de sachê de açúcar. O juiz do tribunal superior Howard Broadman, seguindo a letra da lei, condenou Taylor à prisão perpétua pela posse de uma quantidade ínfima de metanfetamina. Broadman não era de rever sua posição. Mas a sentença lhe pesou.

“Shane Taylor foi um erro”[170], disse o juiz.

Taylor tornou-se uma das muitas provas na campanha para atenuar a lei de reicidência mais dura da nação. Outra foi o reincidente condenado a prisão perpétua por roubar um par de luvas da Home Depot. Uma terceira foi um homem com problemas mentais condenado a prisão perpétua por furtar um computador no valor de cerca de duzentos dólares. Havia mais milhares como eles.

Dado que Harris se dizia uma reformadora da justiça criminal, os eleitores podiam ter se beneficiado do parecer da procuradora-geral da Califórnia. Cooley, promotor de justiça do Condado de Los Angeles, apoiou a medida. Harris, no

entanto, não se posicionou. Seu raciocínio declarado era de que seus assistentes redigiam a sinopse resumindo a medida para os eleitores e que seus assistentes podiam ter que defender as medidas no tribunal. Ela argumentava que, se fosse tomar uma posição contra ou a favor de referendos, colocaria seus assistentes e a procuradoria em uma posição incômoda, pois eles cumpriam seus deveres oficiais. Foi uma posição que ela assumiu em outros referendos durante seu mandato como procuradora-geral.

Mas havia muitas razões políticas para não assumir posições sobre referendos. E se um reincidente saísse da prisão e cometesse um crime hediondo? Isso resultaria em um anúncio atacando-a em alguma futura campanha. Era muito mais fácil se esquivar da questão. Alguns dos antecessores de Harris encontraram formas de equilibrar as necessidades de se engajarem como advogados e como políticos. Por exemplo, Dan Lungren, o procurador-geral em 1994, apoiou a lei das *three strikes* original e construiu sua campanha à reeleição no mesmo ano em torno do endosso da iniciativa, ciente de que seus assistentes estariam defendendo a nova lei nos tribunais de recursos depois que ela passasse. Ao contrário de Harris, Lungren não via conflito entre seus deveres oficiais defendendo uma lei no tribunal e seu papel como líder político responsável por informar os eleitores de sua posição em uma medida de grande relevância pública.

A medida para reverter a lei das *three strikes* foi aprovada por uma maioria esmagadora, obtendo quase 70% dos votos. Desde sua promulgação, cerca de três mil reincidentes foram soltos. Relativamente poucos voltaram a ser presos, e nenhum por homicídio. Um que não voltou foi Shane Taylor.

***

Harris deixou de se posicionar sobre várias outras iniciativas da justiça criminal durante seu mandato, entre elas uma promovida por Gavin Newsom quando era vice-governador, para reduzir as sentenças para delitos envolvendo drogas e crimes contra a propriedade, e uma promovida pelo governador Jerry Brown, dando chance de liberdade condicional a criminosos que estivessem cumprindo penas longas se seguissem as regras carcerárias tendo aulas e aprendendo um ofício. Harris, opositora de longa data da pena capital, também se recusou a se posicionar em relação a iniciativas para abolir a pena de morte durante seu mandato como procuradora-geral em 2012 e 2016. As duas perderam por margens relativamente pequenas. Ela também não se posicionou sobre uma terceira medida, uma vendida aos eleitores em 2016 como uma forma de apressar as execuções. Dane Gillette, o chefe aposentado da divisão criminal, corredigiu a iniciativa. Ela foi aprovada, só que as execuções prometidas nunca ocorreram.

Como todas as leis penais, a medida para acelerar as execuções ficou emaranhada em ações judiciais. Ao longo das décadas, os californianos reiteradamente votaram a favor da pena de morte. A Califórnia é de longe o estado com o maior número de presos condenados da União. Mas, devido a decisões judiciais e à oposição dos democratas que controlam a política do estado, provavelmente nunca realizará outra execução.

14
A RELÍQUIA

A pena capital era uma relíquia quando Kamala Harris assumiu o cargo de procuradora-geral — não era o tipo de questão na qual uma procuradora progressista com estilo próprio e esperta com o crime gostaria de se deter. Mas, durante a campanha de 2010, Kamala Harris prometeu aplicar a lei sem restrições, apesar de sua oposição à pena de morte. Isso significava que deixaria seus assistentes fazerem o trabalho deles, que era defender a pena de morte em tribunais estaduais e federais. Era um esforço inútil.

A câmara de execução da Prisão Estadual de San Quentin andava inativa havia quase cinco anos quando a procuradora-geral Kamala Harris assumiu o cargo em janeiro de 2011. A prisão localiza-se em uma pequena elevação na costa norte da Baía de São Francisco. Desde sua inauguração em 1852, transformou-se em uma pequena cidade murada de quatro mil pessoas. Dentro de seus muros, cerca de setecentos homens condenados vivem em três setores de alta segurança, construídos em 1913, 1930 e 1934. Coletivamente, eles são conhecidos como o corredor da morte. Os presos teriam vistas de muitos milhões de dólares se dispusessem de janelas para o mundo externo. Eles não dispõem. Não menos de 59 dos homens tinham sessenta anos ou mais em 2011, e 145 haviam morrido de causas naturais, suicídio, homicídio ou overdose de drogas. A maioria dos condenados reside no Bloco Leste, um enorme prédio semelhante a um depósito. Em seu interior, há uma estrutura de cinco níveis, sessenta celas em cada nível. As celas não chegam a ter cinco metros quadrados. Há um relógio do Mickey Mouse na parede do posto dos guardas, acima de um cartaz que diz: **o lugar mais feliz da terra**.

A pena capital era problemática na Califórnia muito antes de Harris se tornar procuradora-geral. Mais de novecentos homens e mulheres foram condenados à

morte desde que a pena capital foi reinstituída em 1977. Alguns tiveram sua sentença anulada. Uns foram libertados. Para a maioria, os recursos duraram décadas e o resultado é que só 13 homens foram executados em São Quentin entre 1992 e 2006.

Em 2006, Michael Morales[171] estava prestes a ser executado pelo estupro seguido de morte de uma aluna do último ano do ensino médio da cidade de Lodi, chamada Terri Winchell, quando seus advogados persuadiram o juiz federal Jeremy Fogel, nomeado pelo presidente Bill Clinton, de que o coquetel letal poderia causar dor, violando a proibição da Oitava Emenda a punições cruéis e inusitadas. De acordo com o protocolo estabelecido pelo Departamento de Correções e Reabilitação da Califórnia, supunha-se que as autoridades carcerárias nocauteassem o condenado mediante a injeção de tiopental sódico, um barbitúrico de início e ação rápidos. Depois, devia-se bombear brometo de pancurônio nas veias da pessoa, induzindo à paralisia. Finalmente, devia-se ministrar cloreto de potássio, que causava morte por parada cardíaca.

Os advogados de Morales apresentaram provas sugerindo terem sido usadas quantidades insuficientes do barbitúrico em execuções passadas. Se não estivessem em um estado de sono profundo, os prisioneiros poderiam ter sofrido dor excessiva quando as outras drogas foram injetadas. O que acontecera exatamente em cada execução não estava claro porque os registros eram mal conservados. Mas um homem, que foi condenado à morte depois de ordenar assassinatos enquanto estava na prisão, teve que receber duas injeções de cloreto de potássio. Robert Lee Massie, o último cidadão[172] de São Francisco a ser executado, talvez estivesse consciente e sentindo dor quando a segunda e a terceira drogas foram ministradas em março de 2001, sugerem os registros.

À medida que o processo da injeção letal se arrastava, o juiz federal Cormac J. Carney, uma nomeação do presidente George W. Bush, considerou o caso de Ernest Dewayne Jones[173]. Jones estava no corredor da morte havia 19 anos em 2014, tendo sido condenado pelo estupro seguido de morte da mãe de sua namorada. Carney já vira o bastante. Em uma ordem de 29 páginas emitida em 2014, ele detalhou os muitos passos subentendidos no sistema de pena de morte, descrevendo as idas e vindas de um processo típico por tribunais estaduais e federais. Registrou quão poucos presos condenados eram executados e quantos haviam morrido de outras causas. Na época, o estado teria que realizar mais de uma execução por semana durante 14 anos para conseguir esvaziar o corredor da morte. E a Califórnia não tinha nenhum protocolo de execução aprovado.

“Atraso excessivo e imprevisível resulta em um sistema de pena de morte em que muito poucos das centenas de indivíduos sentenciados à morte foram, ou

mesmo serão, executados pelo Estado”, escreveu ele. “Isso resulta em um sistema em que fatores antes arbitrários do que legítimos, como a natureza do crime ou a data da sentença de morte, determinem se um indivíduo será de fato executado. E resulta em um sistema que não serve a nenhum propósito penológico. Tal sistema é inconstitucional.”

Carney concluía que a pena de morte era inconstitucional porque ninguém estava sendo executado. Se sua ordem durasse, ela poderia significar o fim da pena capital na Califórnia. A procuradora-geral Harris tinha uma escolha. Poderia ter decidido que o juiz Carney estava correto e não apelado, como parte de um esforço para dar o tiro de misericórdia na pena de morte. Isso teria animado os abolicionistas da pena de morte. Mas seus assistentes teriam ficado indignados e ela teria enfrentado protestos dos apoiadores da pena de morte. Não estaria sendo fiel à sua promessa durante a corrida pela proucradoria geral de que, a despeito de sua oposição pessoal, ela aplicaria a lei e defenderia a pena capital.

Harris decidiu recorrer do processo, explicando a decisão em um breve comunicado de imprensa em que dizia que “a sentença não tinha respaldo legal”[174]. Mais interessante ainda, sua declaração acrescentava que a sentença de Carney “mina proteções importantes que nossos tribunais dão aos réus”.

Alguns assistentes do Departamento de Justiça da Califórnia não tinham ideia de quais proteções a réus ela estava falando. Nem os advogados dos presos do corredor da morte. Aparentemente, a sentença de Carney não minava nenhuma proteção aos réus perceptível. Mas Harris estava pensando à frente. Se se recusasse a apelar, presumiu, os promotores de justiça dos condados que apoiavam a pena capital teriam agido para tentar obter a apelação por conta própria. Com o tempo, o processo poderia chegar à Suprema Corte Federal. Lá, a maioria dos juízes demonstrara impaciência com recursos repetidos. Preocupava-a que os juízes concluíssem que, de fato, havia demasiados impedimentos a execuções e os estados precisassem executar prisioneiros de forma mais eficiente. A sentença de Carney em última instância poderia ter minado os esforços para abolir a pena de morte. O estado recorreu da sentença[175] de Carney ao Tribunal de Recursos da 9ª Circunscrição dos Estados Unidos, que considerou a sentença “insólita” e anulou-a em 2015. Isso significou que a pena capital continuaria sendo a lei da Califórnia. Isto é, até Gavin Newsom assumir.

Em 13 de março de 2019, dois meses após tomar posse como sucessor de Jerry Brown, o governador Newsom convocou uma coletiva de imprensa para anunciar que estava dando um passo drástico e ia impor uma moratória a execuções. Ninguém seria executado enquanto ele fosse governador. Newsom sublinhou essa ordem mandando que a câmara de execução fosse desmontada e suas peças fossem enviadas de caminhão para um depósito. Nessa época, a Califórnia tinha

737 presos condenados; um deles era de São Francisco.

A essa altura, Harris era senadora federal e canditata recém-anunciada à presidência dos Estados Unidos, e isso a liberava do que ela via como os constrangimentos do cargo de procuradora-geral. No dia do anúncio de Newsom, a senadora Harris divulgou um comunicado de imprensa elogiando o ato do governador e chamou a pena de morte de "imoral, discriminatória[176], ineficaz e um mau uso grosseiro dos dólares do contribuinte". No dia seguinte, disse aos repórteres[177] que queria uma moratória no uso do governo federal da pena de morte.

O decreto de Newsom não aboliu a pena de morte. Nem esvaziou o corredor da morte. Uma emenda constitucional tornando-a lei e aprovada pelos eleitores em 1972 permanece em vigor, embora pareça um zumbi. No momento da escrita deste livro, a Califórnia tem 691 homens[178] e vinte mulheres condenados. Suas sentenças estão no limbo. Nenhum morrerá nas mãos do estado enquanto Newsom for governador. Porém, envelhecerão e sucumbirão a outras causas. Entre 24 de junho e 29 de julho[179] de 2020, quando o novo coronavírus se alastrou por San Quentin, 13 prisioneiros do corredor da morte morreram, número igual ao de pessoas lá executadas entre 1992 e 2006.

A atitude de Harris de não se meter nos casos de pena de morte teria um custo para ela durante sua corrida à presidência em 2019. Uma linha de ataque usada por seus opositores democratas era de que ela não insistira no exame de DNA que poderia ter absolvido um prisioneiro do corredor da morte, Kevin Cooper.

Cooper estava no corredor da morte desde 1985 pelo massacre em 1983 de quatro pessoas na casa delas em Chino Hill, leste de Los Angeles. Doug e Peggy Ryen, ambos de 41 anos, sua filha, Jessica, de dez, e um menino que dormia lá, Christopher Hughes, de 11, tinham sido golpeados até a morte. O filho de oito anos do casal, Joshua, sobreviveu, embora tivesse sido esfaqueado no pescoço. A cena do crime causou náuseas nos detetives mais calejados e chocou o sul da Califórnia.

Cooper cumpria uma pena de quatro anos por assalto quando fugiu do California Institution for Men, presídio situado em Chino, pouco antes da ocorrência dos assassinatos e se escondeu em uma casa a 115 metros da casa dos Ryens. Ele se declarou inocente desde o início, dizendo que estava no lugar errado na hora errada. Desde a ocorrência dos assassinatos até hoje, houve seis procuradores-gerais, e os assistentes subordinados a cada um deles defenderam a condenação de Cooper. Grande parte da batalha judicial dizia respeito ao DNA. Durante décadas, os advogados do condenado solicitaram a realização de um exame de DNA para que o que ele declarava pudesse ser provado. Essa solicitação era pública desde pelo menos o ano 2000, quando o *Press-Enterprise* de Riverside

produziu uma matéria de denúncia de 3.700 palavras fazendo questionamentos em relação à condenação de Cooper.

Segundo o jornal de Riverside, Joshua Ryen disse achar que havia três matadores e que eles eram ou brancos ou latinos, e que Jessica Ryen tinha cabelos louros na mão. Cooper é negro. Uma mancha de sangue em uma parede do corredor poderia provar ou refutar sua inocência, afirmam seus advogados.

"Eles preferem executar um inocente[180] a admitir que cometeram um erro", disse Cooper ao *Press-Enterprise* em 2000.

Em janeiro de 2004, o mês em que Harris assumiu o cargo como promotora de justiça de São Francisco, o governador Arnold Schwarzenegger recusou-se a conceder clemência a Cooper. A execução de Cooper foi marcada para 00h01 do dia 10 de fevereiro de 2004, uma terça-feira. Na segunda-feira daquela semana, depois de Cooper ter sido transferido de sua cela para uma próxima à câmara de execução, um painel de 11 jurados do Tribunal de Recursos da 9ª Circunscrição dos Estados Unidos interveio e barrou sua execução. Essa decisão colocou o processo de Cooper em espera. Seus advogados, os assistentes e a Procuradoria-Geral estão há anos desde então batalhando por causa do exame de DNA.

Em 17 de maio de 2018[181], o colunista do *New York Times* Nicholas Kristof escreveu um artigo de 3.500 palavras detalhando as muitas perguntas sobre a condenação de Cooper e destacou o governador Jerry Brown, que como procurador-geral recusou-se a solicitar o exame de DNA, e Kamala Harris, que também não agira:

> Parece que um inocente foi vítima de uma armação feita pelos assistentes da autoridade policial e está agora no corredor da morte em parte por causa de policiais desonestos, da cobertura sensacionalista da mídia e de líderes políticos equivocados — incluindo democratas como Brown e Kamala Harris, que era procuradora-geral antes de ser eleita para o Senado. Ambos se recusaram a permitir a realização de exame de DNA para um homem negro condenado por esfaquear até a morte uma bela família branca.

Depois que a coluna foi postada online, relatou Kristof, Harris ligou e disse "Eu me sinto péssima por isso" e divulgou uma nota instando Brown a permitir o exame. Na véspera de Natal de 2018, pouco antes antes do fim de seu mandato, Brown concordou em ordenar o exame, embora sua ordem não contemplasse o exame completo que os advogados de Cooper solicitaram. Em 2019, o governador Newsom expediu uma ordem expandindo esse exame. Nos meses seguintes, investigadores descobriram que amostras de sangue haviam desaparecido ou estavam tão degradadas que eram inconclusivas, com exceção de uma toalha ensanguentada encontrada não longe da casa dos Ryens. O DNA mostrou que o sangue não era de Cooper. Os advogados de Cooper esperam por um indulto de

Newsom ou por uma ordem determinando um novo julgamento. Embora Harris não tenha agido quando era procuradora-geral, a senadora Harris reagiu, sim, à reportagem de Kristof solicitando ao governador Brown que ordenasse o teste.

“Esse foi um grande avanço para nós”, disse Norman C. Hile, advogado de Cooper. “Sou muito grato pelo que ela fez.”

No momento da escrita deste livro, Cooper permanece preso. Ele tinha 25 anos na época do crime; agora tem 62.

15

SINOS DE CASAMENTO

No início, Kamala Harris teve uma participação insignificante na marcha histórica que levou à legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo nos Estados Unidos. Foi Gavin Newsom que foi para o centro do palco e se tornou o herói do movimento pelo casamento igualitário durante seu mandato como prefeito de São Francisco. Nos dias que antecederam o fim de semana do dia dos namorados de 2004, Newsom atraiu atenção internacional, muita aprovação e muita crítica ao decretar que a cidade e o Condado de São Francisco reconheceriam o casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Harris, a recém-empossada procuradora-geral, estava a caminho do aeroporto quando viu a multidão em fila diante da prefeitura, saltou do carro, e logo lhe foi delegada a função de celebrante auxiliar.

"Ficamos juntos celebrando[182] casamentos no corredor apinhado da Prefeitura", diz Harris em sua autobiografia, *The Truths We Hold*. "Havia toda uma empolgação maravilhosa crescendo enquanto acolhíamos as multidões de casais apaixonados, um por um, para se casarem ali mesmo. Foi diferente de tudo de que eu já tinha participado antes. E foi lindo."

Harris e Newsom eram jovens estrelas em ascensão, ocupando um espaço político semelhante e atraindo muitos dos mesmos benfeitores. Os noticiários dessa época descrevem a relação dos dois como fria. Um dia, talvez se vissem disputando um com o outro. Nesse meio-tempo, Newsom soube como fazer manchetes. Em 20 de janeiro de 2004, 12 dias depois de sua posse como prefeito de São Francisco, a convite de Nancy Pelosi, congressista de sua cidade natal, então líder da minoria na Câmara, ele assistiu ao discurso do Estado da União proferido pelo presidente George W. Bush.

"Nossa nação precisa defender a santidade do casamento", disse Bush ao

Congresso, levantando a perspectiva de uma emenda constitucional que definiria o casamento como sendo a união entre um homem e uma mulher.

Como os assessores de Newsom mais tarde contaram a história, o novo prefeito decidiu então que iria desafiar normas sociais orientando-os a tomar as medidas necessárias para emitir licenças de casamento para casais do mesmo sexo. A ideia era ousada, é certo, mas não inédita. Já havia um esforço público em curso em São Francisco para legalizar o casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Em 2003, o deputado Mark Leno, amigo de Harris e um democrata de São Francisco que é gay, trabalhava com advogados na Equality California, organização de direitos LGBTQ que era a principal defensora do casamento igualitário, em um projeto de lei que levasse, esperavam eles, à legalização.

Em 15 de janeiro de 2004, o *Bay Area Reporter*, uma pulicação dirigida à comunidade LGBTQ, noticiou em primeira mão que Leno apresentaria o projeto de lei em Sacramento. Seria o primeiro na nação e quase certamente ganharia atenção nacional. Sua chance de sucesso era pequena. Líderes do partido instaram Leno a aguardar. Mas ele foi em frente, entregando o projeto de lei aos funcionários da Assembleia em 12 de fevereiro de 2004. A data era significativa. Era o Dia Nacional da Liberdade para Casar, uma data em que casais do mesmo sexo iam até os oficiais de justiça para solicitar licenças de casamento, tinham o pedido negado e depois protestavam.

Newsom estava prestes a tomar uma providência que relegaria a lei de Leno a uma nota de rodapé. Naquele mesmo dia, citando o direito constitucional da Califórnia que garante igual proteção para todos, ele orientou as autoridades do condado a começarem a expedir licenças de casamento para parceiros do mesmo sexo. Quando a notícia se espalhou, centenas de casais trajando vestidos de noiva, smokings, bermudas, camisetas e jeans se encontraram no belo edifício estilo Beaux-Arts onde fica a prefeitura. Alguns vieram de avião de outras partes do país.

Gavin Newsom firmara sua posição de pioneiro da justiça social.

Seus colegas democratas, entre eles o congressista democrata de Massachusetts Barney Frank, que é gay, e a senadora Dianne Feinstein, uma dos antecessores de Newsom, ficaram estupefatos.

“É demais. Rápido demais. Cedo demais”[183], disse Feinstein na época.

John Gibson, na época apresentador da Fox News e antigo jornalista de São Francisco, chamou Newsom de “prefeito do casamento gay de São Francisco”[184], comentando que milhares de casais do mesmo sexo haviam se casado e descrevendo aquilo como um “lollapalooza do casamento”.

Na época, a lei definia casamento como sendo a união entre um homem e uma mulher. Esse foi o resultado de uma iniciativa, a Proposta 22, aprovada

pelos eleitores em 7 de março de 2000 por uma margem de 61% a 39%. Significativamente, a Proposta 22 criou um estatuto, não uma emenda à Constituição da Califórnia, e isso provaria ser sua ruína mais tarde na ação judicial.

Mas primeiro a Suprema Corte da Califórnia, citando esse estatuto, agiu para pôr fim aos casamentos entre pessoas do mesmo sexo em 12 de agosto de 2004. O tribunal não tocou na questão de se o casamento era um direito. Em vez disso, os juízes emitiram uma sentença estreita, concluindo que, se autoridades locais podiam ignorar a lei estadual sobre o casamento como uma violação à Décima Quarta Emenda, podiam com a mesma facilidade ignorar leis proibindo, diganos, fuzis de assalto como uma violação à Segunda Emenda. A argumentação dos juízes foi:

> Se cada autoridade pública[185] que esteja sob um dever estatutário de realizar um ato ministerial fosse livre para realizar esse ato com base apenas na visão da autoridade de que o estatuto subjacente é inconstitucional, qualquer semelhança com um Estado de direito uniforme rapidamente desapareceria, e exigir-se-ia constante e generalizada intervenção judicial para permitir o funcionamento dos mecanismos comuns de governo. Isso, obviamente, não é o sistema de direito com que estamos familiarizados.

Essa decisão não seria a última palavra. Os recursos continuariam por uma década. A promotora de justiça de São Francisco Kamala Harris não tinha um papel nessa questão na época, mas isso logo mudaria.

Antes que o tribunal pusesse um ponto final nos casamentos entre pessoas do mesmo sexo em 2004, cerca de 18 mil casais se casaram na Califórnia. Por todo o estado e por toda a nação, advogados entravam com petições no que achavam que seria o processo definitivo sobre o casamento igualitário. A promotora de justiça Harris não estava entre eles; isso não era da sua competência. Seu trabalho era processar criminosos, não defender os atos do prefeito ou do funcionário do condado que expedia licenças de casamento.

A questão constitucional do estado chegou à Suprema Corte da Califórnia em maio de 2008. O chefe de justiça da Suprema Corte, Ronald George, estava esperando. George empossara Harris como promotora de justiça em 8 de janeiro de 2004, sob o olhar orgulhoso de sua mãe, Shyamala. Ninguém podia questionar as credenciais da lei e da ordem de George. Como vice-procurador-geral no início dos anos 1970, ele defendeu o estatuto da pena de morte perante a Suprema Corte da Califórnia, e foi o governador Ronald Reagan quem primeiro o nomeou para a magistratura. Como juiz de tribunal superior em Los Angeles em 1981, George designou o procurador-geral republicano George Deukmejian para fazer a

acusação na ação penal contra Angelo Buono por dez estupros seguidos de morte no que foi conhecido como o processo do “Estrangulador de Hillside”, depois que o promotor de justiça do Condado de Los Angeles John Van de Kamp concluiu que o primo e acusador de Buono, Kenneth Bianchi, era uma testemunha não confiável e recusou-se a prosseguir. Buono foi condenado e morreu na prisão em 2002. O governador republicano Pete Wilson nomeou George como chefe de justiça em 1996.

Em 15 de maio de 2008, George redigiu o acórdão de 221 páginas com o voto vencedor seguido pela maioria na decisão de quatro votos a três. “Em vista da substância[186] e do significado do direito constitucional fundamental a formar uma relação de família, a Constituição da Califórnia corretamente deve ser interpretada para garantir esse direito civil básico a todos os californianos, sejam gays ou heterossexuais, e a casais do mesmo sexo bem como a casais de sexos diferentes.” A Proposta 22 criou um estatuto que violava a Constituição da Califórnia. A decisão foi uma vitória inequívoca para o casamento igualitário.

Os conservadores religiosos tinham outras ideias em mente. A Organização Nacional para o Casamento, a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, os Cavaleiros de Colombo e bispos católicos, entre outros defensores do que chamavam de “casamento tradicional”, pagaram coletores de assinaturas para reunir 1,12 milhão de assinaturas de eleitores registrados. Duas semanas após a Suprema Corte do estado ter publicado sua deliberação no processo da Proposta 22, as autoridades eleitorais da Califórnia anunciaram o que se tornaria a Proposta 8. Essa nova proposta, que tinha os requisitos para entrar na votação de 4 de novembro de 2008, derrubaria a decisão da Suprema Corte da Califórnia emendando a Constituição da Califórnia para dizer: “Só o casamento entre um homem e uma mulher é válido e reconhecido na Califórnia.”

A campanha do “Sim à Proposta 8”, que proibia o casamento entre pessoas do mesmo sexo, arrecadou e gastou mais de 43 milhões de dólares. Usando o medo de que o casamento entre pessoas do mesmo sexo fosse prejudicial aos filhos, o dinheiro pagou anúncios em que uma garotinha chega em casa da escola e conta para a mãe, que fica horrorizada: “Mamãe, adivinha o que eu aprendi na escola hoje? Aprendi como um príncipe se casou com um príncipe.”

“O ensino sobre o casamento gay acontecerá a menos que aprovemos a Proposta 8.”

A promotora de justiça Harris manifestou-se contra a Proposta 8. Sua irmã, Maya Harris, então diretora da União pelas Liberdades Civis [ACLU na sigla em inglês] do norte da Califórnia, estava diretamente envolvida na campanha para derrotar essa proposta. Maya Harris e líderes da Equality California escolheram a equipe da campanha e arrecadaram 42 milhões de dólares para o esforço. A ACLU do norte da Califórnia entregou mais de dois milhões de dólares.

Newsom e os prefeitos de San Diego e Los Angeles fizeram campanha contra a Proposta 8. Feinstein emprestou sua voz à oposição, assim como a senadora Boxer e o governador Schwarzenegger. A Associação dos Professores da Califórnia doou 1,3 milhão de dólares para sua derrota. Figuras de Hollywood, como David Geffen, Brad Pitt e Ellen DeGeneres, doaram cem mil dólares cada um, assim como líderes do Vale do Silício, entre eles Sergey Brin, cofundador do Google.

Na noite da eleição de 2008, os democratas tinham muito a comemorar. Ganharam 21 cadeiras na Câmara dos Deputados, o suficiente para fazer de Nancy Pelosi a presidente da Câmara. Os democratas no Senado Federal obtiveram sessenta cadeiras, um número à prova de obstrução. E o mais importante: Barack Obama tornou-se presidente. Na Califórnia, Obama deu uma surra no senador John McCain, o republicano do Arizona, por uma margem de 61% a 37%. Mas a Califórnia continuava sendo muitos estados.

Mais de 75%[187] dos eleitores em São Francisco votaram contra a Proposta 8. Mas uma maioria de eleitores em 42 dos 58 condados da Califórnia, incluindo os centros populacionais dos condados de Los Angeles, Orange e San Diego, apoiaram a medida. A Proposta 8 foi aprovada por 52,3% a 47,7%.

“Sondamos o estado da Califórnia inteiro[188], condado por condado, perguntando cara a cara às pessoas como se sentiam em relação a essa questão”, contou ao *Los Angeles Times* Frank Schubert, o estrategista do “Sim à Proposta 8”. “E esse é o tipo da questão sobre o qual as pessoas são muito individuais e privadas e não gostam de falar com pesquisadores; elas não gostam de falar com a mídia, mas tivemos uma ideia bem boa de como se sentiam, e isso está sendo refletido na contagem dos votos.”

Os opositores foram para o tribunal.

Procuradores-gerais têm a obrigação de defender as leis do estado, a despeito de suas visões filosóficas. Mas há exceções.

O procurador-geral Jerry Brown, um opositor da Proposta 8, imaginou um jeito de forçar a barra, lembrando de como seu pai, Pat Brown, e o procurador-geral Stanley Mosk recusaram-se a defender a Proposta 14, a iniciativa de 1964 que rejeitou a lei da moradia justa da Califórnia.

Em uma petição de 111 páginas apresentada no fim de 2008, Jerry Brown instou a Suprema Corte da Califórnia a derrubar a Proposta 8. Seu argumento: o casamento é protegido como parte do direito inalienável à liberdade e à privacidade, ambos embutidos na Constituição da Califórnia. O poder de emendar a Constituição, como aconteceu com a Proposta 8, não podia ser usado de formas que invalidassem um direito inalienável.

Para Brown, havia uma vantagem política para não defender a Proposta 8.

Brown estava planejando abrir mão do cargo de procurador-geral e concorrer a governador em 2010, recuperando o cargo que ocupou quando jovem de 1975 a 1983. Estava tomando uma posição que o isolaria contra o desafio da esquerda do prefeito Newsom, que também considerava disputar o governo do estado.

A decisão de Brown teve um impacto imediato no processo judicial. Com o estado abandonando a Proposta 8, sua defesa passou para os apoiadores da iniciativa. Eles escolheram como advogado Kenneth Starr, o então reitor da Faculdade de Direito da Universidade Pepperdine em Malibu, cuja inquisição de anos levou ao processo de impeachment do presidente Bill Clinton por ele ter mentido sobre um caso que teve com a estagiária da Casa Branca Monica Lewinsky.

O lado de Starr ganhou, inicialmente. Por uma maioria de seis votos a um, em outra decisão do chefe de justiça George, a Suprema Corte da Califórnia sustentou a Proposta 8 com base na Constituição do estado, embora os ministros também considerassem válidos os casamentos entre indivíduos do mesmo sexo celebrados durante o tempo em que as uniões eram claramente legais.

George não deixou muita dúvida[189] sobre como via a questão. Em um discurso para a Academia Americana de Artes e Ciências em Cambridge, Massachusetts, em 10 de outubro de 2009, citou uma iniciativa menos conhecida aprovada por maioria esmagadora na noite da eleição de 2008 que orientava os agricultores a fornecerem gaiolas e cercados maiores a aves e outros animais de granja: "As galinhas ganharam direitos valiosos[190] na Califórnia no mesmo dia em que os gays e as lésbicas perderam os deles."

A verdadeira luta estava acontecendo nos tribunais federais, onde os juízes determinariam se a emenda constitucional da Califórnia criada pela Proposta 8 violava a Constituição dos Estados Unidos. Jerry Brown estava deixando o cargo de procurador-geral pelo de governador. O próximo procurador-geral decidiria se faria como Brown e deixaria a defesa da Proposta 8 para os apoiadores dela ou defenderia a lei.

Foi aí que Kamala Harris entrou. Levaria mais dois anos, mas ela ganharia, e o casamento igualitário viraria realidade na Califórnia.

Contudo, houve alguns desvios no caminho. Na realidade, a Proposta 8 da Califórnia, afinal, não formou a base da palavra final da Suprema Corte Federal sobre o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Ela veio em 2015, quando os juízes em uma decisão por cinco a quatro, no processo *Obergefell versus Hodges*, declararam o casamento igualitário um direito constitucional. O autor do voto vencedor, juiz da Suprema Corte Federal Anthony M. Kennedy, escreveu: "Nenhuma união é mais profunda que o casamento, pois encarna os mais elevados ideais de amor, fidelidade, dedicação, sacrifício e família. Ao formar

uma união marital, duas pessoas tornam-se algo maior do que eram antes.” Mas, como sempre, a Califórnia estava à frente do resto da nação.

Ao tomar posse em janeiro de 2011 como procuradora-geral, Harris, como Brown, recusou-se a defender a Proposta 8. Mais que isso, argumentou contra ela e apresentou uma petição em 27 de fevereiro de 2013[191] à Suprema Corte dos Estados Unidos, instando para que a lei aprovada pelos eleitores da Califórnia fosse derrubada.

“Para ser clara”, dizia a petição de Harris, “o único propósito da Proposta 8 foi impedir as pessoas do mesmo sexo de se casarem, e sua única função foi estigmatizar as relações de famílias gays e lésbicas. Não há absolutamente nenhum interesse legítimo ou racional do estado em fazer isso. A Proposta 8 é portanto inconstitucional.”

Com a procuradora-geral Harris relutando em defender a lei, sobrou para os proponentes da iniciativa defendê-la. O processo veio a ser conhecido como *Hollingsworth versus Perry*, por causa de Dennis Hollingsworth, um legislador republicano de uma parte conservadora dos condados de San Diego e Riverside que era defensor do casamento tradicional.

A Suprema Corte Federal rejeitou o argumento de Hollingsworth em 26 de junho de 2013, concluindo que ele e as organizações que estavam desafiando a Proposta 8 não tinham competência. Não eram diretamente afetados por casamentos entre pessoas do mesmo sexo. Só o estado era. Dois dias depois que a Suprema Corte deliberou[192], o Tribunal de Recursos da 9ª Circunscrição dos Estados Unidos, com base em São Francisco, expediu uma ordem abrindo caminho para a retomada dos casamentos na Califórnia.

Kris Perry e Sandy Stier, mães de quatro filhos entre elas, eram as primeiras da fila. Tinham desejado se casar em São Francisco em 2004 quando o prefeito Newsom ordenou que fossem expedidas licenças de casamento para todos, independentemente de sua orientação sexual. Quando os tribunais puseram fim aos casamentos entre pessoas do mesmo sexo, o casal de Berkeley entrou com a ação que passou a ser conhecida como *Hollingsworth versus Perry*. Uma vez que a 9ª Circunscrição abriu o caminho para a retomada dos casamentos, Perry e Stier correram para a Prefeitura de São Francisco. Uma multidão se reuniu para assistir à cerimônia. A procuradora-geral Harris tuitou: “A caminho da Prefeitura de S.F.[193] Que repiquem os sinos de casamento! #Prop8.”

Em 28 de junho de 2013, no balcão em frente ao gabinete do prefeito, Harris celebrou a cerimônia para Perry e Stier. Um dos filhos crescidos de Perry levou as alianças.

“Pelo poder e pela autoridade[194] a mim conferidos pelo estado da Califórna, eu agora as declaro esposas para toda a vida”, declarou Harris. A cerimônia durou quatro minutos e meio. Eram anos-luz em formação.

16
AS MALDITAS FOTOS

Em uma loja da rede de supermercados Safeway em Tucson, no Arizona, Jared Lee Loughner, um homem esquizofrênico de 22 anos que fora expulso da faculdade por seu comportamento errático, sacou uma pistola semiautomática Glock 9 milímetros com um pente de trinta tiros, comprada legalmente, disparou-a até esvaziá-la e recarregou-a com outro pente de trinta tiros. Quando terminou, seis pessoas estavam mortas e a congressista Gabrielle Giffords tinha sido alvejada na cabeça. Isso foi em 8 de janeiro de 2011.

Dois dias antes, Kamala Harris fora empossada como procuradora-geral da Califórnia. Como promotora de justiça de São Francisco, ela defendera que se tirassem as armas de fogo das ruas da cidade. Agora, pensava em assumir uma posição clara a favor do controle de armas no estado todo. O terrível massacre de Tucson trouxe novamente o foco da atenção pública para a violência das armas e para as pessoas que deveriam estar proibidas de possuir armas de fogo. Felizmente, um antecessor criara uma lei que ela poderia aproveitar.

Bill Lockyer era o líder democrata no Senado Estadual quando decidiu concorrer à Procuradoria-Geral da Califórnia em 1998. Lockyer, defensor do controle de armas, enfrentou um republicano que se opunha à lei estadual da Califórnia que proibia armas de assalto. Lockyer construiu sua campanha em torno desse contraste. A fim de reiterar isso para os eleitores, pôs um anúncio no ar que usava imagens de arquivo de noticiários de tevê do sangrento tiroteio ocorrido no norte de Hollywood em 1997 em que dois assaltantes de banco munidos de armas de assalto enfrentaram a polícia de Los Angeles durante 44 minutos, ferindo 11 policiais. A polícia estava em tamanha desvantagem em termos de armamento que, durante o confronto, alguns policiais foram pegar emprestados em uma loja de armas sete fuzis AR-15 e dois mil cartuchos de

munição.

Os eleitores da Califórnia podem já ter sido contra leis de segurança para armas de fogo. Não eram mais. A eleição de Lockyer provou que uma posição firme em relação ao controle de armas era boa política. Nos anos que se seguiriam, a legislatura aprovaria muito mais leis sobre segurança para armas de fogo. Por qualquer parâmetro, a Califórnia tornou-se um dos estados mais duros da nação no controle de armas — se não o mais duro de todos.

Em 2001, o procurador-geral Lockyer teve a ideia de fundir bancos de dados: um conjunto de dados incluía os nomes das pessoas registradas como donas de armas. O outro era de criminosos condenados, pessoas que haviam cometido violência doméstica e indivíduos que haviam sido decretados tão mentalmente doentes por tribunais a ponto de precisarem ser contidos contra a vontade. Com base em ficha criminal, abuso no relacionamento conjugal ou problemas psiquiátricos, eles não tinham direito de possuir armas de fogo. A ideia de Lockyer era criar uma lei que facultasse às autoridades o uso dos bancos de dados combinados para identificar quem podia ou não possuir armas de fogo legalmente, e confiscar essas armas.

Para criar a lei, Lockyer pensou em seu amigo, o senador estadual da Califórnia Jim Brulte, um homem com físico de urso, estrategista político brilhante e republicano do sul da Califórnia. Com Brulte como autor, a lei foi aprovada sem nenhum voto contra. Até a Associação Nacional do Rifle apoiou-a, embora rapidamente tenha repensado essa posição e seus representantes desde então andem tentando, em vão, derrubar a lei.

A lei de Lockyer criou o que recebeu o nome deselegante de Sistema das Pessoas Armadas e Proibidas [APPS na sigla em inglês]. Apesar do nome canhestro, é um dos projetos de lei mais abrangentes já apoiados por um procurador-geral da Califórnia.

Quando Kamala Harris tornou-se procuradora-geral em janeiro de 2011, estimava-se que havia 18 mil pessoas “armadas e proibidas” na Califórnia, donas de 34 mil armas. O Departamento de Justiça da Califórnia destacara 18 agentes para realizar a missão de retirar as armas desses indivíduos. Harris queria dobrar o número de agentes. O problema era o custo.

A Califórnia estava no meio de uma crise orçamentária e tinha um déficit de 27 bilhões de dólares. O governador Jerry Brown e a legislatura estavam querendo cortar gastos. Não haveria dinheiro para expandir programa algum. Mas Harris tinha um aliado importante, o presidente da Comissão de Revisão Fiscal e Orçamentária do Senado, Mark Leno. Leno crescera em Milwaukee, quando jovem mudara-se para Nova York (onde cogitara tornar-se rabino) e estabeleceu-se em São Francisco em 1981. Lá, abriu uma loja de placas e

conheceu o amor de sua vida, Douglas Jackson. Leno estava ao lado do namorado quando este morreu de aids em 1990. Leno e Harris conheceram-se durante a campanha de Willie Brown à prefeitura em 1995 e almoçaram juntos em muitas ocasiões nos anos seguintes. Em 1996, vestiram suas melhores roupas de festa para a noite de estreia da Orquestra Sinfônica de São Francisco, e ele teve a grande honra de ser convidado para participar de uma comemoração do Dia de Ação de Graças dos Harris na casa de Shyamala. O prefeito Brown nomeou Leno para uma vaga na Câmara de Supervisores de São Francisco. Com o apoio de Brown, Leno concorreu a cadeiras na Assembleia Legislativa e no Senado e ganhou, servindo por 14 anos até atingir em 2016 o limite de mandatos que podia disputar.

Em Sacramento, Leno assumiu questões difíceis: o orçamento anual do estado, como presidente da comissão de orçamento, a luta com a indústria química para proibir retardantes de chamas no mobiliário, o desafio enfrentado por muitas empresas por causa do aumento do salário-mínimo para 15 dólares por hora e a exigência de mandado para que a polícia pudesse inspecionar telefones — 161 leis no total[195], pelas contas do *Los Angeles Times*. Sempre civilizado e cortês, Leno era um progressista que nunca esquecia sua essência, mas era capaz de encontrar algo em comum com republicanos. Harris não poderia ter um aliado melhor na legislatura.

Em 2011, Leno apresentou um projeto de lei para propor financiamento especial para o programa, marcando as notas recolhidas pelo estado quando as pessoas compravam armas. Harris, depondo a favor da lei, disse que ela "protegeria californianos inocentes[196] ao tirar armas das mãos daqueles proibidos de possuí-las". O lobby das armas já não apoiava o programa, mas a política tinha virado. O lobby das armas tinha pouca influência no capitólio da Califórnia. A lei foi aprovada em uma votação seguindo a linha do partido na legislatura controlada pelos democratas.

Harris conseguiu designar 33 agentes para o programa, número nem de longe suficiente. Os 33 agentes poderiam liquidar 2.500 casos por ano. Mas a cada ano eram acrescentadas outras três mil pessoas à lista. O acumulado de "pessoas armadas e proibidas" chegara a mais de 19 mil no fim de 2012.

Então, em 14 de dezembro de 2012, Adam Lanza, usando um fuzil de assalto Remington AR-15 e pistolas Glock e Sig Sauer, massacrou vinte crianças e seis educadores na Sandy Hook Elementary School, em Newtown, Connecticut. Na Califórnia, os legisladores reagiram apresentando várias medidas novas para combater a violência com armas de fogo. Harris decidiu revisitar o Sistema de Pessoas Armadas e Proibidas.

Passei uma noite fria de janeiro[197] após o massacre de Sandy Hook

acompanhando a ronda de uma dúzia de agentes do Departamento de Justiça da Califórnia enquanto eles faziam o que achei ser um trabalho extremamente difícil e perigoso: convencer ex-criminosos, gente com um histórico de doença mental grave e espancadores de esposas a entregar armas que a lei não lhes dava o direito de possuir.

A procuradora-geral Harris encorajou a minha participação na ronda, torcendo para que o que eu escrevesse como colunista do *Sacramento Bee* ajudasse a gerar na legislatura apoio a uma proposta que ela contemplava para expandir significativamente a lei exclusiva da Califórnia que permitia o confisco dessas armas. Quanto a mim, eu estava apenas procurando um tema sobre o qual escrever.

No extremo nordeste de Stockton, uma parte azarada da cidade, um agente do Departamento de Justiça da Califórnia usando um colete à prova de balas por baixo do uniforme bateu à porta de uma casinha de um sujeito que já tinha tido seu quinhão de momentos difíceis em 65 anos.

O homem, que morava sozinho, abriu uma fresta de porta. Como escrevi na época, ele era o dono registrado de oito revólveres. Registros independentes mostraram que, em duas ocasiões, as autoridades consideraram que ele precisava de internação psiquiátrica porque era um perigo para si mesmo e para os outros.

O agente não tinha mandado para revistar a casa. Seu objetivo era usar a lábia para ser admitido lá dentro, com o consentimento do proprietário, e sair com as armas dele. O homem disse que não tinha armas, mas concordou em deixar o agente e seus parceiros entrarem e verem por si mesmos. Meia hora depois, eles saíram com dois revólveres, seis espingardas de ferrolho e um caixote contendo mil cartuchos de munição. As armas eram guardadas em armários e embaixo da mobília. O morador parecia não ter a menor ideia de que as tinha.

“Eu diria que ele é um perigo maior para si mesmo”, disse-me na época John Marsh, o agente especial encarregado da unidade. “Ele definitivamente já teve os seus dias difíceis.”

Os agentes bateram em dez portas em Stockton em uma noite e em mais 11 em uma segunda noite em Sacramento e no subúrbio de Elk Grove. Recolheram 24 pistolas, rifles e espingardas. Em uma parada final em Sacramento, bateram à porta de um homem que havia sido condenado por assalto com arma de fogo anos antes. Após o convencerem a deixá-los entrar, encontraram um revólver e uma espingarda carregados e ainda oito rifles e espingardas, mais munição. Os agentes o levaram para a cadeia do Condado de Sacramento, onde ele seria fichado como criminoso em posse de armas e munição.

“A gente sente que está salvando vidas”, disse Marsh na época. “Está evitando que eles se matem ou matem outra pessoa.”

Harris esperava dobrar o número de agentes, no intuito de zerar o acumulado

em cinco ou dez anos. Ela foi rápida em dar respaldo à nova lei de Leno. Dessa vez o estado especificaria que 24 milhões de dólares recolhidos do imposto cobrado de compradores de armas fossem usados para aumentar o financiamento do programa. A lei foi aprovada em apenas quatro meses, com uma quantidade minúscula de votos contra. O lobby das armas contestou, mas ele era praticamente ineficaz na Califórnia.

O contraste entre o que aconteceu após Sandy Hook em Sacramento e o que não aconteceu em Washington foi gritante. Com o encorajamento de Harris após o episódio de Sandy Hook, o congressista Mike Thompson, um democrata de Napa Valley, veterano do Vietnã e caçador, apresentou um projeto de lei para fornecer financiamento federal a estados que quisessem estabelecer o Sistema de Pessoas Armadas e Proibidas. Harris fez lobby pela lei escrevendo uma carta ao vice-presidente Biden pedindo apoio do governo. Ela e um assessor depuseram a favor do sistema no Congresso. Mas no capitólio o lobby das armas predomina, e assim, como todas as outras medidas que foram propostas nos meses após o massacre de Sandy Hook, a lei de Thompson nunca se concretizou.

Na Califórnia, Harris não eliminou o acumulado de pessoas proibidas em posse de armas de fogo, mas não por falta de esforço. Havia 18.268 pessoas armadas e proibidas na lista em 2011 quando ela assumiu o cargo. Esse número cresceu para 21.249 em 2014, o ano de sua reeleição, e caiu para 20.483 em 2016, seu último ano como procuradora-geral.

Quando defende o controle de armas, Harris fala sobre "as malditas fotos". Legisladores, ou membros do Congresso que hesitam em votar a favor de leis para o controle de armas, deveriam olhar "as malditas fotos" de crianças que morreram por causa de armas de fogo.

"Bebês. Bebês. Bebês"[198], diz ela nos discursos.

17

O COLAPSO DAS HIPOTECAS

Em grande parte do país, o pior da Grande Recessão estava terminando em janeiro de 2011, quando Kamala Harris assumiu o cargo de procuradora-geral, mas não na Califórnia. O índice de desemprego no Central Valley passava de 16%; mais de 10% dos proprietários de moradias da Califórnia estavam seriamente inadimplentes em suas hipotecas; e a dívida de quase um terço dos proprietários de moradias na Califórnia sobre seus imóveis era maior que o valor desses imóveis.

As formas como Harris enfrentou essa crise e o preço humano que a crise cobrou em seus primeiros 13 meses no cargo definiram grande parte de seu mandato como procuradora-geral, formaram a base de sua imagem pública como líder e moldaram seu futuro.

"Como procuradora-geral da Califórnia[199], briguei com os cinco maiores bancos de Wall Street durante a crise financeira. Conseguimos vinte bilhões de dólares para os proprietários de moradias da Califórnia e juntos aprovamos a lei antiexecução hipotecária nos Estados Unidos da América", publicou Harris em suas contas do Facebook e do Twitter. É o seu cartão de visita. A afirmação é verdadeira. Porém, assim como o seu jeito, é mais complicado do que isso.

Meses antes de Harris ser empossada como procuradora-geral do estado, o Departamento de Justiça dos Estados Unidos e cinco grande concessores de empréstimos — o Bank of America, o Wells Fargo, o JPMorgan Chase, o Citigroup e o Ally Financial (antes GMAC Mortgage) — vinham negociando um acordo sobre um aspecto da crise habitacional. A questão envolvia "assinaturas robotizadas", uma prática nefasta pela qual os bancos executavam as moradias sem verificar detalhes relativos a qualquer inadimplência nos pagamentos. Esse processo automático acontecia com base no modo como as hipotecas *subprime*

eram transformadas em títulos e revendidas a investidores. Conforme a demanda por esses títulos crescia, os concessores de empréstimos vendiam mais empréstimos para compradores de moradias inexperientes. Muitos deles não entendiam os termos e não puderam arcar com os pagamentos quando as taxas de juros ajustáveis subiram vertiginosamente. A bolha estourou e a economia ruiu. Quando a crise das hipotecas se agravou, os bancos barraram algumas pessoas que não estavam seriamente inadimplentes ou que tinham dívidas pequenas sobre suas hipotecas e nunca deveriam ter perdido suas casas.

Quando Harris assumiu o cargo, o procurador-geral de Iowa, Tom Miller, liderava negociações para resolver o caso das assinaturas robotizadas em nome de cinquenta procuradores-gerais. Aparentemente, Harris custou a se envolver. Na verdade, de imediato ela começou a se reunir com os melhores consultores sobre a questão. Seu primeiro compromisso público ocorreu em março de 2011, dois meses depois de empossada, na reunião da Associação Nacional dos Procuradores-Gerais em Washington, D.C. Em sua autobiografia, ela diz ter concluído que a investigação era incompleta e que qualquer acordo de pagamento discutido não se baseava em nenhuma conta que ela entendesse. A Califórnia, que abrigava sete das dez cidades com os piores números de execução hipotecária, receberia de dois a quatro bilhões de dólares — algumas migalhas. Harris preferiu se esquivar de comparecer à sessão vespertina da reunião, querendo deixar claro que não estava satisfeita com a direção que estava sendo seguida. Naquela tarde, resolveu iniciar a própria investigação, embora não estivesse pronta para se retirar formalmente da equipe de negociação. Estava, porém, começando a se afastar da Casa Branca de Obama, que vinha fazendo pressão pelo acordo, e de seu cunhado, Tony West. Embora não estivesse diretamente envolvido nas negociações, West era o terceiro membro mais antigo do Departamento de Justiça.

“Eles pareciam estar com a impressão equivocada[200] de que eu podia ser constrangida a me submeter; eu não cedia”, escreveu Harris.

Enquanto isso, Miller concluiu[201] que o procurador-geral de Nova York, Eric Schneiderman, estava minando ativamente o acordo e cortou-o da equipe. A resposta de Schneiderman foi prometer realizar a própria investigação. Ele voou até São Francisco em uma tentativa de recrutar Harris. A reunião durou dois dias. Harris fez muitas perguntas e fez questão de compreender a política e a tática. No fim, guardou para si suas opiniões. O movimento Occupy Wall Street estava em curso, com a esquerda agindo tal como o movimento de direita Tea Party para demonstrar sua irritação com aqueles no topo da escala econômica, o 1% mais rico. O Ocuppy se espalhou para Oakland e São Francisco e para os campi de universidades. Em setembro de 2011, Harris foi a Nova York, onde Schneiderman ajudou a montar uma campanha de arrecadação de fundos para ela. Conforme as

negociações continuavam, Harris enfrentou a pressão da esquerda. A MoveOn.org estava exigindo que ela fosse dura com os bancos. A influente Federação do Trabalho do Condado de Los Angeles, a AFL-CIO, escreveu uma carta instando-a a abandonar as conversações. Uma nova organização, a Californians for a Fair Settlement, estava militando para que Harris resistisse. À primeira vista, a Californians for a Fair Settlement parecia ter brotado organicamente. Na verdade, o chefe de gabinete de Schneiderman, um organizador político chamado Neal Kwatra, criou o grupo. Significativamente, o vice-governador Gavin Newsom, às vezes rival, às vezes amigo de Harris, e potencial competidor para cargos mais elevados, assinou uma carta redigida pela Californians for a Fair Settlement chamando o acordo Miller de “profundamente incorreto”. O *Los Angeles Times* citou[202] a carta, incluindo uma lista dos signatários, em 30 de setembro de 2011.

Na mesma data, uma sexta-feira, Harris anunciou que estava[203] se retirando das conversações, isso depois que a Procuradoria-Geral do estado e o Departamento de Justiça haviam trabalhado durante quase um ano em um acordo com os cinco maiores concessores de empréstimos. Sabendo que sua decisão poderia afetar o preço das ações, ela esperou os mercados fecharem antes de anunciar a decisão.

“Após muita consideração, concluí que esse não é o acordo que os proprietários de moradias na Califórnia andam esperando”, disse Harris em uma carta ao procurador-geral adjunto dos Estados Unidos, Thomas J. Perrelli, e ao procurador-geral de Iowa, Miller.

Dane Gillette, chefe da divisão criminal, disse que os assistentes de Harris temiam que seu malabarismo político deixasse a Califórnia sem nada. Harris citou ter ouvido do governador Jerry Brown, seu antecessor no cargo de procurador-geral, que ele torcia para que ela soubesse o que estava fazendo, sugerindo que ele duvidava de sua estratégia.

“Os bancos estavam furiosos[204] por eu estar causando problemas. O acordo estava agora sendo questionado. Mas esse fora o meu objetivo. Agora, em vez de meramente estarem cientes das minhas preocupações, os procuradores-gerais dos estados e os bancos teriam que responder a elas”, diz ela.

Harris tinha aliados, mais notadamente o procurador-geral de Delaware, Beau Biden, filho do então vice-presidente Joe Biden.

“Houve períodos[205], quando eu estava levando a culpa, em que Beau e eu nos falávamos todo dia, às vezes várias vezes por dia. Nós nos apoiávamos mutuamente”, escreveu Harris. Foi uma relação que afetaria o futuro de sua vida e de sua carreira. Joe Biden referiu-se à amizade dela com seu filho quando a escolheu como vice.

***

Em reuniões com sua equipe, Harris sempre falava das pessoas por quem lutavam, as que não estavam nas salas onde se tomavam as decisões. Dessa vez, essas pessoas eram as que perderam suas casas ou que viram as casas em volta das suas serem abandonadas e os bairros se deteriorarem.

Em 23 de janeiro de 2012[206], a procuradora-geral do estado se reuniu em Chicago com Shaun Donovan, o secretário do Departamento de Habitação e Desenvolvimento Urbano dos Estados Unidos no governo Obama. Obama, concorrendo à reeleição, visivelmene queria um acordo, e seus principais assessores estavam envolvidos em tornar isso realidade. Vazou para imprensa a notícia de um possível acordo nacional de 25 bilhões de dólares. Harris não foi a essa reunião e divulgou uma declaração reafirmando a posição de que desejava conservar autoridade para processar os concessores de hipotecas que infringiram a lei.

Se alguém não estivesse entendendo o seu recado, no mesmo dia em que Donovan e outros procuradores-gerais se reuniam em Chicago, Harris foi de carro a Stockton, uma cidade de trezentos mil habitantes ao sul de Sacramento. Era a autoproclamada capital mundial do aspargo, embora há anos os agricultores tenham descoberto que podiam cultivá-lo ao sul da fronteira. Stockton também era o epicentro da crise habitacional na Califórnia e decretaria falência em junho de 2012.

Em Stockton, ela se reuniu com Jose R. Rodriguez, presidente e CEO da organização sem fins lucrativos El Concilio, que aconselha famílias que estejam enfrentado crises. Ele apresentou-a a pessoas afetadas pelo colapso, um casal na casa dos quarenta anos que não conseguia pagar a hipoteca porque o trabalho na construção civil havia minguado; outro casal que comprou sua casa com uma hipoteca com taxa de juros ajustável achando que seria possível refinanciar antes que as taxas mais elevadas começassem a fazer efeito; e um casal de sexagenários que já não podia trabalhar e perdeu a casa quando não conseguiu reajustar a hipoteca.

"A realidade", disse-me Rodriguez na época[207], "é que para algumas dessas pessoas a situação não vai melhorar. A quantidade de gente que vimos chorando, nunca vi nada igual."

Como Edward-Isaac Dovere escreveu na revista *Atlantic*, Schneiderman sentou-se ao lado de Michelle Obama[208] no discurso do Estado da União do presidente Obama em 24 de janeiro de 2012. Isso pode ter dado a impressão de que ele estava alinhado com o desejo da Casa Branca de fechar o acordo. Harris declinara desse convite, não querendo sugerir que encerrara as negociações.

Em 9 fevereiro de 2012, ela anunciou o acordo que tinha feito em nome da

Califórnia: “Centenas de milhares de proprietários de moradias[209] se beneficiarão diretamente desse compromisso da Califórnia.” O acordo com os bancos garantiu que os “proprietários de moradias realmente vejam um benefício que lhes permita permanecer em suas casas e preserve nossa habilidade de investigar crimes e empréstimos predatórios por parte de banqueiros”. Ela estipulou o valor do acordo em vinte bilhões de dólares. Um mês depois, a administração Obama anunciou um acordo nacional, o qual incluía o caso da Califórnia que Harris detalhara.

No fim, como ela explicou depois, os bancos deram à Califórnia uma redução de 18,4 bilhões de dólares nas dívidas e dois bilhões de dólares em outras formas de assistência financeira. No total, 84.102 famílias da Califórnia receberam reduções em sua primeira ou segunda hipoteca.

“Essa questão nunca foi[210] sobre nada a não ser permitir que os proprietários de residências, gente trabalhadora, conseguissem permanecer em suas casas”, disse Harris durante uma entrevista coletiva anunciando o acordo.

No entanto, muitos californianos[211] que receberam a assistência estipulada no acordo não permaneceram em suas casas, como depois relatou Phil Willon, do *Los Angeles Times*. Cerca de metade dos 18,4 bilhões de dólares da redução das dívidas concedida aos proprietários de residências na Califórnia foi através de vendas por um valor inferior ao do imóvel dado em garantia, 9,2 bilhões de dólares. Os bancos aceitaram uma perda porque os proprietários venderam suas casas por um valor inferior à dívida que contraíram. Mas eles precisavam de outros locais para morar. Quando o mercado habitacional se recuperou, não veriam benefício algum.

O escritor e jornalista David Dayen, que escreveu bastante sobre a crise das hipotecas para o *Intercept*, caracterizou o acordo como um resgate bancário, “protegendo fraudadores de hipotecas judicialmente expostos[212] enquanto pouco fez para evitar despejos”.

“Para os bancos, o acordo[213] foi motivo de comemoração”, diz Dayen, e acrescenta: “O impacto efetivo mal causou uma mossa em seus lucros. E eles foram publicamente liberados da ação penal, deixando para trás a intensa exposição judicial que sofreram.”

Embora os preços das moradias tivessem subido, especialmente ao longo do litoral da Califórnia, grande parte dos estados não se recuperou por completo do colapso das hipotecas. Nenhum político, por mais duro ou habilidoso que fosse, poderia ter entendido totalmente a Grande Recessão e seu desastre habitacional. Matt Levin, o repórter especializado em habitação[214] da organização de notícias sem fins lucrativos CalMatters, baseada em Sacramento, relatou que em 2018 a Califórnia tinha mais 450 mil residências unifamiliares sendo usadas

como imóvel para aluguel do que dez anos antes. Quem é dono desses imóves para alugar? Em sua maioria, firmas de Wall Street que deram o bote e arremataram residências a preços reduzidos em leilões judiciais.

Depois de fazer o acordo com os bancos, Harris voltou a atenção para a legislatura, apoiando com o peso de seu cargo a lei que veio a ser chamada de California Homeowner Bill of Rights. O senador Mark Leno apresentou o projeto de lei.

A lei buscava proibir a prática da assinatura robotizada, garantir que os proprietários fossem notificados de forma clara de que corriam o risco de perder suas casas e exigir que os concessores de empréstimo designassem uma única pessoa para fazer a interlocução com os proprietários em dificuldade, a fim de que estes não fossem obrigados a repetir sua história toda vez que ligassem. Um efeito seria que o proprietário que estivesse enfrentando uma execução poderia ter mais tempo para trabalhar em uma solução de meio-termo.

Primeiro, o projeto de lei teria que passar pelo senador estadual da Califórnia Ron Calderon, um democrata do sul do estado que era presidente da comissão de bancos e em geral defendia os bancos. Calderon tornou-se o voto pêndulo em uma comissão especial criada para trabalhar os detalhes da lei. Consequentemente, cada lobista de cada banco teria que negociar com Calderon.

"Eu usava todos os meus melhores argumentos e era como se estivesse falando com uma parede", disse Leno, referindo-se a Calderon.

Harris gastou tempo percorrendo as galerias do capitólio, parando nos gabinetes dos legisladores. Embora muitos se esquivassem dela, a lei acabou sendo aprovada por uma ampla margem na Assembleia e por uma margem mais estreita no Senado. Harris atribui aos líderes legislativos o crédito por ajudá-la a fazer com que a lei fosse votada. Leno, fiel a Harris, tem outra visão.

"Ela fez isso acontecer[215]. O jogo todo mudou quando Kamala se envolveu. A procuradora-geral não ia deixar de conseguir o que queria."

Ron Calderon acabou votando a favor da lei. Dois anos depois, ele e seu irmão Tom Calderon, um ex-legislador, foram indiciados por corrupção em uma acusação federal relacionada a outra lei. Ambos foram condenados e presos.

18

MULHERES FENOMENAIS

Em setembro de 2012, Kamala Harris recebeu a grande honra de estar entre as pessoas mais importantes a discursar na Convenção Nacional do Partido Democrata em Charlotte, Carolina do Norte. Barack Obama estava na corrida pela reeleição, disputando com o antigo governador de Massachusetts Mitt Romney. O objetivo de Harris era ajudar o amigo a vencer. Mas ela e sua equipe política também acharam que o discurso poderia ser o momento para se lançar no palco político americano, mais ou menos como o discurso que Obama fez em 2004 e o catapultou para a consciência da nação.

Após subir ao palco para uma rápida preparação e encarar o que logo seria um Spectrum Center lotado, ela disse a Joe Garofoli, do *Chronicle*: "Foi incrível[216]. Uma lição de humildade." Ela fez uma pausa. "Não pude deixar de pensar: quem dera minha mãe pudesse me ver." Ela estava nervosa. Quem não estaria? Seu discurso precederia o de Bill Clinton.

Harris e sua equipe redigiram um discurso que, embora não estivesse no nível do de Obama em 2004, tinha força. Era uma versão adaptada do que ela andara fazendo para plateias da Califórnia, que ainda se recuperava da Grande Recessão: "Se vocês realmente quiserem saber[217] sobre o que é esta eleição, venham ao oeste. Visitem a floresta de placas de execuções hipotecárias. Visitem as montanhas de dívidas familiares. Conversem com os milhares de famílias boas que se encontram sem saída.

"Vão a Stockton, Califórnia, a capital das execuções hipotecárias da América."

O discurso elogiava o presidente Obama e o vice-presidente Biden por enfrentarem Wall Street e mostrava desprezo por Mitt Romney por ficar do lado dos banqueiros. Então girava, jogando com a expressão cunhada nessa época de que as grandes instituições financeiras precisavam ser resgatadas porque tinham

se tornado “grandes demais para fracassar”.

“Vou lhes dizer o que é grande demais para fracassar.

“Eu digo que é a nossa classe média que é grande demais para fracassar.

“Eu digo que é o sonho americano da casa própria que é grande demais para fracassar.

“É a promessa de uma educação pública universal de qualidade que é grande demais para fracassar.

“Nossos jovens, a próxima geração, são grandes demais para fracassar.

“A proteção ao meio ambiente é grande demais para fracassar.

“E, democratas, é a nossa visão de uma sociedade inclusiva que é grande demais para fracassar.

“O casamento igualitário é grande demais para fracassar!

“Os direitos das mulheres são grandes demais para fracassar!

“Nossas comunidades de imigrantes são grandes demais para fracassar!”

O discurso era extraordinário e talvez tivesse deixado a plateia aplaudindo de pé. Mas nunca foi proferido.

Harris fez a vontade dos administradores da Convenção Nacional do Partido Democrata, que lhe deram um discurso cheio de pontos de discussão, nenhum deles seu e nenhum deles inspirado. Pouco depois do início, seus assessores repararam que muitos assistentes no Spectrum Center não prestavam mais atenção e começavam a conversar entre si. Em determinado momento, ela tropeçou nas palavras que lhe tinham sido dadas.

O que deveria ser seu grande momento sob os holofotes passou despercebido. Seus assessores viram que o discurso tinha sido terrível. Se Kamala Harris tocou no assunto com alguém, sua equipe não teve ciência. Maya, porém, na frente de outras pessoas censurou os membros da equipe da irmã, como se eles fossem os responsáveis pelo discurso imposto à procuradora-geral Harris pela equipe da Convenção Nacional do Partido Democrata. Não eram.

A família estreitamente unida de Kamala Harris é feita de pessoas muito bem-sucedidas. Maya, dois anos mais jovem que Kamala, é confidente e consultora política da irmã. Os assessores de Harris sabem que não devem se meter entre as duas. Se precisa escolher, Kamala Harris sempre escolhe Maya.

Durante as campanhas, Kamala e Maya se falavam várias vezes por dia. Com frequência, uma ligação para Maya era a primeira do dia e a última da noite. As duas têm um senso de humor parecido e uma risada quase idêntica. São brilhantes, detalhistas, fortes e competitivas, às vezes uma com a outra, do jeito que duas irmãs podem ser.

Enquanto Kamala estudava na Universidade Howard em Washington, D.C., Maya, ainda uma adolescente morando com a mãe em Oakland, teve uma filha,

Meena. Meena é o mais próximo de uma filha para Kamala Harris que uma sobrinha pode ser. Kamala Harris deixou a revista *Politico*[218] ter um vislumbre raro, ainda que breve, de seu mundo pessoal, recordando estar na faculdade de direito e voltar para casa para ajudar a treinar Meena no uso do vaso sanitário. "Eu ia em casa e a gente ficava perto do vaso dando tchau para um cocô." Maya, com a filha a reboque, formou-se pela Universidade da Califórnia, campus de Berkeley, e pela Faculdade de Direito da Universidade Stanford. Segundo uma história contada por Maya, a pequena Meena estava brincando de esconder com um estudante de direito, Tony West. Foi assim que Maya conheceu o futuro marido.

Tony West era presidente da *Stanford Law Review* e trabalhara em campanhas presidenciais desde garoto, começando com Jimmy Carter em 1976. Concorreu sem sucesso à Assembleia Legislativa da Califórnia em 2000, com Maya como tesoureira da campanha. Em 2004, ficou encantado com o discurso de Barack Obama na Convenção Nacional do Partido Democrata e, junto com a cunhada, trabalhou na campanha presidencial de Obama em 2008. West depois chefiou a divisão civil do Departamento de Justiça do governo Obama e tornou-se procurador-geral adjunto, o terceiro cargo mais alto do Departamento de Justiça. Depois dos anos Obama, West trabalhou como consultor da PepsiCo. Mais recentemente, tornou-se diretor jurídico da Uber. Nesse cargo, lutou contra as tentativas de sindicatos organizados de obrigar a Uber e outras companhias de *gig economy* a contratar trabalhadores como empregados formais, e não como prestadores de serviços independentes. Kamala Harris ficou do lado dos trabalhadores, não da Uber.

Maya tornou-se diretora executiva da ACLU do norte da Califórnia, uma das maiores filiadas da ACLU da nação. Nesse papel, ajudou a organizar a campanha da ACLU contra a Proposta 8, a iniciativa que proibiu por um tempo os casamentos entre pessoas do mesmo sexo. Quando se aproximava a eleição de 2008, Maya foi contratada pela Fundação Ford de Nova York, uma posição que lhe permitia supervisionar milhões de dólares em doações. Depois, tornou-se consultora política de Hillary Clinton durante a campanha dela à presidência.

Sua filha, Meena, formou-se pela Universidade Stanford e pela Faculdade de Direito da Universidade Harvard e faz parte da organização política de Harris. Meena é casada com um executivo do Facebook, Nik Ajagu; ela escreve livros infantis, foi executiva da Uber e é fundadora da Phenomenal Woman Action Campaign [Campanha de Ação Mulher Fenomenal], uma referência ao poema de Maya Angelou: "Agora você entende/ Por que minha cabeça não se curvou/ Eu não grito nem ando aos pulos/ Nem tento falar muito alto."

A versão de Meena da "Phenomenal" é um cruzamento de organização política com marca de roupas; vende camisetas e moletons com várias frases

inspiradoras. Uma é **eu estou falando**, a frase que sua “titia Kamala” repetiu com grande efeito no debate em outubro de 2020 com o vice-presidente Mike Pence.

19

“SÓ UM CARA”

Era uma típica convenção do Partido Democrata da Califórnia no fim de semana de 1º de junho de 2019. Em frente ao salão de convenções Moscone Center, no centro de São Francisco, não longe do condomínio de Harris, um grupo de homens usava calças branquíssimas com tinta vermelha espirrada no gancho. Eles estavam protestando contra a prática da circuncisão. Profissionais do sexo, algumas vestidas como dominadoras, pediam a descriminalização de seu ofício.

Dentro do salão, Nancy Pelosi, o ícone do Partido Democrata na era de Donald Trump, foi interpelada por ser muito branda com o presidente, e um ativista dos direitos dos animais com o cabelo preso em um coque subiu de repente no palco e tomou o microfone da mão de Kamala Harris, então uma candidata a presidente que estava falando sobre desigualdade de gênero nos salários. Se foi pega de surpresa, ela não demonstrou. Só manteve um olhar confuso e não se mexeu.

Quando o ativista começou a dar explicações em um tom professoral sobre a necessidade de impedir o massacre de galinhas e outros animais de granja, Karine Jean-Pierre, que estava entrevistando Harris no evento da MoveOn.org e era uma fração do tamanho do homem, atirou-se entre a candidata e o sujeito e tentou recuperar o microfone.

Então Douglas C. Emhoff, advogado da Century City Entertainment, vestindo blazer azul, jeans e uma camiseta que dizia **harris para presidente**, pulou para o palco, a boca contraída em uma expressão de fúria. Junto com seguranças da equipe, Emhoff tirou o homem do palco à força. Não esmurrou o sujeito, mas tinha cara de que poderia fazê-lo.

Nascido no Brooklyn e criado em Nova Jersey e em Los Angeles, Emhoff é

marido de Kamala Harris. Quando se conheceram em 2013, ele era um advogado esforçado que gerenciava a filial de Los Angeles de um escritório de advocacia internacional, o Venable LLP, representando clientes da indústria corporativa e de entretenimento. Tinha um filho e uma filha do casamento anterior, era um golfista decente, torcedor dos Lakers e um sujeito de meia-idade procurando uma namorada. Como muitos californianos, dava à política uma atenção um pouquinho mais que passageira. Emhoff doou um total importante de 5.800 dólares a políticos de Los Angeles e 650 dólares a políticos do estado da Califórnia nos anos 2000. As doações estaduais foram para dois candidatos pleiteando cadeiras na Assembleia Legislativa. Nenhum dos dois se elegeu. Através de dedução na folha de pagamento, Emhoff doava mensalmente cem dólares para o comitê de ação política federal de seu escritório de advocacia, uma quantia compulsória, dado o seu papel de liderança no escritório, e doou cem dólares para a campanha presidencial de John Kerry em 2004; ele não era um grande gastador quando se tratava de política.

Como advogado, Emhoff trabalhou para clientes que se defendiam de alegações de violações à privacidade do consumidor, para uma firma de publicidade em um processo da Taco Bell pelo uso de um chihuahua em uma campanha publicitária, para estúdios cinematográficos em disputa salarial com empregados e para a Merck, em ações coletivas envolvendo um medicamento que teria deixado quebradiços os ossos dos usuários.

No Venable, Emhoff representou uma empresa de Los Angeles[219] que compra direitos de vídeos virais e que acusava outra empresa da cidade de violação de direitos autorais de clássicos como “Gorilla Teaches Toddler How to Use Her Middle Finger” [Gorila ensina criança a usar o dedo médio], “Broken Urinal Shoots Out Water” [Mictório quebrado esguicha água], “Physics Teacher Gets Hit in the Nuts” [Professor de física é atingido nos ovos] e a inesquecível cena do metrô de Nova York captada em “Rat Takes Pizza Home on the Subway” [Rato leva pizza para casa no metrô]. A ação terminou por acordo.

Por motivos óbvios, namorar era complicado para Kamala Harris. Ela precisava ser cuidadosa quanto a suas escolhas, e seu trabalho primeiro como promotora de justiça de uma cidade importante e depois como procuradora-geral da Califórnia tomava quase todo o seu tempo e toda a sua energia. Alguns sujeitos talvez achassem que namorar a principal autoridade em relação à aplicação da lei do estado da Califórnia fosse um pouco intimidante. Quaisquer que fossem as relações que ela tenha tido permaneceram privadas.

Emhoff recorda a história[220] deles em um vídeo postado na internet por Chasten Buttigieg, marido do antigo prefeito de South Bend e candidato presidencial do Partido Democrata Pete Buttigieg. Eis o que aconteceu:

Chrisette Hudlin, amiga de Harris de longa data, e seu marido, o cineasta

Reginald Hudlin, tinham procurado Emhoff em busca de aconselhamento sobre uma questão jurídica complicada. No fim da consulta, Chrisette perguntou a Emhoff se ele era solteiro.

— Por que pergunta? — respondeu Emhoff.

Chrisette explicou que tinha uma amiga solteira que conhecia havia trinta anos. Emhoff perguntou quem era.

— Kamala Harris — informou Chrisette.

— De onde eu conheço esse nome? — quis saber Emhoff.

Chrisette exercitou a memória do advogado: a procuradora-geral da Califórnia.

"Eu disse: 'Meu Deus, ela é um avião'", Emhoff contou a Buttigieg.

Chrisette deu o número de telefone de Harris a Emhoff, alertou-o de que aquilo era confidencial e lhe disse para não fazer nenhuma besteira, do contrário os Hudlins procurariam outro advogado. Harris diz em sua autobiografia que Chrisette ligou para lhe contar sobre o sujeito que conhecera: "Ele é uma graça[221] e é sócio-gerente do escritório de advocacia onde trabalha, e acho que você vai gostar muito dele."

Naquela noite, Emhoff mandou uma mensagem de texto para Harris quando estava em um jogo dos Lakers. Ela foi a Los Angeles naquele fim de semana.

"Eu era tipo só um cara normal como advogado"[222], disse Emhoff a Buttigieg, "e aí conheci Kamala em um encontro às cegas marcado pelo lendário cineasta Reginald Hudlin." Em outras palavras, era uma história de amor típica de L.A.

A relação floresceu sem ser detectada. Mesmo alguns grandes amigos de Emhoff foram pegos de surpresa. No pequeno mundo do direito corporativo de L.A., por exemplo, o promotor Ron Wood via Emhoff no Peet's Coffee, em Brentwood, e no saguão do prédio da Century City onde eles trabalhavam. Ambos eram divorciados, estavam solteiros, tinham filhos e conversavam na hora do almoço e quando bebiam juntos sobre as complexidades do namoro, as pressões do direito corporativo e a falta que cada um sentia por não ter um lar aonde ir no fim do dia e nos fins de semana para estar com os filhos. "Como muitos pais divorciados que tinham uma carreira[223] e estavam solteiros, ele levava a sério suas obrigações familiares", disse Wood.

Um dia em 2014, Wood e Emhoff estavam esperando na fila em um dos lugares em que costumavam almoçar, um restaurante chinês em que o cliente mesmo se servia, quando Emhoff mostrou a aliança de noivado que recebera de presente de sua noiva. Ele a pedira em casamento, mas o casal decidira que os dois usariam aliança. A dele não era nada de excepcional. Mas o noivado era notícia quente e foi totalmente inesperado. Emhoff mantivera a relação discreta a esse ponto. Wood ficou ainda mais surpreso quando Emhoff lhe disse o nome de

sua noiva. Wood, antigo aluno da Universidade Howard, é amigo de Harris da época de faculdade. Eles mantiveram contato desde então, e Wood estivera entre os doadores de sua campanha. Mais adiante, depois que o noivado se tornou público, ele topava com Emhoff e Harris quando os dois iam ao Peet's, suados depois da aula de spinning. "Em um mundo de oito bilhões, como eles colidem?", Wood se perguntava. Mas, quanto mais ele pensava no assunto, mais fazia sentido. Ambos são líderes em seus próprios mundos — inteligentes, ativos e realizados. "Parecia certíssimo."

Harris tinha um teste para Emhoff antes de selar o acordo. Ela lembrou que o presidente financeiro de sua campanha, Mark Buell, disse certa vez que se podia aprender muito sobre o caráter de uma pessoa no jogo de golfe. Então ela o incumbiu de jogar uma partida com Emhoff. Buell escolheu o campo de gofe de Mayacama, um clube exclusivo na região vinícola do Condado de Sonoma. Emhoff sabia jogar bem. Mas a questão não era essa. "Ele era um amor de sujeito"[224], disse Buell. Claramente, ele passara no teste.

Harris e Emhoff casaram-se em 22 de agosto de 2014, em uma cerimônia privada no Tribunal do Condado de Santa Barbara. Um belo prédio no estilo missões que é um local de casamento muito procurado no sul da Califórnia. A irmã de Harris, Maya, oficiou a cerimônia. Harris diz em sua autobiografia que colocou uma guirlanda no pescoço do noivo, uma tradição hindu. Emhoff, que é judeu, pisou em um copo, como é tradição.

Ambos tinham 49 anos; ele nasceu sete dias antes de sua noiva. Após o casamento, Harris e Emhoff deram uma festa para seus amigos de São Francisco no Presidio Officer's Club. "Ela estava com uma cara realmente felicíssima"[225], disse Erin Lehane, apoiadora e amiga de Harris que também trabalha no State Building and Construction Trades Council of California.

Emhoff, o segundo marido, está se afastando de seu escritório de advocacia, o DLA Piper. Quando trabalhava lá, não fazia lobby. Mas o braço do lobby de Washington do escritório representa fornecedores de defesa, seguradoras de saúde, conglomerados da indústria do entretenimento e muitos outros.

Desde 2014, as pessoas podiam vê-lo na trilha da campanha de Harris; ele foi presença regular em 2016 e em 2019 também. Alguém tuitou um vídeo dele dançando na Parada do Orgulho Gay de São Francisco de 2019 em um conversível enquanto Harris ri do que Emhoff chama de "meu gingado[226] sem ritmo com o meu corpo pançudinho". Em 2020, ele estava em um palco muito maior, defendendo a chapa Biden-Harris. O *Washington Post* descreveu-o como "o marido evoluído"[227] que "virou uma das figuras populares inesperadas na campanha de 2020, uma atração principal na insólita corrida presidencial assolada pela pandemia".

Os filhos de Emhoff, Cole e Ella, tiveram seus nomes escolhidos em

homenagem aos grandes nomes do jazz John Coltrane e Ella Fitzgerald. Ella Emhoff apresentou Harris na Convenção Nacional do Partido Democrata. Eles chamam Harris de “Momala”. Harris, a madrasta orgulhosa, coloca o termo carinhoso na bio de sua conta do Twitter, @KamalaHarris.

O sujeito do coque foi retirado do Moscone Center. Sendo São Francisco, ele se disponibilizou para ser entrevistado pela mídia. Eu não fui nessa.

20
A MULHER COM PRESSA

A questão não era se Kamala ganharia um segundo mandato como procuradora-geral da Califórnia em 2014. A questão era se ela completaria esse segundo mandato.

"Espero que sim"[228], disse-me ela em agosto de 2014, sendo reservada.

Kamala Harris estava com pressa. As pessoas haviam presumido que ela se candidataria a governadora em 2018 ou a senadora federal em 2016 se Barbara Boxer se aposentasse. E se abrisse uma vaga no Senado? "Eu não pensei nisso." Não posso dizer que acreditei piamente nela. Ela andava rápido.

Em 2014, nenhum democrata se atreveu a desafiar Kamala Harris em sua disputa por um segundo mandato. Seu oponente republicano, o advogado de Los Angeles Ronald Gold, construiu sua campanha para se tornar a autoridade máxima da Califórnia no âmbito da aplicação da lei em torno de sua opinião de que a maconha devia ser legalizada. Isso levou Debra J. Saunders, na época colunista do *San Francisco Chronicle*, a chamá-lo de "Acapulco Gold"[229] [Ouro de Acapulco]. Gold gastou menos de 130 mil dólares em sua campanha e não recebeu apoio perceptível algum do Partido Republicano da Califórnia.

Harris, apoiadora de longa data do uso medicinal da maconha, desconsiderou com uma risada inconveniente a pergunta de um repórter sobre o que ela achava da legalização da venda comercial da erva. Embora mais tarde abraçasse a ideia, a venda comercial da maconha não era a questão que iria influenciar a corrida de 2014 para a Procuradoria-Geral E, em seus primeiros quatro anos, Harris se mostrara hábil em não se posicionar quando não fosse necessário politicamente.

Um exemplo são os jogos de azar. Na Califórnia, os procuradores-gerais são responsáveis por supervisionar o jogo. Sessenta e uma tribos indígenas no estado são donas de 63 cassinos que, juntos, geram oito bilhões de dólares por ano;

outras 88 salas de carteado produzem 850 milhões de dólares em impostos por ano. A loteria estatual gera anualmente 2,5 bilhões de dólares. Ao todo, a Califórnia quase se iguala a Nevada como o estado onde mais se joga no país.

Durante o mandato de Harris, os legisladores consideraram legalizar o pôquer pela internet e as apostas em esportes. As tribos indígenas, entre os maiores doadores na Califórnia, estavam divididas. Os donos de salões de carteado e os que tinham interesses no turfe gostaram da ideia, desde que pudessem ter uma parte da ação. Harris disse estar estudando o assunto em 2014. A questão colocou interesses financeiros e potenciais doadores de campanha em campos opostos. Ela nunca assumiu uma posição. A questão permanece sem solução.

Harris passara anos denunciando o absenteísmo escolar, dizendo que o hábito de faltar às aulas assombraria crianças vulneráveis pelo resto da vida. Mas não externou publicamente sua opinião durante a campanha de 2014 em uma questão que afetava muitas crianças que frequentavam as escolas mais difíceis da Califórnia: a estabilidade dos professores. A poderosa Associação de Professores da Califórnia, entre seus apoiadores e doadores de campanha, era a favor de proteger os professores com estabilidade no emprego. Mas em 2014 um juiz estadual determinou que as regras de estabilidade no magistério da Califórnia violavam os direitos civis dos estudantes pobres, argumentando que os professores mais jovens são designados para as escolas em que os estudantes pobres são a maioria e esses professores são os primeiros a receber avisos de dispensa.

"Provas substanciais apresentadas[230] evidenciam para este tribunal que os estatutos impugnados afetam de modo desproporcional os alunos pobres ou pertencentes a minorias", disse o juiz Rolf M. Treu em um parecer elogiado pelo secretário de educação do presidente Obama, Arne Duncan. Os assistentes de Harris recorreram da decisão em nome do superintendente estadual da instrução pública da Califórnia, e a decisão do tribunal inferior foi derrubada em 2016, quando Harris concorria ao Senado Federal.

Assim, Harris se posicionava quando precisava e quando seu posicionamento podia ajudá-la politicamente. Mas ela também entendia uma das verdades da política. Sempre que assume uma posição, o político corre o risco de afastar alguém. Praticamente sem concorrentes em 2014, Harris não precisou assumir posições nas questões que escolheu evitar, e não assumiu.

Harris fez muito para merecer um segundo mandato. Extraiu concessões dos bancos para ajudar os proprietários de imóveis esmagados pela crise das hipotecas. Entrou com ações judiciais para aplicar leis ambientais exigindo que as empresas poluidoras não abrissem a menos que conseguissem limitar as emissões que prejudicassem os pulmões dos moradores das proximidades, invariavelmente em comunidades pobres e de minorias étnicas. Uma das ações judiciais protegia

os alunos de uma escola fundamental em Long Beach da fumaça emitida por trens a diesel.

Ela procurou aplicar leis de privacidade, em um estado onde a indústria tecnológica é dominante, e iria muito mais a fundo nisso em seu segundo mandato. Expandiu enormemente o número de registros que eram prontamente acessíveis ao público no portal do Departamento de Justiça da Califórnia relacionados a mortes sob custódia policial.

Harris estabeleceu uma unidade de advocacia geral dentro da Procuradoria-Geral para discutir processos perante a Suprema Corte dos Estados Unidos e a Suprema Corte da Califórnia. Isso incomodou alguns dos assistentes mais antigos e qualificados que aguardavam ansiosos o desafio intelectual de discutir os próprios processos. Mas especialistas acham que a unidade melhorou a qualidade dos recursos do estado.

Certamente, ela poderia ter feito mais. Alguns defensores acham que ela foi leniente com a brutalidade policial. Mas Harris tinha em mente quem ela é, uma mulher negra que se opunha à pena de morte e já enfurecera a polícia. Ela sabia que precisava do apoio dos responsáveis pela aplicação da lei para fazer qualquer tipo de mudança duradoura. Trabalhou para neutralizar a oposição da polícia estando presente ao funeral de um policial morto em serviço. Também se deslocava até unidades de polícia locais para premiar policiais por seu trabalho heroico.

Harris gastou 3,6 milhões de dólares em sua campanha pela reeleição e teve uma sobra de 1,3 milhão para uma candidatura futura. Conseguindo margens enormes na área da Baía e no Condado de Los Angeles, ela ganhou com 57,5% dos votos. Talvez em um indício de que nos primeiros quatro anos no cargo estadual não conseguira se conectar com bastiões republicanos e condados suburbanos do sul da Califórnia, Harris ganhou do oponente sem brilho em apenas 26[231] dos 58 condados.

Em 5 de janeiro de 2015, Harris prestou o juramento de posse para o segundo mandato perante Tani Cantil-Sakauye, a chefe de justiça da Suprema Corte do estado, cujo papel naquele dia traduzia a evolução da Califórnia e de seus líderes políticos. Sua mãe emigrou das Filipinas, e a jovem Cantil-Sakauye morou com os pais por uns tempos ao lado de um bordel em um beco em Sacramento. Ela pagou a universidade trabalhando como garçonete e como *dealer* de mesas de blackjack em Reno, tornou-se promotora e juíza de primeira instância e foi alçada à posição de chefe de justiça da Suprema Corte Estadual pelo governador Arnold Schwarzenegger. Foi republicana[232], mas deixou discretamente o partido após assistir à audiência de confirmação do juiz da Suprema Corte Brett Kavanaugh.

Dirigindo-se a uma modesta plateia no Museu de Arte Crocker, no centro de Sacramento, Harris falou em termos ambiciosos[233] sobre seu estado e os

líderes por ele produzidos: “Pessoas do país todo olham para a Califórnia. Elas nos olham para ver que cara tem a mudança. Elas nos olham para ver como a inovação pode ser. Elas nos olham porque, em vez de carregarmos o peso do que foi, somos inspirados pelo que pode ser.”

Harris enumerou as conquistas de que mais se orgulhava: “enfrentar um exército formado pelos mercenários mais bem pagos que os bancos de Wall Street puderam contratar” e arrancar vinte bilhões de dólares para os proprietários de residências da Califórnia, além de ajudar a criar o California Homeowner Bill of Rights. Durante seus primeiros quatro anos, disse ela, agentes do Departamento de Justiça da Califórnia apreenderam cinco toneladas e meia de metanfetaminas e tiraram 12 mil armas ilegais das ruas.

“Eu lhes prometo isso: em meu próximo mandato, vamos fazer o dobro”, disse Harris. “Vou usar o poder deste cargo para erguer a próxima geração de californianos.”

Ela estabeleceu uma agenda que incluía proteger menores desacompanhados que chegam na fronteira sul após fugir da América Central e enfrentar a “crise de confiança” na polícia. Prometeu usar sua nova Unidade para Crimes Eletrônicos para “processar predadores que agem pela internet para extorquir, humilhar e degradar as mulheres postando imagens sem o consentimento delas”. Planejava criar a Secretaria de Justiça Infantil e prometeu manter o foco no combate ao absenteísmo escolar no ensino fundamental.

“Está na hora de dizer que, no estado da Califórnia, é crime uma criança ficar sem educação”, declarou Harris.

Isso foi no dia 5 de janeiro de 2015. Mas Kamala Harris era uma mulher com pressa.

Dez dias depois, ela anunciou seu próximo passo.

21

JOE BIDEN DÁ UMA MÃO A HARRIS

Três dias após Kamala Harris fazer o juramento para seu segundo mandato como procuradora-geral da Califórnia, a senadora Barbara Boxer anunciou que não concorreria à reeleição em 2016, deixando vaga uma cadeira que estivera ocupada desde 1992. Isso aconteceu em 8 de janeiro de 2015, uma quinta-feira.

Na manhã de sábado, Kamala chegou cedo ao escritório de sua equipe de campanha, composta por Ace Smith, Sean Clegg e Dan Newman, no centro de São Francisco. Eles tinham um assunto sério a discutir. Tomaram seus lugares à mesa de conferência, feita de assentos de carvalho antigo recuperados do California Memorial Stadium, no campus da Universidade da Califórnia em Berkeley, quando ele foi reformado para ficar protegido contra a falha de Hayward que corre diretamente sob ele. As paredes da sala de conferência eram decoradas com desenhos de Thomas Nast e capas da *Harper's Weekly* datadas do governo Lincoln e da *Puck*, revista do fim do século XIX e início do século XX dedicada ao humor e à sátira política. Seu lema shakespeariano: "Que loucos são esses mortais!"

Harris quisera se candidatar a governadora depois que Jerry Brown se aposentou, em 2018. As pessoas à sua volta já imaginavam que ela se tornaria a primeira mulher a governar o maior estado da nação. O conterrâneo de São Francisco Gavin Newsom também queria concorrer ao governo do estado, tendo brincado com a possibilidade de desafiar Brown em 2010. Mais cedo naquela semana, Harris havia ministrado o juramento de posse para o segundo mandato de Newsom como vice-governador. Ela também achava que poderia derrotar seu "amigo/inimigo" se algum dia ele concorresse contra ela, mas, com a aposentadoria de Boxer, considerou um prêmio político diferente.

Harris queria saber que impacto ela poderia ter como uma entre os cem

senadores. Queria saber como poderia representar da melhor forma as pessoas que, como ela costumava dizer, não estão na sala, aqueles que precisam de uma ajuda, imigrantes, pessoas de etnias diferentes. Embora tenha apoiado a candidatura de Hillary Clinton à presidência em 2016, Harris era parte da ala de Obama no partido, não da de Clinton, e a Câmara e o Senado estavam em mãos republicanas. Harris tentava se imaginar como um membro do partido da minoria nos degraus mais baixos da escada da antiguidade.

Nas últimas décadas, Jimmy Carter, Ronald Reagan, Bill Clinton e George W. Bush tinham emergido de gabinetes de governadores para se tornarem presidentes, mas os senadores John Kerry, Barack Obama, John McCain, Hillary Clinton, Bernie Sanders e outros mostravam que esse não era o único caminho possível. A política americana tinha se tornado nacionalizada, uma das muitas lamentáveis consequências da diminuição de organizações de notícias estaduais e locais e da concomitante redução da cobertura política do governo estadual e da prefeitura. Apesar de todo o poder de um governador, especialmente um governador da Califórnia, a mídia estava concentrada em Washington, assim como os eleitores.

Os consultores contaram a história de dois políticos de Massachusetts. Harris se via como uma líder nos moldes de Elizabeth Warren, a senadora norte-americana que costumava conduzir discussões nacionais, ou nos do governador Deval Patrick, que, apesar de todo o seu talento, era pouco conhecido fora do estado?

Como uma senadora que servira durante algum tempo como promotora pública e procuradora-geral, Harris podia ter um grande impacto na confirmação de juízes para a Suprema Corte. Em 2015, ninguém poderia imaginar como seria a eleição presidencial de 2016. Mas uma brilhante e ambiciosa senadora da Califórnia poderia se encontrar em Iowa e New Hampshire testando as águas presidenciais o quanto antes. Harris absorveu tudo e foi para casa refletir sobre isso com o marido, a irmã e Tony West.

Na noite daquele domingo, Newson contou a Harris que não ia concorrer ao Senado e tornou pública essa decisão na segunda-feira, praticamente anunciando que se candidataria a governador em 2018. Na terça-feira da mesma semana, oito dias após fazer o juramento do segundo mandato como procuradora-geral, Harris fez seu anúncio. Ela concorreria ao Senado Federal. E, como é do seu feitio, fez isso de maneira ruidosa. Angariou nada menos que 92.452 dólares naquele primeiro dia. Sua equipe inventou o enredo de que ela era imbatível, e isso era plausível.

"Ela foi apelidada[234] de a versão feminina de Obama. Ela cozinha. Vai à academia de moletom", escreveu o *The Guardian*, do Reino Unido. "Ela vê os advogados como heróis e enfrenta as companhias hipotecárias da mesma maneira

que Elizabeth Warren enfrenta Wall Street.”

No dia do anúncio de Harris, a senadora Warren emitiu uma declaração na qual a qualificava como “uma promotora inteligente, forte e experiente[235], que resistiu a Wall Street com firmeza”. O senador Cory Booker pediu a seus seguidores no Twitter que acessassem um website onde poderiam doar para a campanha de Harris. A senadora Kirsten Gillibrand qualificou-a como “exatamente o tipo de líder[236] de que precisamos no Senado”. Todos os três competiriam com Harris pela indicação à presidência em 2020. Por enquanto, todos faziam parte de uma equipe.

Em 1992, Barbara Boxer concorreu à cadeira no Senado que havia sido ocupada durante quatro mandatos por Alan Cranston, enquanto Dianne Feinstein concorreu a uma segunda cadeira, ocupada por um republicano nomeado para cumprir o mandato de Pete Wilson, que tinha derrotado Feinstein nas eleições para governador em 1990. Tanto Feinstein quanto Boxer enfrentaram uma dura competição: entre os democratas estavam Gray Davis, que se tornaria governador em 1998, o vice-governador Leo McCarthy e um influente congressista de Los Angeles, Mel Levine. Em 2015, os eleitores poderiam ter esperado um alto nível de interesse pela primeira cadeira vaga no Senado Federal em uma geração. E, sem dúvida, não faltaram políticos ambiciosos.

Congressistas democratas do sul da Califórnia — Adam Schiff, Xavier Becerra e Loreta Sanchez — estavam todos pensando em concorrer, assim como o bilionário do fundo de hedge e ativista das mudanças climáticas de São Francisco Tom Steyer, um democrata. Steyer poderia ter financiado a disputa por conta própria. No entanto, Meg Whitman e outros candidatos ricos descobriram que os californianos não eram bondosos com candidatos que se autofinanciavam. Steyer pensou melhor. Becerra e Schiff eram pouco conhecidos fora do âmbito do governo federal.

O ex-prefeito de Los Angeles Antonio Villaraigosa também considerou uma candidatura, e teria sido um opositor difícil. Candidato hábil, ele tem um sorriso de um milhão de dólares, era um firme apoiador de Clinton e assumiu posicionamentos que teriam agradado a muitos californianos.

Ele e Harris também eram amigos, tendo se conhecido em 1995, durante o primeiro mandato de Villaraigosa na Assembleia. Durante algum tempo, os dois se falavam com frequência. Villaraigosa ficava comovido pela forma como Harris terminava as conversas, dizendo-lhe de uma maneira fraternal que o amava. Em 1995, o presidente da Assembleia, Willie Brown, estava de saída de Sacramento, mas via um pouco de si mesmo em Villaraigosa e agia como seu mentor. Villaraigosa cresceu em East Los Angeles, filho de mãe solteira e pai alcoólatra e agressivo, que nunca estava em casa. O jovem Antonio punha papelão nos

sapatos quando as solas ficavam esburacadas. Ele abandonou a escola durante o ensino médio e foi preso por uma briga em um restaurante, mas encontrou um professor que acreditou nele, foi para a Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA), depois estudou direito e conseguiu um emprego no sindicato dos professores em Los Angeles. Em 1994, foi eleito para representar parte do centro de Los Angeles e emergiu como um dos membros mais liberais da Assembleia, fazendo pressão pelo controle de armas e por impostos mais elevados para os californianos ricos, quando nenhuma das duas questões era popular.

Ele se tornou presidente da Assembleia antes de concluir o mandato e se mudar de volta para Los Angeles, cidade para a qual foi eleito o 41º prefeito em 2005. Durante algum tempo, os consultores de campanha de Villaraigosa incluíam a mesma equipe baseada em São Francisco que representava Harris. Quando Villaraigosa pensou em concorrer para o Senado, Willie Brown insistiu para que, em vez disso, ele expressasse a fidelidade a Harris. “Sua lealdade e seu relacionamento com ela[237] deveriam ser tão valiosos que, na minha opinião, ele deveria ver isso como uma oportunidade para demonstrá-los”, disse Brown. E o ex-mentor de Villaraigosa acrescentou: “Tenho a esperança de que sua candidatura será recompensada com um cargo de âmbito estadual — em algum momento.”

Brown dizia a Villaraigosa, então com 62 anos, que ele deveria ficar de lado para dar passagem a Harris e esperar sua vez, quando quer que ela chegasse. Era uma ideia fundamentalmente ofensiva[238], considerando o que Villaraigosa havia realizado em um estado em que os latinos correspondiam a 40% da população.

Mas, tendo sido prefeito da segunda maior cidade da nação, Villaraigosa preferia ser o chefe do poder executivo. Como Newsom, ele queria ser governador. Para Villaraigosa e outros sul-californianos, a decisão se resumia à capacidade de arrecadar fundos, fazer pesquisas e um fato essencial sobre o eleitorado da Califórnia: embora a população da Califórnia esteja no sul do estado, os democratas do norte têm uma vantagem, porque a população da área da Baía comparece em maior número para votar. (Em 2018, Villaraigosa concorreu ao governo do estado contra Newsom sem o apoio de Harris.) Todos os supostos adversários pensaram melhor sobre concorrer contra Harris. Com uma exceção.

Em 14 de maio de 2015, cinco meses depois que Harris entrou na corrida, Loretta Sanchez, deputada durante dez mandatos pelo Condado de Orange, anunciou que estava concorrendo. Na teoria, Sanchez podia ser forte. Sua história era comovente. Ela era uma dos sete filhos[239] de pais imigrantes e irmã de outra deputada, Linda Sanchez. Participou do programa Head Start, voltado para

crianças de baixa renda. A esperança de Sanchez era que os eleitores latinos e as raízes que ela tinha no centro da população do sul da Califórnia a impulsionariam ao Senado. Mas, como candidata, ela era propensa a gafes[240].

No início de sua campanha, ela usou um grito de guerra estereotipado ao descrever a diferença entre índios e pessoas cujas famílias vieram da Índia. Depois pediu desculpas aos líderes indígenas americanos ofendidos. Em um debate entre candidatos, Sanchez fez o que pensou ser uma observação inteligente e concluiu com um estranho passo de dança[241] chamado "dab", popularizado na época por Cam Newton, zagueiro do Carolina Panthers.

Harris reagiu com espanto.

No que dizia respeito a políticas importantes, Sanchez estava em descompasso com os democratas da Califórnia. No Congresso, ela apoiou os fabricantes de armas e o presidente George W. Bush, dando um voto para conceder imunidade a fabricantes de armas em processos judiciais sobre seus produtos. Era um projeto de lei promovido pela NRA. O resultado foi que os fabricantes das armas utilizadas em tiroteios em massa receberam imunidade em processos movidos por parentes das vítimas desses massacres.

Desde o anúncio de sua candidatura, em 13 de janeiro de 2015, Harris se manteve ocupada, firmando apoios e telefonando para pedir dinheiro. Em meados de maio, quando Sanchez anunciou a candidatura, Harris tinha levantado 3,977 milhões de dólares — nada mau, dado o valor máximo de 2.700 dólares que um indivíduo pode doar para uma única eleição de cada vez. O dinheiro veio de velhos amigos de São Francisco, como Mark e Susie Buell; dos bilionários de Wall Street George Soros e Ronald Perelman; de astros de Hollywood, entre os quais Barbra Streisand, Rob Reiner, Sean Penn, Kate Capshaw e Don Cheadle; bem como de advogados, capitalistas de risco do Vale do Silício, sindicatos e um grande número de doadores menores. A quantia quase se igualava aos 4,2 milhões de dólares que Sanchez arrecadaria durante toda a sua campanha. A equipe de campanha de Harris ficou maravilhada com o aparente ar de invencibilidade de sua candidata. Mas ele teve vida curta.

Evidentemente insegura com relação às questões, Harris se esquivou dos repórteres durante grande parte do início de 2015. Em abril, três meses após o anúncio de sua candidatura, ela deu um enorme pontapé inicial em São Francisco. A ex-governadora de Michigan Jennifer M. Granholm, o senador por Nova Jersey Cory Booker, vários deputados e autoridades municipais estavam lá. Mas, como Carla Marinucci, então do *San Francisco Chronicle*, relatou, a entrada da imprensa foi proibida[242]. Foi uma maneira estranha de iniciar uma campanha.

Embora estivesse concorrendo a uma vaga no Senado Federal, Harris não se

posicionava quanto a questões internacionais, como a invasão da Ucrânia pela Rússia, a aliança da OTAN ou o Oriente Médio, para não falar de questões federais que interessavam à Califórnia relacionadas ao meio ambiente e à água. Ao se recusar a dar entrevistas, ela reforçava a opinião entre repórteres e rivais de que era excessivamente cautelosa. A situação ficaria pior mais tarde naquele ano.

A equipe de Harris na Califórnia era especialista em vencer campanhas em todo o estado. Seu time de clientes vencedores em âmbito estadual incluía Jerry Brown, Gavin Newsom e Harris, entre outros. A meta era conseguir que Harris acumulasse milhões e continuasse a gastar pouco em 2015, poupando para as muito necessárias compras de propaganda quando as eleições se aproximassem e os eleitores começassem a prestar atenção na disputa.

O Comitê da Campanha Democrática do Senado, dirigido por figuras influentes de Washington e trabalhando através de Maya Harris, tinha uma visão diferente do que uma candidata de alto nível da Califórnia precisava. Eles apresentaram um organograma que incluía um extenso elenco, a um custo extravagante. Começou a correr o boato de que a campanha de Harris estava gastando demais. Em outubro de 2015, o *Sacramento Bee* relatou que a campanha de Harris queimava dinheiro tão rápido quanto o arrecadava, "gastando centenas de milhares de dólares[243] em pedidos de doações pelo correio, em uma grande equipe de campanha ancorada em Los Angeles e em proeminentes captadores de fundos espalhados pelo país". Em novembro, o *Los Angeles Times* relatou uma reorganização da campanha[244]. Um californiano, Juan Rodriguez, foi designado como coordenador da campanha, e vários membros da equipe de D.C. foram demitidos. Em seguida, uma bigorna caiu[245] sobre a campanha na forma de um artigo publicado em dezembro na *The Atlantic* detalhando como a equipe de Harris havia "esbanjado com carros de luxo, passagens aéreas e acomodações de primeira classe". A revista noticiou faturas num total de 18 mil dólares em hotéis de luxo, como o St. Regis de Washington, o Waldorf Astoria em Chicago e o W Hotel em Los Angeles. O artigo citava "arrecadação de fundos anêmica [que] reduziu sua aura de inevitabilidade". Os doadores não gostaram de saber que seu dinheiro havia sido desperdiçado, e a Equipe Harris temeu que, depois do que parecia a vitória em abril de 2015, a candidata corresse o risco de perdê-la. Rodriguez começou a impor disciplina, reduzir salários e controlar os gastos. Naquele momento, o ponto a favor de Harris estava no fato de que havia pouca concorrência na figura de Sanchez.

Em 2016, os republicanos eram uma preocupação para depois. Para ter uma chance, mesmo que duvidosa[246], de vencer na Califórnia, um candidato republicano precisaria do poder de um astro como Schwarzenegger ou Reagan e da conta bancária de um bilionário disposto a gastar cem milhões de dólares. O

Partido Republicano não ia gastar um centavo na Califórnia sabendo que seu dinheiro poderia ser mais bem empregado em estados menores, onde alguns milhões de dólares podiam decidir uma eleição para o Senado.

Segundo o sistema das primárias da Califórnia, os dois candidatos mais votados nas primárias se enfrentam na eleição geral, independentemente de seu partido. Os infelizes republicanos dividiram sua pequena e cada vez menor parte do eleitorado nas primárias de 2016, permitindo que Sanchez ganhasse o segundo lugar contra Harris, a franca favorita.

Para se tornar competitiva no segundo turno de novembro, Sanchez, como a democrata menos progressista, precisaria atrair eleitores republicanos e, ao mesmo tempo, não podia ficar muito próxima da direita, para não se indispor com os democratas. Sanchez de fato ganhou o endosso republicano do ex-prefeito de Los Angeles Richard Riordan. Ele não ocupava o cargo desde 2001. Hugh Hewitt, apresentador de um talk show de rádio na estação conservadora do Salem Media Group, também a apoiou. Ela também contou com Darrell Issa, o congressista republicano do Condado de San Diego que enfureceu os democratas com seus ataques estridentes ao governo Obama e uma investigação exagerada sobre as mortes de quatro americanos, entre eles o embaixador Chris Stevens, no consulado americano em Bengasi.

Harris concentrou-se em ganhar o apoio do Partido Democrático da Califórnia. Para isso, ligou para o vice-presidente Joe Biden e lhe pediu que fosse à convenção estadual do partido em San José, em fevereiro de 2016. Ele foi e começou seu discurso dando destaque a Harris ao lembrar que tinha sido próxima de seu filho, Beau, que havia morrido de câncer no ano anterior. Quarenta e cinco minutos após o início de seu discurso, que durou quase uma hora, Biden chegou ao ponto principal. Era o mesmo que ele destacaria durante a campanha presidencial de 2020: "Nosso povo não é o problema[247]. Nossa política é o problema. Ela se tornou tão mesquinha, tão pessoal, tão raivosa, tão feia." Com Biden dando sua bênção a Harris, o Partido Democrata da Califórnia a endossou. O presidente Obama fez o mesmo. Sanchez enfiou os pés pelas mãos[248] ao tentar diminuir o apoio do presidente Obama, sugerindo, em entrevista a um canal de televisão de língua espanhola, que ele apoiou Harris porque ambos são negros. Nenhum político democrata foi ou é mais popular na Califórnia que Obama. Mas o comentário dela estava condizente com sua campanha propensa a gafes, para a sorte de Harris.

No início de 2016, não havia mais dúvida sobre qual candidata ia ganhar. Enquanto isso, Harris precisava dar conta do difícil trabalho que era chefiar o Departamento de Justiça da Califórnia.

22

FAZENDO SUAS ESCOLHAS

A Corinthian Colleges, outrora uma das maiores faculdades com fins lucrativos da nação, ocupa um lugar especial na vergonhosa história das instituições voltadas para o lucro que abusam de pessoas que buscam uma educação para se aperfeiçoar.

A Universidade Trump, empresa voltada para o lucro que Donald Trump criou para explorar ao máximo sua marca e seu programa de televisão *O Aprendiz*, também ganhou sua cota de infâmia. Como procuradora-geral, Kamala Harrris processou a Corinthian, mas não a Universidade Trump. Essas decisões ajudam a ilustrar a maneira como Harris conduzia os negócios públicos.

Políticos viajam regularmente para Nova York em busca de dinheiro para campanha, assim como políticos de Nova York e outros estados vão para a Califórnia em busca de dinheiro.

Querendo angariar fundos e ganhar visibilidade nacional, Harris fez uma peregrinação a Manhattan em setembro de 2011. O então procurador-geral de Nova York, Eric Schneiderman, ajudou-a a atrair uma multidão com o apoio de um advogado também de Nova York, cuja carreira era construída representando clientes com questões perante procuradores-gerais estaduais. Foi uma viagem de negócios como qualquer outra, ou assim pareceu. Donald J. Trump foi um dos nova-iorquinos que fizeram doações a Harris nessa viagem: um cheque de cinco mil dólares datado de 26 de setembro de 2011. Trump doou mais mil dólares em 20 de fevereiro de 2013. Sua filha Ivanka acrescentou dois mil dólares em 3 de junho de 2014. A Organização Trump tinha negócios em muitos estados, incluindo a Califórnia, e fazia sentido tentar ganhar a amizade da procuradora-geral do estado. Esses eram os tipos de doações que Trump e sua família faziam

ao conduzir seus negócios.

Em maio de 2011, surgiram as primeiras notícias de que Schneiderman tinha aberto uma investigação sobre a “universidade” sediada em Nova York que levava o nome de Trump, sob alegações de que a empresa vendia seminários caríssimos e praticamente inúteis a pessoas que queriam enriquecer no ramo dos negócios imobiliários. Em agosto de 2013, Schneiderman processou Trump pelas práticas na escola.

Trump reagiu atacando Schneiderman e acusou-o de assediá-lo com pedidos de contribuições para campanha. A alegação de Trump de que havia algo de perverso na solicitação de Schneiderman provocou uma investigação pela Comissão Conjunta de Ética Pública, uma agência de vigilância do estado de Nova York. O caso terminou sem acusações em 2015, depois que Trump desceu a escada rolante dourada da Trump Tower, em 16 de junho, e anunciou sua improvável candidatura à presidência. Trump e sua suposta universidade chegaram a um acordo em relação aos processos movidos por Nova York e demandantes privados de 25 milhões de dólares em novembro de 2016, após ele vencer a eleição.

Em sua atrapalhada campanha para o Senado Federal em 2016, a congressista Loretta Sanchez achou que tinha uma questão com a qual poderia difamar Harris, a favorita. Sanchez não estava errada na política. Em 2016 na Califórnia, nenhum político era menos popular que Trump. Enquanto isso, o candidato Trump alimentava a narrativa de que os políticos eram corruptos, dizendo a seus apoiadores que as doações de campanha eram trocas de favores. “Quando se tem um candidato[249] que diz ter contribuído para candidatos políticos em troca de favores, então, é preciso realmente questionar por que Trump contribuiu duas vezes para Harris quando a Universidade Trump começou a ser investigada e por que Harris aceitou as contribuições de Trump”, disse o porta-voz da campanha de Sanchez na época.

Era compreensível que Sanchez fizesse esse tipo de afirmação. Ela precisava de uma questão. Harris nunca discutiu o caso publicamente. Mas a alegação de que Harris decidiu não entrar com um processo em troca de seis mil dólares em doações para sua campanha prejudicou sua credibilidade. Entre 2002, quando ela começou a concorrer a cargos públicos, e 2016, Harris tinha angariado mais de 32 milhões de dólares para suas campanhas. Uma política ambiciosa — nada menos do que uma promotora — que aspirasse a um cargo mais elevado não teria se importado com esse caso. Além disso, se tivesse havido alguma ação judicial que valesse a pena instaurar, Harris teria atraído a atenção nacional por processar Trump durante a campanha presidencial de 2016.

A explicação muito mais provável para não processar Trump é a óbvia. Relativamente poucos californianos eram vítimas do golpe da Universidade

Trump. As pessoas que caíam na fanfarronada de Trump perdiam algum dinheiro, mas não ficavam pobres. Em 2015, Harris mitigou a questão com habilidade antes que Sanchez a levasse a público, encontrando um uso adequado para os seis mil dólares doados por Trump. A conta da campanha da procuradora-geral registrou uma doação de seis mil dólares para o Central American Resource Center of Los Angeles, uma organização sem fins lucrativos que auxilia refugiados e imigrantes.

***

Nesse meio-tempo, Harris mirou em um alvo muito maior que o império produtor de diplomas de Trump, um que realmente prejudicou os californianos. A Corinthian Colleges ficava localizada na cidade de Santa Ana, no Condado de Orange, Califórnia. Suas ações eram negociadas na NASDAQ e subiam e caíam com base na lucratividade. Os lucros dependiam de sua capacidade de atrair alunos e da capacidade que eles tinham de obter empréstimos subsidiados pelo governo federal para pagar as mensalidades inflacionadas e as taxas escolares. Para os acionistas da Corinthian, pouco importava se esses estudantes arrumavam empregos ou podiam pagar pelos empréstimos.

Em 2007, o então procurador-geral da California, Jerry Brown, tirou 6,6 milhões de dólares da Corinthian para resolver as alegações de que ela estava enganando estudantes. A Corinthian prometeu mudar. Então veio a Grande Recessão. Operando sob vários nomes, a Corinthian promoveu propagandas massivamente durante os programas de TV *The Jerry Springer Show* e *The Maury Povich Show*, visando pessoas que tinham as tardes livres. Os documentos internos da instituição mostram que a Corinthian procurava inscritos que estavam "isolados" e "impacientes"[250], que tinham "baixa autoestima", que tinham poucas pessoas em suas vidas que se importassem com eles e que eram "incapazes de vislumbrar o futuro e se planejar bem para ele". O *Los Angeles Times* relatou que a Corinthian foi uma das grandes beneficiárias da crise, porque trabalhadores desempregados em busca de formação e uma vida melhor compraram a promessa que ela divulgava. A companhia quase duplicou[251] sua receita para 1,75 bilhão de dólares desde o início da Grande Recessão, em 2007, até 2011.

Em certa altura, a Corinthian tinha 27 mil alunos na Califórnia e cobrava deles 39 mil dólares ou mais por um diploma de graduação em curso superior de curta duração que eles poderiam obter quase de graça nas faculdades comunitárias públicas da Califórnia. Os alunos da Corinthian pagavam 68.800 dólares ou mais por um grau de bacharel de utilidade questionável. Uma graduação na Universidade do Estado da Califórnia podia ser obtida por uma

fração desse valor. Assim, em 10 de outubro de 2013, Harris moveu uma ampla ação judicial contra a Corinthian, que se tornou um dos maiores casos já movidos contra uma faculdade com fins lucrativos e paralisou e finalmente matou a instituição. O caso também ganhou a atenção de democratas poderosos em Washington, que vinham tentando restringir subsídios federais na forma de empréstimos estudantis que alimentavam a indústria das faculdades com fins lucrativos, particularmente a senadora Elizabeth Warren, que esteve entre as primeiras figuras nacionais a endossar a candidatura de Harris ao Senado. A Corinthian se tornou um dos primeiros alvos da Agência de Proteção Financeira ao Consumidor, que Warren ajudou a criar quando trabalhou na administração Obama. Warren foi também uma dos 12[252] senadores que escreveram para o secretário de educação do governo Obama, Arne Duncan, instando-o a fechar o cerco sobre as faculdades com fins lucrativos. A carta destacava a Corinthian.

"A Corinthian Colleges Incorporated representa um risco para estudantes em uma escala que poderia sobrecarregar o atual sistema de apoio e provisões de rede de segurança para estudantes", dizia a carta. "A Corinthian se revelou um dos piores atores na indústria das faculdades com fins lucrativos..."

Como quase todas as faculdades com fins lucrativos, a Corinthian precisava que seus alunos obtivessem empréstimos subsidiados para pagar as mensalidades e taxas inflacionadas. Conseguindo ou não emprego ao fim de seus cursos, os estudantes passavam aperto para pagar os empréstimos. Dois terços deles abandonavam os estudos, e três quartos dos ex-alunos não conseguiam reembolsar a dívida do empréstimo. Esses foram os argumentos usados por Harris no processo, alegando que a Corinthian estava depenando seus alunos e oferecendo-lhes poucos benefícios.

Com a aproximação da eleição, em 23 de março de 2016 Harris anunciou um julgamento de 1,1 bilhão de dólares. Isso incluía oitocentos milhões a serem pagos a estudantes. Nessa época, porém, a Corinthian havia fechado suas escolas e falido. Não tinha como pagar. Harris, com outros procuradores-gerais estaduais, instou a administração Obama a perdoar os empréstimos estudantis federais contraídos por alunos da Corinthian. O Departamento de Educação de Obama concordou. O governo Trump adotou a conduta oposta ao exigir o reembolso, mesmo que muitos alunos nunca pudessem cumprir com essa obrigação.

A razão pela qual Harris processou a Corinthian era clara. Pessoas usando ternos elegantes em suítes sofisticadas tiravam proveito de vítimas impotentes, muitas das quais eram pais solteiros, veteranos e pessoas não brancas que não tinham quase nada. Nenhuma delas estava, como diria Harris, na sala em que as decisões eram tomadas.

Críticos e alguns amigos dizem que Kamala Harris foi excessivamente cautelosa

durante seu tempo como procuradora-geral. Há evidências para apoiar essa opinião. No entanto, há um grande perigo em ser demasiadamente rápido para processar ou protocolar queixas criminais. Promotores têm o poder de privar pessoas de sua liberdade, destruir sua reputação e tomar seus bens. Eles precisam ter certeza antes de acusar um indivíduo ou uma corporação de algum delito. Kamala Harris não se apressava para exercer esse poder. Quando escolhia abrir um caso, ela raramente perdia.

23
TRAVANDO A ETERNA GUERRA

Em seu site, o braço de defesa política[253] da Planned Parenthood lista "nove razões para amar Kamala Harris".

Algumas delas: Ela é incansável em sua defesa do acesso a contraceptivos e assistência médica reprodutiva.

Ela superou o juiz da Suprema Corte Brett Kavanaugh durante sua audiência de confirmação perante a Comissão de Justiça do Senado.

E, com um pouco de fantasia: "Dança. E tambores. E não se fala mais disso."

A posição de Harris a favor do direito ao aborto está bem alinhada com a da vasta maioria dos eleitores de seu estado de origem. Mas, entre seus quarenta milhões de habitantes, a Califórnia tem pessoas de todas as opiniões. Isso inclui um homem chamado David Daleiden. Desde pelo menos seus dias de ensino médio na cidade universitária progressista de Davis, Califórnia, Daleiden foi um autoproclamado guerreiro contra o aborto. Quando estava na casa dos vinte anos, entre outubro de 2013 e julho de 2015, ele e um companheiro usaram identidades falsas para ter acesso a conferências sobre aborto e a vídeos clandestinamente gravados de conversas com médicos da Planned Parenthood e outros. Em julho de 2015, ele e uma entidade[254] criada por ele, o Center for Medical Progress, ganharam atenção nacional ao divulgar versões editadas e enganosas desses vídeos, os quais supostamente retratam funcionários da Planned Parenthood aceitando a venda de partes de fetos.

Daleiden criou problemas jurídicos para si mesmo. Pela lei da Califórnia, é crime gravar conversas sorrateiramente. Todas as partes devem consentir em ser gravadas. Daleiden acredita que a lei não se aplica a ele, por ser um jornalista que queria denunciar uma ilegalidade.

No verão de 2015, a eterna guerra sobre o direito ao aborto esquentou. O

trabalho da Planned Parenthood — fornecer assistência médica reprodutiva a mulheres, inclusive contraceptivos, reduzir a taxa de gravidez entre adolescentes, combater doenças sexualmente transmissíveis e divulgar os mais recentes avisos sobre pesticidas que podiam causar anomalias congênitas — ficou cada vez mais complicado após o lançamento dos vídeos de Daleiden. Eles levaram a investigações pelo Congresso controlado pelos republicanos e novas exigências de que a Planned Parenthood fosse punida. Nos meses seguintes houve uma onda de ameaças e violência dirigida à Planned Parenthood. Clínicas foram atacadas com bombas incendiárias. Médicos e enfermeiros que forneciam assistência médica para mulheres nas clínicas temiam ser assassinados. Um homem em Washington foi preso depois de se oferecer para pagar pelo assassinato de um executivo em biotecnologia cuja firma na Califórnia era mencionada nos vídeos. Em novembro de 2015, em uma clínica da Planned Parenthood em Colorado Springs, um atirador esbravejando sobre partes de corpos[255] matou três pessoas: um policial, um veterano da guerra do Iraque e uma mãe de duas crianças. Depois, ele supostamente teria dito à polícia que acreditava que, quando morresse, fetos no céu iam lhe agradecer por evitar abortos.

Daleiden afirmava que a violência não era relacionada a seus vídeos. "Não acho que o movimento pró-vida ou meus vídeos tenham alguma coisa a ver com isso — meus vídeos transmitem uma forte mensagem antiviolência", disse ele a Shawn Hubler, então do *Sacramento Bee*, em abril de 2016.

Democratas no Congresso, incluindo Jerrold "Jerry" Nadler, de Nova York, e Zoe Lofgren, de San José, ergueram-se em defesa da Planned Parenthood, insistindo para que Harris examinasse a legalidade do que Daleiden havia feito e os ataques subsequentes à Planned Parenthood.

"A Planned Parenthood é uma organização respeitada[256] e importante em minha comunidade", escreveu Logfren em julho de 2015. Ela instou Harris a investigar, dizendo: "O recente vídeo gravado sorrateiramente é a mais nova iteração do assédio e dos ataques partidários contra a Planned Parenthood que se tornaram excessivamente comuns e suscitam sérias questões jurídicas, que merecem uma investigação para saber se o pretenso 'Center for Medical Progress' violou a lei."

Kathy Kneer, que dirigiu a organização política da Planned Parenthood na Califórnia por 24 anos, também achava que a Procuradoria-Geral da Califórnia devia investigar. Afinal, havia a proibição criminal estadual contra a gravação secreta de conversas.

Em 24 de julho de 2015, Harris respondeu ao apelo de Logfren e Nadler declarando que examinaria a questão. Embora tenha dito internamente à sua equipe que temia pelas vidas das pessoas que trabalhavam nas clínicas, bem

como de pacientes que precisavam de atendimento, publicamente ela não disse nada além de emitir essa declaração. Não houve entrevista coletiva à imprensa.

A Planned Parenthood esteve entre os apoiadores e doadores da campanha de Harris. Isso devia ter dado à organização algum nível de acesso, mas não funcionou, ao menos inicialmente. Kathy Kneer não tinha o número do celular de Harris, nem seu e-mail pessoal. Percorrendo as vias oficiais, Kneer marcou uma hora com funcionários do Departamento de Justiça da Califórnia e finalmente se encontrou com promotores, mas Harris não estava entre eles. Mais silêncio se seguiu. "Eles trabalhavam em seu ritmo burocrático[257] normal, lento", disse Kneer.

As ameaças de violência, porém, não estavam diminuindo. Preocupados com a segurança de sua equipe, Kneer e outros líderes da Planned Parenthood temiam que as autoridades locais não estivessem levando a questão suficientemente a sério. Então, recorreram outra vez ao Departamento de Justiça da Califórnia e, em março de 2016, conseguiram reuniões com funcionários do alto escalão de lá.

E-mails daquela época mostram que, como resultado das reuniões, um dos advogados do Departamento de Justiça da Califórnia se pronunciaria em uma reunião geral da equipe da Planned Parenthood, marcada para 7 de abril de 2016 no Sheraton Grand Hotel, no centro de Sacramento.

Em 5 de abril de 2016, dois dias antes dessa reunião, a advogada do Departamento de Justiça da Califórnia Jill E. Habig reiterou em um e-mail o que planejava discutir: "solicitações/necessidades de segurança contínuas[258] (relativas tanto a médicos individuais quanto a clínicas) de seus afiliados, para que possamos fornecer a assistência necessária com a polícia local". Ela concordou em falar durante vinte minutos, com alguns minutos para perguntas. Isso seria uma pequena parte da programação para o dia todo.

Por acaso, 5 de abril de 2016 foi um dia memorável na vida de David Daleiden. De acordo com o que contou e recontou da história, ele estava levando o lixo da cozinha de seu apartamento em Huntington Beach para a lixeira do prédio quando agentes do Departamento de Justiça da Califórnia saíram de uma caminhonete branca sem identificação e lhe entregaram um mandado para revistar seu apartamento. Naquele dia, nove meses depois de Harris prometer investigar, eles confiscaram os computadores[259], discos rígidos e documentos de Daleiden. Os agentes de carreira do Departamento de Justiça que conduziram a busca são protegidos por um forte sistema de serviço público e seu sindicato. Enquanto procuradores-gerais eleitos vêm e vão, eles permanecem, fazendo seus trabalhos. São policiais, não políticos, embora Daleiden e seus advogados aleguem que a ordem para a busca veio de alguém de cima: Harris.

Os líderes da Planned Parenthood e os funcionários do alto escalão do Departamento de Justiça vinham trocando e-mails nos dias que precederam a

busca. Pelo menos alguns dos oficiais de justiça nos e-mails sabiam que a busca estava sendo planejada. Mas não houve vazamentos. Kneer e outros executivos da Planned Parenthood só ficaram sabendo da busca quando ela se tornou pública. “Não tivemos nenhuma notícia antecipada[260], nem sequer uma pista”, disse Kneer.

É claro que ela ficou encantada com o desdobrar dos acontecimentos. A divulgação dos vídeos de Daleiden tinha sido “traumática”, como “gasolina em uma fogueira”, disse Kneer. Agora, nove meses depois que as gravações se tornaram públicas, talvez a lei pudesse ser usada para proteger a Planned Parenthood.

A reunião geral da Planned Parenthood em Sacramento no dia 7 de abril ocorreu como previsto. A advogada do Departamento de Justiça que falou não fez qualquer menção à busca ou à investigação. Harris não apareceu no evento nem convocou uma coletiva de imprensa para divulgar a busca. Em vez disso, houve mais silêncio. A investigação continuou durante o verão e o outono. Nenhuma denúncia contra Daleiden foi apresentada durante o mandato de Harris como procuradora-geral.

Enquanto os vídeos de Daleiden inflamavam a guerra do aborto em 2015, Kamala Harris se tornava uma das principais patrocinadoras da legislação — juntamente com grupos pelo direito ao aborto Black Women for Wellness e NARAL Pro-Choice California — que se destinava a centros de crise de gravidez. Os centros, que operam na Califórnia e por todo o país, são dirigidos por organizações cristãs conservadoras. Os funcionários, muitos dos quais não são profissionais da área médica, aconselham mulheres a não interromper suas gestações. Com o nome de Freedom, Accountability, Comprehensive Care, and Transparency (FACT) Act, a legislação exigia que os centros de crise de gravidez que eram antiaborto expusessem cartazes informando as mulheres de suas opções. Na Califórnia, essas opções incluem a possibilidade de fazer abortos com fundos públicos.

Os cartazes diziam: “A Califórnia tem programas públicos[261] que fornecem acesso imediato gratuito ou de baixo custo a serviços abrangentes de planejamento familiar (incluindo todos os métodos de contracepção aprovados pelo FDA), cuidado pré-natal e aborto para mulheres elegíveis.”

Como o cartaz declarava, o objetivo da legislação era “assegurar que os residentes da Califórnia tomassem suas próprias decisões sobre os cuidados com a saúde reprodutiva, conhecendo seus direitos e os serviços de assistência médica disponíveis para eles”.

Entre os opositores estava o National Institute of Family & Life Advocates (NIFLA), uma organização da Virgínia que “existe para proteger[262] centros de gravidez afirmadores da vida que capacitam mulheres e famílias vulneráveis ao

aborto a escolher a vida para seus filhos não nascidos". "Forçar a fala não é[263] a solução", disse o NIFLA — que opera mais de cem centros de crise de gravidez na Califórnia — em sua carta opondo-se ao projeto de lei.

Advogados que trabalham para a Legislatura do Estado da Califórnia e aconselham os legisladores entenderam que a legislação suscitava questões constitucionais. Mas eles acreditavam que leis antigas permitiam ao governo regular o discurso comercial para evitar declarações falsas, enganosas ou confusas, particularmente em se tratando de saúde pública.

Os vídeos de Daleiden se tornaram parte dos pontos de discussão dos legisladores republicanos em Sacramento, à medida que eles tentavam sem sucesso inviabilizar o FACT Act. "Agora estamos descobrindo[264] que talvez uma forte motivação para o aborto não seja ajudar alguém necessitado (...), mas talvez seja ceifar. Talvez tenha havido um enorme conflito de interesses e a nação esteja acordando para isso", disse o senador John Moorlach, um republicano do Condado de Orange, em seu discurso contra a legislação.

Enfraquecidos, os republicanos foram incapazes de bloquear qualquer legislação na Califórnia. O projeto foi aprovado sem dificuldades em uma votação por linha partidária, com a maioria dos democratas apoiando-o e os republicanos votando contra.

Harris foi muitas vezes acusada de ser cautelosa, mas não nesse caso. Ela comemorou quando o governador Jerry Brown assinou o projeto, transformando-o em lei em 9 de outubro de 2015. "Tenho orgulho de ter[265] copatrocinado o Reproductive FACT Act, que assegura que todas as mulheres tenham igualdade de acesso a serviços abrangentes de assistência médica reprodutiva e tenham todos os dados de que precisam para tomar decisões informadas sobre sua saúde e suas vidas."

Se ela tivesse podido olhar para o futuro, ou se tivesse pensado na composição da Suprema Corte dos Estados Unidos, a procuradora-geral Harris poderia não ter ficado tão entusiasmada.

O NIFLA abriu um processo, alegando que a lei violava os direitos de liberdade de expressão dos centros ao exigir que eles expusessem avisos que entravam em conflito com suas crenças. Os tribunais inferiores tomaram o partido do estado. Mas, depois de perderem em tribunais inferiores, as forças antiaborto recorreram à Suprema Corte dos Estados Unidos. Entre os advogados que representavam o National Institute estava John Eastman, o ex-secretário do juiz Clarence Thomas que concorrera ao cargo de procurador-geral como republicano em 2010, ano em que Harris foi eleita. Em 18 de junho de 2018, em uma decisão por cinco a quatro de autoria do juiz Thomas, o tribunal decidiu em favor do NIFLA.

"As clínicas licenciadas devem fornecer[266] um documento redigido pelo

governo sobre a disponibilidade de serviços patrocinados pelo estado, bem como informações de contato sobre como obtê-los", escreveu Thomas. "Um desses serviços é o aborto — a própria prática a que os peticionários estão dedicados a se opor."

Esse não foi o fim da história.

Por lei, as partes vencedoras em casos de direito civil têm direito a receber honorários advocatícios. Em 2019, o procurador-geral da Califórnia, Xavier Becerra, resolveu as reivindicações ao concordar com o pagamento de dois milhões de dólares aos advogados, das organizações antiaborto que tinham processado o FACT Act. E, em 2019, muitos daqueles mesmos advogados estavam no tribunal do juiz federal William Orrick, em São Francisco.

Ali, eles estavam representando ninguém menos que David Daleiden. A *cause célèbre* do movimento antiaborto se defendia de um processo movido pela Planned Parenthood, alegando que ele havia violado direitos à privacidade de indivíduos e transgredido a lei ao fazer suas gravações secretas. Sua equipe jurídica era composta por[267] nada menos que 16 advogados e assistentes jurídicos, todos trabalhando gratuitamente para ele.

Em 15 de novembro de 2019, um júri em um tribunal federal em São Francisco concedeu 2,2 milhões de dólares à Planned Parenthood, considerando que Daleiden e seus colaboradores violaram leis contra invasão, fraude, gravação clandestina e formação de quadrilha. Daleiden está recorrendo. Ele também processou Harris e o estado, alegando que eles violaram seus direitos assegurados pela Primeira Emenda.

Quando concorreu ao Senado Federal em 2016, Kamala Harris nunca fez uma coletiva de imprensa para divulgar o caso contra Daleiden. Ela nem mesmo apresentou uma queixa criminal contra ele, embora, na Califórnia, isso pudesse ter sido politicamente vantajoso para ela, dadas as atitudes públicas em relação ao direito da mulher de controlar seu próprio corpo. Isso ficou para seu sucessor.

Em 28 de março de 2017, com Harris no Senado, o procurador-geral Becerra apresentou[268] uma queixa criminal contra Daleiden e um cúmplice pelas gravações secretas. O processo criminal contra Daleiden está pendente. Ele se declarou inocente e afirma que agiu como um jornalista em busca da verdade. Daleiden tem uma equipe de defesa criminal de primeira linha, que inclui Steve Cooley, o ex-promotor de justiça de Los Angeles que concorreu contra Harris em 2010. Cooley afirma que as ações de Harris foram corruptas porque ela está em dívida com a Planned Parenthood. Daleiden também se manifesta: "É bastante óbvio[269] que a razão pela qual eu fui o único alvo de Kamala Harris é porque ousei criticar a Planned Parenthood e a indústria do aborto", diz Daleiden num vídeo bem produzido.

Kathy Kneer se aposentou da Planned Parenthood em julho de 2017. O que ela pensa do papel de Harris?

“Penso que ela foi cautelosa. Mesmo quando nos encontrávamos, ela não dizia ‘vou ficar do seu lado’. Era neutra.”

Harris apoia orgulhosamente o direito de escolha de uma mulher. Mas, aos olhos de Kneer, ela era uma promotora profissional. Era o seu jeito.

24

“VÁ PEGÁ-LOS”

Kamala Harris tinha visto a exploração sexual de crianças quando trabalhou como promotora em Oakland e São Francisco. Ela usou sua posição como procuradora-geral da Califórnia para chamar atenção para o problema. Esses esforços acabariam tendo repercussão nacional.

“O tráfico humano é uma forma moderna[270] de escravidão”, disse Harris em um relatório divulgado em 2012, seu segundo ano como procuradora-geral. “Ele envolve o controle de uma pessoa por meio de força, fraude ou coerção para submeter a vítima a trabalhos forçados, exploração sexual ou ambos.”

O relatório afirmava que, na era da internet, “o negócio do tráfico sexual, em particular, tinha passado a funcionar on-line”, além de destacar “websites inescrupulosos como a Backpage.com”.

A Backpage era, como ela e outros a viam, o equivalente a um cafetão virtual. Ela chegou a dominar o comércio sexual on-line. Qualquer pessoa com um smartphone podia ter acesso às suas listas de classificados e solicitar uma prostituta. O serviço operava em 943 locais e 97 países, e sua receita excedia cem milhões de dólares por ano.

A origem da Backpage remonta aos jornais alternativos dos anos 1960 e 1970. Como os jornais convencionais, os jornais alternativos dependiam de anúncios classificados para obter grande parte de sua receita. Em 2004, Craig Newmark interrompeu esse modelo de negócio oferecendo anúncios classificados gratuitos por meio de seu site Craigslist.

Michael Lacey e James Larkin estavam dirigindo o *Phoenix New Times* e outras publicações que faziam parte de sua empresa Village Voice Media Holdings. Para responder à ameaça da Craigslist, eles criaram a Backpage.com. Nomeada em alusão aos anúncios da “última página” impressos em jornais alternativos, o site

era uma feira de prostituição bem pouco velada. Sob a pressão da polícia[271] e de grupos de defesa, a Craigslist encerrou sua seção "adulta" em 2010. Mas a Backpage estava lá para ocupar o espaço.

À medida que sua receita crescia, Larkin e Lacey viviam na opulência, fazendo viagens internacionais regularmente e comprando propriedades exclusivas. Uma casa no alto de uma colina com vista para a Ponte Golden Gate em São Francisco foi avaliada recentemente em 13,99 milhões de dólares. Uma casa de cinco quartos em Santa Helena, no coração da região vinícola de Napa Valley, foi avaliada em 3,4 milhões de dólares.

Em agosto de 2011, oito meses depois de assumir o cargo, Harris foi uma dos 45 procuradores-gerais estaduais que assinaram uma carta endereçada ao advogado da Backpage na qual diziam estar "cada vez mais preocupados com o tráfico humano[272], em especial o tráfico de menores". Os agentes da lei afirmavam ainda que a Backpage.com era "um centro para tal atividade". A carta aparentemente teve pouco ou nenhum impacto. O negócio da Backpage continuou.

Em julho de 2013, Harris foi uma dos 49 procuradores-gerais estaduais que assinaram uma carta dirigida a membros-chave da Câmara e do Senado Federais ressaltando que a Lei Federal de Decência nas Comunicações impedia que as autoridades estaduais de aplicação da lei levassem a cabo sua missão "de investigar e processar aqueles que promovem a prostituição e colocam nossas crianças em risco". A Lei de Decência nas Comunicações, assinada pelo presidente Clinton em 1995, deveria supostamente proteger as crianças de ver pornografia on-line. Não protegia. Isso porque a Lei de Decência nas Comunicações eximia o Facebook, Twitter, Google, Reddit e outras corporações que dominam a internet de responsabilidade criminal e civil por qualquer conteúdo publicado em seus sites. Essa imunidade é fundamental para o modelo de negócio.

A Backpage se escondia por trás dessa mesma imunidade. Seus executivos afirmavam que não podiam ser responsabilizados pelo conteúdo dos anúncios. Em sua carta de 2013 ao Congresso, os procuradores-gerais estaduais citaram provas de que o site era usado para a compra e venda de crianças para gratificação sexual de homens e para o ganho financeiro de cafetões e da própria Backpage. Um cafetão da Flórida, dizia a carta, tatuou seu nome nas pálpebras de uma menina de 13 anos, para mostrar que ela era sua propriedade.

Nos anos seguintes, emergiriam mais detalhes sobre as vítimas. Uma menina vendida através da Backpage na Costa Leste foi obrigada a fazer sexo oral sob a mira de uma arma, sufocada e sofreu estupro coletivo. Em 2013 e 2014, uma menina de 15 anos vendida através da Backpage pelo tio e os amigos dele por duzentos dólares a hora era estuprada em quartos de hotel. Em 20 de junho de

2015, uma menina comprada e vendida no Texas foi assassinada por um cliente. Ele tentou ocultar o crime queimando o corpo.

“A repressão federal por si só provou-se insuficiente para estancar o crescimento do tráfico sexual infantil facilitado pela internet. Aqueles que estão nas linhas de frente na batalha contra a exploração sexual de crianças — autoridades locais e do estado — devem ter autoridade para investigar e processar[273] aqueles que facilitam esses crimes horríveis”, disseram os procuradores na carta de 2013 ao Congresso.

O Congresso não conseguiu agir em 2013. Tampouco agiu no ano seguinte, ou no ano seguinte, ou no ano seguinte. Mas a procuradora-geral Harris tinha um plano.

***

Maggy Krell se formou na Faculdade de Direito da Universidade da Califórnia em 2003 e foi trabalhar como promotora de justiça adjunta no Condado de San Joaquin, um dos condados agrícolas mais ricos no estado agrícola mais rico dos Estados Unidos, embora lá muitas terras agrícolas tenham sido soterradas para a construção de habitações e centros comerciais. Como promotora de justiça adjunta, Krell era responsável por ações penais em casos de prostituição. Isso significava apresentar queixas contra jovens acusadas de prostituição. Elas pareciam muito vulneráveis. Suas histórias, disse ela, “me deixavam mal”[274]. Tinha de haver uma maneira melhor.

Krell foi transferida para o Departamento de Justiça da Califórnia em 2005, construindo seu caminho para chegar a uma unidade que cuida de crimes complexos, que transpõem fronteiras entre condados. Muitos desses crimes envolviam fraudes hipotecárias e eram interessantes e importantes. Mas a paixão dela envolvia casos de tráfico humano, em especial o comércio sexual. Durante seus anos no Departamento de Justiça, ela ajudou a processar pessoas que comandavam bordéis que se faziam passar por casas de massagem. Moveu processos contra membros de quadrilhas nacionais e internacionais que descobriram que, ao contrário de armas ou drogas, que só podiam ser vendidas uma vez, meninas e mulheres podiam ser vendidas e revendidas. As meninas e mulheres tinham pouco ou nenhum controle sobre suas vidas. “Todos os casos tinham um denominador comum. Era a Backpage”, disse Krell.

Em julho de 2016, Krell estava andando de caiaque com seu filho de oito anos no lago Donner, um corpo d’água digno de cartão-postal, que recebeu esse nome em homenagem à caravana Donner dos pioneiros que ficaram presos no terrível inverno de Sierra entre 1846-1847 e sobreviveram canibalizando os companheiros de viagem que tinham morrido. Seu telefone tocou, mas, como o

número estava bloqueado, Krell ignorou a chamada.

Alguns minutos depois, o chefe de gabinete da procuradora-geral Harris, Nathan Barankin, mandou-lhe uma mensagem de texto implorando que atendesse o telefone.

O telefone voltou a tocar.

Harris estava na linha.

Krell remou de volta ao deque e saiu descalça do caiaque. Como o sinal do celular estava oscilando, ela subiu uma colina para poder ouvir melhor. Harris queria detalhes sobre um caso em que Krell vinha trabalhando por três anos. Quantas vítimas havia? Eram menores? Testemunhariam? E quanto à lei, que nesse caso seria um obstáculo particular? Krell estava ofegante em razão da subida, mas respondeu da melhor maneira que pôde. "Eu estava falando com outra promotora. Ela entendeu", disse Krell. "No fim do telefonema, Kamala disse: 'Vá pegá-los.'"

Com o apoio da procuradora-geral Kamala Harris, Krell se preparou para levar à justiça uma causa que poria à prova os limites das leis estaduais da Califórnia. Ela ia acusar os donos da Backpage.com, uma corporação de seiscentos milhões de dólares que usava tecnologia de ponta e operava no mundo inteiro o mais antigo dos delitos de vício: proxenetismo.

Krell tinha começado a trabalhar no caso em 2013, resultado de notícias sobre a Backpage e relatórios do Centro Nacional para Crianças Desaparecidas e Exploradas, que tinham identificado centenas de casos suspeitos de crianças sendo vendidas na Califórnia por meio de anúncios na Backpage.

Não foi preciso muito esforço para provar que a Backpage estava sendo usada para prostituição. Ela e os agentes pagaram para publicar dois anúncios na Backpage: um para um sofá e outro para uma "acompanhante". Um leitor da Backpage telefonou perguntando sobre o sofá. No período de 48 horas, eles receberam 803 chamadas de homens em busca dos serviços da acompanhante.

Sob a direção de Krell, agentes também convidaram mulheres e meninas anunciadas na Backpage para ir a um quarto de motel na rodovia Interstate 80 em Rocklin, um subúrbio a leste de Sacramento. Quatro mulheres que responderam estavam na casa dos vinte anos. Duas meninas que chegaram tinham 15 anos, uma tinha 16 e outra tinha 17. Uma dessas meninas falou sobre uma quinta menina, conhecida publicamente somente pelas iniciais E.V. Ela tinha 13 anos e sua foto estava na Backpage. Em outro mundo, Krell imaginava E.V. batendo em uma *piñata* em uma festa de aniversário com amigos. No mundo da Backpage, E.V. seguia o exemplo de sua mentora de 17 anos, levando dinheiro para o cafetão. A menina de 17 anos contou para Krell que um dia o cafetão delas as levou a uma loja de roupas. A menina de 13 era tão pequena que teve que

comprar na seção infantil.

"Nós nunca a encontramos", disse Krell. "Penso nela o tempo todo."

Em nome do estado da Califórnia, Krell expediu a queixa-crime lacrada no fim de setembro de 2016, acusando o diretor executivo da Backpage, Carl Ferrer, e seus principais proprietários, Lacey e Larkin, de vários crimes de proxenetismo. Ela também expediu um mandado de prisão para Ferrer, Larkin e Lacey. Em outubro, autoridades estavam à espera no Aeroporto Internacional George Bush, em Houston, quando Ferrer saiu de um avião vindo de Amsterdã. Depois de pôr Ferrer sob custódia, eles revistaram os escritórios da Backpage em Dallas.

Em 6 de outubro de 2016, pouco mais de um mês antes do dia das eleições, a Califórnia abriu a queixa[275]. O procurador-geral do Texas Ken Paxton, cujos agentes ajudaram as autoridades da Califórnia, realizou uma coletiva de imprensa anunciando a prisão. Harris divulgou uma nota à imprensa, mas não fez nenhuma coletiva. Ela não estava no tribunal de Sacramento em 12 de outubro de 2016, quando todos os três réus foram processados e diversos repórteres, inclusive eu, estavam lá. Ela raramente fazia coletivas de imprensa depois de detenções e não promovia desfiles de réus perante as câmeras.

Pais de crianças exploradas e pessoas que advogavam em seu favor lotaram vários bancos do tribunal naquele dia. Eles tinham esperado anos para ver os executivos da Backpage no tribunal. Harris havia feito algo que ninguém mais fizera. Ao anunciar as acusações, ela destacou Carissa Phelps, elogiando-a por ajudar a encontrar e aconselhar as vítimas infantis. Phelps, uma advogada, conta sua história de ter sido traficada quando menina em seu livro, *Runaway Girl*. "Alguém tinha que iniciar isso"[276], disse ela a respeito de Harris. "Ter a conexão com a Califórnia é corajoso. Esse é o lar da tecnologia."

Defensores da Backpage não demoraram a denunciar Harris, acusando-a de escolher o momento da queixa para fazê-lo coincidir com as eleições de 8 de novembro. Embora Harris estivesse concorrendo ao Senado Federal, o resultado dessa eleição estava longe de ser duvidoso. Uma pesquisa feita duas semanas antes da detenção mostrou que ela estava à frente de sua opositora, a então deputada Sanchez, por 22 pontos percentuais.

No tribunal, os executivos da Backpage alegaram que não podiam ser considerados responsáveis pelo conteúdo de seu site. A Lei de Decência nas Comunicações dava-lhes imunidade em relação às leis estaduais de proxenetismo. Para reforçar seu argumento, os advogados dos réus usaram as próprias palavras de Harris contra ela, tal como escritas na carta de julho de 2013 que ela e outros procuradores-gerais assinaram instando o Congresso a emendar a Lei de Decência nas Comunicações para que os estados pudessem processar websites que anunciavam a venda de crianças para sexo.

Em 9 de dezembro de 2016, um juiz estadual da Califórnia concordou com os advogados da Backpage e rejeitou o caso. Esse, contudo, não foi o seu fim. Na busca realizada nos escritórios da Backpage, agentes haviam recolhido um enorme cofre com documentos detalhando as transações financeiras do site. Eles usaram esses documentos para mostrar que, quando as grandes companhias de cartão de crédito pararam de processar pagamentos para a Backpage, esta instruiu seus clientes a enviarem cheques para caixas postais, usarem criptomoeda ou fazerem pagamentos para corporações de fachada. O estado alegou que a Backpage procurava lavar dinheiro usando bancos na Islândia, na Hungria e no Principado de Liechtenstein.

Harris já havia sido eleita para o Senado quando, em 23 de dezembro de 2016, Krell, com o aval da procuradora-geral que estava de saída, expediu uma nova queixa, acusando todos os três executivos de violar leis estaduais que criminalizavam a lavagem de dinheiro. O império da Backpage estava desmoronando.

A decisão de Harris de desafiar a Backpage não estava isenta de riscos políticos. Embora a Backpage fosse desonesta, Harris estava atacando uma empresa da internet em um estado que, mais do que qualquer outro, tinha criado a internet e desafiando proteções fornecidas pela Lei de Decência nas Comunicações. Alguns dos maiores atores corporativos na Califórnia e muitos dos maiores pagadores de impostos do estado dependem de proteções fornecidas por essa lei. “Isso é um abuso de poder assustador[277]: atormentar uma empresa só porque Harris não gosta do modo como as pessoas usam seus serviços”, escreveu um comentarista, “e porque ela e sua equipe não podem se dar ao trabalho de fazer o verdadeiro trabalho de aplicação da lei que seria usar essa informação para ir atrás dos verdadeiros infratores. É vergonhoso.”

Harris era membro do Senado Federal em 23 de agosto de 2017, quando, em Sacramento, o juiz do Tribunal Superior Lawrence G. Brown apoiou sua decisão, determinando que a Califórnia poderia continuar com as acusações[278] contra Larkin, Lacey e Ferrer por lavagem de dinheiro.

Em abril de 2018, Ferrer declarou-se culpado das acusações estaduais de lavagem de dinheiro e prometeu testemunhar contra seus ex-chefes, Larkin e Lacey. No momento em que escrevo este texto, o caso “Califórnia contra Larkin e Lacey” ainda está pendente; eles se declararam inocentes.

Em 9 de abril de 2018[279], o gabinete da Procuradoria da República em Phoenix anunciou um indiciamento com 93 acusações contra sete executivos da Backpage, incriminando-os por conspiração, facilitação da prostituição através de fronteiras estaduais e lavagem de dinheiro. O julgamento também está pendente e todos se declararam inocentes. Ferrer está cooperando com os agentes federais.

A causa federal resultou[280], em parte, da investigação feita na Califórnia. “Sempre foi uma causa nacional”, disse Krell. “Tivemos que protocolá-la na Califórnia porque ninguém mais o fez.”

Autoridades federais fecharam a Backpage em abril de 2018. Novos sites emergiram para preencher o vácuo. Mas eles precisarão ser menos descarados que a Backpage. Em abril de 2018, o presidente Donald J. Trump assinou uma legislação que declara que a Lei de Decência nas Comunicações não fornece imunidade a websites que exploram crianças sexualmente e que vítimas e procuradores-gerais estaduais podem processá-los.

25

“EU PRETENDO LUTAR”

Em outubro de 2016 a disputa entre Kamala Harris e Loretta Sanchez pelo Senado era um plano de última hora. Harris tinha liderado em todas as pesquisas por mais de um ano. Não que ela precisasse, mas nas últimas semanas da campanha eleitoral o presidente Barack Obama, prestes a deixar o cargo, deu-lhe um empurrão final falando em seu favor em um comercial que foi ao ar no país todo.

“Como sua senadora, Kamala Harris será todos os dias uma lutadora destemida pelo povo da Califórnia”, disse Obama aos eleitores.

Os eleitores da Califórnia prestavam muito mais atenção em Donald Trump e seus comentários grosseiros registrados na gravação do *Access Hollywood*, em que ele falava sobre abusos contra mulheres, e na carta do diretor do FBI James Comey na qual ele anunciava estar reabrindo uma investigação sobre os e-mails de Hillary Clinton.

Até onde se observavam as questões do estado, a eleição estava cheia de iniciativas provocativas. Um ia legalizar a venda comercial de *cannabis*. Outro aumentaria os impostos sobre o cigarro em dois dólares por maço. Um terceiro ia tornar ilegal a compra de munição por pessoas que não podiam possuir armas legalmente. Dois outros iam ou eliminar a pena de morte ou acelerar as execuções.

O colunista político do *Los Angeles Times* George Skelton, que vinha cobrindo as campanhas na Califórnia desde quando Pat Brown fora governador, escreveu, a um mês da eleição, que a disputa Harris-Sanchez estava “atraindo o mesmo interesse[281] de um assento no conselho para a redução de mosquitos. A Califórnia viu muitas disputas arrebatadoras ao Senado no passado: Boxer-Carly Fiorina. Dianne Feinstein-Mike Huffington. Jerry Brown-Pete Wilson. Alan

Cranston-Max Rafferty. Mas Kamala Harris-Loretta Sanchez? Que sono”.

Kamala poderia ter sido perdoada se estivesse confiante de que venceria quando promoveu um almoço para arrecadar fundos no Boulevard, um dos melhores restaurantes do centro de São Francisco, em 20 de outubro de 2016, dia em que completou 52 anos. Seu amigo, o senador democrata por Nova Jersey Cory Booker, era um convidado especial. Harris se levantou para discursar. Como fazia com frequência, falou sobre controle de armas, violência com armas de fogo e tiroteios em escolas.

São Francisco é uma cidade atenta à violência com armas de fogo como poucas outras. Em 1978, Dan White, um ex-policial e bombeiro da cidade que havia deixado seu cargo como supervisor de São Francisco, escapou da detecção escalando por uma janela lateral na prefeitura. Ele entrou no gabinete do prefeito George Moscone exigindo que Moscone o readmitisse. Quando Moscone recusou, White puxou uma pistola e disparou quatro tiros, matando o prefeito. Depois, perseguiu Harvey Milk, o primeiro supervisor gay da cidade. Entrando no escritório de Milk, White atirou cinco vezes. A supervisora Dianne Feinstein, ouvindo os tiros e sentindo cheiro de pólvora, correu até Milk e verificou seu pulso. Não havia nenhum. Seguindo o plano de sucessão da cidade, Feinstein se tornou prefeita de uma cidade em choque.

Feinstein era senadora federal havia seis meses quando, em 1º de julho de 1993, no 34º andar de um arranha-céu do centro, a menos de dez minutos de caminhada do Boulevard, um empresário falido[282], armado com duas pistolas semiautomáticas Intratec DC9, uma arma semiautomática de calibre .45 e centenas de cartuchos de munição, pôs um fone de ouvido para abafar o som e inexplicavelmente abriu fogo contra um escritório de advocacia, matando oito pessoas. Na esteira do massacre, a senadora conseguiu aprovar uma proibição federal para armas de ataque, embora essa proibição tenha expirado uma década depois.

No Boulevard, Harris falou para as pessoas ali reunidas sobre relatórios policiais que ela tinha lido detalhando a matança de “Bebês. Bebês. Bebês”.

Em seguida ela se deteve.

“Erin, lamento muito. Esqueci.”

Erin Lehane, uma das doadoras para a campanha Harris naquele dia, havia levado a filha, Rose, que tinha sete anos, a única criança presente.

Harris, que conhecia Rose desde que ela era um bebê, olhou para a menina nos olhos e prometeu que falaria com ela depois que o evento terminasse. Assim que os convidados começaram a sair, Harris juntou duas cadeiras, inclinou-se em direção a Rose e perguntou se suas observações a tinham assustado.

Lehane não pôde ouvir tudo que Harris estava dizendo. Rose depois contou

para a mãe que Harris lhe disse para não se preocupar, que havia muitas pessoas que iam protegê-la: sua mãe, suas professoras, a polícia.

“Ela tentou transmitir tranquilidade”[283], disse Lehane. “Perguntou se Rose tinha dúvidas. Passou um bom tempo com minha filha. Não havia nenhuma câmera. Nenhuma imprensa. Ninguém soube. Ela foi muito humana naquele momento e quis que Rose se sentisse segura.”

Lehane percebeu que Harris deixara a comitiva esperando. A equipe começava a parecer impaciente. Eles tinham outros eventos aos quais comparecer.

“Foi um momento muito humano para alguém que não tinha muito tempo para ser humana”, disse Lehane.

***

Kamala Harris, certa de que sua corrida tinha acabado nos últimos dias, começou a fazer campanha para outros candidatos que buscavam cadeiras no legislativo e na Câmara Federal. Estava fazendo aliados, acumulando notas de débito, sabendo que ia querer descontá-las em algum momento. Antes mesmo que os votos fossem depositados e contados, houve especulação sobre seu próximo passo.

“Os bem informados apontam[284] para uma disputa pela Casa Branca”, escreveram os colunistas do *San Francisco Chronicle* Phil Matier e Andy Ross em 6 de novembro, dois dias antes do fatídico dia da eleição.

Quando as urnas foram fechadas no leste na noite da eleição de 2016, a equipe de campanha de Harris pediu guacamole, batatas fritas e aperitivos em um restaurante próximo dos escritórios do Departamento de Justiça da Califórnia, no centro de Los Angeles. Durante todo o tempo, eles olhavam para seus celulares, checando a agulha no medidor de probabilidades do *The New York Times*, atualizando-o e não acreditando no que viam, recordou o assessor de imprensa de Harris, Nathan Click.

“Puta que pariu”, disse Sean Clegg, um dos principais estrategistas de Harris.

Clegg foi o primeiro a verbalizar o que todos estavam pensando. Agoniado e percebendo que o improvável havia acontecido, Clegg correu para onde Harris passaria a noite da eleição, o Exchange LA, um espaço em estilo art déco modernizado para eventos no centro, que outrora abrigara a Bolsa de Valores do Pacífico.

Harris estivera em outro restaurante com a família e seus amigos mais próximos, Chrisette e Reginald Hudlin, e os filhos deles. Quando a realidade se impôs, escreveu Harris em sua autobiografia, o filho de Hudlin, Alexander, que ainda não chegara à adolescência, olhou para a futura senadora com lágrimas nos olhos.

"Tia Kamala, aquele homem[285] não pode ganhar. Ele não vai ganhar, vai?"

O medo da criança foi um golpe duro para Harris. Ela correu para o Exchange LA, reuniu-se em um nicho com Clegg e Juan Rodriguez e rasgou o discurso esperançoso que havia escrito na expectativa da vitória de Hillary Clinton.

Naquela noite, alguns líderes democratas de outras partes do país se ofereceram corajosamente para trabalhar com o presidente eleito Trump. Não Harris, não naquela noite. Ela não estava usando um colar de cabeças decepadas como a mitológica deusa guerreira sobre a qual havia falado em sua primeira candidatura para um cargo, 13 anos antes, mas suas palavras, escritas à mão em pedaços de papel, sugeriam que ela estava se tornando semelhante a Kali. A política que tantas vezes foi criticada por deixar de tomar posições jogou a cautela na lata do lixo.

Por volta das dez da noite, Harris subiu ao palco, seu marido Doug ao lado, com talvez mil pessoas assistindo, muitas às lágrimas e todas em um estado de incredulidade. Ela passou então a repetir a palavra "luta" por nada menos que 26 vezes em um discurso que durou cerca de oito minutos. Não havia teleprompter.

"Vamos bater em retirada ou vamos lutar?[286] Eu afirmo que devemos lutar. E eu pretendo lutar. Eu pretendo lutar por nossos ideais.

"Eu pretendo lutar por um estado que tem o maior número de imigrantes com e sem documentos deste país e fazer tudo que pudermos para lhes proporcionar justiça, dignidade e igualdade perante a lei e aprovar uma reforma abrangente para imigrantes. Tirá-los das sombras, lutar por quem somos. Eu pretendo lutar.

"Eu pretendo lutar por Vidas Negras Importam.

"Eu pretendo lutar por verdade e transparência e confiança. Eu pretendo lutar.

"Eu pretendo lutar pelo acesso de uma mulher à assistência médica e aos direitos de saúde reprodutiva.

"Eu pretendo lutar contra esses negacionistas que sugerem que não existe isso de mudança climática."

Harris prometeu lutar pelos direitos civis de todas as pessoas e para defender a igualdade no casamento. Ela se comprometeu a lutar pelos estudantes contra dívidas de empréstimos, lutar contra as grandes companhias de petróleo e gás e os negacionistas da ciência, e lutar pelo direito dos trabalhadores à negociação coletiva e por leis de segurança contra armas.

"Então, pessoal, é o seguinte. Nossos ideais estão em jogo neste momento. Todos nós temos que lutar por quem somos."

Harris venceu de lavada a disputa daquela noite, por uma margem de 61,6% a 38,4%. Ela obteve 7,5 milhões de votos, vencendo em 54 dos 58 condados da Califórnia. Recebeu 3,1 milhões de votos a mais que Trump na Califórnia, embora 1,2 milhão a menos que os 8,7 milhões de Hillary Clinton.

No fim do discurso de Harris, a equipe de sua campanha fez a obrigatória chuva de balões, embora isso tenha sido um erro, porque ninguém estava no clima de festejar. A sala se esvaziou rapidamente. Harris e sua equipe combinaram de se encontrar na manhã seguinte no escritório da campanha no Wilshire Boulevard.

Naquela manhã seguinte, ela deu alguns telefonemas de agradecimento para apoiadores e começou a pensar sobre as designações para comissões que lhe dariam maior impacto. Ela e sua equipe também decidiram como seria sua primeira aparição pública como senadora eleita. Seria na sede da Coalizão pelos Direitos Humanos dos Imigrantes de Los Angeles, uma organização de defesa dos imigrantes. Repórteres que cobriram o evento notaram que ela engasgou ao se lembrar de crianças perguntando se seriam deportadas.

"Vocês não estão sozinhos"[287], disse ao grupo. "Vocês são importantes e nós protegeremos vocês."

A senadora Kamala Harris tinha fixado a postura que levaria consigo para Washington. Ela não discutiu sua próxima campanha naquela noite ou no dia seguinte. Contudo, sua equipe de consultores não podia deixar de pensar no futuro e contemplar o que poderia acontecer na campanha de 2020.

26

PISANDO NO PALCO NACIONAL

No dia da eleição em 2016, Kamala Harris e sua equipe já trabalhavam havia meses assentando as bases para o lançamento de uma carreira no Senado que a levaria ao centro dos holofotes nacionais.

Mas esses planos não eram ideia dela — os membros de sua equipe é que a instavam a abraçá-los. Isso ocorria porque Harris era supersticiosa demais para considerar a possibilidade de vitória até o fechamento das urnas. Ela achava que se concentrar em qualquer outra coisa, mesmo que por um minuto, podia fazer um candidato tropeçar ou estragar uma carreira política. Mas em meados de setembro ela tinha uma vantagem confortável em relação a Sanchez. Por isso, quando seus consultores mais graduados falavam com um círculo mais amplo de apoiadores, o assunto sobre o que ia acontecer após as eleições retornava com frequência. Em uma dessas conversas, um alto funcionário da administração Obama disse diretamente a Harris que não olhar para além do dia da eleição seria um grande erro e que ela precisava pedir que a designassem para as comissões. Harris respondeu que ainda não tinha feito esses pedidos porque ainda não tinha vencido. O funcionário tentou explicar como são as coisas em Washington: se ela fosse esperar, acabaria ficando no fim da fila.

Apesar da superstição, Harris seguiu o conselho e pediu à sua equipe de campanha para começar a trabalhar em assuntos da transição. Eles começaram a trabalhar imediatamente. Isso incluía tentar adivinhar como ajudar Harris a entrar para as comissões que ela queria, sobretudo aquelas que lhe dariam visibilidade nacional suficiente para que ela pudesse cumprir suas ambiciosas promessas de campanha.

Para começar, ela queria participar do Comitê de Meio Ambiente e Obras Públicas. Esse comitê tinha jurisdição sobre a gestão da água e das florestas, vital

num momento de mudanças climáticas e extremamente importante para a Califórnia. As secas se prolongaram, e as florestas nacionais de Sierra e os carvalhos e a vegetação rasteira nas colinas próximas da costa queimavam com uma ferocidade nunca antes vista. Obama entrara nesse comitê em 2005, como um senador novato, e gostara muito. Harris também estava interessada no Comitê de Assuntos de Veteranos, uma vez que a Califórnia abriga dois milhões de veteranos.

Acima de tudo, ela queria obter uma cadeira na Comissão de Justiça, dada a proximidade dela com as habilidades e experiência de Harris como promotora e seu interesse pela reforma da justiça criminal. Essa era também, entre todas as comissões do Senado, a de maior visibilidade. Suas audiências eram frequentemente televisionadas. As cadeiras da Comissão de Justiça eram muito cobiçadas pelos senadores, que formavam uma fila notoriamente longa para consegui-las.

Em 2016, a crença popular, as pesquisas e todos os outros sinais apontavam para uma presidência de Hillary Clinton. Isso significava planejar não apenas a transição no Senado, mas também o modo como Harris se ligaria ao mecanismo de uma nova administração Clinton e aos efeitos cascata que isso provocaria em toda Washington.

Harris tinha atributos que faltavam à maioria dos outros senadores novatos, principalmente o apoio do mundo de Obama. Além de ajudarem-na a tomar decisões de transição sensatas, os funcionários do alto escalão do governo Obama e outros conselheiros proeminentes poderiam dar a ela algum apoio, talvez mexer alguns pauzinhos e diferenciá-la do resto da classe em que estava entrando.

Harris já tinha visibilidade nacional, também, e o apoio de alguns dos mais proeminentes democratas ali. Ron Wyden, do Oregon, era um dos vários senadores que tinham ajudado em sua campanha para o Senado. Os senadores Elizabeth Warren, de Massachusetts; Cory Booker, de Nova Jersey; e Kirsten Gillibrand, de Nova York, endossaram-na no dia em que ela anunciou sua candidatura.

Havia também a questão do dinheiro. Os conselheiros da campanha em Washington tinham dito a Harris que ela precisava levantar quarenta milhões de dólares para organizar uma campanha bem-sucedida, aproximadamente a mesma quantia que Warren[288] havia angariado em sua corrida de 2012. Sua equipe da Califórnia sabia que ela não ia precisar de tanto dinheiro. Além disso, Harris não era uma grande captadora de fundos, porque nunca se sentia inteiramente confortável em pedir dinheiro a conhecidos. Ela acabou arrecadando 15 milhões de dólares para a campanha de 2016 e gastando 14,1 milhões. Mas, como vinha de um estado conhecido como um caixa eletrônico para democratas, pôde usar o

dinheiro restante para pagar o dízimo ao Comitê da Campanha Democrática do Senado para uso em outras campanhas pelo país. Sua disposição para ajudar colegas democratas a deixou em bons termos junto ao senador por Nova York Chuck Schumer, que foi o beneficiário direto da generosidade de Harris como supervisor do esforço de campanha dos democratas no Senado nacional. Era amplamente esperado que Schumer se reelegesse e depois substituísse o líder minoritário Harry Reid, de Nevada, que ia se aposentar, como o principal democrata do Senado.

Decidir quem é alocado em qual comitê do Senado é um processo complicado e obscuro. Não há protocolos claramente articulados. Mesmo que houvesse, a tradição decretava que praticamente todas as decisões seriam tomadas por Schumer. E isso dava a Harris boa razão para ter otimismo.

Os comitês não eram o único campo minado que Harris teria que atravessar. Em um corpo legislativo que funciona com base na antiguidade e em alianças, havia outras relações importantes que Harris precisaria cultivar e gerenciar. Uma das mais importantes seria com a senadora sênior da Califórnia, Dianne Feinstein. Dada a sua antiguidade, Feinstein havia acumulado um poder significativo no Senado. Ela poderia ajudar Harris, ou não. Desenvolver uma aliança com Feinstein seria complicado. O atrito datava do funeral do policial Isaac Espinoza em 2004, quando Feinstein criticou publicamente Harris por não tentar obter a pena de morte contra o assassino de Espinoza. Harris teria que andar na corda bamba entre ser excessivamente deferente a Feinstein e ser excessivamente ousada ou independente. A relação instável entre Harris e Feinstein havia melhorado. Mas era necessário ter sensibilidade e cautela. Harris estava entrando no mundo de Feinstein. Acima de tudo, Harris, como o resto da nação, teria que se reajustar e reavaliar, enquanto Donald Trump, a grande incógnita, preparava-se para tomar posse.

Como é tradição no Senado, pedia-se aos novatos que estivessem em Washington na manhã de segunda-feira, 14 de novembro, para que a semana de eventos de integração, conhecida informalmente como Campo de Treino do Senado, tivesse início.

Harris disse à equipe que queria duas coisas. A primeira era uma reminiscência do plano inicial: contratar uma equipe o mais diversificada possível. Eles foram informados, por exemplo, de que naquela época havia poucos chefes de gabinete negros, se é que havia algum, e somente um que era diretor legislativo, outra posição-chave.

Sua segunda decisão era nova: garantir que qualquer pessoa que havia planejado ingressar no governo Clinton e agora estava desempregada seria respeitada e ouvida ou atendida, na medida do possível.

Isso significaria centenas de telefonemas e e-mails para responder e dúzias de reuniões para marcar com Harris ou com a equipe sênior. Dois de seus assessores mais próximos, Debbie Mesloh, que estivera com ela desde antes de ser eleita; e Michael Troncoso, que tinha sido parte integrante de sua equipe no gabinete da Procuradoria-Geral da Califórnia, haviam se mudado para Washington para liderar o esforço e assegurar que todos obtivessem uma resposta adequada. Ambos ficariam por vários meses.

Um aspecto positivo[289] das eleições de 2016 foi que três mulheres não brancas iam ingressar no Senado, predominantemente branco e masculino. Quando Harris se apresentou para o trabalho no porão do Edifício Hart do Senado, ela se viu no final do corredor onde estavam as outras duas. Catherine Cortez Masto, de Nevada, uma aliada na luta contra bancos na esteira da crise da execução hipotecária, seria a primeira senadora latina do país. Tammy Duckworth, a heroína de guerra deficiente, de Illinois, era a primeira mulher americana de origem tailandesa eleita para o Senado. As três se uniram imediatamente.

Para a grata surpresa de Harris, Feinstein se mostrou uma parceira e aliada decisiva desde o início. A demonstração de generosidade surpreendeu — e até chocou — alguns membros de sua equipe, que esperavam pelo melhor, mas estavam preparados para o pior. Feinstein e a extrovertida senadora Barbara Boxer ajudaram Harris com os muitos problemas inesperados de logística, como a política espacial dos escritórios. Feinstein também a ajudou com recrutamento de pessoal e ofereceu a própria equipe para auxiliar em tudo de que Harris precisasse. E deu a ela alguns conselhos que iam não só ajudá-la a moldar seu tempo no Senado como também lançá-la na estratosfera política. Harris devia pensar em ingressar no Comitê de Inteligência do Senado, mais conhecido como Intel do Senado.

Como um dos membros mais antigos do comitê, Feinstein advertiu que era um trabalho insano, com horas extenuantes, longas audiências e inúmeras sessões fechadas, nas quais alguns dos assuntos mais sensíveis e urgentes do país eram discutidos em segredo. Como os senadores não podiam contratar seus próprios funcionários para ajudá-los com o dilúvio diário de informações ultrassecretas, grande parte do trabalho recai sobre os próprios senadores, e a carga de trabalho é enorme. Feinstein advertiu Harris de que, se ela caísse no comitê, podia esperar receber um volumoso pacote de relatórios e memorandos secretos para estudar atentamente até altas horas da noite, de modo a estar pronta para a enxurrada matinal de decisões e reuniões.

Feinstein também avisou Harris de que havia outra desvantagem em estar no comitê. Como todo o seu trabalho, por natureza, é secreto, trata-se de uma tarefa em grande parte ingrata e anônima. E não havia praticamente nada que Harris

pudesse fazer enquanto estivesse no comitê para criar um nome para si no Senado, estabelecer uma visibilidade nacional e promover sua carreira política. Diante disso, muitos senadores, sobretudo novatos e aqueles com aspirações a cargos mais altos, historicamente procuravam outros lugares ao indicar os comitês para os quais gostariam de ser designados. Harris requereu o posto apesar de tudo.

Foi um período movimentado. Harris recebia propostas de vários democratas do alto escalão em comitês decisivos, entre eles Wyden, do Oregon, que estava enfurecendo os republicanos com suas hábeis cutucadas como membro graduado do Comitê de Finanças. Uma das primeiras perguntas que Wyden fez a Harris depois da eleição foi: "Ei, Kamala, você tem algum interesse[290] em fazer parte do Comitê de Finanças?" Ele também queria ver Harris no Comitê de Meio Ambiente e Obras Públicas, dado o interesse mútuo dos dois em proteger os estados do oeste de enormes incêndios. E Wyden sabia que a reputação dela como uma interrogadora durona viria a calhar.

Todo mundo queria Harris, "porque ela é muito talentosa e valiosa como senadora", Wyden se lembra de lhe dizer. "Ela sabe que há filas e todo o resto, mas acho que seria justo dizer que há muitos membros graduados que esperavam que ela estivesse em seus comitês." Harris respondeu contando a Wyden sobre seus próprios objetivos e o que ela queria realizar.

"Tive certa impressão de que, se ela fizesse as coisas à sua maneira", disse Wyden, "estaria em um monte de comitês."

Quando Schumer anunciou[291] as designações para os comitês, em 20 de dezembro de 2016, Harris tirou o equivalente a um grande prêmio político. Ela não obteve uma cadeira na Comissão de Justiça, em razão da fila de senadores muitos anos mais velhos, mas conseguiu uma cadeira em quatro comitês, todos eles de destaque. Um era o Intel do Senado. Outro, o de Meio Ambiente e Obras Públicas. Harris também foi designada para o Comitê de Orçamento do Senado, um dos comitês-chave com jurisdição sobre o Affordable Care Act. E foi-lhe dado mais um posto que garantia projeção nacional — uma cadeira no Comitê dos Assuntos Governamentais e Segurança Interna. Harris não perdeu tempo anunciando seus novos cargos, dizendo que tinha sido colocada na posição perfeita para enfrentar a administração Trump e o próprio presidente eleito.

"Esses quatro comitês serão[292] os campos de batalha decisivos na luta pelo futuro de nosso país", disse Harris. "Em um momento em que tantos californianos e americanos estão incertos com relação ao seu futuro, eu lutarei agressivamente por nossas famílias e pelos ideais de nossa nação."

Que Harris estava a caminho de fazer um nome para si no palco nacional não

foi um choque para nenhum californiano que chegou a conhecê-la. Mas ela estava mudando seu jeito. Talvez fosse porque não precisava mais ficar atenta ao fato de estar representando o estado da Califórnia em litígios e podia expressar suas opiniões mais livremente. Claramente, a eleição de Trump — e a dela — estava tendo um impacto. Dado o seu status, Harris se preparou para liderar a resistência a esse presidente mais improvável, não ortodoxo, discordante e, como ela passou a vê-lo, racista.

27
A RESISTÊNCIA

Em 3 de janeiro de 2017, o vice-presidente Joe Biden ministrou o juramento de posse de Kamala Harris como 45ª senadora da Califórnia. A filha de Shyamala Gopalan e Donald Harris, imigrantes da Índia e da Jamaica que vieram para a América em busca de uma educação superior e uma vida melhor, era a segunda mulher negra a servir nesse clube exclusivíssimo, e a primeira mulher de ascendência indiana.

Harris chegou tendo sido instruída pelas melhores mentes políticas em Washington e na Califórnia sobre como ter êxito no Senado. Acima de tudo, contratar uma boa equipe e chegar preparada. Ela fez isso e mais. Mas nada poderia ter preparado Harris — ou o resto do Senado — para o turbilhão que começou com o início da 115ª sessão do Congresso.

Em vez do que toda Washington esperava, uma transferência amistosa das alavancas do poder do presidente Obama para Hillary Clinton, ex-rivais que haviam se tornado aliados, Donald J. Trump estava destruindo a festa. A intenção de Trump era desfazer o maior número possível de realizações de Obama e dos democratas no Congresso.

Os indicados por Trump para cargos de supervisão desse desmonte passariam por audiências de confirmação imediatamente, em um Senado que estava mais profundamente dividido em linhas partidárias do que qualquer pessoa viva podia se lembrar.

Os republicanos, que controlavam o Senado e a Câmara dos Deputados, aprovariam tudo que a nova administração quisesse em relação a assuntos polêmicos, incluindo imigração, o meio ambiente, seguro-saúde, impostos e nomeações para a Suprema Corte. Aos democratas não restava muito o que fazer além de protestar.

Nos dias que precederam a posse de Trump, os funcionários do governo Obama de saída estavam seriamente preocupados com informações que sugeriam que a campanha de Trump, e talvez o próprio presidente eleito, poderiam ter entrado em conluio com a Rússia de maneiras que o ajudaram a derrotar Hillary Clinton. Trabalhando em segredo, a equipe de segurança nacional de Obama correu para investigar quaisquer laços potenciais antes que Trump assumisse as rédeas do poder, em 20 de janeiro. O objetivo da administração Obama era documentar e salvaguardar informações incriminatórias, para que Trump não tentasse encobrir o assunto. Tudo isso contribuiu para criar um período tenso entre o início da sessão do Congresso e a posse de Trump.

Os democratas viam Harris, que havia trabalhado durante 26 anos na repressão ao crime, na maior parte do tempo como promotora pública, como alguém cujas habilidades viriam a calhar. Embora não tivesse julgado um caso em mais de uma década, ela poderia usar sua experiência no tribunal, de uma maneira que poucos senadores podiam, para interrogar funcionários do governo Trump que não estavam dispostos a cooperar.

Essa, sem dúvida, foi uma das razões pelas quais o líder democrata no Senado, Chuck Schumer, inseriu-a em tantos comitês importantes, inclusive um que em geral está fora do alcance para novatos: o Comitê de Inteligência do Senado.

Um de seus membros mais antigos, Ron Wyden, não conseguia se lembrar da última vez que um senador conquistara uma cadeira no Intel em seu primeiro ano. Mas estava ficando cada vez mais claro nos dias após o juramento de Harris que sua eleição para o Senado não poderia ter acontecido em melhor hora, para ela própria e suas aspirações políticas, e para um Partido Democrata em dificuldades.

Entre Intel, Segurança Interna, Meio Ambiente e Obras Públicas e Orçamento, Harris se tornou uma contestadora da linha de frente, tentando manter a linha democrata contra muitas, senão a maioria, das questões centrais da agenda de Trump. Seu papel nesse esforço, ou contraesforço, ia apenas crescer e ajudar a informar e definir o mandato de Harris no Senado e, no devido tempo, sua candidatura à Casa Branca.

O sexto dia da senadora Kamala no cargo, em 10 de janeiro de 2017, foi um precursor dos dias contenciosos e exaustivamente movimentados que estavam por vir. Pela manhã, o Comitê de Segurança Interna realizou uma audiência de confirmação para o general aposentado do Corpo de Fuzileiros Navais John F. Kelly. Como chefe do Comando Sul dos Estados Unidos, Kelly supervisionou todas as operações militares americanas na América Central, América do Sul e Caribe de novembro de 2012 a janeiro de 2016. Como nomeado por Trump para o poderoso posto de secretário de Segurança Interna, Kelly coordenaria muitas

questões de importância crucial para a fronteira da Califórnia e da nação. O general de quatro estrelas se tornou tão bem-visto que a avalanche bipartidária de apoio a ele e os elogios obsequiosos de legisladores foram dignos de nota até para o Congresso.

"Esse é um notável servidor público"[293], disse com entusiasmo a democrata de Dakota do Norte Heidi Heitkamp na audiência de confirmação de Kelly. "Mas uma das razões pelas quais acredito que o Departamento de Segurança Interna ganhou a loteria do Gabinete — e talvez seja possível perceber isso devido ao congraçamento que estamos tendo com o senhor hoje — é porque o senhor tem uma vasta experiência em uma área muito desafiadora para nossa fronteira meridional e realmente toda a nossa segurança nas fronteiras."

Harris não estava nem de perto tão efusiva quando chegou a sua vez de fazer perguntas.

Após agradecer Kelly por seu serviço, ela começou a questionar se ele levaria a cabo os planos declarados de Trump de construir um muro na fronteira, deportar milhares de pessoas, expandir a autoridade executiva do governo e aumentar o número de celas de detenção em todo o país. Tais questões podiam não importar muito nas Dakotas. Mas eram de extrema importância e interesse na Califórnia, onde 40% da população[294] é latina, a maior parte dela com raízes na América Central, e 27% da população nasceu no exterior.

Harris se concentrou imediatamente no programa Ação Diferida para Chegadas na Infância (DACA, na sigla em inglês). Uma das marcas registradas da administração Obama, o programa DACA dava proteção a muitos jovens, popularmente conhecidos como Sonhadores, cujos pais buscavam uma vida melhor para si e para seus filhos e cruzaram a fronteira dos Estados Unidos com os filhos a reboque. Embora os Sonhadores não fossem cidadãos americanos, a maioria deles não tinha nenhuma conexão com o país de origem dos pais. A Califórnia tinha de longe mais Sonhadores do que qualquer outro estado, 183 mil, muitos deles na faculdade e muitos outros trabalhando. Dizia-se que deportá-los seria uma das primeiras iniciativas de Trump. Harris queria, com razão, saber qual era a posição de Kelly.

— O senhor está a par de que, nas gestões anteriores, o diretor de Segurança Interna tomava a decisão e expedia a informação para os soldados? — perguntou Harris. — Não era o presidente. Está a par disso?

— Sim, senhora — respondeu Kelly.

— Ok. E o senhor concorda que muitos desses jovens foram trazidos para cá quando crianças e só conhecem a América como sua pátria? — continuou Harris.

— Muitos deles estão nessa categoria. — Foi a resposta de Kelly.

— E o senhor concorda — prosseguiu Harris — que eles estão agora estudando em faculdades e universidades e escolas de pós-graduação por todo o

país, alguns estão trabalhando em empresas Fortune 100, importantes instituições e negócios, tanto pequenos quanto grandes?

— Estou ciente de que alguns estão, sim — respondeu Kelly.

— E o senhor pretende então usar os recursos limitados de aplicação da lei do Departamento de Segurança Interna para tirá-los do país?

— Cumprirei a lei — disse Kelly.

Em seu questionamento, Harris tinha sido educada, mas direta: durante toda a audiência, ela se revelou uma legisladora muito mais polida que a temível promotora que alguns de seus colegas esperavam. Nesse caso, porém, ela obteve uma resposta para sua pergunta. Kelly estava sugerindo, sem dizer diretamente, que ele supervisionaria uma política que levaria à deportação dos Sonhadores. Era uma ameaça direta para mais de 150 mil pessoas no estado natal de Harris.

Ela guardaria seu veredicto para Kelly por nove dias, quando emitiu uma declaração dizendo que votaria contra ele.

"Infelizmente, não posso encarar os Sonhadores[295] e oferecer-lhes alguma garantia de que o general John Kelly não vai deportá-los", disse. "E, sem essa garantia, não posso apoiar sua nomeação para o Departamento de Segurança Interna. Por razões éticas e morais, temos que honrar a promessa feita pelo governo dos Estados Unidos para essas crianças."

Kelly foi confirmado em uma votação de 88 contra 11 no Senado no dia seguinte, 20 de janeiro, e prestou juramento horas depois — no mesmo dia da posse de Trump. Harris foi um dos 11 votos; Feinstein votou a favor.

***

Cerca de uma hora após a audiência de confirmação de Kelly ser concluída, Harris compareceu à sua primeira audiência pública no Intel do Senado.

Na lista das testemunhas estavam quatro das mais importantes autoridades na área de segurança nacional, ali presentes para informar os senadores sobre um relatório recém-emitido do serviço secreto sobre o esforço de várias frentes da Rússia para fazer a eleição oscilar em favor de Trump.

Na época, a especulação pública — e o espanto — sobre a possível ajuda russa para a campanha de Trump havia atingido o seu auge, e o presidente eleito fazia pouco esforço para refutá-la, exceto denunciá-la como "fake news".

Enquanto ainda estava no poder, em dezembro de 2016, o presidente Obama havia encarregado o Gabinete do Diretor de Inteligência Nacional, o FBI, a CIA e a Agência de Segurança Nacional de compilar o relatório ultrassecreto, intitulado "Avaliação das atividades e intenções russas nas recentes eleições nos Estados Unidos". Um versão muito censurada e não sigilosa dele tinha sido divulgada alguns dias antes da audiência e suas conclusões eram assustadoras.

O relatório dizia que a Rússia tinha realmente realizado uma ampla campanha cibernética para sabotar a eleição presidencial e ajudar Trump e que ela foi pessoalmente ordenada pelo presidente russo Vladimir Putin.

"Os esforços russos para influenciar[296] a eleição presidencial americana de 2016 representam a expressão mais recente do antigo desejo de Moscou de minar a ordem democrática progressista liderada pelos Estados Unidos", afirmava o relatório, "mas essas atividades demonstraram uma significativa escalada na objetividade, nível de atividade e alcance do esforço se comparadas a operações anteriores."

Trump e Obama foram informados sobre o relatório e receberam um exemplar dele.

Depois, Trump deu uma declaração tentando espalhar a culpa, afirmando que não só a Rússia, mas a China e outros países e grupos também podiam ter tentado hackear os sistemas de computadores democratas e republicanos. E "não houve absolutamente nenhum efeito[297] sobre o resultado da eleição", acrescentou ele.

O relatório público, no entanto, não havia tratado da questão do resultado da eleição. E, embora a versão ultrassecreta do relatório contivesse as mesmas descobertas, ela era muito mais detalhada em relação ao que dizia ser "elementos-chave da campanha de influência". Esses detalhes eram suficientemente explosivos para balançar o Senado e o resto de Washington.

Segundo o *Washington Post*, entre suas descobertas estava o fato de que agências americanas de espionagem tinham informações[298] não verificadas mas confiáveis de que Moscou tinha *kompromat*, ou informações comprometedoras, sobre a vida pessoal e as finanças de Trump. Isso significava que o futuro ocupante da Casa Branca e homem mais poderoso do mundo estaria potencialmente sujeito a chantagem e coerção por um dos mais agressivos inimigos dos Estados Unidos depois que tivesse ajudado a elegê-lo.

Essas descobertas estavam supostamente inseridas em um resumo de duas páginas anexado ao relatório completo. Esse adendo, relatou o *Washington Post*, também incluía alegações de contato continuado entre membros do círculo mais próximo de Trump e representantes do Kremlin.

Como procuradora-geral da Califórnia, Harris estivera a par de informações confidenciais das autoridades sobre quadrilhas internacionais, ameaças terroristas e mais. O Comitê de Inteligência do Senado opera em um nível de sigilo diferente e muito mais profundo. Todos os membros trabalham em um SCIF, ou Sensitive Compartmented Information Facility, semelhante a um bunker, dentro de uma cúpula sem janelas nas entranhas do complexo de escritórios do Senado. Para Harris, que tinha entrado no Senado alguns dias antes, ter acesso a assuntos tão vitais para a segurança nacional foi revelador.

A audiência do Intel por si só era um espetáculo. Era transmitida ao vivo pelas maiores redes de notícias a cabo e, com mais de 150 câmeras voltadas para os senadores, tinha toda a pompa das audiências do impeachment de Watergate. Quando chegou a vez de Harris, muitas das perguntas decisivas já tinham sido feitas.

Então Harris fez uma série de perguntas bem informadas ao diretor de Inteligência Nacional, James Clapper, para saber se as agências de inteligência americanas estavam se certificando de que as redes de computadores e os dispositivos pessoais do presidente eleito e de sua equipe de transição estavam protegidos contra os contínuos esforços de penetração cibernética da Rússia.

— Fizemos o possível[299] para informar a equipe de transição sobre as armadilhas dos dispositivos móveis em áreas seguras e coisas do gênero — disse Clapper.

— O senhor acredita que seus esforços de informá-los foram bem-sucedidos? — perguntou Harris.

— Acho que a senhora deveria perguntar a eles — respondeu Clapper enigmaticamente.

Nos meses seguintes, um veículo de imprensa atrás do outro documentou exatamente os tipos de violações de segurança descuidadas sobre as quais Harris tinha perguntado, entre elas funcionários do alto escalão de Trump usando celulares e computadores particulares para conduzir atividades da Casa Branca. Harris fez mais algumas perguntas para o diretor do FBI James Comey antes que todos se dirigissem para uma sessão fechada, mas nada contenciosa.

Porém, dois dias depois, Harris começou a entrar na ofensiva, na audiência de confirmação do diretor da CIA nomeado por Trump, o congressista Mike Pompeo, um republicano do Kansas.

Harris entrou em cena, começando com as conclusões do relatório de inteligência recém-divulgado.

— O senhor aceita inteiramente as conclusões[300] do relatório, sim ou não? — Harris perguntou a Pompeo.

— Não vi nas conclusões do relatório nada que pudesse gerar qualquer dúvida — respondeu Pompeo.

Harris também tocou em pontos em sua maior parte não explorados pelo comitê, dando aos colegas do Senado provas tanto de seu preparo para audiências quanto de sua disposição para injetar política progressista em assuntos de inteligência.

Ela questionou Pompeo detidamente sobre seu conhecido ceticismo em relação às mudanças climáticas, apesar de um consenso quase unânime de cientistas do governo americano, querendo determinar exatamente quão cético ele realmente era. E, mais importante, Harris perguntou a Pompeo se suas

crenças pessoais influenciariam negativamente nos esforços contínuos da CIA para coletar informações sobre como o aquecimento global já estava desencadeando uma crescente instabilidade e conflito no mundo todo.

Quando Pompeo se esquivou, Harris voltou mais uma vez, no final da audiência, para tentar apanhá-lo.

"Sr. Pompeo, sobre a questão das mudanças climáticas, entendo que o senhor não é um cientista. O que eu gostaria de saber e o que quero ouvir do senhor é que eu quero um diretor da CIA que esteja disposto a aceitar a esmagadora carga de evidências quando a ela apresentado, mesmo que isso venha a ser politicamente inconveniente ou requeira que o senhor mude um posicionamento anteriormente mantido."

Harris conseguiu fazer Pompeo declarar publicamente que o faria.

Em seguida, ela disse ao diretor nomeado da CIA que estava preocupada com o fato de que a administração Trump ia adotar práticas discriminatórias que prejudicariam os esforços da CIA para recrutar e manter funcionários LGBTQ e americanos muçulmanos, "que muitas vezes servem[301] com grande distinção na agência", o que seria um grande risco para eles mesmos.

Durante uma série de perguntas sobre as leis específicas aplicáveis, Harris obteve de Pompeo uma garantia de que todos os funcionários seriam igualmente protegidos. Essas audiências iniciais, e outras, mostraram que Harris não era a sensação da noite para o dia que a mídia depois ia fazê-la parecer. Tampouco queria se autopromover ou monopolizar holofotes. Ela estava fazendo seu trabalho.

Kamala Harris apareceu bem preparada. Nas audiências, ela abria e espalhava seus grossos fichários de documentos e anotações e escrevia suas perguntas em pequenos Post-its brancos. Fez também um rápido estudo das regras de procedimento e do protocolo arcanos do Senado. E parecia ser respeitosa em relação aos colegas e conhecedora de seu lugar na hierarquia do Senado.

Como se propôs a fazer, Harris contratou uma equipe inteligente e diversificada, trazendo para o leste seu principal adjunto em Sacramento, Nathan Barankin, como seu chefe de gabinete no Senado; os veteranos do Capitólio Rohini Kosoglu, como chefe adjunto de gabinete, e Clint Odom, que seria o único diretor legislativo negro do Senado; e Tyrone Gayle, um assessor de imprensa afro-americano de 29 anos que havia trabalhado na campanha de Hillary Clinton. Para supervisionar sua estratégia de mídia nacional, Harris contratou Lily Adams. Neta da falecida governadora do Texas Ann Richards, Adams tinha exercido função similar para Hillary Clinton. Ela rapidamente se tornou bem-vista entre os funcionários do Senado e conhecida por desempenhar um papel essencial na preparação de Harris para momentos de grande impacto, como o interrogatório

dos funcionários do alto escalão de Trump. Os consultores favoritos de Harris em São Francisco, Ace Smith, Sean Clegg e Dan Newman, também continuaram a aconselhá-la.

Harris recorria a outros democratas e republicanos igualmente para trabalhar em questões de interesse mútuo. Um deles era o senador republicano por Kentucky Rand Paul. Os dois compartilhavam um interesse por reformar o sistema de fiança em dinheiro. Concordaram também em copatrocinar a legislação para proteger jovens sem documentos sob o DACA. E ela convidou o senador republicano pelo Arizona John McCain para tomar um café. Ele compartilhou com ela a sabedoria de seu tempo no Congresso e na campanha eleitoral.

Durante todo esse tempo, a máquina de publicidade de Harris estava ocupada transmitindo suas posições pelo Twitter e outras mídias sociais a respeito de questões características e alardeando notícias de suas estridentes preocupações com Trump, as políticas e os supostos delitos e ocultações do governo.

Harris construiu um grupo de seguidores no Twitter leal e nacional, muitas vezes concentrando-se em ações de Trump contra imigrantes, famílias de trabalhadores e pessoas não brancas. Quando o inverno se transformou em primavera, ela ficou mais agressiva em seu interrogatório de testemunhas em um interminável corredor polonês de audiências do Intel, Segurança Interna, Meio Ambiente e Orçamento. E começou a aparecer com cada vez mais frequência nos noticiários mais assistidos do país e nas páginas dos jornais mais proeminentes. Sua visibilidade global cresceu, graças ao enorme quadro de correspondentes estrangeiros que viviam em Washington para relatar sobre a administração Trump para o público de seus países.

No início do verão, Harris tinha emergido como uma das críticas mais agressivas e notórias do governo Trump. Mantendo-se fiel ao discurso da noite de sua eleição em 2016, Kamala Harris estava rapidamente se tornando uma líder na resistência democrata a Trump no Senado. Mais amplamente, ela era vista como um símbolo de uma nova geração em Washington.

Com a chegada de Harris, a mudança chegara ao Senado. Mais ainda estava por vir.

28

“EU FAÇO AS PERGUNTAS”

Em 29 de janeiro de 2017, a senadora Kamala Harris, seguindo os passos de pais que marcharam pelos direitos civis nos anos 1960, juntou-se aos manifestantes que protestavam em frente à Casa Branca em denúncia à declaração do presidente Donald Trump de que ia proibir as viagens provenientes de sete países de maioria muçulmana, uma ordem que se provou ilegal.

Em Washington, os senadores republicanos John McCain e Lindsey Graham condenaram a proibição, advertindo que ela “se tornará um ferimento autoinfligido[302] na luta contra o terrorismo”. Na Califórnia, a proibição de viagens de muçulmanos confirmou alguns dos piores temores da resistência anti-Trump. O vice-governador Gavin Newson, já concorrendo ao governo do estado em 2018, juntou-se a mil pessoas em um protesto espontâneo no Aeroporto Internacional de São Francisco. Eles cantaram o hino de protesto “This Land is Your Land”, de Woody Guthrie.

Naquela noite, Kamala ligou para a casa do secretário de Segurança Interna, John Kelly, para expressar suas preocupações e as de seus eleitores e para obter detalhes sobre os planos do governo.

“Por que a senhora está ligando[303] para minha casa para falar sobre isso?”, Kelly respondeu asperamente à senadora. Harris, chocada com a resposta, tentou explicar. O telefonema terminou rapidamente com Kelly dizendo que ligaria de volta para ela. Ele nunca ligou, escreve ela em sua autobiografia.

Nos meses seguintes, Harris aumentou aos poucos a intensidade de seus interrogatórios a autoridades da administração Trump. Ela elevou isso a um nível feroz em 6 de junho de 2017, quando Kelly compareceu perante o Comitê de Segurança Interna. Harris estava ansiosa por esse dia.

Harris interrogou Kelly sobre as ameaças da administração Trump de cortar

fundos federais antiterrorismo para cidades que não executassem as novas e severas ordens de detenção de imigrantes, uma ameaça direta às principais cidades da Califórnia, mesmo quando os advogados dessas cidades concluíram que isso as exporia à responsabilidade civil.

As perguntas de Harris chegavam uma atrás da outra, e ela frequentemente interrompia Kelly, na tentativa de levá-lo a fornecer respostas satisfatórias. Visivelmente frustrado, o sempre inabalável ex-general começou a reclamar que não conseguia dizer uma palavra.

Finalmente, um Kelly exasperado disse:

— A senhora me deixaria concluir uma vez?[304]

— Como? — respondeu Harris. — Eu faço as perguntas.

Assim foi. Os republicanos no comitê não estavam felizes. Harris não parecia se importar com o fato de tê-los aborrecido.

Em 7 de junho de 2017, o procurador-geral adjunto Rod Rosenstein compareceu perante o Intel do Senado. Os senadores queriam saber sobre seu papel na decisão tomada por Trump um mês antes de demitir o diretor do FBI James Comey. Eles também pretendiam questionar Rosenstein sobre sua decisão de nomear Robert Mueller como advogado especial para supervisionar a investigação do Departamento de Justiça sobre possíveis vínculos entre a Rússia e a campanha presidencial de Trump.

Quando chegou a vez de Harris, ela cobriu Rosenstein com perguntas de sim ou não e, como fizera com Kelly, o interrompia quando ele começava a se esquivar. O foco de Harris era conseguir fazer com que Rosenstein se comprometesse a escrever uma carta concedendo a Mueller total independência como um bastião contra a interferência ou retaliação da Casa Branca.

Enquanto falava, ela apontava para Rosenstein com uma caneta na mão. Perturbado, ele explicou que a questão era complicada e que sua resposta exigiria "uma conversa muito longa" com Harris.

— O senhor poderia me dar uma resposta[305] sim ou não, por favor? — retrucou Harris.

— Bem, não é uma resposta curta, senadora — disse Rosenstein.

— É sim — rebateu Harris. — Ou você está disposto a fazer isso ou não está.

Quando o interrogatório de Harris começou a ficar cada vez mais irascível, o presidente do comitê, Richard Burr, um republicano da Carolina do Norte, a interrompeu. Olhando na direção dela, Burr disse:

— A senadora poderia suspender? A presidência vai exercer seu direito de permitir às testemunhas responder à questão.

Incrédula, Harris não estava habituada a receber ordens para, em essência, ficar quieta. Ela virou rapidamente a cabeça para lançar um olhar furioso em

direção a Burr. Franzindo a testa em reprovação, ela ouviu a reprimenda que continuava a tomar em frente às câmeras, para uma audiência de TV ao vivo estimada em milhões de pessoas. Burr disse a Harris que estava exercendo seu direito como presidente ao conceder a Rosenstein "a cortesia, que não fora concedida de todo", de responder da forma que lhe parecesse adequada. Quando Harris tentou explicar sua linha de interrogatório, Burr a interrompeu mais uma vez. Os democratas se mantiveram em silêncio, alguns olhando para as próprias anotações. Kamala Harris definitivamente estava deixando uma marca.

A troca de palavras viralizou de imediato: velhos senadores brancos do sexo masculino tinham "calado" Harris, a única mulher negra no comitê. Enquanto ela explodia no Twitter, a rancorosa rixa partidária se agravava entre senadores democratas e republicanos e entre democratas e a administração de Donald J. Trump.

Em poucas horas, Harris e sua equipe já tinham habilmente explorado o incidente, inventando um meme:

"Coragem, não cortesia."

O meme se tornou viral, assim como o merchandising relacionado a ele. "Retuíte isto se você encomendou[306] seu adesivo 'Coragem, não cortesia' e quer que seus amigos e sua família também tenham um", tuitou Harris. Alguns deles, não afiliados a Harris, acrescentaram as palavras "Harris 2020". Seis dias depois disso, a própria Harris ia criar o mais viral de todos os seus momentos.

A testemunha do Intel em 13 de junho de 2017 era Jeff Sessions, embora alguns membros da equipe de Harris fizessem questão de dizer seu nome completo, Jefferson Beauregard Sessions III, em um reconhecimento de que, como seu pai e avô, ele havia sido batizado em homenagem ao presidente confederado e um general confederado. Como senador federal pelo Alabama, Sessions foi o primeiro republicano importante a endossar a corrida de Trump à presidência, em fevereiro de 2016. Mas, como procurador-geral, ele seguiu as diretrizes do Departamento de Justiça e se manteve afastado da investigação Trump-Rússia, citando um conflito de interesses decorrente de sua nomeação como chefe do conselho consultivo de segurança nacional da campanha de Trump. Isso enfureceu Trump, porque punha um funcionário público, Rosenstein, à frente da investigação. Por essas e outras razões, o depoimento de Sessions teve grande audiência na TV, e algumas pessoas assistiram para ver Harris interrogá-lo. Estavam curiosas quanto ao que ela poderia trazer à tona sobre o que ele sabia a respeito de possíveis conexões de Trump com a Rússia durante e depois da campanha, sobre por que Trump despediu Comey e sobre os esforços de Trump para atrapalhar a investigação.

"Sinto o cheiro de[307] inferno que emana de Jeff Sessions esta terça-feira",

Jim Spears, um eleitor da Louisiana, professor universitário e tuiteiro ocasional, disse em um tuíte para Harris. “Estou ansioso pela grelha.” Spears era um eleitor democrata que pensava que Harris era a melhor arma dos democratas contra Sessions, que ela ia “deixar de lado a lenga-lenga[308] e o racismo de Jeff Sessions para obter as respostas de que precisava”.

O interrogatório veloz de Harris pareceu especialmente chocante em contraste com Sessions, um pequeno septuagenário, de maneiras aparentemente suaves e com sotaque sulista. Deixando de lado o temperamento gentil, ele adotara a linha mais dura possível contra a imigração quando estava no Senado. Sessions passou grande parte da audiência esquivando-se das perguntas.

“Não me lembro”, reafirmava.

Harris perguntou a Sessions se ele tinha se encontrado com líderes empresariais ou agentes da inteligência russos na Convenção Nacional Republicana em 2016 em Cleveland, Ohio, que, como se viu, tinha sido um foco das operações do Kremlin. Ele disse que não. Em seguida, disse que queria esclarecer sua resposta, considerando o grande número de pessoas com quem havia se encontrado em Cleveland. Harris continuou a pressioná-lo, e um Sessions visivelmente irritado pediu-lhe para ir mais devagar.

“Não me apresse desse jeito”[309], gaguejou Sessions. “Isso me deixa nervoso.”

Como muitos de seus funcionários atuais e antigos podem atestar, Harris pode ter esse efeito sobre as pessoas. Ela continuou, exigindo que Sessions fosse mais específico sobre qual lei ou política ele invocava ao dizer que não podia discutir questões-chave ou compartilhar documentos com o comitê. Sessions respondeu:

— Não sou capaz de responder à pergunta.[310]

Harris não acreditou.

— O senhor depende dessa regra. Não pediu à sua equipe para lhe mostrar a regra que seria a base para a sua recusa em responder à maioria das perguntas que lhe foram feitas?

Quando ela continuou, mais uma vez foi silenciada.

— Senadora Harris, permita que ele responda — disse-lhe um dos senadores republicanos seniores no comitê.

Depois, senadores republicanos e comentaristas conservadores acusaram Harris de ser desrespeitosa e de não seguir as normas de ordem do Senado. Antigas figuras de Washington, especialmente homens idosos, estavam tendo dificuldade com a audácia e a tenacidade de Harris. Mas ninguém que a conhecia na Califórnia tinha dúvida de que esse era o jeito de Kamala Harris.

29

“SIM OU NÃO”

A estrela de Kamala Harris estava em ascensão depois das audiências de junho de 2017, nas quais ela interrogou funcionários do alto escalão de Trump: John Kelly, Jeff Sessions e Rod Rosenstein.

Como não é de surpreender, os republicanos eram críticos do estilo de Harris. Ela também estava irritando alguns de seus colegas democratas e funcionários de carreira da Segurança Interna que não tinham nenhuma razão pessoal para tanto, mas se sentiam ofendidos por ela.

Em particular, alguns democratas acreditavam que seu tom pugilista era sobretudo para aparecer. Outros suspeitavam que sua sede pelos holofotes era parte de um plano de longo prazo para “puxar um Obama”, ficando no Senado apenas o tempo suficiente para conseguir as credenciais necessárias para concorrer à presidência. Alimentando essa visão, em meados de abril Harris anunciou que tinha acabado de retornar de uma viagem de uma semana ao Oriente Médio, uma estratégia importante para uma senadora em busca de um lugar no cenário nacional para lustrar suas credenciais de política externa. No Iraque, ela se reuniu com membros californianos das Forças Armadas que apoiavam forças locais no combate ao Estado Islâmico, indagando se eles tinham o apoio de que precisavam ali e também quando voltariam para casa durante e após a mobilização. Ela viajou até a Jordânia para testemunhar em primeira mão o impacto devastador da crise dos refugiados sírios causada pelo regime do presidente Bashar al-Assad.

“É fundamental que tenhamos[311] uma estratégia de segurança nacional sólida, detalhada e de longo prazo para combater o terrorismo no Oriente Médio, além de uma política de imigração que proporcione um porto seguro para aqueles que fogem da violência e da opressão”, disse Harris numa nota à

imprensa ao voltar.

A viagem não fazia parte de nenhuma delegação formal do Congresso. Ao contrário, ela foi por causa de suas posições nos comitês Intel e de Segurança Interna no Senado, explicou. Contudo, Harris não estava em comitês diretamente encarregados da supervisão dos militares, como os de Forças Armadas ou Relações Exteriores. Isso não passou despercebido no Capitólio, onde alguns veteranos lembraram que o senador Barack Obama ganhou uma ambicionada cadeira no Comitê de Relações Exteriores para fortalecer suas credenciais em política externa antes de concorrer à presidência.

No Comitê de Segurança Interna, o ressentimento era profundo, disse um ex-funcionário sênior do comitê, que deixou o departamento no verão de 2020 e falou sob a condição do anonimato. Alguns senadores e funcionários acreditavam que Harris estava se esquivando de sua cota do tedioso trabalho que constituía a vasta maioria dos negócios do comitê, uma irritante transgressão para uma senadora em seu primeiro ano. Pior, alguns funcionários passaram a acreditar que seu estilo brusco e antagônico comprometia os esforços bipartidários em questões cruciais de segurança que estavam sendo articulados havia anos.

"A impressão que me fica é de que ela não é querida pela maioria das pessoas que tiveram que interagir com ela no Comitê de Segurança Interna", disse o ex-funcionário sênior do Departamento de Segurança Interna que lidava com senadores e com a equipe do comitê.

Harris podia ser desrespeitosa com funcionários do alto escalão do Departamento de Segurança Interna submetidos à confirmação do Senado, não importando que assuntos eles estivessem supervisionando. Isso poderia ser compreensível se eles estivessem aplicando as políticas de imigração de Trump que afetavam diretamente os californianos. Mas a Segurança Interna tem 240 mil funcionários, que lidam com muitas questões apolíticas e estão devotados a tentar manter a América em segurança.

O ressentimento por causa disso era tão profundo no Departamento de Segurança Interna que, quando funcionários atuais e antigos se manifestavam publicamente em apoio a Joe Biden, pelo menos quatro deles decidiram não o fazer depois que ele nomeou Harris como companheira de chapa, contou o ex-funcionário do departamento que havia trabalhado em administrações republicanas e democratas e saíra para se manifestar publicamente contra Trump. "Eles disseram 'lamento, não posso fazer isso'." O ex-funcionário acrescentou: "Alguma coisa na maneira como ela operava realmente incomodava esses indivíduos. Para eles, parecia que ela sempre se preocupava com a política, não com a missão."

Algo que irritou alguns funcionários foi o fato de que Harris se recusou a se

encontrar com muitas pessoas que Trump havia nomeado para os cargos mais altos na Segurança Interna. Em vez disso, optou por interrogá-los em audiências públicas com perguntas que demandavam “sim” ou “não” como resposta sobre assuntos complexos que não podiam ser respondidos de maneira simples. A incapacidade ou recusa dos nomeados por Trump de responder às perguntas podia dar lugar a boas frases de efeito, mas pouco contribuía para fornecer ao público respostas para algumas das questões políticas mais importantes do momento. Tampouco ajudava a promover o tipo de boa governança de que o Senado precisava para ser bem-sucedido em seu papel de supervisão. E, no que talvez fosse mais importante, não ajudava a fomentar relações produtivas entre os funcionários do alto escalão do departamento e um dos senadores, Harris, que os supervisionava.

Tradicionalmente, as questões delicadas que Harris gostava de levantar em audiências públicas são discutidas inicialmente em reuniões privadas. Essas reuniões, conhecidas como visitas de cortesia, ocorrem no fim de um exaustivo processo para seleção de poucos políticos nomeados, considerados tão decisivos para a missão do departamento que eles requerem confirmação pela totalidade do Senado.

Exige-se que esses nomeados enviem enormes quantidades de informações pessoais e profissionais para o comitê de supervisão. Após digerir essas informações, o comitê envia ao nomeado uma longa série de perguntas políticas. Depois que respondem, os nomeados se encontram com a equipe do comitê provavelmente por horas. A última parada é a visita de cortesia aos senadores. Ela é a mais importante: é quando os senadores e a equipe sênior formam uma imagem dos nomeados e de seu estilo de gestão. As visitas se assemelham a uma entrevista para um emprego importante. Em tempos menos sectários, as reuniões poderiam fazer a diferença entre confirmação e rejeição. Mesmo que eles concordem em discordar, o senador e o nomeado podem estabelecer alguma relação e confiança.

Na primavera de 2017, Elaine Duke, nomeada por Trump para a segunda posição mais alta do Departamento de Segurança Interna, tentou se reunir com todos os membros do Comitê de Segurança Interna. Ela queria se encontrar especialmente com os democratas, para poder lhes fornecer respostas detalhadas para questões que estavam nas manchetes e que pareciam complicadas demais para a estrutura de uma audiência pública. Duke, funcionária pública de carreira, tinha passado 28 anos no serviço público, trabalhando nas administrações de Obama e George W. Bush. Quase todos os senadores democratas se encontraram com ela privadamente, mas Harris não. Harris lhe fez perguntas em público.

“Sei que não sou a única[312] com quem ela não quis se encontrar”, disse Duke, amplamente considerada como uma apolítica moderada. “Meu

entendimento é de que em geral ela não se encontrou com nenhum dos nomeados republicanos.”

Duke disse que as “perguntas de promotora” de Harris pareciam mais orientadas a criar manchetes do que a descobrir coletivamente a melhor maneira de avançar, o que a fez se perguntar: “Você está tentando coletar informações para supervisão ou está tentando denunciar?”

Duke foi confirmada em uma votação de 85 contra 14 em 2017, com Harris votando contra sua confirmação, e Feinstein, a favor. Ela serviu até abril de 2018, incluindo cinco meses em que atuou como secretária da Segurança Interna. Não fez nenhum comentário quando lhe perguntaram se, ao escolher Harris como parceira de chapa, Biden teria influenciado sua decisão de não apoiar publicamente o candidato indicado pelos democratas.

“Quando olhamos para o registro público dela, as audiências e a campanha, há uma raiva subjacente ali?”, perguntou Duke. “E isso vai ajudar ou dividir ainda mais o país em termos de se afastar da compaixão e avançar em direção à raiva?”

O estilo de liderança de Donald Trump como presidente era o mesmo que havia sido durante a campanha. Ele representava um papel em um reality show, com personagens e tramas suficientemente interessantes para manter o público atento e colado em frente à televisão. Quer tenha feito de forma intencional ou não, Harris foi uma entre os poucos democratas que jogaram o jogo de Trump. Ela estava se tornando um personagem facilmente identificável. Agia da mesma forma que Trump, roubando o holofote para dar seu recado ou mudar a narrativa.

Em circunstâncias normais, os legisladores são criticados por agir como políticos e procurar os holofotes. Talvez por ciúme ou competição, a autopromoção descarada é vista como um vício, não uma virtude. Mas, quando Trump assumiu a Casa Branca, Harris sobressaiu-se ao estardalhaço. Sua capacidade de criar frases de efeito fortes, vídeos virais e manchetes chamativas a promoveu da condição de figurante no show para a de estrela. Quanto mais os republicanos faziam de Harris o retrato público da resistência democrática, mais faziam a estrela dela se destacar. Os repórteres também contribuíram, explorando a narrativa que Harris ajudava a criar de que ela estava empenhada travando uma batalha ao estilo Davi contra Golias com Trump e sua administração.

O enredo era especialmente popular entre os repórteres que tinham corrido para Washington a fim de cobrir o drama de Trump para o público em casa. O que os perpetradores dessa narrativa frequentemente deixavam de lado era que Harris não era em absoluto a única democrata que combatia Trump e obtinha vitórias. Muitos outros legisladores democratas também estavam encurralando

funcionários do governo em diversas questões e provocando Trump o suficiente para que ele os identificasse.

Um era o congressista Adam Schiff, o democrata de Burbank, subúrbio de Los Angeles, que pensou em concorrer para a cadeira do Senado que Harris ganhou e agora liderava a versão da Câmara da investigação Trump-Rússia. Outra era a congressista por Nova York em seu primeiro mandato, Alexandria Ocasio-Cortez.

O Senado estava cheio de opositores a Trump, incluindo também pelo menos dois ex-promotores que não tinham nem de perto chamado tanta atenção para seus antecedentes quanto Harris. O senador Sheldon Whitehouse supervisionou dezenas de promotores como procurador da República para Rhode Island. Richard Blumenthal, de Connecticut, tinha sido procurador-geral do seu estado por mais tempo do que Harris na Califórnia. Todos os outros seis democratas do Intel eram hábeis em obter respostas mesmo das testemunhas mais hostis. O democrata mais graduado do comitê, senador Mark Warner, era particularmente bom nisso.

Alguns da velha guarda, como Feinstein, eram renomados por ser cuidadosamente preparados, fazendo perguntas embasadas e obtendo as respostas de que precisavam. Mas, enquanto Harris confiava no confronto direto, Feinstein agia mais por instinto.

Feinstein talvez tenha obtido o ponto alto das audiências Trump/Rússia durante seu interrogatório ao ex-diretor do FBI James Comey. A aparição de Comey, um dia depois da de Rosenstein, ocorreu em meio a relatos da mídia de que Trump o havia convidado para um jantar particular só com os dois, exigido lealdade de sua parte e depois, quando Comey recusou, demitiu-o sem motivo. O fato de Comey ter feito na época registros detalhados — e admissíveis pelo tribunal — de tudo tornou sua aparição especialmente significativa.

O mesmo aconteceu com o fato de Trump, em resposta a esses relatórios, insinuar em um tuíte que talvez houvesse gravações secretas da Casa Branca que desmentiriam Comey.

Comey passou horas depondo, muitas vezes dando respostas longas e às vezes digressivas a perguntas amistosas de democratas do comitê, inclusive de Harris. No meio de sua resposta a uma pergunta de Feinstein, ele disse "Veja, eu vi o tuíte[313] sobre as gravações. Deus, espero que haja gravações", antes de voltar ao assunto em pauta. Um vídeo desse diálogo foi postado na internet e visto por milhões de pessoas antes do fim do dia.

Em tempos normais, a audaciosa autoconfiança e a ambição sem remorso de Harris teriam gerado mais atritos dentro do ultracompetitivo Senado. Mas o momento de sua chegada acabou sendo providencial. Desde o início do 115º Congresso, os democratas do Senado logo perceberam que a administração

Trump representava uma ameaça muito maior que uns aos outros. A maioria se uniu em resposta.

Muitos dos funcionários que fazem o Senado funcionar achavam que Harris era bem mais acessível que a maioria dos seus colegas. Isso, por sua vez, gerava bons resultados para ela.

"Em minhas interações com ela[314], achei-a extremamente agradável e engraçada quando se trata de lidar com a equipe", disse o funcionário sênior de um senador democrata no Intel. "Muitos senadores têm uma atitude um tanto autoritária quando se trata dos funcionários, mas definitivamente não é o caso da senadora Harris."

Wyden e Harris criaram um vínculo especial. Os dois eram frequentemente vistos caminhando juntos e conversando pelos corredores do Senado; ele, com seu 1,93 metro, bem mais alto que Harris, que tem 1,57. Wyden, que foi para a faculdade com uma bolsa de estudos para jogar basquete, e Harris passavam grande parte de seu tempo livre falando sobre o time dela, o Golden State Warriors, e o dele, o Portland Trailblazers.

"Kamala Harris vem para fazer a diferença todos os dias[315]. Quer dizer, realmente todos os dias. Ela está preparada, tem foco, é inteligente, é eficaz. Faz seu dever de casa", disse Wyden. "E isso é o que há de mais valioso no Senado: saber quem está fazendo seu dever de casa e quem está apenas lançando comunicados de imprensa para provocar um estardalhaço de dez segundos e não é sério de verdade em relação ao trabalho."

Durante anos, Wyden seguiu obstinadamente linhas de questionamento que aumentavam a conscientização sobre uma série de questões e preocupações importantes. Ele tinha, por exemplo, denunciado por mais de 16 anos a ingerência excessiva do governo em matéria de vigilância, tortura, ataques com drones e outras questões de inteligência e judiciais nos Estados Unidos, ao levarem a cabo a guerra contra o terrorismo. Mas frequentemente se via derrotado por uma margem de 13 votos a dois ou até de 14 a um. Com Harris no comitê, Wyden encontrou uma aliada. Ela votava com ele em muitas das questões mais importantes apresentadas ao comitê, depois de fazer a própria pesquisa.

Embora na maior parte das vezes o voto de Harris não tenha sido suficiente para pender a balança, seu apoio fez uma grande diferença, ajudando Wyden a promover uma emenda que teria proibido o uso da Seção 215 do Patriot Act para coletar o histórico de pesquisas dos americanos na internet e seus registros de navegação na web. Eles perderam por um voto. Em janeiro de 2017, depois de ser reeleito para seu quarto mandato, Wyden levou a filha Scarlett para sua cerimônia de juramento na Antiga Câmara do Senado. A ruivinha de quatro anos provocou gargalhadas ao dar a Biden, que ministrava o juramento a senadores, um olhar estranho, mas desconfiado.

“Na verdade, eu mostrei para algumas pessoas no andar, porque elas tinham me perguntado sobre isso”, contou Wyden. “Então formamos um grupo, e todo mundo disse: ‘O que ela está fazendo ali?’ E Kamala interveio e respondeu: ‘Scarlett está olhando torto para o vice-presidente dos Estados Unidos, pessoal! É isso o que está acontecendo!’”

Pensando sobre o episódio mais tarde, Wyden concluiu que Harris realmente levou algo de novo para o Senado. Ela compartilha receitas, usa tênis, convida senadores para pequenos jantares em sua casa. Ela tem uma família interessante e adora basquete.

“Ela é uma pessoa muito boa de ter por perto.”

30

HARRIS *VERSUS* KAVANAUGH

Em 9 de outubro de 2017, a senadora Dianne Feinstein anunciou pelo Twitter que concorreria em 2018 a mais um mandato, embora não tivesse entendido exatamente como funciona o moderno mundo do Twitter. Ela tinha, na última contagem, 7.557 seguidores. Kamala Harris, adepta dos já não tão novos meios de comunicação, tinha 6,9 milhões. Isso seria útil.

Na Califórnia e em Washington, muitos democratas esperavam que Feinstein se afastasse, após uma célebre carreira no Senado que começou em 1992. No fim de mais um mandato de seis anos, ela teria 91 anos. Mas Feinstein acreditava que ainda tinha muito com que contribuir. Como a democrata mais importante na Comissão de Justiça do Senado, ela estava profundamente envolvida na confirmação e na ocasional rejeição de nomeados pelo presidente Donald Trump para cargos vitalícios na magistratura federal. Minutos depois do anúncio de Feinstein, Harris enviou uma carta de captação de fundos para seus próprios apoiadores, pedindo contribuições para a campanha de reeleição de Feinstein.

“Desde que ingressei no Senado, em janeiro, encontrei poucos aliados melhores que Dianne em nossa luta para deter o programa radical de Donald Trump”, escreveu Harris. “Ela se uniu a nós em todas as maiores lutas.”

Mas essa aliança estava prestes a ser posta à prova.

Kamala Harris não conseguiu obstruir a confirmação de Brett Kavanaugh para a Suprema Corte em setembro de 2018, embora não tenha sido por falta de tentativas. Naquela audiência, ela mostrou a um público mais amplo que não tinha medo de confrontar homens poderosos, que era uma guerreira e que compreendia a necessidade de consolar mulheres que haviam sido prejudicadas.

Os democratas sabiam fazer as contas. Com republicanos ocupando 51 das

cem cadeiras, o líder do Senado, Mitch McConnel, tinha os votos para confirmar Kavanaugh. Os democratas podiam, contudo, atrapalhar o processo. Harris ajudou nisso.

Quando as audiências de confirmação foram abertas na terça-feira, 4 de setembro de 2018, o senador por Iowa Chuck Grassley, presidente da Comissão de Justiça, tinha 84 anos, o segundo membro mais velho do Senado, um ano mais novo que Feinstein, a mais antiga democrata no comitê. Quando Grassley bateu o martelo anunciando a abertura das audiências, os democratas, a começar por Harris, o interromperam. Era evidente que aquilo era orquestrado.

"Não podemos prosseguir[316] com esta audiência, sr. Presidente", disse Harris, segundos depois da abertura de Grassley. Ela, como os outros democratas, ressaltou que os democratas tinham recebido 42 mil páginas relativas ao histórico de Kavanaugh apenas 15 horas antes e não tinham tido oportunidade de revisá-las.

Enquanto os manifestantes protestavam do lado de fora, alguns deles usando os trajes carmesim de *O Conto da Aia*, o senador democrata Cory Booker, de Nova Jersey, explodiu: "Sr. Presidente, qual é a pressa? O que estamos tentando esconder não tendo os documentos diante de nós?"

Grassley, em seu tom rústico, negou repetidamente os pedidos de adiamento, declarando-os inadequados, e a audiência prosseguiu. Senadores, especialistas jurídicos e testemunhas de caráter passaram quase sete horas dando intermináveis declarações de abertura e oferecendo suas opiniões, boas e más, sobre Kavanaugh.

Nos dias seguintes, os democratas procuraram obter informações de Kavanaugh, e ele evitou responder. Harris estava no meio disso, embora, em procedimentos marcados por rompantes e animosidade ela fosse, na verdade, uma das combatentes dóceis, muito provavelmente porque ainda era de longe o membro mais novo do comitê, que incluía Cory Booker e Amy Klobuchar, de Minnesota, ambos planejando campanhas presidenciais. Os comentaristas não resistiam em fazer piadas sobre como o trio estava encarando as audiências como uma plataforma de lançamento para cargos superiores. Os senadores republicanos pareciam se divertir menos com essa perspectiva, acusando os democratas de fazer pressão sobre os Kavanaugh injustamente para marcar pontos com seu partido e os eleitores, como se os republicanos não fossem fazer a mesma coisa se as circunstâncias estivessem invertidas.

A vez de Harris enfrentar Kavanaugh chegou tarde no primeiro dia inteiro em que os senadores tiveram a oportunidade de interrogá-lo. O questionamento dela provou-se confuso. "Juiz, o senhor já discutiu[317] sobre o procurador especial Mueller ou sua investigação [Trump/Rússia] com alguém?"

É claro, respondeu ele. Ele tinha discutido a investigação de Mueller com

outros juízes. Harris então perguntou se ele já havia discutido sobre isso com alguém do escritório do advogado pessoal de Trump, Marc Kasowitz. Kavanaugh ou não lembrava ou fez um bom trabalho fingindo que não. Enquanto ele se atrapalhava com respostas vagas e evasivas, Harris continuou. Em um momento de grande tensão, ela acrescentou: "Certifique-se de sua resposta, senhor."

Senadores republicanos se interpuseram. O senador Mike Lee, de Utah, interrompeu o interrogatório de Harris para dizer que os escritórios de advocacia têm tantos advogados e os mudam com tanta frequência que não se podia esperar que Kavanaugh se lembrasse.

"Eles estão em constante metástase", disse Lee. "Eles se separam, formam novos escritórios. São como coelhos. Criam novas firmas. Não há como esperar que esta testemunha saiba quem são todas as pessoas de um escritório."

Após um breve conflito entre outros senadores sobre quem podia interromper os procedimentos e em que momento, Harris voltou ao mesmo ponto: Kavanaugh conversou ou não com alguém do escritório do advogado pessoal de Trump?

"Acho que você pode responder essa pergunta sem me dar uma lista de todos os funcionários do escritório", disse ela.

Por fim, Harris concluiu que Kavanaugh não negara ter falado com alguém do escritório e seguiu em frente. A conversa se tornou uma das mais comentadas de toda a audiência. Mas foi, na melhor das hipóteses, inconclusiva. Kasowitz e outros afirmaram que tal conversa nunca tinha acontecido. Harris foi satirizada na mídia e pelos conservadores por tentar ser excessivamente dramática, apenas para ver seu plano caindo por terra. Embora seus assessores tenham dito que ela tinha informações específicas, essas informações nunca vieram a público. Ela parecia ter feito uma pergunta sem conhecer a resposta, algo que um promotor experiente não faria. Mas, se essa linha de questionamento fracassou, ela encontrou uma maneira de se recuperar.

Harris tinha encontrado um artigo de opinião que Kavanaugh havia escrito em 1999 para o *Wall Street Journal* sobre um processo judicial obscuro, em que ele usou a expressão "sistema de despojos raciais" duas vezes. Ela perguntou a Kavanaugh o que a expressão significava. Ele se esquivou, e ela repetiu a pergunta, e ele se esquivou outra vez. Isso aconteceu mais quatro vezes, e Harris finalmente desistiu, mas não sem antes dar um sermão no juiz federal.

— O senhor deveria saber que[318], no mesmo ano em que escreveu seu artigo de opinião, uma revista publicou uma matéria de capa... uma revista que é descrita como uma publicação supremacista branca... sobre os chamados, abre aspas, sistemas de despojos raciais, fecha aspas, de ação afirmativa, o duplo padrão no crime, sensibilidade em relação a deficiências negras e tudo o mais. — Harris também citou os escritos de um "autoproclamado eurocentrista" que se

referiu a “despojos raciais”.

Ela ressaltou que um juiz da Suprema Corte deveria estar ciente de que certos termos “são carregados e associados a determinada perspectiva e, por vezes, determinada pauta política”.

— Bem, entendo seu ponto de vista — respondeu Kavanaugh. — E agradeço.

Harris então se voltou para casos de grande repercussão nos quais a Suprema Corte sustentou que os estados não podiam proibir pessoas casadas ou solteiras de usar contraceptivos. Ela perguntou a Kavanaugh de seis maneiras diferentes se ele acreditava que as causas tinham sido corretamente decididas. Ele também se esquivou dessas questões, até que Harris o encurralou dizendo que o juiz-chefe da Suprema Corte, John Roberts, bem como o juiz Samuel Alito acreditavam que o assunto tinha sido decidido corretamente.

— Isso é o que eles dizem — respondeu Kavanaugh, embora continuasse vago sobre se o direito à privacidade havia sido corretamente aplicado ao uso de contraceptivos.

— O senhor acredita que o direito à privacidade protege o direito de uma mulher de interromper uma gravidez? — perguntou ela.

Kavanaugh ficou desconcertado. Harris citou as palavras de Ruth Bader Ginsburg em sua audiência de confirmação de 1993: “Isso é algo central para a vida de uma mulher, para sua dignidade. É uma decisão que ela deve tomar por si própria. E, quando o governo controla essa decisão por ela, a mulher está sendo tratada como menos do que um ser humano completamente adulto responsável por suas próprias escolhas.”

Kavanaugh continuou se esquivando, muito provavelmente porque pensava saber aonde Harris queria chegar. Na verdade, Harris ia por um caminho que pegou Kavanaugh desprevenido.

“Respeitosamente, juiz, no que diz respeito a esta audiência, o senhor não está respondendo à questão, e podemos seguir em frente”, disse Harris.

De uma maneira que pareceu quase improvisada, ela perguntou:

— O senhor consegue pensar em quaisquer leis que deem ao governo o poder de tomar decisões sobre o corpo masculino?

Kavanaugh se fez de desentendido, perguntando se ela tinha uma questão mais específica.

— Vou repetir a pergunta — disse Harris. — O senhor consegue pensar em quaisquer leis que deem ao governo o poder de tomar decisões sobre o corpo masculino?

Encurralado, com um público calado e as câmeras bem perto do rosto, ele respondeu:

— Eu não... eu não... não consigo pensar em nenhuma neste momento, senadora.

Claro que ele não conseguia. Não existem tais leis.

O diálogo foi objeto de atenção nos noticiários aquele dia. Comentaristas dos canais a cabo discutiram sobre o assunto. Ele se tornou um momento viral clássico. A Planned Parenthood e outros defensores dos direitos das mulheres de controlar seus próprios corpos o reproduziram em suas páginas.

Ao contrário de Kavanaugh, o homem de Yale que se formou como o primeiro da classe, Harris frequentou uma faculdade pública de direito no bairro de Tenderloin, em São Francisco, e definitivamente não foi a primeira da turma. Mas ela conhecia a lei bem o bastante e demonstrava a habilidade de um advogado litigante de fazer perguntas que iam ao cerne da questão.

No entanto, foi uma pequena vitória, certamente não o suficiente para comprometer a confirmação de Kavanaugh. Outra revelação, desconhecida por todos os senadores exceto Dianne Feinstein, teria um impacto no processo.

Em 5 de julho de 2018, Christine Blasey Ford, uma professora de psicologia de Palo Alto, Califórnia, ligou para a recepcionista de sua congressista, Anna Eshoo, querendo passar uma informação sobre o que Kavanaugh havia feito com ela quando ele tinha 17 anos, e ela, 15, cerca de quarenta anos antes. Ela também queria impedir de alguma forma o que temia que ia acontecer: que Kavanaugh fosse nomeado para a Suprema Corte dos Estados Unidos. Também queria permanecer anônima. Quatro dias depois, o presidente Trump fez o que Blasey Ford temia, nomeando Kavanaugh.

Ford contou sua história para Eshoo em 20 de julho. Eshoo ligou para Feinstein para informá-la sobre o caso, sem revelar o nome de Blasey. Feinstein pediu a Eshoo para orientar sua eleitora a escrever a história em uma carta. Ela escreveu. Feinstein, honrando o pedido de confidencialidade de Blasey Ford, manteve a carta fechada, deixando de contar sobre ela até mesmo para os líderes democratas. O tempo estava passando. Em seu livro sobre a confirmação de Kavanaugh, *Supreme Ambition*, Ruth Marcus, do *Washington Post*, escreve que, em 9 de setembro, com a confirmação de Kavanaugh parecendo garantida, Eshoo falou com Harris, contou-lhe sobre a carta e disse "que nada pareceu ter sido feito sobre a alegação".[319]

Harris, escreve Marcus, ficou furiosa e ligou para Feinstein "exigindo respostas sobre essa carta secreta"[320]. Senadores democratas se reuniram em particular e confrontaram Fenstein. Marcus cita Harris dizendo a Feistein que haveria repercussões: "Você precisa resolver isso."[321]

Nos dias seguintes, pedaços da história começaram a vazar no *The Intercept* e no *The New Yorker*. Então, em 16 de setembro, Blasey Ford veio a público com suas alegações[322] em uma matéria explosiva no *Washington Post*. Blasey Ford não se lembrava de todos os detalhes do que acontecera quarenta anos antes ou

mesmo o ano. Mas ela alegava que Kavanaugh e seu amigo de escola preparatória Mark Judge a levaram para um quarto no segundo andar durante uma festa em um subúrbio rico de Washington e que Kavanaugh a imobilizou e apalpou enquanto tentava despi-la. Quando ela tentou gritar, contou, um Kavanaugh bêbado tapou-lhe a boca com a mão para silenciar seus gritos.

"Pensei que ele poderia inadvertidamente me matar", a matéria do *Washington Post* citava suas palavras. Ford disse que escapou quando alguém pulou em cima deles, jogando todos no chão.

As alegações deflagraram uma notável série de acusações entre partidários de Blasey Ford e Kavanaugh. Democratas e republicanos na Comissão de Justiça discutiram e trocaram farpas, e pessoas dentro e fora do Senado questionaram por que Feinstein deixou de informar o resto do mundo sobre as alegações contidas na carta de Blasey Ford.

Feinstein respondeu com uma declaração: "Essa pessoa solicitou veemente[323] confidencialidade, recusou-se a se apresentar ou levar a questão adiante, e honrei essa decisão. No entanto, remeti o assunto para autoridades federais de investigação."

Quando Kavanaugh foi obrigado a retornar à comissão, em 27 de setembro, para responder às alegações de Blasey Ford, os dois se sentaram lado a lado nas mesas das testemunhas. Cada um deu um depoimento muito diferente, mas igualmente instigante.

Valendo-se de sua experiência como uma promotora que segurou nas mãos de vítimas de crimes sexuais, Harris começou pedindo desculpas a Blasey Ford pelo tratamento que os republicanos lhe dispensaram, na tentativa de neutralizá-la por ser uma ameaça à confirmação de Kavanaugh.

"Dra. Ford, em primeiro lugar[324], apenas para que possamos deixar tudo bem claro, a senhora sabe que não está em julgamento. (...) A senhora está sentada aqui perante os membros da Comissão de Justiça do Senado dos Estados Unidos porque teve a coragem de se apresentar, porque, como, a senhora disse, acredita que esse era seu dever cívico." Harris então guiou Blasey Ford por uma série de perguntas, como faria com qualquer vítima de agressão sexual.

Voltando-se para Kavanaugh, Harris tentou extrair dele um compromisso de que ele ia pedir à Casa Branca para ordenar que o FBI fizesse uma investigação suplementar sobre os antecedentes, de modo a, de uma vez por todas, chegar ao fundo das alegações. Ela não obteve sucesso. No dia seguinte, a Comissão de Justiça controlada pelos republicanos votou para enviar sua confirmação para o plenário do Senado, e em 6 de outubro de 2018 Kavanaugh foi confirmado pela menor margem da história do tribunal, cinquenta a 48.

Na audiência de Kavanaugh, houve o inconfundível eco da confirmação de

Clarence Thomas em 1991, quando Kamala Harris era promotora de justiça interina em Oakland. Naquela ocasião, a professora de direito Anita Hill foi a testemunha relutante. Em 2018, Blasey Ford, a professora de psicologia, não queria depor. Em 1991, Dianne Feinstein viu Hill testemunhar na televisão enquanto esperava por um voo no Aeroporto de Heathrow. A reação dos eleitores contra o tratamento que Hill recebeu dos homens no Senado ajudou Feinstein a ganhar a eleição para o Senado em 1992, "O ano da mulher". Vinte e seis anos depois, como senadora, ela assumiu o compromisso de reter a carta de Blasey Ford, por preocupação com o impacto que teria na vida de Blasey e porque procurava proteger seu pedido de confidencialidade. Harris também se preocupava com o impacto sobre Blasey, mas ainda assim acreditava que a alegação central precisava ser investigada.

Em 2019, a revista *Time*[325] listou Kavanaugh e Blasey Ford entre as cem pessoas mais influentes do ano anterior. Mitch McConnell escreveu a sinopse que acompanhou a foto de Kavanaugh. Ele se referiu a "partidarismo desequilibrado e interesses especiais" que procuravam "distrair" o Senado de considerar suas excelentes credenciais. Harris escreveu a sinopse que apareceu junto da foto de Blasey Ford:

> Sua história, contada enquanto ela continha as lágrimas, sacudiu Washington e o país. Sua coragem, diante daqueles que quiseram silenciá-la, galvanizou os americanos. E seu incomensurável sacrifício, movido por um senso de dever cívico, jogou um holofote na maneira como tratamos sobreviventes de violência sexual. A ambição de Christine Blasey Ford não era se tornar um nome famoso ou fazê-lo ingressar nesta lista. Ela tinha uma vida boa e uma carreira de sucesso — e arriscou tudo para enviar um alerta em um momento de grave consequência. Na sua essência, ela é uma professora. E através de sua coragem forçou o país a lidar com uma questão que, com demasiada frequência, foi ignorada e mantida no escuro.

Deixando de lado a tensão resultante da maneira como Feinstein lidou com a carta de Blasey Ford, Harris manteve-se firme em seu apoio à reeleição de Feinstein, que ganhou mais um mandato de seis anos em novembro de 2018.

31

UMA MORTE NA FAMÍLIA

Desde que deixou o procurador-geral Jeff Sessions atordoado, Kamala Harris se tornou a favorita de Samantha Bee, Stephen Colbert e outros humoristas de programas exibidos tarde da noite. Ela também começou a se tornar cada vez mais alvo de comentaristas da Fox News, Donald Trump e de pessoas em sua órbita. Jason Miller, um fiel apoiador do presidente Trump e comentarista na CNN, acusou Harris de estar "histérica" durante o interrogatório dela a Sessions, uma caracterização classicamente sexista.

"Sério? Sério[326], se alguém estava histérico, talvez tenha sido o velho dizendo que as perguntas dela o assustavam", disse Colbert, defendendo Harris em um episódio.

O interrogatório de Harris a Sessions a colocou em posição de destaque na multidão de senadores democratas. Sua estrela brilhou ainda mais após seu desempenho nas audiências de confirmação de Kavanaugh. Nas últimas semanas da campanha de meio de mandato de 2018, ela estava sendo muito solicitada. Atendia a todas as solicitações possíveis, muito embora, sem que seu público soubesse, estivesse mais uma vez se confrontando com a fragilidade da vida. Um de seus funcionários mais próximos estava com câncer, e Harris estava calmamente ciente de que ele tinha poucas chances de sobreviver.

Por fora, Harris continuava a seguir em frente. Contemplando claramente uma corrida presidencial, ela fazia paradas em todos os estados mais importantes: Iowa, New Hampshire, Carolina do Sul, Nevada. Com a aproximação do dia das eleições, Harris gastou pelo menos 709.500 dólares de seus fundos de campanha para ajudar candidatos democratas ao Senado e à Câmara e fez doações a partidos e candidatos estaduais na Flórida, Winsconsin, Pensilvânia, Michigan, Iowa, New Hampshire, Carolina do Sul e no seu Condado de Orange, Califórnia.

Repórteres estavam lá na Carolina do Sul em 19 de outubro de 2018 quando Harris condenou os esforços republicanos para desmontar o Affordable Care Act e forças anônimas que semeavam "ódio e divisão"[327]. A multidão cantou "Parabéns" para ela na véspera de seu aniversário de 54 anos. Uma semana antes, Joe Biden visitara a Carolina do Sul, o estado que o lançou à nomeação presidencial democrata, como fizera com Hillary Clinton e com Barack Obama antes dele.

Ao longo do caminho, Harris propôs um corte nos impostos da classe média, destinado a ajudar pessoas que ganhassem cem mil dólares ou menos, e um aumento nos impostos cobrados aos grandes bancos. Sua proposta tinha como objetivo neutralizar a redução de impostos que o presidente Trump e deputados republicanos haviam aprovado em 2017. O corte de impostos de Trump beneficiou muito as corporações e os cidadãos ricos, mas, ao limitar deduções federais para impostos estaduais e locais, prejudicou pessoas na Califórnia, Nova York e outros estados que têm elevados valores de propriedade e que cobram altos impostos de renda estaduais.

Da Carolina do Sul, ela voou para Iowa. Maeva Reston, da CNN, estava em Cedar Rapids em 23 de outubro, relatando que uma jovem professora de inglês disse a Harris que ela "havia falado em nome de todas as mulheres[328] que sofreram abuso sexual quando questionou o então nomeado para a Suprema Corte Brett Kavanaugh e Chritine Blasey Ford".

Harris convidou a mulher a se aproximar e envolveu-a em um abraço enquanto a mulher chorava.

Reston ofereceu sua análise: "Está cedo demais para avaliar a viabilidade de Harris dentro de um enorme campo de candidatos prováveis para 2020. Mas, com seu estilo de promotora e sua conduta inabalável durante as audiências de Kavanaugh, ela claramente estabeleceu uma conexão única com as mulheres, que poderia servir como uma poderosa força motriz em sua campanha, caso decida concorrer."

Sob a manchete "Kamala Harris pode ser o antídoto para Trump"[329], a colunista do *Des Moines Register* Rekha Basu fez um editorial sobre a entusiasmada recepção que Harris estava tendo em Iowa, depois de seu desempenho nas audiências de confirmação de Brett Kavanaugh na Comissão de Justiça do Senado. Basu escreveu: "E, quando, a certa altura, ela saiu frustrada da sala de audiência, deu voz a mulheres em toda parte que se sentiam da mesma maneira. Foi possível ouvi-la dizer no corredor: 'Não posso mais ficar aqui sentada e fazer parte disso. Era muito repulsivo que estivessem promovendo aquilo.'"

O editorial continuava: "Ela surge como alguém perspicaz e inteligente, calorosa, apaixonada e, talvez principalmente, alguém que incorpora as

aspirações e lutas de todos os americanos." E ainda: "Ouvir Harris discursar perante a Coalizão Asiático-Latina de Iowa mais cedo trouxe-nos lembranças do poder transcendente do primeiro presidente de raça mista da América e de sua afirmação de que havia apenas uma América. Ultimamente isso não tem soado verdadeiro. Mas imagine acrescentar uma perspectiva feminina à origem diversificada de Barack Obama."

Edward-Isaac Dovere, que estava entre os repórteres que acompanhavam Harris em Iowa, escreveu no *The Atlantic* em 26 de outubro de 2018 que ela era recebida "onde quer que ela tenha estado[330], e nos aeroportos pelo caminho, por mulheres de todas as idades e raças, gritando; dizendo obrigada; contando-lhe as próprias histórias."

E ele citou suas palavras: "É uma questão de diagnóstico e depois precisa haver tratamento, certo? É também falar a verdade — o diagnóstico: você tem câncer. Então essa é a verdade; agora vamos lidar com ela. Qual o tratamento necessário? Negar a questão e não falar a verdade significa deixar infeccionar."

A declaração era ao mesmo tempo metafórica e literal. O monstro que é o câncer estava em sua cabeça naquela semana.

Como muitos rapazes atraídos pelo trabalho na política, Tyrone Gayle era inteligente, esforçado, astuto e idealista. Tinha um sorriso cativante, sabia ser engraçado e ter a língua afiada com um repórter que o aborrecesse. Em 2012, ele trabalhou para eleger Tim Kaine para o Senado Federal pela Virgínia. Em 2014, foi assessor de imprensa da Comissão da Campanha Democrática no Congresso. Na campanha presidencial de 2016, foi um dos principais assessores de imprensa de Hillary Clinton.

Durante a campanha de 2016, Gayle foi diagnosticado com câncer de cólon, mas, após o tratamento, pareceu ter derrotado a doença. Em 2017, a recém-eleita senadora Kamala Harris o contratou como seu primeiro assessor de imprensa. Ele logo se tornou essencial para a operação de Harris e para a vida dela em Washington. Ele a ajudou a moldar sua estratégia de mídia e acompanhar as notícias de que precisava saber. Eles também compartilhavam uma herança comum. Os pais dele eram imigrantes jamaicanos, assim como o pai dela. Ele a ajudou a montar sua playlist no Spotify. Enquanto as preferências dela iam para Bob Marley e hip-hop, ele a convenceu de que valia pena ouvir Boyz II Men.

Então seu câncer de cólon reapareceu, sem dúvida lembrando Harris das batalhas de sua mãe com o câncer em 2009. Embora Tyrone muitas vezes não tivesse escolha senão se ausentar do escritório, ela fez questão de mantê-lo em seu círculo, enviando-lhe mensagens de texto, ligando para ele, solicitando seu conselho, dizendo-lhe que ele estava bonito quando seu cabelo caiu e ele perdeu peso. Em 5 de maio de 2018, ela o felicitou pelo casamento com o amor de sua

vida, Beth Foster. Harris e o marido tinham feito um chá de panela para o casal em abril e lhes deram um vaso de cristal. Beth e Tyrone tinham se conhecido em 2012, quando ela trabalhava na campanha de reeleição do presidente Obama e Gayle trabalhava para o senador Kaine.

Pouco menos de seis meses depois, em 25 de outubro de 2018, Lily Adams, amiga de Gayle e diretora de comunicação de Harris, recebeu um telefonema de Beth Foster Gayle. A situação estava péssima. Adams entrou em seu carro e dirigiu para Nova York. Ela também deu a notícia a Harris. A senadora cancelou todas as obrigações que tinha naquele dia, 13 dias antes das eleições de meio de mandato, e rumou para o Aeroporto de Washington para pegar uma ponte aérea para Nova York e se dirigir ao Memorial Sloan Kettering Cancer Center, no Upper East Side de Manhattan.

Beth Foster Gayle contou a história para Anderson Cooper, da CNN.

"E discretamente ela entrou[331] no quarto do hospital. Segurou a mãos de Tyrone. Contou histórias engraçadas sobre ele. E disse 'Até mais'.

"E ela me abraçou no instante em que todo o meu mundo desmoronava. E olhou bem dentro dos meus olhos e me disse que me protegeria para sempre. E, enquanto eu viver, nunca me esquecerei desse momento."

Com as eleições se aproximando, Trump retornou a seu velho manual de estratégia, atacando imigrantes e tentando atiçar os medos dos eleitores. Ele advertiu que uma suposta caravana de imigrantes vinda da América Central estava a caminho do norte. Como se uma invasão estivesse chegando, o comandante enviou soldados, supostamente para defender a fronteira meridional contra imigrantes desarmados, miseráveis e desesperados.

Em 26 de outubro, um dia depois da morte de Gayle, emergiram evidências de que a belicosidade de Trump havia causado estragos nas mentes de pessoas já nervosas. Nesse dia, em Plantation, Flórida, autoridades federais prenderam Cesar Sayoc Jr., um antigo pugilista e stripper que estava vivendo em uma van coberta de anúncios pró-Trump e mensagens condenando a mídia e os democratas. Ele foi acusado de enviar bombas para vários democratas proeminentes críticos ao presidente Trump, entre os quais Harris. Cada pacote tinha uma foto do destinatário pretendido, com um X vermelho sobre o rosto. Nenhum foi despachado, e Sayoc foi condenado a vinte anos de prisão em 2019.

Harris levou adiante sua atividade política, aparecendo em Atlanta, onde falou na Spelman College, a mais antiga faculdade particular de artes liberais voltada para mulheres e historicamente negra dos Estados Unidos:

"Podemos honrar os ancestrais[332] votando cedo. E certamente, nos próximos dez dias, podemos enviar uma mensagem de que, se alguém estiver tentando suprimir o nosso voto, votaremos para retirá-los de seus cargos. Porque

essa é uma luta pela qual vale a pena brigar.”

Nos dias seguintes, ela visitaria a Flórida, onde fez campanha por democratas como o senador Bill Nelson e o prefeito de Tallahassee, Andrew Gillum, que estava concorrendo para governador (ambos perderam); Wisconsin, onde fez campanha pela derrota do governador republicano Scott Walker (ele também perdeu); novamente Iowa; Arizona; e vários outros estados. Os democratas recuperaram o controle da Câmara dos Deputados em 2018, mas não o Senado. Ela continuaria fazendo parte da minoria.

Contudo sua estrela brilhava cada vez mais e ela pretendia vencer a maior de todas as disputas. Primeiro, porém, tinha uma parada importante a fazer.

No fim de semana após o dia da eleição, a família e os amigos de Tyrone Gayle se reuniram para um memorial no Howard Theatre, não muito longe de onde Harris se tinha se formado. Em seu discurso fúnebre para Gayle, Harris o chamou de “um guerreiro, um guerreiro gentil, amável”[333]. Ela disse: “Ele compreendia que nós que ocupamos esses cargos políticos poderosos temos uma responsabilidade sagrada de fazer tudo o que pudermos por aqueles que não estão ocupando esses cargos.” E acrescentou: “Ele me tornou uma servidora pública melhor. E uma pessoa melhor.”

32

“PELO POVO”

Kamala Harris, seus conselheiros mais próximos e sua família se reuniram no apartamento de Maya Harris no Park Hyatt Residence, em Manhattan, perto do Central Park, em 28 e 29 de julho de 2018. Eles estavam ali para discutir o que os consultores de Harris — Ace Smith, Sean Clegg, Juan Rodriguez e Dan Newman — vinham chamando de a “Coisa”. Ela devia fazer a Coisa? E se ela fizesse a Coisa? Como se desenrolaria a Coisa? Qual efeito teria a Coisa sobre seu trabalho e suas vidas?

A Coisa era a decisão mais relevante da carreira de Harris e provavelmente da deles: se ela devia concorrer para presidente dos Estados Unidos. Maya Harris; Tony West; Doug Emhoff; Smith; Clegg; Rodriguez; e o chefe de gabinete de Harris no Senado, Nathan Barankin; o sucessor dele, Rohini Kosoglu; a diretora de comunicações de Harris, Lily Adams; e alguns outros se reuniram na sala de conferências do prédio e fizeram suas melhores análises. O pesquisador de opinião pública David Binder, que fizera o mesmo trabalho para Obama, havia feito uma análise profunda. Participantes de grupos focais disseram que ela surgia como forte e dotada de autoridade moral, em oposição ao presidente Trump, que não era confiável.

A competição entre democratas seria dura, mas sua experiência de vida, sua carreira como promotora e sua posição a favor dos imigrantes podiam diferenciá-la. Sua equipe de captação de fundos acreditava que, com suas conexões com a área da Baía e Los Angeles — o caixa eletrônico para candidatos presidenciais democratas —, Harris teria uma vantagem para angariar fundos.

Harris mais ouviu do que falou, embora mais de uma vez tenha dito ao grupo que, caso decidisse se candidatar, o faria para vencer. Ela não estava interessada em disputar o segundo lugar. Mais importante, não queria perder para Donald

Trump. Derrotar Trump era a questão existencial. Ela entendia que uma pequena fração de candidatos a presidente conseguia alguma vez a nomeação do partido e que sua chance de entrar na eleição geral seria de no máximo 10%. Ela precisava querer disputar e saber por que estava disputando. Se chegasse às eleições gerais, queria estar o mais certa possível de que seria uma candidata forte.

Em 2017, a Legislatura do Estado da Califórnia votou para transferir as primárias do estado para a primeira terça-feira depois da primeira segunda-feira de março, um passo que sua equipe de campanha ajudou a coreografar. Se Harris decidisse fazer a Coisa, ela achava que teria uma vantagem sobre os concorrentes no seu estado natal. Ela precisava se sair muito bem em Iowa e New Hampshire, melhor em Nevada e vencer na Carolina do Sul. Isso lhe daria impulso para as primárias de 3 de março na Califórnia, tão rica em delegados. Com uma vitória na Califórnia, seria difícil detê-la.

Ninguém era animador de torcida. Todos eles tentavam permanecer sóbrios com relação ao caminho a seguir. No último dia, coube a Tony West apresentar as desvantagens. Haveria um dano emocional e físico. Harris precisava saber que uma campanha completa desnudaria a ela e à sua família e que cada palavra que ela pronunciasse seria examinada como nunca antes. Era um risco enorme, não só para ela como para todas as pessoas que amava, inclusive os filhos de Doug, seus enteados. Todos eles seriam objeto da investigação da oposição. Harris estava no Senado havia menos de dois anos. Ela não deveria construir um currículo maior? E se eles dessem uma festa e ninguém comparecesse? Isso poderia prejudicar sua posição e talvez comprometer sua carreira.

No fim das contas, a política que tinha sido criticada algumas vezes por ser excessivamente cautelosa decidiu mergulhar. De corpo inteiro.

Harris correu durante os meses seguintes, embora a corrida fosse controlada e calculada. Enquanto sua equipe de campanha contratava novos funcionários e alugava discretamente um espaço para ser sua sede em Baltimore, Harris fazia campanha desde as audiências de confirmação para o juiz da Suprema Corte Brett Kavanaugh, em setembro, até as viagens de campanha, atropelando candidatos que concorreriam nas eleições de meio de mandato de 2018, muitos deles em estados relevantes para as primárias presidenciais democratas.

Em audiências de comitês naquele outono e início de inverno, ela questionou a administração Trump com relação ao tratamento dispensado a refugiadas grávidas em custódia na fronteira e exigiu que o Departamento de Segurança Interna reunisse as crianças que haviam sido separadas de seus pais. Introduziu uma legislação para requerer que a patrulha de fronteira e os agentes do Serviço de Imigração e Fronteiras usassem câmeras corporais e foi uma das autoras da legislação antilinchamento aprovada no Senado. Harris percorreu a destruição

causada pelo Camp Fire, que matou 86 pessoas naquele outono e devastou a cidade de Paradise, no norte da Califórnia. Um incômodo negócio inacabado na Califórnia veio à luz. No início de dezembro de 2018, o *Sacramento Bee* relatou que em 2017, depois que Harris tomou posse como senadora, o procurador-geral da Califórnia, Xavier Becerra, resolveu uma demanda por assédio contra o diretor de Harris da Divisão de Cumprimento da Lei num acordo de quatrocentos mil dólares. Ele tinha ido com ela, como parte de sua equipe no Senado. O acordo foi constrangedor para a senadora em diversos aspectos, ao menos em parte porque afetava seu papel como gestora. Seus assessores disseram que ela não sabia que a queixa havia sido apresentada, muito menos que tinha sido objeto de um acordo. Mas a Divisão de Cumprimento da Lei é uma parte importante do Departamento de Justiça da Califórnia e seu diretor responde perante o procurador-geral. Harris obrigou o assessor a se demitir de sua equipe no Senado depois que a matéria do *Bee* foi publicada. Ele a acompanhara desde que ela era promotora de justiça de São Francisco, em meados dos anos 2000. Hora de seguir em frente. Em dezembro, ela visitou o Afeganistão.

Em março de 2017, dois meses depois de prestar juramento no Senado Federal, Harris transferiu mais de um milhão de dólares que sobraram na sua conta bancária de campanha como procuradora-geral para outra conta bancária, chamada “Harris para Governadora 2026”, só por precaução. O dinheiro estava parado lá em 2018, depois que ela tomou a decisão de concorrer à presidência. Então ela o doou às suas instituições filantrópicas favoritas: cem mil para a Los Angeles Brotherhood Crusade, que ajuda residentes de baixa renda; 71 mil para a Coalition for Human Immigrant Rights of Los Angeles; cem mil para um fundo de bombeiros; cinquenta mil para a Anti-Recidivism Coalition; 41 mil para o California Peace Officers’ Memorial, que cuida de um monumento em frente ao capitólio que inclui os nomes de todos os agentes das forças da ordem da Califórnia que foram mortos no cumprimento do dever, entre eles Isaac Espinoza; e 37.500 dólares para os United Farm Workers. Ela doou dinheiro para organizações que promovem a educação científica para meninas, abrigam vítimas de violência doméstica e fornecem serviços a trabalhadores domésticos. A doação foi generosa e astuta. Cada instituição beneficiada poderia ajudar um candidato concorrendo em uma primária na Califórnia em março de 2020.

Embora Harris não tivesse anunciado formalmente sua candidatura, o *New York Times*, o *Washington Post* e outros jornais informaram em notícias de fim de ano que ela estava se preparando para concorrer, assim como os senadores Cory Booker, Kirsten Gillibrand e Elizabeth Warren. Bernie Sanders também estava na disputa, e era provável que Joe Biden também concorresse. A CNN identificou 29 potenciais candidatos democratas à presidência, entre os quais quatro eram da Califórnia.

O lançamento de sua autobiografia, *The Truths We Hold*, no início de 2019, gerou algum burburinho e muitas perguntas. O título foi intencional. Os temas da campanha seriam verdade e justiça, embora, ao falar sobre o livro em entrevistas, ela tenha dito aos entrevistadores que não estava preparada para fazer nenhum anúncio sobre seus planos naquele momento.

Em 9 de janeiro de 2019, durante uma aparição matinal no talk show da ABC *The View*, uma das apresentadoras, Whoopi Goldberg, iniciou dizendo:

— Então, eu preciso perguntar[334]: você está concorrendo?

— Tenho o prazer de anunciar no *The View* que não estou pronta para fazer meu anúncio — respondeu Harris, sorrindo. Todos deram gargalhadas. — Estou muito tentada — disse Harris depois que o riso cessou. — Mas ainda não estou pronta.

Ela esperou para fazer seu anúncio no programa da ABC *Good Morning America* no dia 21 de janeiro, o feriado nacional em homenagem a Martin Luther King Jr. "Os americanos merecem[335] ter alguém que vai lutar por eles, enxergá-los, ouvi-los, que vai se importar com eles, que se preocupará com suas experiências e os porá à frente dos interesses pessoais", disse Harris.

Seu comício inicial foi no domingo seguinte, 27 de janeiro, em Oakland. Seus consultores sabiam como organizar um espetáculo naquela cidade, tendo feito isso em outubro de 2007, quando gerenciavam a campanha presidencial de Hillary Clinton na Califórnia e atraíram 14 mil pessoas para o centro de Oakland. Eles trabalharam assiduamente para garantir que a multidão de Harris fosse ainda mais impressionante, e foi. Bandeiras americanas e bandeirolas vermelhas, brancas e azuis enfeitavam a Prefeitura de Oakland; o sol brilhava e vinte mil pessoas compareceram. Harris falou sobre Martin Luther King Jr. e lembrou que Shirley Chisholm havia feito seu histórico anúncio como a primeira mulher a concorrer à presidência mais de quarenta anos antes.

O discurso de Harris foi cheio de temas e menções populistas de heróis afro-americanos. Ela disse à multidão que tinha nascido no hospital Kaiser Permanente, não muito longe dali, e havia trabalhado nos tribunais de Oakland como promotora de justiça adjunta do Condado de Alameda, declarando como ficara orgulhosa quando se levantou em um tribunal e disse: "Kamala Harris. Pelo povo."

Pelo povo foi seu tema naquele dia. Ele estava destinado a refletir a base de sua candidatura.

"Estou me candidatando para presidente[336], do povo, pelo povo e para todo o povo", afirmou ela.

Um dos rostos na multidão era o de Jackie Phillips, o diretor da Cole School em Oakland, que conhecera Harris como uma adolescente que estava sempre

pronta para se divertir, mas também determinada a fazer alguma coisa de si mesma. Ela era “indescritivelmente orgulhosa”.

O evento recebeu críticas entusiasmadas. Até o presidente Trump, aficionado de grande multidões, reconheceu em entrevista ao *New York Times* que o evento de Harris em Oakland tinha sido “a melhor abertura até agora”[337].

Esse era o jeito de Harris: entrar cedo na corrida, mostrar força e, talvez, diluir o campo. Havia muitas promessas. Ela começou bem. Mas uma corrida estadual na Califórnia era uma coisa. Uma campanha nacional era outra muito diferente.

33

TIMING É TUDO

A Fox News proclamou que Kamala Harris era a favorita menos de duas semanas depois que ela anunciou sua candidatura. Isso não era verdade naquele momento, ou em momento algum. Joe Biden foi o favorito do começo ao fim. Mas Harris estava entre os primeiros, e isso significava que estava sendo avaliada como nunca antes.

Jornalistas e comentaristas questionavam se ela tinha sido uma promotora tão boa como dizia ter sido. Alguns se perguntavam se ela fora boa demais e se tornara tão severa e dura que lhe faltaria a afinidade com as pessoas que Obama teve no percurso, e não seria capaz de se conectar com seu próximo júri, o povo americano. O *Los Angeles Times* perguntou a Feinstein se ela apoiaria Harris. A senadora sênior condenou Harris com um elogio vago: “Sou uma grande fã[338] da senadora Harris e trabalho com ela. Mas ela é muito nova aqui, de modo que é preciso de um pouco de tempo para chegar a conhecer alguém.” Biden era o candidato dela.

Harris baseou sua campanha em Baltimore, embora não tivesse nenhuma conexão com a cidade. Ela sabia que nos Estados Unidos as notícias viajam de leste a oeste e que para ser levada a sério ela precisava estar no leste. Maya Harris era presidente da campanha no leste, enquanto a maior parte dos conselheiros de Harris permanecia em São Francisco. Juan Rodriguez, que havia comandado sua campanha para o Senado, era o coordenador da campanha. Ele ainda não tinha nem 35 anos. Nascido em Burbank, Rodriguez é filho de imigrantes de El Salvador que vieram para os Estados Unidos aos 19 anos para escapar da violência em sua terra natal e buscar uma vida melhor. Sua mãe trabalhava como faxineira. O pai era carpinteiro. Ele entrou para a Universidade da Califórnia em Los Angeles e obteve o grau de mestre em administração de

empresas na Universidade Pepperdine, em Malibu, e trabalhou como estagiário para o prefeito de Los Angeles Antonio Villaraigosa antes de crescer na organização de Harris.

Na campanha, facções concorrentes logo se desenvolveram. Revezes, inclusive alguns autoinfligidos, causaram fissuras. Harris tinha o hábito de se esquivar de repórteres e chegar atrasada a eventos e mantinha um posicionamento oscilante sobre uma assistência médica universal coberta por um sistema público único, além de mensagens breves sobre a legalização da venda comercial de maconha e a descriminalização da prostituição entre adultos que consentem — uma ideia que chocou algumas pessoas que a aplaudiram em 2016, quando ela apresentou seu primeiro processo penal contra os donos da Backpage.

Em fevereiro, ela disse a um entrevistador no podcast *The Breakfast Club* que havia fumado maconha na faculdade, acrescentando: "Metade da minha família é da Jamaica[339]. O que você acha?"

Donald Harris, seu pai, não achou divertido e escreveu em um blog que seus falecidos avós e pais "deviam estar se revirando[340] em seus túmulos neste momento ao ver o nome de sua família, a reputação e a orgulhosa identidade da Jamaica sendo associados de alguma maneira, de brincadeira ou não, com o estereótipo fraudulento de um maconheiro que só quer curtir a vida e na busca de políticas de identidade." Ele removeu o post, mas não antes que fosse amplamente noticiado. Para Harris, o episódio foi um erro bobo, uma lição de que, em uma campanha presidencial, cada palavra pronunciada pelo candidato importa.

Vindo da Califórnia e tendo participado de três campanhas estaduais, Harris deveria ter tido uma vantagem na captação de fundos. Ela não teve. Apesar de seu impressionante pontapé inicial em Oakland, levantou 12 milhões de dólares no primeiro trimestre de 2019, um desempenho medíocre. Em comparação, o senador Barack Obama angariou 25 milhões de dólares no primeiro trimestre depois que anunciou sua candidatura, e isso foi 12 anos antes, em 2007.

Em um campo amplo que incluía mulheres fortes como Elizabeth Warren, Amy Klobuchar e Kirsten Gillibrand, Harris não estava se destacando. Ela não estava tão à esquerda quanto Warren ou Bernie Sanders. Tampouco capturava a imaginação de eleitores que acorriam ao ex-prefeito de South Bend , Pete Buttigieg, que se destacava como o único candidato que, como ele dizia, era "o único canhoto[341] veterano de guerra maltês-americano, episcopal, gay e *millenial* na corrida". Ele se formara em Harvard, fora bolsista Rhodes e parecia responder aos anseios dos eleitores, inclusive muitos na Califórnia com quem Harris poderia ter contado, que queriam uma mudança geracional. Pior para Harris, que não conseguia definir seu motivo para concorrer além de ser alguém que ia mover uma causa contra Trump, e ela não podia tirar votos de Joe Biden.

A primeira grande chance que Harris teve para alterar o rumo da corrida veio no primeiro debate, em 27 de junho de 2019. Uma hora depois do início, ela fez uma pausa, respirou fundo, virou-se para Biden e o atacou por seu trabalho décadas antes no Senado, com senadores segregacionistas, para impedir que o transporte escolar ajudasse a promover a dessegregação das escolas.

"Foi penoso ouvi-lo falar sobre as reputações de dois senadores americanos que construíram suas reputações e carreiras sobre a segregação racial neste país. E não foi só isso, mas o senhor trabalhou com ele para se opor ao transporte escolar. E, o senhor sabe, havia uma garotinha na Califórnia que fazia parte da segunda classe a integrar suas escolas públicas e ela usava o transporte escolar diariamente para ir à escola, e aquela garotinha era eu."

Sua disposição para atacar o favorito num assunto determinante como a questão racial nos Estados Unidos deixou claro que ela concorria para vencer. Sua captação de fundos aumentou vertiginosamente. Harris deu uma sacudida nas pesquisas. Os jornalistas concluíram que ela foi a clara vencedora no primeiro debate. Mas a vitória e a ascensão nas pesquisas foram passageiras. Uma matéria no *New York Times* no dia seguinte refletiu um problema recorrente para Harris. Seu porta-voz disse que ela apoiava o transporte escolar como um método para a integração das escolas, mas "recusou-se a fornecer informações adicionais". Depois de suscitar a questão, ela estava se esquivando. Do *New York Times*:

> A questão para a sra. Harris[342] é se ela pode sustentar seu ímpeto de quinta-feira. Desde o início de sua campanha, ela teve um bom desempenho ao trabalhar com um plano bem construído, mas sofreu algumas vezes ferimentos autoinfligidos quando forçada a falar extemporaneamente. E, como ocorre com frequência quando um candidato ataca outro em um campo com vários candidatos, resta ver se ela ajudou a si mesma ou se meramente feriu o sr. Biden.

O ataque surpreendeu Biden e pareceu feri-lo em um nível pessoal. Mais tarde ele disse no programa *The Tom Joyner Morning Show*: "Eu achava que éramos amigos[343] e espero que ainda venhamos a ser." Na entrevista, Biden lembrou que em 2016 ela lhe pediu que fosse à Convenção Democrata da Califórnia em San José endossar sua candidatura para o Senado. Ele foi. Sua presença e seu sincero discurso cimentaram o endosso de Harris pelo Partido Democrata da Califórnia em detrimento de Loretta Sanchez.

Isso foi naquela época. Agora, Harris fazia o que pensava ser necessário para vencer.

Na eleição geral, o passado de Harris como promotora, alguém que pusera pessoas na prisão por seus maus atos, viria a calhar. Mas, nas primárias, ela foi

desafiada por ativistas da justiça social que questionaram se ela era, de fato, uma promotora "progressista".

"Repetidas vezes[344], quando progressistas a instavam a abraçar reformas na justiça criminal como promotora pública e depois como procuradora-geral do estado, a sra. Harris se opôs a eles ou permaneceu em silêncio. De maneira mais perturbadora, a sra. Harris lutou com unhas e dentes para defender convicções iníquas que tinham sido asseguradas por meio de má conduta oficial que incluía adulteração de provas, falso testemunho e supressão de informação decisiva por procuradores." Lara Bazelon, uma professora adjunta da Faculdade de Direito da Universidade de São Francisco, escreveu um artigo de opinião no *New York Times*. A arguta análise de Bazelon, publicada em 17 de janeiro de 2019, ressoou durante toda a campanha.

No segundo debate das primárias presidenciais democratas, realizado no fim de julho em Detroit, a congressista Tulsi Gabbard, do Havaí, retomou esse tema e foi brutal. Como promotora, disse Gabbard, Harris "pôs mais de 1.500 pessoas[345] na cadeia por violações ligadas ao uso de maconha" e deixou de investigar provas que poderiam ter libertado um presidiário no corredor da morte, uma alusão ao caso de Kevin Cooper. Estava fora de contexto, mas em um palco com dez candidatos Harris não foi capaz de responder adequadamente. Ela agravou o problema quando apareceu na CNN com Anderson Cooper. Em vez de adotar uma posição afirmativa ou esclarecer tudo, ela se mostrou autoritária: "Isto vai parecer presunçoso[346], mas obviamente sou um dos candidatos mais fortes e por isso esperava que fosse estar no palco e sofrer alguns ataques esta noite, porque há muitas pessoas tentando preparar o terreno para o próximo debate. (...) especialmente quando as pessoas estão a zero ou 1% ou onde quer que elas possam estar, por isso eu esperava sofrer alguns ataques esta noite."

Harris recuou em alguns posicionamentos que tinha adotado como promotora pública e procuradora-geral, sobretudo dizendo que lamentava que em alguns condados pais de crianças que matam aula regularmente fossem presos devido à lei que ela havia defendido. O encarceramento deles era uma "consequência não pretendida"[347], afirmou ela em 2019. Mas apenas alguns anos antes, em janeiro de 2015, quando prestou juramento para seu segundo mandato como procuradora-geral, ela disse em seu discurso de posse: "É hora de dizer que no estado da Califórnia é crime que uma criança fique sem educação." O episódio suscitou uma questão básica: Kamala Harris sustentava posicionamentos, mas quais eram seus princípios?

No início de novembro, a campanha estava ficando sem dinheiro, e coube ao seu coordenador, Juan Rodriguez, demitir pessoal e enfrentar as fortes críticas das pessoas excluídas. Rodriguez tinha sido o quarterback inicial do time de futebol

americano em todo o ensino médio. Os quarterbacks aprendiam como ser derrubados. Na campanha de Harris em desintegração, o bombardeio estava em marcha. O *New York Times* desconstruiu[348] a vacilante campanha de Harris em 29 de novembro, em um artigo de quase três mil palavras sob uma manchete que dizia: "Como a campanha de Kamala Harris se desfez."

"O campo democrático de 2020 foi definido por sua turbulência, com alguns candidatos subindo, outros caindo e mais dois outros embarcando somente este mês. Contudo, há apenas uma candidata que disparou para os níveis mais altos e depois despencou nas primeiras pesquisas estaduais para os dígitos mais baixos: a sra. Harris."

Rodriguez estava sendo derrubado, mas quarterbacks não são derrubados a menos que haja um colapso em torno deles. Assim foi na campanha de Harris. O tom de qualquer campanha vem de cima. Estrategistas sabiam que era loucura tentar se meter entre as irmãs Harris. A mensagem era clara. Havia muita tensão interna. Assistentes de campanha que perderam seus empregos porque o dinheiro estava acabando distribuíam críticas depois de sair.

Os democratas não vencem a nomeação presidencial de seu partido sem vencer as primárias em estados do sul, e Harris precisava se sair bem na Carolina do Sul, onde os eleitores negros eram decisivos. Sua campanha, como as campanhas dos outros democratas, não previu a inabalável força do apoio a Joe Biden entre os eleitores negros. Mas a incapacidade de Harris de subir nas pesquisas mais cedo afetou sua captação de fundos, e sem dinheiro ela não pôde comprar tempo na televisão nos primeiros estados, para anúncios que poderiam tê-la ajudado nas pesquisas. É um círculo vicioso. No fim de 2019, Harris tinha arrecadado 40,3 milhões de dólares, um pouco mais da metade dos 76 milhões levantados por Pete Buttigieg em 2019. Harris perdeu popularidade entre os pequenos doadores, que fornecem grande parte do dinheiro dos candidatos presidenciais democratas. Estatísticas da Comissão Eleitoral Federal mostram que 54% de suas doações vieram em incrementos de duzentos dólares ou menos, muito abaixo da senadora por Massachusetts Elizabeth Warren, que recebeu 74% de seus 127 milhões de dólares em incrementos de duzentos dólares ou menos. Em um dia no verão, Harris angariou apenas quatro mil dólares em doações on-line.

Havia, no entanto, uma esperança.

Os candidatos à Casa Branca só podem receber 2.800 dólares por doador para as primárias e mais 2.800 dólares para a gerais. Devido ao custo de campanha, os candidatos acabavam dependendo de super-PACs, sobretudo durante as primárias. Por lei, super-PACs, que devem operar independentemente dos candidatos, podem aceitar doações de quantia ilimitada. Ao ver que a campanha de Harris estava fracassando, um de seus apoiadores ricos e dois ex-assistentes de

campanha se uniram para criar uma campanha chamada People Standing Strong. A comissão levantou 1,2 milhão de dólares. Dessa quantia, um milhão veio de M. Quinn Delaney, uma rica progressista de Oakland que financia candidatos e campanhas que ela acredita que promovam a causa da justiça racial. Delaney e o marido, o incorporador imobiliário Wayne Jordan, estão entre os mais leais apoiadores de Harris.

O timing é importante na política. Às 11h42 da manhã de 3 de dezembro de 2019, hora da Costa Leste, Chistopher Cadelago, da *Politico*, noticiou que uma super-PAC apoiando Harris tinha começado a reservar tempo de transmissão em Iowa; isso depois que a campanha de Harris, operando com pouco dinheiro, não tinha transmitido um único anúncio em Iowa desde setembro. Dan Newman e Brian Brokaw, os consultores que trabalhavam no People Standing Strong, tinham transferido 501 mil dólares para canais de televisão em Iowa para que começassem a transmitir um anúncio pró-Harris e se preparavam para enviar mais quinhentos mil. Era para ser a maior compra de tempo de transmissão em favor de qualquer candidato que não fosse um bilionário que se autofinanciava.

“Nós éramos sua única chance[349]. Precisávamos ir ao ar”, disse Brokaw, que tinha gerenciado a campanha de Harris para procuradora-geral em 2010.

O anúncio quase certamente havia prendido a atenção dos eleitores e talvez diferenciado Harris do bando. Ele mostrava os melhores momentos dela, clipes de seu interrogatório ao juiz da Suprema Corte Brett Kavanaugh, do procurador-geral William Barr e do ex-procurador-geral Jeff Sessions, com sua assinatura: “Estou lhe fazendo uma pergunta muito direta. Sim ou não?”

“Não me apresse desse jeito. Isso me deixa nervoso”, Sessions gagueja no anúncio.

A voz do narrador: “Kamala Harris desmascara republicanos. Ela os deixa nervosos. E os deixa incapazes de defender suas mentiras e corrupção. Ela fará a mesma coisa com Donald Trump. (…) Kamala Harris, a democrata para presidente que Donald Trump mais teme.”

Em 3 de dezembro, três horas e seis minutos depois de seu primeiro furo, Cadelago relatou outro grande furo: “A senadora Kamala Harris está encerrando[350] sua campanha presidencial depois de meses sem conseguir tirar sua candidatura do fundo do campo — uma partida prematura para uma senadora da Califórnia uma vez anunciada como uma das competidoras favoritas para a indicação.”

Brokaw e Newman ficaram atônitos. Não podiam acreditar no que ouviam. Ela não podia estar abandonando a disputa, ainda não. Mas ela estava. Brokaw ligou para Delaney para dar a notícia e prometeu tentar conseguir seu dinheiro de volta. E recuperou a maior parte dele.

Harris desistiu da corrida depois de discutir com sua equipe e se dar conta de

que não tinha dinheiro. Ao se retirar mais cedo, ela poderia se preservar do constrangimento de sofrer uma grande derrota na convenção de Iowa e, pior, em seu estado natal. Seu nome não apareceria na cédula das primárias da Califórnia em 3 de março. Melhor assim. Pesquisas mostraram que ela perderia na Califórnia. Uma derrota embaraçosa teria suscitado questões sobre sua viabilidade como candidata nos próximos anos.

Logo, porém, outra oportunidade se apresentaria.

34
DANÇANDO NA CHUVA

Com suas aspirações presidenciais postas de lado, Kamala Harris retornou ao trabalho para o qual tinha sido eleita: representar a Califórnia no Senado Federal. Após uma campanha feroz e exaustiva, seu trabalho no Senado visou reabilitá-la com os eleitores em seu estado natal e, talvez, com Joe Biden.

A Câmara dos Deputados tinha apresentado os artigos de impeachment do presidente Donald Trump ao Senado em 16 de janeiro de 2020. Com o líder do Senado, Mitch McConnell, à frente do processo, o resultado do julgamento no Senado nunca esteve em dúvida. Quando ele rejeitou os pedidos dos democratas para chamar testemunhas, Harris não teve oportunidade de reivindicar o centro da atenção nacional como tivera ao questionar o procurador-geral Sessions e o candidato à Suprema Corte Brett Kavanaugh.

Entre o fim do julgamento do impeachment, em fevereiro, e agosto, quando ela voltou ao cenário nacional, Harris apresentou 33 projetos de lei e resoluções. Alguns eram partidários, como a resolução que condenou Stephen Miller, conselheiro de Trump, "por seu tráfico de fanatismo[351], ódio e retórica política discordante". A resolução instava-o a se demitir, o que ele não fez.

Os projetos atraíram pouca ou nenhuma atenção da imprensa. Alguns procuravam tratar de questões específicas da Califórnia: restaurar e melhorar o acesso a terras públicas, incluindo o rio South Fork Trinity River-rio Mad, no extremo norte do estado; e limpar a poluição do rio Tijuana no extremo sul, na fronteira Califórnia-México.

Outras medidas refletiam questões que ela havia levantado ao longo da campanha. Eram projetos de justiça ambiental para proteger pessoas que viviam em comunidades pobres contra o impacto da poluição resultante do desenvolvimento industrial e financiar pesquisas sobre alternativas seguras a

substâncias químicas usadas em produtos de consumo, como cosméticos. Este último projeto destinava-se a proteger mulheres que trabalhavam em salões, o que não era o tipo de questão que os homens idosos do Senado sentiam necessidade de abordar em seus pacotes legislativos.

Um de seus projetos de lei visava financiar a pesquisa sobre miomas uterinos. Um outro projeto, o Black Maternal Health Momnibus Act de 2020, instava o Departamento de Saúde e Serviços Humanos a resolver as altas taxas de mortalidade materna e infantil entre mulheres negras e requerer que o Federal Bureau of Prisons concedesse subsídios a presídios e cadeias a fim de melhorar a saúde materna entre mulheres grávidas atrás das grades.

Harris foi rápida em dar atenção à pandemia da Covid-19, introduzindo em março uma legislação para aumentar a ajuda financeira a pessoas que perdessem o emprego à medida que os estados emitissem ordens de lockdown. Quando a pandemia se espalhou, ela inseriu uma legislação para proteger inquilinos de despejo, para fornecer financiamento a pequenas empresas, para exigir que o presidente nomeasse um enviado especial com foco na preparação para uma pandemia, para aumentar o financiamento aos estados em relação à votação pelo correio e para estudar disparidades raciais e étnicas entre minorias que contraíam a doença. Outro projeto procurou fornecer ajuda para que restaurantes de pequeno e médio porte pudessem formar parcerias com os governos, inclusive tribos indígenas, para fornecer comida a pessoas necessitadas.

Harris era uma democrata em um Senado controlado por republicanos em um ano eleitoral no qual ela tentara ser indicada à presidência. Tudo isso significava que ela tinha zero chance de aprovar qualquer um de seus projetos de lei. Mas cada um deles era uma declaração sobre o tipo de questão que ela ia abordar assim que tivesse oportunidade.

Durante o debate dos candidatos do Partido Democrata à presidência em 15 de março de 2020, Joe Biden, avançando em direção à indicação democrata, anunciou que escolheria uma mulher para ser sua companheira de chapa. Os amigos de Harris quiseram ajudar.

Um deles foi Michael Tubbs, eleito prefeito da cidade onde cresceu, Stockton, em 2016, aos 26 anos, após cumprir um mandato de quatro anos na Câmara Municipal. Ele conseguiu o cargo enquanto terminava a graduação na Universidade Stanford, um outro mundo a 98 quilômetros de distância. Filho de mãe solteira ainda na adolescência e de um pai na prisão, Tubbs tinha sido estagiário da Casa Branca durante a administração Obama. Como prefeito, teve que trabalhar muito. A cidade de trezentos mil habitantes estava saindo da falência, e seu antecessor havia se declarado culpado de apropriação indébita de fundos públicos e, separadamente, de fornecer álcool para um menor, depois de

ter sido a princípio acusado de filmar em sigilo monitores de acampamentos para adolescentes em um jogo de strip poker.

"Concluí que seria[352] covardia da minha parte continuar a fazer pesquisas e escrever ensaios sobre todos os problemas de Stockon e não tentar fazer alguma coisa em relação a eles", disse Tubbs à repórter Cynthia Hubert, do *Sacramento Bee*, em 2017, explicando por que fora para casa.

Enquanto o prefeito Tubbs trabalhava para ressuscitar sua cidade, a senadora Harris telefonava para conversar, dar conselhos e ver se havia alguma coisa que ela poderia fazer de Washington. No dia do aniversário dela em 2019, quando estava concorrendo à presidência, Harris ligou para Tubbs para cumprimentá-lo pelo nascimento, no dia anterior, de Michael Malakai Tubbs Jr., o primeiro filho dele e de sua esposa.

"Diga a ele que tia Kamala[353] não vê a hora de conhecê-lo", pediu ela ao prefeito.

Tubbs ligou para a vice-governadora da Califórnia, Eleni Kounalakis, falando sobre montar uma campanha de lobby para Harris. Kounalakis disse a Harris que estaria disposta a começar uma campanha, mas Harris recusou. Ela queria ser companheira de chapa de Biden, mas imaginava que Biden sabia onde ela estava e como encontrá-la. No fim das contas, os acontecimentos o fariam pensar melhor sobre a escolha de Harris.

Em 25 de maio, George Floyd morreu após ter o pescoço prensado pelo joelho de um policial de Minneapolis por oito minutos e 46 segundos, depois que a polícia foi chamada por ele ter tentado comprar um maço de cigarros com uma nota falsa de vinte dólares. Dois meses antes, policiais em Louisville, Kentucky, pensando estar revistando a casa de traficantes de drogas, atiraram e mataram Breonna Taylor, uma técnica de emergência médica de 26 anos que estava desarmada e na cama. Harris pôs uma máscara para se proteger contra a Covid-19 e entrou na Casa Branca para se juntar a um protesto no dia 30 de maio.

Alguns candidatos à vice-presidência fizeram campanha agressiva pelo cargo. Harris também o queria, mas sua campanha foi mais sutil. Ela sabia que estava na pequena lista de potenciais indicados. Rohini Kosoglu, que tinha sido chefe de gabinete de Harris no Senado e, posteriormente, da campanha presidencial dela, certificou-se de que os assessores de Biden que estavam investigando Harris tivessem tudo de que precisavam. Kosoglu também se certificou de que Biden soubesse que as mensagens de Harris sobre suas antigas ideias sobre raça e justiça criminal não conflitariam com posições dele. Se houvesse conflitos, as ideias de Biden iriam falar mais alto. Das mulheres negras sob consideração, Harris era a única que vencera disputas estaduais e participara de uma campanha nacional.

Havia contenção de danos a ser feita. Era amplamente sabido que a esposa de

Joe Biden, dra. Jill Biden, havia qualificado o ataque de Harris contra seu marido a respeito da questão racial durante o debate de 27 de junho como "um soco no estômago"[354]. Quando foi ao programa de TV *The Late Show with Stephen Colbert*, Harris tentou explicar por que desafiou Biden sobre o tema. "Era um debate. A completa razão: era literalmente um debate[355]. Era chamado de debate." Na expectativa de ser escolhida como companheira de chapa de Biden, ela disse: "Eu ficaria honrada se fosse convidada e me sinto honrada de fazer parte da conversa. Sinceramente, permita-me apenas lhe dizer uma coisa. Eu farei tudo que estiver ao meu alcance, onde quer que eu esteja, para ajudar Joe Biden a vencer."

Em julho e agosto, outras candidatas surgiram e ganharam força, especialmente a congressista Karen Bass, uma democrata de Los Angeles e presidente do Congressional Black Caucus. Entre seus aliados estavam alguns políticos que tinham aspirações nacionais e perceberam que Harris seria a favorita imediata para a nomeação presidencial democrata depois que Biden servisse por quatro ou oito anos. Bass parecia uma candidata presidencial menos provável. Ainda mais preocupante era o fato de que os apoiadores de Harris na Califórnia acreditavam que os homens que aconselhavam Biden, entre eles o ex-senador Christopher Dodd e o ex-governador da Pensilvânia Ed Rendell, estavam aceitando como válida uma narrativa de que Harris não era querida e perdia apoio entre os democratas na Califórnia e de que Bass seria uma alternativa sólida. Certamente, Harris fizera sua cota de inimigos entre os democratas. Mas ela também tinha um núcleo de apoio. Bass nunca fora completamente avaliada em um cenário nacional, e histórias negativas apareceram, inclusive de que ela cobrira Fidel Castro de elogios, o que não seria bem visto na Flórida, e de que pronunciara palavras gentis sobre a Cientologia em um discurso que podia ser facilmente encontrado on-line.

A vice-governadora Kounalakis se envolveu.

"Eu não pedi permissão"[356], disse Kounalakis.

No pequeno mundo da política de São Francisco, Mark Buell, o primeiro chefe de finanças da campanha de Harris, apresentou a então procuradora-geral Harris a Kounalakis. O pai de Kounalakis é Angelo Tsakopoulos, que chegou aos Estados Unidos sem dinheiro algum aos 15 anos, vindo da Grécia, em 1958, pavimentou seu caminho pela Sacramento State College e se tornou o maior fomentador da região de Sacramento. Foi ele que realizou o evento de captação de fundos onde a futura esposa de Buell, Susie Tompkins, conheceu Bill Clinton e começou a se envolver com política. Harris e Kounalakis começaram a almoçar juntas e se deram bem. (Harris telefona para ela em seu aniversário e canta "Parabéns".) Antes de concorrer ao posto de vice-governadora em 2018, Kounalakis era uma grande doadora de campanha que tinha apoiado Hillary Clinton em 2008 e 2016

e se tornou a primeira embaixadora da administração Obama na Hungria. Kounalakis mora no mesmo prédio que Buell, com a mesma vista de 360 graus da área da Baía. Ela e Mark e Susie Buell frequentemente coordenam seus esforços de captação de fundos, com doadores parando em seu apartamento para um vinho ou coquetéis e depois subindo alguns andares de elevador para jantar com os Buell. Quando Kounalakis decidiu concorrer ao cargo de vice-governadora, Harris lhe telefonou para dizer: "Vou apoiá-la e você vai vencer."

Em 31 de julho de 2020, Kounalakis ligou para a campanha de Biden solicitando uma reunião por Zoom. Essa ligação ocorreu três dias depois. Kounalakis alinhou uma impressionante lista de apoiadores de Harris: o prefeito de São Francisco, London Breed; a prefeita de Oakland, Libby Schaaf; o prefeito de Long Beach, Robert Garcia; a tesoureira da Califórnia, Fiona Ma; o secretário de estado da Califórnia, Alex Padilla; o prefeito Tubbs; e o ex-governador Gray Davis. Cada um teve dois minutos para dizer por que Harris era a escolha certa. Algumas pessoas tinham histórias profissionais. Outras eram pessoais. Garcia, de Long Beach, disse que Harris foi a primeira pessoa que lhe telefonou oferecendo condolências depois que sua mãe faleceu de Covid-19, em 26 de julho.

Tubbs ressaltou que Harris já tinha concorrido três vezes em âmbito estadual, havia concorrido à presidência e era "testada e verificada". "Kamala Harris é única", disse Tubbs.

Kounalakis afirmou que ela é uma "mulher revolucionária" na política americana. "Não há estereótipo para Kamala Harris."

Em 11 de agosto, uma terça-feira, Biden ligou para Harris via Zoom.

— Você está pronta para trabalhar?[357]

Biden havia mantido sua decisão final como um segredo bem guardado. No sábado anterior à terça-feira em que ele tornou pública sua escolha, Harris e seu assessores mais próximos não tinham nenhuma pista de que ela seria a escolhida.

— Ah, meu Deus. Estou prontíssima para trabalhar — respondeu Harris.

A opinião do filho de Biden, Beau, sobre Harris, forjada quando os procuradores-gerais estaduais desafiaram os bancos em 2011 e 2012, pesou muito em sua decisão.

"Não há nenhuma opinião que eu valorize mais[358] que a de Beau, e estou orgulhoso de ter Kamala ao meu lado nesta campanha", disse Biden depois da escolha.

Ser vice-presidente não era o que Harris buscava quando lançou sua campanha presidencial em 2019. Ela entrara na corrida presidencial para vencer e não pretendia ser vice-presidente de ninguém. Do ponto de vista de Biden, a escolha fazia sentido. Ela cresceu na política dura e áspera de São Francisco e tinha sido avaliada por jornalistas investigativos e alguns do melhores

pesquisadores de oposição de ambos os partidos. Havia concorrido a disputas difíceis e ganhou e perdeu. Suas características boas e não tão boas eram conhecidas pela equipe de Biden. Ela se sairia bem em um debate com o vice-presidente Mike Pence e não tinha o hábito de cometer erros no caminho. Ela também traria entusiasmo e talvez até alguns passos de dança para uma chapa eleitoral liderada por um homem que seria o mais velho até hoje a ser eleito presidente. Como dizem os políticos, ela era operacional.

Ela também tinha uma história para contar que é única e também muito americana.

Depois que Biden a escolheu, Harris entrou em contato com Wanda Kagan, sua amiga do ensino médio em Montreal, perguntando se ela lhe permitiria compartilhar sua história. Kagan não hesitou. Em um vídeo postado no Twitter em 23 de setembro de 2020, Harris contou a história sem mencionar o nome de Kagan, lembrando que uma grande amiga da época de escola "vinha para a escola e vivia triste[359], e havia vezes em que ela parecia simplesmente não querer ir para casa". Quando a amiga lhe confidenciou que estava sofrendo abuso, Harris lhe disse: "Você precisa ficar conosco." O sofrimento dessa amiga foi uma das razões pelas quais Harris quisera se tornar promotora de justiça, disse ela no vídeo.

Dois dias antes das eleições de 3 de novembro de 2020, Kagan relembrou seus tempos no ensino médio e o que tinha acontecido com a menina que a ajudara a atravessar os piores momentos.

"Os Estados Unidos estão recebendo[360] o melhor dela, de como ela é. Ela sempre foi assim", afirmou Kagan.

***

Em 19 de outubro de 2020, a candidata democrata para a vice-presidência Kamala Harris estava em um comício de campanha em Jacksonville, Flórida. Chovia. Harris usava seu tênis Chuck Taylors e os alto-falantes transmitiam em alto volume sua música de vitória, "Work That", de Mary J. Blige.

> Só porque o comprimento do seu cabelo não é longo;
> E eles sempre a criticam por seu tom de pele
> Mantenha a sua cabeça erguida...
> ....
> Menina, seja você mesma.

Harris jogou seu guarda-chuva para trás e se moveu no ritmo da música, abrindo um largo sorriso, rindo e se divertindo com o lugar em que se encontrava

e talvez com o lugar de onde viera.

A redatora dos discursos presidenciais de Ronald Reagan, Peggy Noonan, declarou em uma coluna do *Wall Street Journal* quatro dias depois que “foi constrangedor”[361] ver a candidata a vice-presidente dançando e que Harris estava se revelando frívola.

The Recount postou um clipe de 15 segundos de Harris dançando em Jacksonville. Ele foi visto mais de 2,3 milhões de vezes.

Beth Foster Gayle tinha acabado de se levantar e estava fazendo café em sua casa em Washington na manhã de 25 de outubro, preparando-se para o dia que teria pela frente. Era o segundo aniversário da morte de seu marido, Tyrone Gayle, primeiro assessor de imprensa de Harris no Senado.

Dias assim trazem com eles lembranças difíceis, felizes, tristes. Seu telefone tocou com uma mensagem de texto. Era da candidata democrata à vice-presidência, de algum lugar na trilha da campanha. Kamala Harris queria transmitir o que vira no comício em Jacksonville, cidade natal de Tyrone. Alguém segurava um cartaz que dizia: “**Faça isso por Tyrone.**” Em outras palavras, a pessoa que segurava o cartaz queria que Harris vencesse a eleição pelo jovem que morrera cedo demais. Harris queria que Beth soubesse que mais alguém se lembrava de Tyrone.

O gesto alegrou o começo do difícil aniversário e refletiu uma faceta de Kamala Harris que poucas pessoas já puderam ver. Ela podia ser difícil, às vezes muito difícil, com as pessoas à sua volta. Em sua ascensão, deixara pessoas para trás sentindo-se usadas e trabalho por fazer enquanto se deslocava depressa de um posto importante para o seguinte. Mas ela também encontrava tempo para mostrar que se importava e para exibir aquela raríssima qualidade, a empatia. Nesse dia, ela sabia que uma pessoa devia estar sofrendo e quis que essa pessoa soubesse que alguém estava pensando nela.

Era o jeito de ser de Kamala Harris.

AGRADECIMENTOS

Por razões compreensíveis, Kamala Harris e sua família não concederam entrevistas ou forneceram ajuda nos relatos de *Kamala Harris: A vida da primeira mulher vice-presidente dos Estados Unidos*. Harris estava concentrada em realizar uma campanha nacional durante os meses de setembro e outubro, enquanto eu escrevia este livro.

Baseei-me em dúzias de fontes que tinham conhecimento em primeira mão dos eventos sobre os quais falaram. Muitos deles estão identificados nestas páginas; outros tiveram bons motivos para permanecer anônimos. Meu sincero agradecimento a cada um deles, por ajudar a informar a mim e aos leitores de *Kamala Harris: A vida da primeira mulher vice-presidente dos Estados Unidos*.

Josh Meyer, meu amigo de nosso tempo no *Los Angeles Times*, merece um reconhecimento especial. Este livro não poderia ter sido escrito sem suas reportagens e revelações sobre Washington. Os relatos afiados de Josh são incomparáveis. Neste projeto, ele usou suas décadas de experiência nos costumes de Washington para fornecer uma ajuda inestimável relatando e escrevendo capítulos sobre o movimentado tempo de Harris no Senado e sobre seus esforços para conquistar a escolha de Biden como sua companheira de chapa. Josh processou tudo isso em um prazo apertado, o que me deixa ainda mais agradecido.

Andy Furillo, meu querido amigo e o melhor repórter de tribunal que conheço, ajudou imensamente com relatos, revelações e descrições do período de Harris no Tribunal de Justiça de São Francisco.

Sasha Hupka forneceu uma ajuda inestimável entrando em contato com pessoas importantes neste livro e pesquisando a época de Harris em Berkeley e Oakland. Sasha é uma repórter meticulosa e excelente escritora e tem um grande futuro no jornalismo. Agradeço também a Yumi Wilson, que leciona para a

próxima geração de jornalistas da Universidade da Califórnia em Berkeley, por recomendar Sasha.

Kristina Rebelo foi a mais incrível verificadora de fatos e editora de texto. Karina Robinson é uma fantástica pesquisadora histórica, genealogista e verificadora de fatos e me ajudou a entender as raízes de Harris. Obrigado ao bibliotecário do estado da Califórnia Greg Lucas e sua excelente equipe. A Biblioteca do Estado da Califórnia é uma das verdadeiras joias do estado.

Kamala Harris: A vida da primeira mulher vice-presidente dos Estados Unidos não teria acontecido sem o editor de opinião do *Washington Post* Michael Duffy. Ele sugeriu que eu empreendesse este projeto e sugeriu novamente quando hesitei e ligou para a ótima editora Priscilla Painton, da Simon & Schuster, em meu nome. Obrigado, Priscilla, por sua mão firme, suas ideias e edição cuidadosa e por dar uma chance a um autor estreante.

Obrigado também a meu amigo Scott Lebar, um grande jornalista e editor-chefe do *Sacramento Bee*, que, quando contatado por um agente em busca de alguém para escrever sobre Kamala Harris, deu o meu nome. Obrigado a Karen Brailsford da Aevitas Creative Management, por me ajudar a me orientar no mundo editorial e por apostar em mim.

Conheci Kamala Harris quando eu era colunista e mais tarde editor da página de editorias do *Sacramento Bee*. Obrigado, Stuart Leavenworth, por me contratar. Minha mais profunda gratidão vai para Cheryl Dell, que, como editora do *Bee*, confiou a mim a grande honra de ser o editor da página de editoriais.

Meus sinceros agradecimentos a Shawn Hubler, Joyce Terhaar, Foon Rhee, Erika D. Smith, Gary Reed, Ginger Rutland, Mariel Garza, Jack Ohman, Pia Lopez e o falecido Rex Babin, meus colegas no conselho editorial do *Bee*.

As reportagens baseadas em fatos de Christopher Cadelago, John Diaz, Michael Finnegan, Leah Garchik, Joe Garofoli, John Howard, Carla Marinucci, Melanie Mason, Phil Matier, Maeve Reston, Jerry Roberts, Andy Ross, Phil Trounstine, Karen Tumulty, Lance Williams, Phil Willon e outros ajudaram a dar consistência a este livro. Obrigado a Dave Lesher, da CalMatters.org, por me contratar para uma posição na qual pude observar a ascensão de Kamala Harris.

E obrigado a Tony e Tess, Clara e Ken, e Libby e Grayson, por seu amor e apoio. Acima de tudo, obrigado à minha mulher, Claudia. Seu amor, apoio e compreensão tornam tudo possível.

Direção editorial
Daniele Cajueiro

Editora responsável
Ana Carla Sousa

Produção editorial
Adriana Torres
Mariana Bard
Carolina Rodrigues

Revisão de tradução
Carolina M. Leocadio
Fernanda Machtyngier

Revisão
Carolina M. Leocadio
Fernanda Machtyngier
Thais Entriel

Design de capa
Jackie Seow

Adaptação de capa
Leticia Fernandez Carvalho

Projeto gráfico e diagramação
Henrique Diniz

Produção de ebook
S2 Books

Notas

[01] Kamala Harris (kamalaharris), “Minha mãe, Shyamala Gopalan Harris, era uma força da natureza…”, Instagram, 1º de março de 2020, https://www.instagram.com/p/B9MndAdnoHs/?utm_source=ig_web_copy_link.

[02] Kamala Harris, The Truths We Hold (Nova York: Penguin, 2019), 7.

[03] Ellen Barry, “How Kamala Harris's Immigrant Parents Found a Home, and Each Other, in a Black Study Group”, New York Times, 13 de setembro de 2020.

[04] Scott Duke Harris, “In Search of Elusive Justice”, Los Angeles Times, 24 de outubro de 2004.

[05] Stephen Carter, “Harris Departure Stirs Turmoil: Econ Dept. Loses Radical Prof”, Stanford Daily, 25 de janeiro de 1974.

[06] K. Harris, The Truths We Hold, 6.

[07] Donald J. Harris, “Reflections of a Jamaican Father”, Jamaica Global, 18 de agosto de 2020.

[08] Peter Byrne, “Kamala's Karma”, SF Weekly, 24 de setembro de 2003.

[09] “Kamala D. Harris, 32nd Attorney General”, Departamento de Justiça do Estado da Califórnia, https://oag.ca.gov/history/32harris#:~:text=Born%20and%20raised%20in%20the,graduate%20studies%20at%20UC%20Berkeley.

[10] D. Harris, “Reflections of a Jamaican Father”.

[11] Christer Petley, Slaveholders in Jamaica: Colonial Society and Culture during the Era of Abolition (Londres: Pickering & Chatto, 2009), 1.

[12] Ibid., 2.

[13] Ibid., 7.

[14] Ibid.

[15] Ibid., 117.

[16] Ibid., 159.

[17] Maura Hohman, “Kamala Harris Details Being Raised by a Single Mom, Importance of Family in DNC Speech”, Today, 19 de agosto de 2020, https://www.today.com/news/dnc-speech-kamala-harris-details-being-raised-single-mom-t189876.

[18] “Flashback: Ronald Reagan and the Berkeley People's Park Riots”, Rolling Stone, 15 de maio de 2017.

[19] Chuck McFadden, “Armed Black Panthers in the Capitol, 50 Years On”, Capitol Weekly, 26 de abril de 2017.

[20] Henry Weinstein, “‘Free Huey’: A White Man’s View: Nowhere to Run, Nowhere to Hide”, Daily Californian, 20 de maio de 1968.

[21] Thomas Orloff (promotor de justiça aposentado do Condado de Alameda, Califórnia) em conversa com o autor, outubro de 2020.

[22] Mark A. Stein e Valarie Basheda, “Black Panther Founder Huey Newton Is Killed”, Los Angeles Times, 23 de agosto de 1989.

[23] K. Harris, The Truths We Hold, 10.

[24] Kamala Harris (kamalaharris), “My Mother Was Very Intentional...”, Instagram, 9 de fevereiro de 2020, https://www.instagram.com/p/B8WnPWzn-EN/?utm_source=ig_web_copy_link.

[25] K. Harris, The Truths We Hold, 19.

[26] Dan Bilefsky, “In Canada, Kamala Harris, a Disco-Dancing Teenager, Yearned for Home”, New York Times, 5 de outubro de 2020.

[27] Wanda Kagan (amiga da vida inteira) em conversa com a pesquisadora do autor, Sasha Hupka, 1º de novembro de 2020.

[28] Dan Morain e Paul Jacobs, “Worlds of Politics, Law Often Mix for Speaker”, Los Angeles Times, 1º de abril de 1991.

[29] Secretário de Estado da Califórnia, “Proposed Amendments to the Constitution: Propositions and Proposed Laws Together With Arguments”, Sacramento: California Office of State Printing, 1964.

[30] Proposed Amendments to the Constitution: Propositions and Proposed Laws Together with Arguments to Be Submitted to the Electors of the State of California at the General Election, Tuesday, Nov. 3, 1964, California State Archives, Secretaria de Estado, 1º de setembro de 1964.

[31] Conor Dougherty, “Overlooked No More: William Byron Rumford, a Civil Rights Champion in California”, New York Times, 7 de agosto de 2019.

[32] William Byron Rumford, “The Fair Housing Bill and Proposition 14, 1963-1964”, entrevista de Edward France e Joyce Henderson, Legislator for Fair Employment, Fair Housing, and Public Health, Earl Warren Oral History Project, Online Archives of California, 1973, https://oac.cdlib.org/view?docId=hb8n39p2g3;NAAN=13030&doc.view=-frames&chunk.id=div00040&toc.depth=1&toc.id=&brand=oac4.

[33] Reitman v. Mulkey, 387 U.S. 369 (1967).

[34] Neil V. Sullivan e Evelyn S. Stewart, Now Is the Time: Integration in the Berkeley Schools (Bloomington: Indiana University Press, 1970), 203.

[35] Ibid., x.

[36] Ibid., 7.

[37] Natalie Orenstein, “Did Kamala Harris’ Berkeley Childhood Shape the Presidential Hopeful?”, Berkeleyside, 24 de janeiro de 2019, https://www.berkeleyside.com/2019/01/24/did-kamala-harris-berkeley-childhood-shape-the-presidential-hopeful.

[38] NBC News, “Democratic Presidential Debate — June 27”, vídeo do YouTube, 27 de junho de 2020, https://www.youtube.com/watch?v=cX7hni-zGD8.

[39] Kamala Harris (@KamalaHarris), “There Was a Little Girl in California Who Was Bussed to School...”, Twitter, 27 de junho de 2019, https://twitter.com/KamalaHarris/status/1144427976609734658?s=20.

[40] Kamala Harris (@KamalaHarris), “Being a Graduated of @HowardU...”, Twitter, 19 de junho de 2019, https://twitter.com/KamalaHarris/status/1141375083807748096?s=20.

[41] K. Harris, The Truths We Hold, 22.

[42] Karen Gibbs (amiga da vida inteira de Harris) em conversa com o autor, outubro de 2020.

[43] Gene Kramer, Associated Press, 7 de novembro de 1984.

[44] Willie L. Brown, Basic Brown: My Life and Our Times (Nova York: Simon & Schuster, 2019), 207.

[45] Dan Morain, "How the 'Duke' Helped Mandela", Sacramento Bee, 21 de julho de 2013.

[46] Ibid.

[47] Ibid.

[48] Dan Morain, "Mandela Ends Tour by Promising to Return", Los Angeles Times, 1º de julho de 1990.

[49] Entrevista do autor com Willie Brown, 2013.

[50] Matthew D. Davis (advogado de São Francisco) em conversa com o autor, outubro de 2020.

[51] Jane Gross, "California Becomes the First State to Vote Curbs on Assault Rifles", New York Times, 13 de março de 1989.

[52] Joe Mathews, "It Was Guns, Not Race, That Affected Bradley", Politico, 4 de novembro de 2008.

[53] Doug Willis, "Five Children Killed in Schoolyard Shooting Remembered at Memorial Service", Associated Press, 23 de janeiro de 1989.

[54] Carl Ingram, "Governor Signs Assault Weapon Legislation", Los Angeles Times, 25 de maio de 1989.

[55] Crime Trends in the City of Oakland: A 25-Year Look (1987-2012), Chief Justice Earl Warren Institute on Law and Social Policy, Universidade da Califórnia, Berkeley School of Law, fevereiro de 2014, https://www.law.berkeley.edu/files/Crime_Trends_in_the_City_of_Oakland_-_A_25-Year_Look.pdf.

[56] Dan Morain, "Garish Oakland Funeral: 1,000 Witness Last Ride of Slain Drug Ring Kingpin", Los Angeles Times, 30 de agosto de 1986.

[57] "Kamala Harris Officially Launches 2020 Presidential Campaign", CNN, 28 de janeiro de 2019, https://lite.cnn.com/en/article/h_812f00af9ad82880d57b91b881207ccb.

[58] Nancy O'Malley (promotora de justiça do Condado de Alameda) em conversa com o autor, setembro de 2020.

[59] Elise Viebeck, "Joe Biden Was in Charge of the Anita Hill Hearing. Even He Says It Wasn't Fair", Washington Post, 26 de abril de 2019.

[60] Dan Morain, "In His Own Image: Elihu Harris Vows to Improve Perceptions — and Reality — of Life in Oakland", Los Angeles Times, 6 de janeiro de 1991.

[61] Dan Morain, "State Audit Blasts Oakland School District", Los Angeles Times, 25 de janeiro de 1990.

[62] Dean E. Murphy, "Boxer, Feinstein Rivalry Is Softened by Historic Election", Los Angeles Times, 8 de novembro de 1992.

[63] Maureen Dowd, "The Thomas Nomination: The Senate and Sexism", New York Times, 8 de outubro de 1991.

[64] "Supreme Court Nominee Brett Kavanaugh Confirmation Hearing, Day 2, Part 5", C-SPAN, 4 de setembro de 2018, https://www.c-span.org/video/?449705-15/supreme-court-nominee-brett-kavanaugh-confirmation-hearing-day-2-part-5.

[65] Leah Garchik, "Friday Lunches at Le Central Were Legendary", San Francisco Chronicle, 2 de abril de 2002.

[66] Thomas B. Rosenstiel e Dan Morain, "Herb Caen's 50 Years: Prophet of 'The City' Sees

Decline”, Los Angeles Times, 16 de abril de 1987.

[67] Daniel M. Weintraub e Dan Morain, “Keene’s Records Subpoenaed; Aide Investigated”, Los Angeles Times, 10 de setembro de 1988.

[68] Termo que vem do beisebol, jogo com uma regra básica que estabelece que um rebatedor tem apenas três tentativas, ou strikes, para rebater a bola. Assim, essas leis punem duramente o criminoso reincidente condenado pela terceira vez. (N. da T.)

[69] Dan Morain, “Column One: California’s Profusion of Prisons”, Los Angeles Times, 16 de outubro de 1994.

[70] Dan Morain, “2 More Brown Associates Get Well-Paid Posts”, Los Angeles Times, 29 de novembro de 1994.

[71] Ibid.

[72] Dan Morain e Carl Ingram, “Brown Blocks GOP Assembly Takeover as 1 Republican Bolts”, Los Angeles Times, 6 de dezembro de 1994.

[73] Herb Caen, “Cut Along Dotted Lines”, San Francisco Chronicle, 14 de dezembro de 1995.

[74] Herb Caen, “’Twas the Day After”, San Francisco Chronicle, 26 de dezembro de 1995.

[75] Willie Brown, entrevista para Susan Leigh Taylor, Stan Bunger e Phil Matier, KCBS Radio Morning News, KCBS, 1º de fevereiro de 2019.

[76] “San Francisco Mayoral Inauguration”, C-SPAN, 8 de janeiro de 1996, https://www.c-span.org/video/?69289-1/san-francisco-mayoral-inauguration.

[77] Tom Orloff (promotor de justiça aposentado do Condado de Alameda, Califórnia) em conversa com o autor, outubro de 2020.

[78] Peter Fimrite, “Life Term for Fremont Man Who Scalped Girlfriend”, San Francisco Chronicle, 28 de setembro de 1996.

[79] Modo como os americanos se referem ao grande terremoto que está por vir na Califórnia. (N. da T.)

[80] “Why Bill Fazio Is the Choice for D.A.”, editorial, San Francisco Chronicle, 26 de novembro de 1995.

[81] Carla Marinucci, “Hallinan Tells of Fling, Son, Paternity Suit”, San Francisco Examiner, 3 de fevereiro de 2012.

[82] Hallinan v. Committee of Bar Examiners, 65 Cal. 2d 447, 15 de dezembro de 1966.

[83] William Claiborne, “San Francisco Prosecutor Tries Something Different”, Washington Post, 20 de fevereiro de 1996.

[84] Maura Dolan, “A Liberal Lays Down the Law in S.F.”, Los Angeles Times, 5 de abril de 1997.

[85] Phillip Matier e Andrew Ross, “Blow-by-Blow Description of DA’s Tussle”, San Francisco Chronicle, 3 de maio de 1996.

[86] Phillip Matier e Andrew Ross, “Matier & Ross — Brown’s Creative Financing Underwrites Far-Flung Trade Jaunts”, San Francisco Chronicle, 2 de fevereiro de 1998.

[87] Andy Furillo (pesquisador de Kamala Harris) em conversa com o autor, outubro de 2020.

[88] Louise Renne (antiga procuradora municipal de São Francisco) em conversa com o autor, setembro de 2020.

[89] Matthew D. Davis (advogado de São Francisco) em conversa com o autor, outubro de 2020.

[90] Brown, Basic Brown, 54.

[91] Libby Schaaf (prefeita de Oakland) em conversa com o autor, outubro de 2020.

[92] Jackie Phillips (ex-diretora da Cole School) em conversa com a pesquisadora do autor, Sasha Hupka, outubro de 2020.

[93] Pat Steger, “Fairy-Tale Wedding for Getty-Jarman in Napa Valley”, San Francisco Chronicle, 21 de junho de 1999.

[94] Stacy Finz, The Daily, San Francisco Chronicle, 15 de março de 2001.

[95] Carolyne Zinko, “Moreno Lets It All Hang Out/All-Star ‘Monologues’ Draw High-Powered V-Day Supporters”, San Francisco Chronicle, 17 de fevereiro de 2002.

[96] Catherine Bigelow, “Elton John’s ‘Your Song’ Is Their Song at Star-Studded Fund-Raiser”, San Francisco Chronicle, 18 de outubro de 2002.

[97] “Kamala Harris with Montel Williams and His Daughter, Ashley at the Eighth Annual Race to Erase MS in Los Angeles”, vídeo do YouTube, 18 de maio de 2001, https://www.youtube.com/watch?v=e8iZw2yWb7M.

[98] Phil Matier e Andy Ross, “Costs of BART Talks Picking Up Speed of Runaway Train”, San Francisco Chronicle, 16 de julho de 2001.

[99] “Bumbling into a Second Term”, editorial, San Francisco Chronicle, 23 de agosto de 2000.

[100] Evan Halper, “Meet One of Hillary Clinton’s Biggest Donors in California. They Hardly Ever Talk Politics”, Los Angeles Times, 3 de julho de 2016.

[101] Michael Kruse, “How San Francisco’s Wealthiest Families Launched Kamala Harris”, Politico, 10 de agosto de 2019.

[102] Mark Buell (amigo de Harris e filantropo) em conversa com o autor, outubro de 2020.

[103] Gary Cohn, Carla Hall e Robert W. Welkos, “Women Say Schwarzenegger Groped, Humiliated Them”, Los Angeles Times, 2 de outubro de 2003.

[104] Louise Renne (ex-procuradora municipal de São Francisco) em conversa com o autor, outubro de 2020.

[105] John Keker (excelente advogado criminal de defesa) em conversa com o autor, outubro de 2020.

[106] Dan Morain, “Ready for Combat: The Man Who Would Prosecute Oliver North Is a Marine Veteran Known for His Tough Courtroom Stance”, Los Angeles Times, 12 de janeiro de 1989.

[107] Debbie Mesloh (amiga de Harris e colaboradora da primeira campanha; porta-voz da campanha) em conversa com o autor, outubro de 2020.

[108] Laura Talmus (amiga e arrecadadora de fundos de Harris) em conversa com o autor, setembro de 2020.

[109] Jane Ganahl, “Finding Their Voices: Training Program Helps Women Shape Political Dreams”, San Francisco Chronicle, 23 de fevereiro de 2003.

[110] Byrne, “Kamala’s Karma”.

[111] Phillip Matier e Andrew Ross, “Brains, Brio, Beauty — and Wounded Feelings”, San Francisco Chronicle, 10 de novembro de 2003.

[112] Phillip Matier e Andrew Ross, “Contract Reportedly Out on Life of Dog Case Prosecutor”, San Francisco Chronicle, 21 de novembro de 2001.

[113] Demian Bulwa, “Harris Defeats Hallinan after Bitter Campaign”, San Francisco Chronicle, 10 de dezembro de 2003.

[114] People v. Hill, A117787, 13 de janeiro de 2011.

[115] Demian Bulwa e Jaxon Van Derbeken, “Suspect in Slaying of SFPD Officer in Custody”, San Francisco Chronicle, 12 de abril de 2004.

[116] People v. Hill, A117787, 13 de janeiro de 2011.

[117] Demian Bulwa e Jaxon Van Derbeken, “Suspect in Slaying of SFPD Officer in Custody/ Bayview ‘War Zone’ Site of Fatal Shooting Late Saturday Night”, San Francisco Chronicle, 12 de abril de 2004.

[118] Ibid.

[119] Jaxon Van Derbeken, “Not Guilty Plea in Killing of Officer”, San Francisco Chronicle, 15 de abril de 2004.

[120] Jaxon Van Derbeken, “S.F. Police Push Hard for Death Penalty”, San Francisco Chronicle, 21 de abril de 2004.

[121] Matthew B. Stannard, “San Francisco D.A. Won’t Pursue Death in Cop Slaying”, San Francisco Chronicle, 14 de abril de 2004.

[122] Assembly Joint Resolution No. 82, California Legislature, 2003-2004 Regular Session (2004).

[123] Matthew B. Stannard, “Police Mourn Hero Who Refused to Give Up”, San Francisco Chronicle, 17 de abril de 2004.

[124] Ibid.

[125] Bill Lockyer (antigo procurador-geral da Califórnia) em conversa com o autor, setembro de 2020.

[126] John Balzar, “Feinstein Support of Death Penalty Draws Party Boos”, Los Angeles Times, 8 de abril de 1990.

[127] Kamala Harris, “Justice for Officer Espinoza, Peace for the City”, San Francisco Chronicle, 23 de abril de 2004.

[128] Leslie Fulbright, “Life at the Bottom: S.F.’s Sunnydale Project”, San Francisco Chronicle, 3 de fevereiro de 2008.

[129] Michael Finnegan, “San Francisco’s D.A.’s Program Trained Illegal Immigrants for Jobs They Couldn’t Legally Hold”, Los Angeles Times, 22 de junho de 2009.

[130] Matthew D. Davis (amigo e colega de classe de Harris na Hastings) em conversa com o autor, outubro de 2020.

[131] Assembly Bill No. 3042 Sentencing, Legislatura do Estado da Califórnia (2004).

[132] Lee Romney, “Bill Would Fight Child Prostitution”, Los Angeles Times, 5 de setembro de 2004.

[133] Don Thompson, “Calif. Bill Could Jail Parents if Kids Miss School”, Associated Press, 13 de maio de 2020.

[134] Ibid.

[135] Dan Morain, “Republicans Dismiss Harris at Their Peril”, Los Angeles Times, 8 de fevereiro de 2019; Buffy Wicks (o principal organizador de campanha de Obama na Califórnia em 2007, que mais tarde entrou para sua equipe da Casa Branca) em conversa com o autor, fevereiro de 2019.

[136] Carla Marinucci, “Excitement Surrounds Obama’s Visit to Oakland”, San Francisco Chronicle, 18 de março de 2007.

[137] Dan Morain e Doug Smith, “Clinton and Obama in a Dead Heat”, Los Angeles Times, 16 de abril de 2007.

[138] SanBenito.com, 11 de dezembro de 2007, https://sanbenito.com/softball-pitch-for-2008/.

[139] Sistema usado nos estados de Iowa e Nevada para eleger seus delegados, na fase das eleições primárias. Nele, cada partido decide quem será seu candidato à presidência. (N.E.)

[140] Catherine Kim e Zack Stanton, “55 Things You Need to Know About Kamala Harris”, Politico, 11 de agosto de 2020.

[141] Dan Morain, “Kamala Harris, an Early Barack Obama Backer, Begins Her Ascent”, Los Angeles Times, 12 de novembro de 2008.

[142] Ace Smith (principal estrategista e consultor político de Harris) em conversa com o autor,

outubro de 2020.

[143] Scott Martelle, “Top of the Ticket”, Los Angeles Times, 7 de setembro de 2007.

[144] Kamala Harris, “Everyone Gets Sick. And We Deserve Better”, New York Times, 29 de dezembro de 2018.

[145] “LA Mayor Antonio Villaraigosa Endorses Kamala Harris for Attorney General”, Facebook, 16 de abril de 2010, https://www.facebook.com/notes/kamala-harris/la-mayor-antonio-villaraigosa-endorses-kamala-harris-for-attorney-general/417633530662/.

[146] Peter Jamison, “A Lack of Conviction”, SF Weekly, 5 de maio de 2010.

[147] Kate Chatfield (diretora de políticas da Justiça Colaborativa; também filiada à Faculdade de Direito da Universidade de São Francisco) em conversa com o autor, outubro de 2020.

[148] Bob Egelko, “SF Man Awarded $10 Million after Jury Finds Police Framed Him for Murder”, San Francisco Chronicle, 6 de abril de 2018.

[149] Jaxon Van Derbeken, “Reality TV Figure’s Courtroom Drama”, San Francisco Chronicle, 3 de fevereiro de 2010.

[150] Jaxon Van Derbeken, San Francisco Chronicle, 10 de fevereiro de 2010.

[151] People v. Trulove, CA1/2, A130481A (Cal. Ct. App. 2014).

[152] Jaxon Van Derbeken, “Ex-Reality TV Show Contestant Acquitted of Murder in S.F. Retrial”, San Francisco Chronicle, 11 de março de 2015.

[153] Paul Elias, “San Francisco Pays $13.1 Million to Man Framed for Murder”, Associated Press, 19 de março de 2019.

[154] Ibid.

[155] Marc J. Zilversmit (advogado criminal de defesa e advogado de apelação de São Francisco) em conversa com o autor, setembro de 2020.

[156] Ace Smith (principal estrategista de Harris) em conversa com o autor, outubro de 2020.

[157] Jeff Gottlieb e Ruben Vives, “Is a City Manager Worth $800,000?” Los Angeles Times, 15 de julho de 2010.

[158] “Cooley Has Edge in Experience for Attorney General”, editorial, Sacramento Bee, 8 de outubro de 2010.

[159] Bridget Bowman, “When Kamala Harris Lost on Election Night, but Won Three Weeks Later”, RollCall, 16 de julho de 2019.

[160] Jeff Gottlieb, Ruben Vives e Jack Leonard, “Bell Leaders Hauled Off in Cuffs”, Los Angeles Times, 22 de setembro de 2010.

[161] Steve Cooley (promotor de justiça do Condado de Los Angeles) em conversa com o autor, outubro de 2020.

[162] Alexander Burns, “California’s High-Stakes AG Race”, Politico, 18 de novembro de 2010.

[163] Marisa Lagos, “Corruption Fighter Accepted Many Gifts”, San Francisco Chronicle, 9 de agosto de 2010.

[164] Hollingsworth v. Perry, 704 F. Supp. 2d 921 (2010) 123.

[165] “State Attorney General Debate”, Kamala Harris, Ken Cooley”, 5 de outubro de 2010, vídeo ATS de webcast.ucdavis.edu em 24 de julho de 2015, https://video.ucdavis.edu/media/State+Attorney+General+Debate+-+Kamala+Harris%2C+Ken+Cooley+10-05-2010/0_s5l4d8po.

[166] Uma das mancadas mais famosas da história do jornalismo, dada pelo Chicago Daily Tribune, ao anunciar precipitadamente a vitória do candidato Dewey, quando o vencedor foi Truman, na eleição presidencial de 1948. (N. da T.)

[167] Edmund G. Brown Jr., Governor’s Budget Summary, 2011-12, Estado da Califórnia, 10 de

janeiro de 2011, 1.

[168] Dane Gillette (antigo chefe da Divisão Criminal, Procuradoria-Geral da Califórnia) em conversa com o autor, outubro de 2020.

[169] Brown v. Plata, 563 U.S. 493 (2011).

[170] Howard Broadman (ex-juiz do Tribunal Superior) em conversa com o autor, outubro de 2020.

[171] Morales v. Hickman, 415 F. Supp. 2d 1037 (N.D. Cal. 2006).

[172] Jim Herron Zamora et al., "Massie Executed for 1979 S.F. Murder", San Francisco Chronicle, 27 de março de 2001.

[173] Jones v. Chappell, 31 F. Supp. 3d 1050 (C.D. Cal. 2014).

[174] "Attorney General Kamala D. Harris Issues Statement on Appeal of Court Ruling on California's Death Penalty", comunicado de imprensa, Departamento de Justiça do Estado da Califórnia, 21 de agosto de 2014, https://oag.ca.gov/news/press-releases/attorney-general-kamala-d-harris-issues-statement-appeal-court-ruling-california.

[175] Jones v. Davis, 806 F. 3d 538 (9th Cir., 2015).

[176] "Senator Kamala Harris on California Death Penalty Moratorium", comunicado de imprensa, Kamala D. Harris, 13 de março de 2019, https://www.harris.senate.gov/news/press-releases/senator-kamala-harris-on-california-death-penalty-moratorium.

[177] "Kamala Harris Calls for Federal Moratorium on Executions", Associated Press, 14 de março de 2019.

[178] "Condemned Inmate List (Secure)", Departamento da Califórnia de Correções e Reabilitação, atualizado em 7 de outubro de 2020, https://www.cdcr.ca.gov/capital-punishment/condemned-inmate-list-secure-request/.

[179] "Coronavirus Prison Fatalities Surpass Two Decades of Executions", Death Penalty Information Center, 31 de agosto de 2020, https://deathpenaltyinfo.org/news/coronavirus-prison-fatalities-surpass-two-decades-of-executions-covid-19-has-killed-more-california-death-row-prisoners-than-the-state-has-executed-in-27-years.

[180] Aldrin Brown e David E. Hendrix, "Evidence on Trial: Kevin Cooper Is on Death Row for the 1983 Massacre of Four People in Chino Hills", Press-Enterprise, 20 de agosto de 2000.

[181] Nicholas Kristof, "Was Kevin Cooper Framed for Murder?", New York Times, 17 de maio de 2018.

[182] K. Harris, The Truths We Hold, 111.

[183] Dean Murphy, "Some Democrats Blame One of Their Own", New York Times, 5 de novembro de 2004.

[184] "Court Challenges in Pipeline for San Francisco Gay Marriages", The Big Story with John Gibson, noticiário de TV, John Gibson, Fox News Network, 17 de fevereiro de 2004.

[185] Lockyer v. City and County of San Francisco, 17 Cal. Rptr. 3d 225 (2004).

[186] Adam Liptak, "California Supreme Court Overturns Gay Marriage Ban", New York Times, 16 de maio de 2008.

[187] "Supplement to the Statement of Vote: Statewide Summary by County for State Ballot Measures", Eleições Gerais — Declaração de Voto, 4 de novembro de 2008, Secretário de Estado da Califórnia, https://elections.cdn.sos.ca.gov/sov/2008-general/ssov/10-ballot-measures-statewide-summary-by-county.pdf (acessado em setembro de 2020).

[188] Jessica Garrison, Cara Mia Dimassa e Richard C. Paddock, "Nation Watches as State Weighs Ban", Los Angeles Times, 5 de novembro de 2008.

[189] "Brief for the State of California as Amicus Curiae in Support of Respondents", Hollingsworth v. Perry, 12-144, U.S. (2013).

[190] Ronald George, Induction Ceremony American Academy of Arts and Sciences, "The Perils of Direct Democracy: The California Experience", comentários do chefe de justiça da Suprema Corte Ronald M. George, Cambridge, Massachusetts, 10 de outubro de 2009.

[191] "Brief for the State of California as Amicus Curiae in Support of Respondents", Hollingsworth v. Perry, 12-144, U.S. (2013).

[192] Maura Dolan, "Prop 8: Gay Marriages Can Resume in California, Court Rules", Los Angeles Times, 28 de junho de 2013.

[193] Kamala Harris (@KamalaHarris), "On My Way to S.F. City Hall...", Twitter, 28 de junho de 2013, https://twitter.com/KamalaHarris/status/350744403272413185?s=20.

[194] KRON 4, "Raw Video Wedding of Kris Perry and Sandy Stier", vídeo do YouTube, https://www.youtube.com/watch?v=_RcpgACc6JY.

[195] John Myers, "Even Rivals Say Mark Leno Is One of Sacramento's Most Accomplished Lawmakers. Now, His Time Is Up", Los Angeles Times, 29 de agosto de 2016.

[196] Attorney General Harris testimony, California Senate Public Safety Committee, California State Senate Session 2011--2012 (2011). Gravação de áudio. California State Senate Media Archive.

[197] Dan Morain, "When Confiscating Guns in California Make Sense", Sacramento Bee, 22 de janeiro de 2013.

[198] Erin Lehane (amiga de Harris) em conversa com o autor, outubro de 2020.

[199] Kamala Harris (@Kamala-Harris), "As Attorney General of California...", Twitter, 23 de fevereiro de 2019, https://twitter.com/KamalaHarris/status/1099498399454384128?s=20; Facebook, 23 de fevereiro de 2019, https://www.facebook.com/KamalaHarris/posts/10157501079732923?comment_id=10157501137007923.

[200] K. Harris, The Truths We Hold, 97.

[201] Brady Dennis, "N.Y. Bumped from 50-State Foreclosure Committee", Washington Post, 23 de agosto de 2011.

[202] Alejandro Lazo, "Kamala Harris Pressured to Reject Bank Foreclosure Settlement", Los Angeles Times, 30 de setembro de 2011.

[203] California attorney general Kamala Harris, letter to U.S. associate attorney general Thomas Perrelli and Iowa attorney general Tom Miller, 30 de setembro de 2011.

[204] K. Harris, The Truths We Hold, 94.

[205] Ibid., 100.

[206] Nelson D. Schwartz e Shaila Dewan, "Political Push Moves a Deal on Mortgages Inches Closer", New York Times, 23 de janeiro de 2012.

[207] Dan Morain, "A Shallow Promise of Justice in Housing Scandal", Sacramento Bee, 26 de janeiro de 2012.

[208] Edward-Isaac Dovere, "The Battle That Changed Kamala Harris", Atlantic, 20 de agosto de 2020.

[209] "Attorney General Kamala D. Harris Secures $18 Billion California Commitment for Struggling Homeowners", comunicado de imprensa, Departamento de Justiça do Estado da Califórnia, 9 de fevereiro de 2012, https://oag.ca.gov/news/press-releases/attorney-general-kamala-d-harris-secures-18-billion-california-commitment.

[210] "Kamala Harris Among the Rising Dem Stars at DNC", All Things Considered, noticário de rádio, Richard Gonzales, NPR, 3 de setembro de 2012.

[211] Phil Willon, "$25-Billion Foreclosure Settlement Was a Victory for Kamala Harris in California, but It Wasn't Perfect", Los Angeles Times, 16 de outubro de 2016.

[212] David Dayen, "Kamala Harris Celebrates Her Role in the Mortgage Crisis Settlement. The

Reality Is Quite Different", Intercept, 13 de março de 2019, https://theintercept.com/2019/03/13/kamala-harris-mortage-crisis/.

[213] Dayen, "Kamala Harris Celebrates Her Role".

[214] Matt Levin, "Big Investment Firms Have Stopped Gobbling Up California Homes", CalMatters, Los Angeles Daily News, 5 de abril de 2018.

[215] Entrevista do autor com Mark Leno, outubro de 2020.

[216] Joe Garofoli, "Kamala Harris Gets Key Convention Slot", San Francisco Chronicle, 4 de setembro de 2012.

[217] Kamala Harris, rascunho de um discurso fornecido ao autor, setembro de 2012.

[218] Burgess Everett e Elana Schor, "Kamala Harris Keeps 'Em Guessing", Politico, 8 de março de 2018.

[219] Jukin Media, Inc. v. QWorldstar, Inc., 2:16-cv-06800 (C.D. Calif. 2017).

[220] Chasten Buttigieg, "Chasten Chats with Douglas Emhoff and Sen. Kamala Harris (w/ Special Appearance from Pete Buttigieg!)", vídeo do YouTube, 21 de abril de 2020, https://www.youtube.com/watch?v=D7xyMtJSi0U.

[221] K. Harris, The Truths We Hold, 126.

[222] C. Buttigieg, "Chasten Chats with Douglas Emhoff".

[223] Ronald Wood (advogado de Los Angeles) em conversa com o autor, outubro de 2020.

[224] Mark Buell (amigo de Harris e filantropo) em conversa com o autor, outubro de 2020.

[225] Erin Lehane (amiga de Harris) em conversa com o autor, outubro de 2020.

[226] Doug Emhoff (@DouglasEmhoff), "If I Can Do These Dad Moves...", Twitter, 30 de junho de 2019, https://twitter.com/DouglasEmhoff/status/1145458269298630661?s=20.

[227] Manuel Roig-Franzia, "Doug Emhoff Paused His Career for His Wife Kamala Harris's Aspirations — and Became the Campaign's 'Secret Weapon'", Washington Post, 28 de outubro de 2020.

[228] Dan Morain, "Kamala Harris Stays on Message, Which Means She Bobs e Weaves", Sacramento Bee, 9 de agosto de 2014.

[229] Debra J. Saunders, "Will California's Next Top Cop Support Legal Pot?" San Francisco Chronicle, 10 de outubro de 2014.

[230] Jennifer Medina, "Judge Rejects Teacher Tenure for California", TEACHERWISE (blog), 10 de junho de 2014, https://teacherwise.wordpress.com/2014/06/10/judge-rejects-teacher-tenure-for-california/.

[231] "Statement of Vote: November 4, 2014, General Election", Secretário de Estado da Califórnia, https://elections.cdn.sos.ca.gov/sov/2014-general/pdf/2014-complete-sov.pdf, 34-36.

[232] Dan Morain, "Chief Justice of the California Supreme Court Leaves the Republican Party, Citing Kavanaugh", CalMatters, 13 de dezembro de 2018, https://calmatters.org/politics/2018/12/chief-justice-of-the-california-supreme-court-leaves-the-republican-party-citing-kavanaugh/.

[233] "Attorney General Kamala D. Harris Sworn In, Delivers Inaugural Address", comunicado de imprensa, Departamento de Justiça do Estado da Califórnia, 5 de janeiro de 2015.

[234] Roy Carroll, "Kamala Haris: The 'Female Obama' Plots Her Course on the Road to Washington", Guardian (edição do Reino Unido), 14 de janeiro de 2015.

[235] Elizabeth Warren, "I'm Supporting Kamala", Elizabeth Warren para o Senado, 14 de janeiro de 2015, https://elizabethforma.com/im-supporting-kamala/.

[236] Dan Morain, "Harris' Senate Ambitions Now Are More Sizzle than Substance", Sacramento Bee, 17 de janeiro de 2015.

[237] Christopher Cadelago, “Willie Brown: Villaraigosa Should Sit Out U.S. Senate Race”, Sacramento Bee, 23 de janeiro de 2015.

[238] “Willie Brown’s Guide to Losing Friends and Alienating Voters”, editorial, Sacramento Bee, 27 de janeiro de 2015.

[239] Michael Finnegan, “Loretta Sanchez’s Public Image a Factor in Senate Race”, Los Angeles Times, 14 de maio de 2015.

[240] Dan Morain, “Dan Morain: Loretta Sanchez Runs Against Kamala Harris and Herself”, Sacramento Bee, 22 de janeiro de 2016.

[241] Kenny Ducey, “A History of Cam Newton and the ‘Dab’”, Sports Illustrated, 7 de fevereiro de 2016, https://www.si.com/extra-mustard/2016/02/07/nfl-super-bowl-cam-newton-dab-dance-celebration#:~:text=Back%20in%20October%2C%20Cam%20Newton,for%20making%20the%20dance%20popular.

[242] Carla Marinucci, “Kamala Harris’ ‘Bizarre’, Move: No Press at Kickoff Event”, San Francisco Chronicle, 3 de abril de 2015.

[243] Christopher Cadelago, “Kamala Harris Spending Big Chunk of Money Raised for Senate Race”, Sacramento Bee, 29 de outubro de 2015.

[244] Phil Willon, “Kamala Harris Shakes Up Senate Campaign Staff”, Los Angeles Times, 17 de novembro de 2015.

[245] Alex Roarty, “Posh Hotels and Pricey Airfare: Meet the Senate Candidate Driving Democrats Crazy”, Atlantic, 6 de dezembro de 2015.

[246] Dan Morain, “Harris’ Senate Ambitions Now Are More Sizzle Than Substance”, Sacramento Bee, 17 de janeiro de 2015.

[247] Dan Morain, “Joe Biden Calls for Some Political Civility in Uncivil Times”, Sacramento Bee, 5 de março de 2016.

[248] Phil Willon e Jazmine Ulloa, “Rep. Loretta Sanchez Implies Obama Endorsed Senate Rival because They Are Both Black”, Los Angeles Times, 22 de julho de 2016.

[249] Christopher Cadelago, “Loretta Sanchez, Kamala Harris Wrangle Over Trump University”, Sacramento Bee, 14 de setembro de 2016.

[250] Floyd Norris, “Corinthian Colleges Faltering as Flow of Federal Money Slows”, New York Times, 26 de junho de 2014.

[251] Chris Kirkham, “Corinthian Closing Its Last Schools; 10,000 California Students Displaced”, Los Angeles Times, 26 de abril de 2015.

[252] “Twelve Senators Urge Education Department to Protect Students while Continuing Oversight of Other For-Profit Colleges”, U.S. Senate Committee on Heath, Education, Labor & Pensions, 26 de junho de 2014, https://www.help.senate.gov/ranking/newsroom/press/twelve-senators-urge-education-department-to-protect-students-while-continuing-oversight-of-other-for-profit-colleges.

[253] “9 Reasons to Love Kamala Harris”, Planned Parenthood, https://www.plannedparenthoodaction.org/elections/kamala-harris (acessado em 27 de outubro de 2020).

[254] Paige St. John, “Kamala Harris’ Support for Planned Parenthood Draws Fire after Raid on Anti-Abortion Activist”, Los Angeles Times, 7 de abril de 2016.

[255] Julie Turkewitz e Jack Healy, “3 Are Dead in Colorado Springs Shootout at Planned Parenthood Center”, New York Times, 27 de novembro de 2015.

[256] Christopher Cadelago, “Kamala Harris to Review Group behind Planned Parenthood Abortion Videos”, Sacramento Bee, 24 de julho de 2015.

[257] Kathy Kneer (presidente e CEO da Planned Parenthood Affiliates of California) em conversa com o autor, outubro de 2020.

[258] Jill E. Habig, mensagem de e-mail fornecida ao autor por fonte, 5 de abril de 2016.

[259] St. John, “Kamala Harris’ Support for Planned Parenthood”.

[260] Kathy Kneer (presidente e CEO da Planned Parenthood Affiliates of California) em conversa com o autor, outubro de 2020.

[261] Reproductive FACT Act, AB-775, Assembleia Legislativa da Califórnia (2015).

[262] “About NIFLA”, NIFLA, https://nifla.org/about-nifla/ (acessado em 27 de outubro de 2020).

[263] National Institute of Family and Life Advocates, carta para o Comitê da Assembleia da Califórnia, Análise de Projetos da Assembleia Projeto 775, 14 de abril de 2015.

[264] Dan Morain, “How an Abortion Rights Law Ended Up Bankrolling Anti-Abortion Forces in CA”, CalMatters, 4 de novembro de 2019, https://calmatters.org/politics/2019/11/abortion-law-california-settlement-nifla-becerra-daleiden-sekulow/.

[265] “Attorney General Kamala D. Harris Issues Statement on Governor Brown Signing Reproductive FACT Act into Law”, comunicado de imprensa, Departamento de Justiça do Estado da Califórnia, 9 de outubro de 2015, https://oag.ca.gov/news/press-releases/attorney-general-kamala-d-harris-issues-statement-governor-brown-signing.

[266] Adam Liptak, “Supreme Court Backs Anti-Abortion Pregnancy Centers in Free Speech Case”, New York Times, 26 de junho de 2018.

[267] Morain, “How an Abortion Rights Law Ended Up Bankrolling Anti-Abortion Forces“.

[268] The People of the State of California vs. David Robert Daleiden and Sandra Susan Merritt, Tribunal Superior de São Francisco (2017).

[269] “NEW VIDEO: Planned Parenthood and Kamala Harris Colluded to Weaponize CA Video Recording Law against Disfavored Speech”, Center for Medical Progress, 6 de outubro de 2020, https://www.centerformedicalprogress.org/2020/10/new-video-planned-parenthood-and-kamala-harris-colluded-to-weaponize-ca-video-recording-law-against-disfavored-speech/.

[270] The State of Human Trafficking in California, Human Trafficking Work Group, Departamento de Justiça da Califórnia, 2012.

[271] Claire Cain Miller, “Craigslist Says It Has Shut Its Section for Sex Ads”, New York Times, 15 de setembro de 2010.

[272] carta da Associação Nacional de Procuradores-Gerais para Samuel Fifer, 31 de agosto de 2011.

[273] carta da Associação Nacional de Procuradores-Gerais aos senadores John Rockefeller IV e John Thune e aos deputados Frederick Upton e Henry Waxman, 23 de julho de 2013.

[274] Maggy Krell (ex-funcionária do Departamento de Justiça da Califórnia; conselheira especial da Planned Parenthood Affiliates of California) em conversa com o autor, outubro de 2020.

[275] “Attorney General Kamala D. Harris Announces Criminal Charges against Senior Corporate Officers of Backpage.com for Profiting from Prostitution and Arrest of Carl Ferrer, CEO”, comunicado de imprensa, Departamento de Justiça do Estado da Califórnia, 6 de outubro de 2016, https://oag.ca.gov/news/press-releases/attorney-general-kamala-d-harris-announces-criminal-charges-against-senior.

[276] Carissa Phelps (ativista pelos direitos das crianças; autora e procuradora) em conversa com o autor, outubro de 2020.

[277] Mike Masnick, “Merry Christmas: Kamala Harris Files Brand New Criminal Charges against Backpage Execs after Last Ones Were Tossed Out”, Techdirt (blog), 23 de dezembro de 2016, https://www.techdirt.com/articles/20161223/15495736339/merry-christmas-kamala-harris-files-brand-new-criminal-charges-against-backpage-execs-after-last-ones-were-tossed-out.shtml.

[278] Don Thompson, "Judge Allows Money Laundering Charges against Backpage Execs", Associated Press, 23 de agosto de 2017.

[279] Tom Jackman e Mark Berman, "Top Officials at Backpage.com Indicted after Classifieds Site Taken Offline", Washington Post, 9 de abril de 2018.

[280] United States of America v. Michael Lacey, CR-18-00422-PHX-SPL (BSB) (D. Ariz. 2018).

[281] George Skelton, "Capitol Journal: Few Are Paying Attention to California's Senate Contest — because It May Be Putting Them to Sleep", Los Angeles Times, 10 de outubro de 2016

[282] Julie Tamaki e Dan Morain, "Baffling Portrait of S.F. Gunman Emerges", Los Angeles Times, 3 de julho de 1993.

[283] Erin Lehane (amigo de Harris) em conversa com o autor, outubro de 2020.

[284] Phillip Matier e Andrew Ross, "How Kamala Harris Turned U.S. Senate Contest into a Cakewalk", San Francisco Chronicle, 6 de novembro de 2016.

[285] K. Harris, The Truths We Hold, ii.

[286] KCRA-Sacramento, "Kamala Harris Election Night Speech, 2016", vídeo do YouTube, 1º de maio de 2016, http://bit.ly/1kjRAAn.

[287] Phil Willon, "Newly Elected Kamala Harris Vows to Defy Trump on Immigration", Los Angeles Times, 10 de novembro de 2016.

[288] Katharine Q. Seelye, "A New Senator, Known Nationally and Sometimes Feared", New York Times, 10 de novembro de 2012.

[289] Amber Phillips, "One Election Bright Spot for Democrats: Women of Color", Washington Post, 10 de novembro de 2016.

[290] Ron Wyden (senador federal sênior pelo Oregon) em conversa com o pesquisador do autor, Josh Meyer, outubro de 2020.

[291] "Schumer Announces Senate Democratic Committee Memberships for the 115th Congress", comunicado de imprensa, 20 de dezembro de 2016, http://static.politico.com/be/b6/1ba2e7f1465fadebe406e448aaad/senate-democratic-committee-assignments.pdf.

[292] "Harris Appoints Community Leader, Veteran Organizer and Champion of Immigrant Communities to Lead State Operation", comunicado de imprensa, Kamala D. Harris, 18 de dezembro de 2016, https://www.harris.senate.gov/news/press-releases/harris-appoints-community-leader-veteran-organizer-and-champion-of-immigrant-communities-to-lead-state-operation.

[293] Nomination of John F. Kelly, Hearing before the Committee on Homeland Security and Governmental Affairs, U.S. Senate, 115º Cong., 1ª Sess., 10 de janeiro de 2017.

[294] Hans Johnson e Sergio Sanchez, "Just the Facts: Immigrants in California", Public Policy Institute of California, maio de 2019, https://www.ppic.org/publication/immigrants-in-california/.

[295] Ron Wyden (senador federal pelo Oregon) em conversa com o pesquisador do autor, Josh Meyer, em outubro de 2020.

[296] Background to "Assessing Russian Activities and Intentions in Recent US Elections": The Analytic Process and Cyber-Incident Attribution, Office of the Director of National Intelligence, 6 de janeiro de 2017, https://www.dni.gov/files/documents/ICA_2017_01.pdf.

[297] Greg Miller e Adam Entous, "Declassified Report Says Putin 'Ordered' Effort to Undermine Faith in U.S. Election and Help Trump", Washington Post, 6 de janeiro de 2017.

[298] Ibid.

[299] Open Hearing on the Intelligence Community's Assessment on Russian Activities and Intentions in the 2016 U.S. Elections, Hearing before the Select Committee on Intelligence of the United States Senate, 115º Cong., 1ª Sess., 10 de janeiro de 2017.

[300] Open Hearing to Consider the Nomination of Hon. Mike Pompeo to Be Director of the Central Intelligence Agency, Hearing before the Select Committee on Intelligence of the United States Senate, 115º Cong., 1ª Sess., 12 de janeiro de 2017.

[301] "Senator Kamala D. Harris Presses Pompeo on Russian Interference in the Election & National Security Impact of Global Climate Change," comunicado de imprensa, Kamala D. Harris, 12 de janeiro de 2017, https://www.harris.senate.gov/news/press-releases/senator-kamala-d-harris-presses-pompeo-on-russian-interference-in-the-election-and-national-security-impact-of-global-climate-change.

[302] Nicholas Fandos, "Growing Number of G.O.P. Lawmakers Criticize Trump's Refugee Policy", New York Times, 29 de janeiro de 2017.

[303] K. Harris, The Truths We Hold, 157.

[304] Ian Schwartz, "Let Me at Least Finish Once Before You Interrupt Me", RealClear Politics, 6 de junho de 2017.

[305] Jeremy Herb, "Senators Try to Quiet Harris, But She Doesn't Back Down", CNN, 7 de junho de 2017.

[306] Kamala Harris (@KamalaHarris), "RT This If You've Ordered...", Twitter, 10 de junho de 2017, https://twitter.com/KamalaHarris/status/873678921841201152?s=20.

[307] Jim Spears a.k.a. QuaranTweeting (@QuaereNon), "Smoke the Hell Out of Jeff Sessions Tuesday...", Twitter, 10 de junho de 2017, https://twitter.com/QuaereNon/status/873679800552103936?s=20.

[308] Jim Spears (professor universitário de Louisiana) em conversa com o pesquisador do autor, Josh Meyer, outubro de 2020.

[309] "Depoimento do procurador-geral sobre investigação russa", C-SPAN, 13 de junho de 2017, https://www.c-span.org/video/?429875-1/attorney-general-calls-collusion-accusations-detestable-lie.

[310] Ibid.

[311] "Senator Harris Returns from Trip to the Middle East", comunicado de imprensa, Kamala D. Harris, 17 de abril de 2017, https://www.harris.senate.gov/news/press-releases/senator-harris-returns-from-trip-to-the-middle-east.

[312] Elaine Duke (servidora pública americana e ex-vice-secretária de Segurança Interna) em conversa com o pesquisador do autor, Josh Meyer, outubro de 2020.

[313] "James Comey: Lordy, I Hope There Are Tapes". C-SPAN, 8 de junho de 2017, https://www.c-span.org/video/?c4672714/james-comey-lordy-hope-tapes.

[314] Ron Wyden (senador federal sênior pelo Oregon) em conversa com o pesquisador do autor, Josh Meyer, outubro de 2020.

[315] Ibid.

[316] "Supreme Court Nominee Brett Kavanaugh Confirmation Hearing, Day 1, Part 1" C-SPAN, 4 de setembro de 2018, https://www.c-span.org/video/?449704-1/brett-kavanaugh-confirmation-hearing-begins-amid-democratic-objections-public-protests.

[317] "Supreme Court Nominee Brett Kavanaugh Confirmation Hearing, Day 2, Part 5", C-SPAN, 4 de setembro de 2018, https://www.c-span.org/video/?449705-15/supreme-court-nominee-brett-kavanaugh-confirmation-hearing-day-2-part-5.

[318] Ibid.

[319] Ruth Marcus, Supreme Ambition: Brett Kavanaugh and the Conservative Takeover (Nova York: Simon & Schuster, 2019), 240.

[320] Ibid., 241.

[321] Ibid., 246.

[322] Emma Brown, “California Professor, Writer of Confidential Brett Kavanaugh Letter, Speaks Out about Her Allegation of Sexual Assault”, Washington Post, 16 de setembro de 2018.

[323] Ibid.

[324] “Supreme Court Nominee Brett Kavanaugh Sexual Assault Hearing, Professor Blasey Ford Testimony”, C-SPAN, 27 de setembro de 2018, https://www.c-span.org/video/?451895-1/professor-blasey-ford-testifies-sexual-assault-allegations-part-1.

[325] “Time 100 Most Influential People, 2019”, Time, https://time.com/collection/100-most-influential-people-2019/.

[326] Lorena O’Neil, “Samantha Bee, Stephen Colbert Criticize Jason Miller Calling Kamala Harris ‘Hysterical’”, Hollywood Reporter, 15 de junho de 2017.

[327] Bill Barrow e Meg Kinnard, “Kamala Harris: Midterms a Fight for the ‘Best of Who We Are’”, Associated Press, 19 de outubro de 2018.

[328] Maeve Reston, “Kamala Harris Receives a Hero’s Welcome from Women in Iowa”, CNN, 25 de outubro de 2018, https://www.cnn.com/2018/10/25/politics/kamala-harris-iowa-women/index.html.

[329] Rekha Basu, “Kamala Harris’ Passion, Optimism, Warmth May Be the Antidote to Trump’s Snide Divisiveness”, Des Moines Register, 23 de outubro de 2018.

[330] Edward-Isaac Dovere, “Kamala Harris’s Anti-Trump Tour”, Atlantic, 26 de outubro de 2018.

[331] Beth Foster Gayle, entrevista dada a Anderson Cooper, Anderson Cooper 360, CNN, 12 de agosto de 2020.

[332] “Harris at Spelman College: ‘Go Forward Unburdened, Unwavering, and Undaunted by the Fight’”, comunicado de imprensa, Kamala D. Harris, 26 de outubro de 2018, https://www.harris.senate.gov/news/press-releases/harris-at-spelman-college-go-forward-unburdened-unwavering-and-undaunted-by-the-fight.

[333] KCRA-Sacramento, “Tyrone Gayle Memorial Service”, vídeo do YouTube, 10 de novembro de 2018, https://www.youtube.com/watch?v=DId5FtJ_N48.

[334] “Sen. Kamala Harris Says She’s ‘Not Yet Ready’ to Announce if She’ll Run for President”, The View, temporada 22, episódio 77, ABC, 8 de janeiro de 2019, https://abcnews.go.com/theview/video/sen-kamala-harris-shes-ready-announce-shell-run-60236162.

[335] “Sen. Kamala Harris Announces 2020 Presidential Run”, Good Morning America, ABC, 21 de janeiro de 2019, https://www.goodmorningamerica.com/news/video/sen-kamala-harris-announces-2020-presidential-run-60518540.

[336] Kamala Harris, “I’m running to Be President of the People...”, Facebook, 28 de janeiro de 2019, https://www.facebook.com/KamalaHarris/posts/im-running-to-be-president-of-the-people-by-the-people-and-for-all-people-im-run/10157431129232923/.

[337] Peter Baker e Maggie Haberman, “Trump, in Interview, Calls Wall Talks ‘Waste of Time’ and Dismisses Investigations”, New York Times, 31 de janeiro de 2019.

[338] Jennifer Haberkorn, “Feinstein Says She Supports Joe Biden for 2020, and Notes That Sen. Kamala Harris Is ‘Brand-New Here’”, Los Angeles Times, 3 de janeiro de 2019.

[339] Breakfast Club Power 105.1 FM, “Kamala Harris Talks Gender Pay Gap, Climate Control, Russian Interference + More”, vídeo do YouTube, 12 de julho de 2019, https://youtu.be / QPwlZxBVoeA.

[340] Sinéad Baker, “Kamala Harris’ Father Said She Disgraced Her Jamaican Family by Using a ‘Fraudulent Stereotype’ to Joke About Smoking Weed”, Business Insider, 21 de fevereiro de 2019.

[341] Chelsea Janes e Amy B. Wang, “Pete Buttigieg Is Ending His Presidential Bid”, Washington Post, 1º de março de 2020.

[342] Julie Bosman e Katie Glueck, “Civil Rights Discussion ‘Shouldn’t Be about the Past’, Biden

Says", New York Times, 28 de junho de 2019.

[343] Arlette Saenz, Jessica Dean e Eric Bradner, "Joe Biden Previews More Aggressive Approach Ahead of Next Democratic Debate", CNNPolitics, 28 de julho de 2019.

[344] Lara Bazelon, "Kamala Harris Was Not a 'Progressive Prosecutor'", New York Times, 17 de janeiro de 2019. Veja também Phil Willon, "Kamala Harris Should Take Bolder Action on Police Shootings, Civil Rights Advocates Say", Los Angeles Times, 18 de janeiro de 2016; e Kate Kelly, "How Does Harris View Big Business? Her Time as California's Top Lawyer Offers Clues", New York Times, 30 de outubro de 2020.

[345] Chris Cillizza, "How You Know Tulsi Gabbard Really Got Under Kamala Harris' Skin", CNN, 1º de agosto de 2019.

[346] Ibid.

[347] Melanie Mason e Michael Finnegan, "Kamala Harris Regrets California Truancy Law That Led to Arrest of Some Parents", Los Angeles Times, 17 de abril de 2019.

[348] Jonathan Martin, Astead W. Herndon e Alexander Burns, "How Kamala Harris's Campaign Unraveled", New York Times, 29 de novembro de 2019.

[349] Brian Brokaw (coordenou a campanha de Harris para procuradora-geral em 2010) em conversa com o autor, outubro de 2020.

[350] Christopher Cadelago e Caitlin Oprysko, "'One of the Hardest Decisions of My Life': Kamala Harris Ends Once-Promising Campaign", Politico, 3 de dezembro de 2019.

[351] H. Res. 858, 116º Cong., 2ª Sess. (2019--2020).

[352] Cynthia Hubert, "Michael Tubbs, One of America's Youngest Mayors, Aims to Lift His Hometown of Stockton", Sacramento Bee, 12 de abril de 2017.

[353] Michael Tubbs (Stockon, Califórnia, prefeito) em conversa com o autor, outubro de 2020.

[354] Alexander Burns e Katie Glueck, "Kamala Harris Is Biden's Choice for Vice President", New York Times, 11 de agosto de 2020.

[355] The Late Show with Stephen Colbert, "Sen. Kamala Harris on Joining the Biden Ticket: I'd be Honored", vídeo do YouTube, 18 de junho de 2020, https://youtu.be/jkTOpWzC9Rc./

[356] Eleni Kounalakis (vice-governadora da Califórnia) em conversa com o autor, outubro de 2020.

[357] Joey Garrison, et. al., "Inside a Grueling Search for VP; How Joe Biden Came to Choose Kamala Harris", USA Today, 14 de agosto de 2020.

[358] Joe Biden (@JoeBiden), "I First Met @Kamala Harris...", Twitter, 13 de agosto de 2020, https://twitter.com/JoeBiden/status/1293970573559599105?s=20.

[359] Kamala Harris (@KamalaHarris), "In High School, I Found Out My Best Friend...", Twitter, 23 de setembro de 2020, https://twitter.com/KamalaHarris/status/1308779071204192256?s=20.

[360] Wanda Kagan (amiga desde a época do ensino médio, em Montreal) em conversa com a pesquisadora do autor, Sasha Hupka, novembro de 2020.

[361] Peggy Noonan, "A Good Debate, and It's Not Quite Over", Wall Street Journal, 23 de outubro de 2020.